

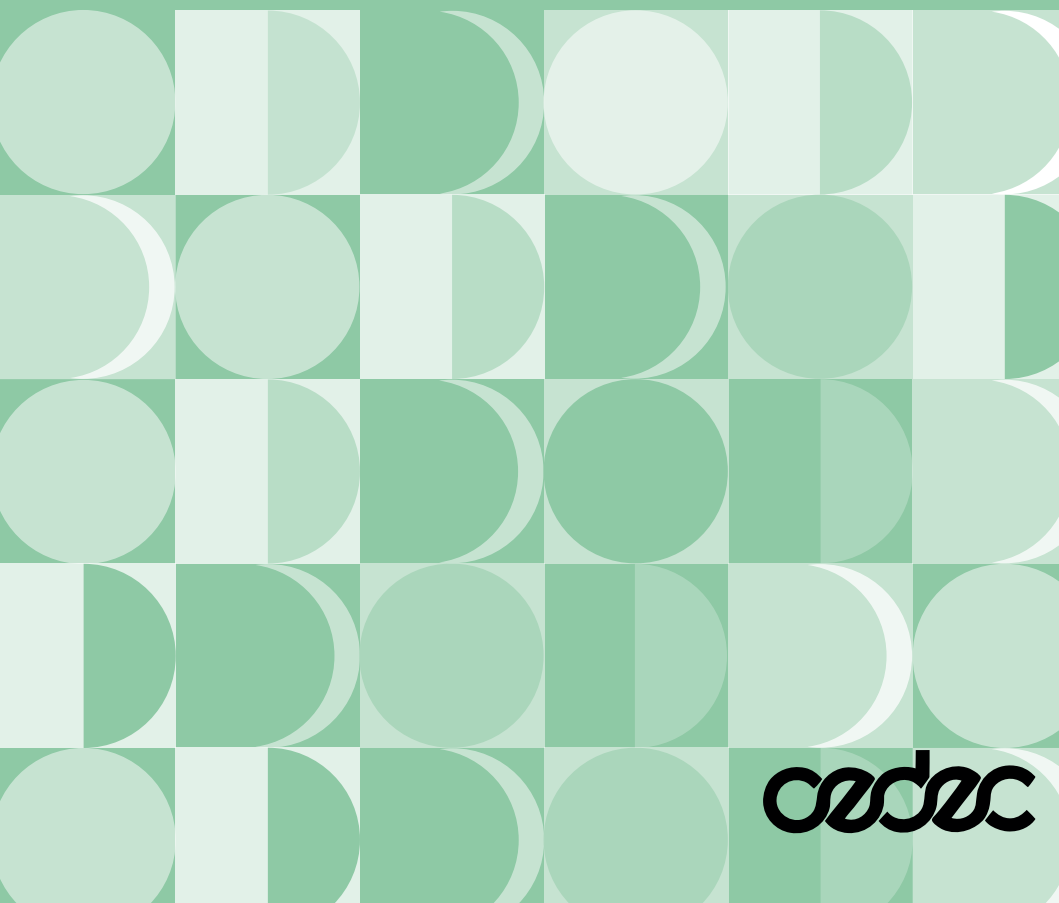
# LUA NOVA

revista de cultura e política

2024 | Nº 122

ISSN 0102-6445

## BOLSONARISMO EM FOCO



**csdc**



## SOBRE A REVISTA

*Lua Nova* tem por objetivo fazer a alta reflexão de temas políticos e culturais, contribuindo assim para elevar o nível intelectual do debate público. Em suas páginas, o leitor encontrará elaboradas incursões nos campos da teoria política (clássica e contemporânea), da teoria social, da análise institucional e da crítica cultural, além de discussões dos assuntos candentes de nosso tempo. Entre seus colaboradores típicos estão intelectuais, docentes e pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas, não necessariamente vinculados a instituições acadêmicas.

Os artigos publicados em *Lua Nova* estão indexados no Brasil no Data Índice; na América Latina no Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, no International Political Science Abstracts e na Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. A versão eletrônica da revista está disponível na SciELO e no portal da Capes.

# LUA NOVA

revista de cultura e política

2024 | Nº 122

ISSN 0102-6445

## BOLSONARISMO EM FOCO

**oesc**

# LUA NOVA – REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA

2024

Razão Social: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC  
Rua Pedro Américo 32, 19 andar - República - CEP: 01045-010 São Paulo, SP  
E-mail: luanova@cedec.org.br  
CNPJ 48.608.251/0001-80- ISSN 0102-6445

## Diretoria

Bernardo Ricupero  
*Diretor Presidente*

Maria Rita Loureiro  
*Diretora Vice-Presidente*

Natália Nóbrega de Mello  
*Diretora de Publicações*

Pedro Vasques  
*Diretor Secretário*

Carla Regina Mora Alonso Diéguez  
*Diretora Tesoureira*

## Comitê de redação

Bruno Konder Comparato (Unifesp)

Elide Rugai Bastos (UNICAMP)

Pedro Meira Monteiro (Princeton University)

Rossana Rocha Reis (USP)

## Editora-chefe

Natália Nóbrega de Mello (PUC-SP)

## Editores Assistentes

Andre Bittencourt (UFRJ)

Christian Jecov Schallenmüller (UFRGS)

Pedro Henrique Ramos Prado Vasques (Unicamp)

Roberta Kelly Soromenho Nicolete (UERJ)

## Conselho editorial

Adrian Gurza Lavalle (USP), Álvaro de Vita (USP), Brasília Sallum Jr. (USP), Celi Regina Pinto (UFRGS),

Celina Souza (UFBA), Cicero Araujo (USP), Elide Rugai Bastos (Unicamp), Elisa Reis (UFRJ),

Gonzalo Delamaza (Universidad de Los Lagos), Horácio Gonzalez (Universidad de B. Aires),

John Dunn (University of Cambridge), José Augusto Lindgren Alves (Comitê Assessor do Conselho de

Direitos Humanos das Nações Unidas), Leôncio Martins Rodrigues Netto (Unicamp) (*in Memoriam*),

Marco Aurélio Garcia (Unicamp) (*in Memoriam*), Marcos Costa Lima (UFPE), Michel Dobry (Université

Paris I-Sorbonne), Miguel Chaia (PUC-SP), Nadia Urbinati (Columbia University), Newton Bignotto

(UFMG), Paulo Eduardo Elias (USP) (*in Memoriam*), Philip Oxhorn (McGill University), Philippe Schmitter

(European University, Florence), Renato Lessa (IUPERJ), Rossana Rocha Reis (Editora) (USP) Sebastião

Velasco e Cruz (Unicamp), Sérgio Costa (Freie Universität Berlin), Tullo Vigevani (UNESP), Victor Manuel

Durand Ponte (UNAM, México), William C. Smith (University of Miami)

## Preparação e revisão de texto

Tikinet

## Editoração eletrônica

Tikinet

O Cedec é um centro de pesquisa e reflexão na área de ciências humanas. É uma associação civil, sem fins lucrativos e econômicos, que reúne intelectuais de diferentes posições teóricas e político-partidárias.

O **Cedec** agradece a

*André Singer*

*Brasílio Sallum*

*Carla Regina Diéguez*

*Escritório da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América*

*Eunice Ostrensky*

*Flávia Schilling*

*Jefferson Oliveira Goulart*

*Karina Lilia Pasquariello Mariano*

*Lígia Barros de Freitas*

*Miguel Wady Chaia*

*Raquel Kritsch*

*Reginaldo Mattar Nasser*

*Samuel Alves Soares*

*Susanne Bach*

*Vera Alves Cepêda*

pelo apoio e contribuição recebidos na Campanha da Lua Nova.



# SUMÁRIO

## **BOLSONARISMO EM FOCO**

Natália Nóbrega de Mello e Pedro Luiz Lima

## **DA DESTRUIÇÃO COMO PARADIGMA**

Renato Lessa

## **POPULISMO, CRISE ESTÉTICA E MASSIFICAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A TRANSGRESSÃO NO LULISMO E NO BOLSONARISMO**

Thomás Zicman de Barros

## **SISTEMA E ANTISSISTEMA NA CRÍTICA DO BOLSONARISMO**

Pedro Luiz Lima e Jorge Chaloub

## **UM BRASIL DIVIDIDO? REFLEXÕES SOBRE A POLARIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Adriana Escosteguy-Medronho

## **A PALAVRA E A COISA: BOLSONARISMO COMO CONVERGÊNCIA, HORIZONTE, INFRAESTRUTURA, ECOLOGIA E MÁQUINA**

Rodrigo Nunes

## **COMPREENDENDO O “PUNITIVISMO” DESDE UM ESPAÇO PROFISSIONAL: OS AGENTES DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVA NO RIO DE JANEIRO**

Louise Cadorel

## **ENTRE A FÉ E A EXPRESSÃO POLÍTICA. ETNOGRAFIA DAS INTERAÇÕES ENTRE PASTORES E FIÉIS EVANGÉLICOS DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2022 NO RIO DE JANEIRO**

Margaux de Barros



**DESENVOLVER PARA PRESERVAR:  
O DESENVOLVIMENTISMO CONSERVADOR DE JUAREZ  
TÁVORA DURANTE A REPÚBLICA DE 1946**

Helio Cannone

**A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE IGUAIS.  
O PROBLEMA DA IGUALDADE NA TEORIA DEMOCRÁTICA  
DE PIERRE ROSANVALLON**

Diogo Cunha

## BOLSONARISMO EM FOCO

A expressão “bolsonarismo” irrompeu no debate político repentinamente e logo se alastrou nas análises políticas. Buscas realizadas no arquivo da *Folha de S.Paulo*, do *Estadão* e do Google acadêmico, com o intuito de rastrear o súbito crescimento do termo, revelam que a maioria das primeiras menções surgem — timidamente — em 2017. No entanto, é apenas no ano das eleições presidenciais, em 2018, que as referências e análises sobre o “fenômeno bolsonarista” explodem.

Embora tenham sido encontrados apenas cinco reportagens ou textos acadêmicos que se referiram ao “bolsonarismo” antes de 2018, os primeiros registros são representativos. Ainda em 2014, Conrado Hübner Mendes escreveu uma coluna no *Estadão* intitulada: “Reféns do Bolsonarismo”. O texto alertava contra “surtos agudos de primitivismo político”, que não aceita as regras do regime democrático, dos princípios e direitos fundamentais da Constituição de 1988, nem mesmo da decência política. Tampouco compactua com uma interlocução pautada em fatos e evidências, preferindo “frases de efeito moral” impregnadas de homofobia, sexismo, racismo e de desqualificação do adversário. Para Hübner Mendes, esse surto primitivista representa um “Brasil que ainda nos espreita da esquina”, e que tem mantido diversas lideranças políticas em silêncio — como “reféns” —, pelo temor de uma derrota eleitoral (Mendes, 2014).

Já no ano de 2017, uma reportagem da *Folha de S.Paulo* destacava o movimento político liderado por Bolsonaro. Sob o título “Bolsonaro arrebatada direita jovem e nordestina com ideologia ‘pá, pá, pá’”, a versão impressa do jornal publicava logo abaixo, na mesma página, um texto com a chamada “‘Bolsonarismo’ vai de MEC sob comando militar a ‘pá, pá, pá’ contra estupradores”. Os dois textos narram o alvoroço em torno da visita de Bolsonaro a Natal,

onde foi recebido por uma multidão (com uma maioria de jovens), e não poupavam na caracterização dos impactos de um político que cativava a juventude e era visto como um herói, uma sensação, ou um mito. Também relataram falas de apoiadores e de Bolsonaro contra o comunismo, o feminismo e “a esquerda [que] se droga, transa com animal, com gente do mesmo sexo”. Em contrapartida, Bolsonaro elogiou o serviço militar que, segundo ele, “ensina recrutas a usar ‘sr’ e ‘sra’ e a ter higiene”, dentre outros desatinos (Balloussier e Leoni, 2017a, 2017b).

Em “Bolsonaro, o Brasil que desistiu”, coluna na *Folha* de Celso Rocha de Barros, o tema em debate foi a “visão que Jair Bolsonaro defende para o Brasil” e o abandono de ideais de direitos humanos, de diversidade e até mesmo de qualquer “pretensão de pertencer ao Ocidente iluminista”. Segundo Barros, “o ideal de polícia de Jair Bolsonaro é um esquadrão da morte sem qualquer limite legal. Algo nesta linha está em implantação nas Filipinas. Se o Brasil desistir de ser Estados Unidos e topar ser Filipinas, Bolsonaro tem chances de vitória”. Na conclusão, o bolsonarismo aparece descrito como algo infantil (Barros, 2017).

Por fim, o artigo de João Ricardo Dornelles, “Direitos Humanos em Tempos Sombrios” (2017), discutia a crise da “era dos direitos” em meados da década de 2010 e a manifestação da intolerância, do racismo, de valores fascistas e da xenofobia, combinados a diversos outros retrocessos de caráter ultraconservador. A menção ao bolsonarismo no artigo é feita de passagem. É significativo, todavia, notar que o bolsonarismo é listado em um contexto mais amplo de movimentos políticos ocidentais que estão promovendo uma guinada à direita, desacreditando as instituições democráticas, assim como as noções de igualdade e liberdade. São categorizados nesse viés, o Tea Party, o ressurgimento da Ku Klux Klan, o fenômeno Trump, a Frente Nacional

francesa (*Rassemblement National*) e grupos brasileiros como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o bolsonarismo.

Nesses textos publicados entre 2014 e 2017, em suma, já haviam sido diagnosticadas facetas como a capacidade de atração e mobilização das massas; a recusa em aceitar a Constituição de 1988, as práticas democráticas e os direitos fundamentais; bem como o potencial destrutivo do bolsonarismo e a sua similitude com mobilizações correspondentes alhures. Desde então, o termo frequenta as análises políticas, com intensidade crescente à medida que o movimento se tornou vitorioso na corrida eleitoral. Tal como anunciado no enigma da esfinge, antes de conseguirmos decifrá-lo — com rigor teórico e científico —, fomos “devorados”, e os planos bolsonaristas de desmonte e destruição alcançaram amplos e profundos resultados. Passado todo esse processo, sete anos depois, nossa tarefa intelectual de decifrar o enigma ainda persiste: como entender o bolsonarismo, afinal? Como defini-lo? Quais são suas especificidades em relação aos movimentos correspondentes em outros países?

3

O número 122 da *Lua Nova* é dedicado, especialmente, a trazer contribuições teóricas e analíticas a essas questões. A edição abre com o artigo “Da destruição como paradigma”, de Renato Lessa, que caracteriza o bolsonarismo como um projeto destrutivo, sem qualquer precedente na história ideacional ou política, e cujo entendimento deve ser rastreado em seus efeitos de devastação da vida na pandemia, das populações originárias e do próprio quadro político inaugurado desde a Constituição de 1988. Uma vez eliminadas as garantias constitucionais, restaria o usufruto de uma “liberdade natural” em chave hobbesiana. A seguir, Thomás Zicman de Barros discorre, em “Populismo, crise estética e massificação: reflexões sobre a transgressão no lulismo e no bolsonarismo”, sobre a relação entre populismo e transgressão estética, isto é, entre a mobilização por líderes populistas de massas invisibilizadas e a crise estética.

A partir da noção de “partilha do sensível”, de Jacques Rancière, o autor chama a atenção para os regimes de visibilidade que separam o que pode e o que não pode aparecer na esfera pública, e para os efeitos perversos daquela partilha em sociedades de massa.

O texto subsequente — “Sistema e antissistema na crítica do bolsonarismo” —, de Pedro Luiz Lima e Jorge Chaloub, analisa criticamente duas obras que examinam a gênese histórica do bolsonarismo: “Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro”, de Marcos Nobre, e “Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição”, de Rodrigo Nunes. Ambas as obras articulam o entendimento do bolsonarismo e sua gênese a uma interpretação da crise do sistema político brasileiro, levando-os a uma definição do conceito de bolsonarismo pautada no antagonismo sistema-antissistema. Para Lima e Chaloub, entretanto, há limites na identificação unilateral do bolsonarismo como antissistema, evidenciados na negligência do processo de radicalização da direita tradicional na última década e na naturalização das narrativas da ultradireita sobre sua própria trajetória.

4

Adriana Escosteguy, por sua vez, busca compreender a dinâmica de radicalização do antagonismo social e político em “Um Brasil dividido? Reflexões sobre a polarização política e social no Brasil contemporâneo”. Apoiando-se em ampla bibliografia, com dados sobre comportamento político e surveys sobre as percepções da população, Escosteguy atesta que a polarização não é mero efeito circunstancial da conjuntura política e desenvolve uma hipótese sobre suas raízes estruturais. Para além da surrada crítica da polarização política no contexto de emergência do bolsonarismo, trata-se de deslocar a análise para pensar o bolsonarismo como efeito, e não como causa, de uma dinâmica estrutural de polarização.

Em “A Palavra e a coisa: bolsonarismo como convergência, horizonte, infraestrutura, ecologia e máquina”, Rodrigo Nunes propõe-se a examinar as condições de formação e consolidação do bolsonarismo a fim de estabelecer contornos mais rigorosos ao conceito. Essa força social e política é entendida, então, antes de tudo, como uma convergência de elementos que ganharam identidade e direção em 2018. Aqui, em termos análogos aos do artigo de Lessa, haveria no bolsonarismo um horizonte político de retraimento do Estado, com a postulação radical de uma liberdade que remeteria, em sua afirmação da violência, ao estado de natureza hobbesiano. Para Nunes, o caso brasileiro de emergência da extrema-direita não deve ser tratado isoladamente e tampouco apresenta qualquer inovação ideológica notável, devendo antes ser concebido como efeito de uma ecologia política e de uma convergência de atores e de oportunidades.

Os textos seguintes contribuem com análises empíricas de segmentos cruciais para a formação do bolsonarismo, quais sejam, os operadores de segurança e o campo evangélico. A partir de trabalho etnográfico, Louise Cadorel explora a constituição do discurso punitivista em “Compreendendo o ‘punitivismo’ desde um espaço profissional: os agentes de segurança socioeducativa no Rio de Janeiro”. A autora analisa o impacto do contexto das unidades socioeducativas na consolidação de valores e visões de mundo afins ao punitivismo entre os profissionais que trabalham diretamente com jovens infratores detidos pelo Estado. Mais uma vez, percebemos como a violência é parte fundamental não só da ideologia bolsonarista, mas também do contexto que possibilitou sua ascensão eleitoral.

Margaux de Barros, autora de “Entre a fé e a expressão política: etnografia das interações entre pastores e fiéis evangélicos durante as eleições de 2022 no Rio de Janeiro”, parte de seu trabalho de campo em templos da Zona Oeste carioca

no segundo semestre de 2022 para analisar as dificuldades da esquerda diante da hegemonia bolsonarista entre o eleitorado evangélico. De Barros ilustra, com suas descrições etnográficas, a delicada entrada da campanha eleitoral nos cultos e as reações adversas à mistura explícita entre fé e política. Complexifica-se, assim, os lugares-comuns sobre a entrada do bolsonarismo nas igrejas evangélicas e percebem-se possibilidades para uma reversão da hegemonia atual.

Esta edição conta ainda com mais dois artigos avulsos. “Desenvolver para preservar: o desenvolvimentismo conservador de Juarez Távora durante a República de 1946”, de Helio Cannone, é dedicado ao pensamento político desse importante ator militar e político da República de 1946, ex-candidato à presidência pela União Democrática Nacional (UDN) nas eleições de 1955, ex-diretor da Escola Superior de Guerra (ESG), além de um dos formuladores da doutrina de segurança nacional. Nesse estudo, Cannone busca interpretar o projeto desenvolvimentista de Távora para o Brasil, tendo em vista sua adesão ideológica ao conservadorismo. O estudo dos discursos e pronunciamentos de Juarez Távora ilumina, portanto, um modo possível de articular um ponto de vista conservador com a defesa da modernização, isto é, da adoção de bandeiras desenvolvimentistas que estivessem aliadas a ideais de preservação da ordem, da tradição e do costume.

Diogo Cunha, por sua vez, contribui com “A construção de uma sociedade de iguais. O problema da igualdade na teoria democrática de Pierre Rosanvallon”. O artigo dedica-se a reconstruir a crítica de Rosanvallon às teorias da justiça de John Rawls e Ronald Dworkin, e a mostrar como esse diálogo contribuiu para a elaboração da concepção rosanvalloniana de “igualdade-relação”, que abre novos caminhos para se refletir política e teoricamente acerca da igualdade diante dos atuais desafios e dilemas democráticos contemporâneos.

Os nove artigos deste número foram enviados espontaneamente por seus autores e foram avaliados positivamente por nossos pareceristas, a quem novamente agradecemos.

## **Bibliografia**

- BALLOUSSIER, Anna Virginia; LEONI, Marcus. (2017a). Bolsonaro arrebatada direita jovem e nordestina com ideologia ‘pá, pá, pá’. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia; LEONI, Marcus. (2017b). ‘Bolsonarismo’ vai de MEC sob comando militar a ‘pá, pá, pá’ contra estupradores. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- BARROS, Celso Rocha de. (2017). Bolsonaro, o Brasil que desistiu. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- DORNELLES, João Ricardo. (2017). Direitos Humanos em Tempos Sombrios: barbárie, autoritarismo e fascismo do século XXI. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 5, n. 1, pp. 153-168.
- MENDES, Conrado Hübner. (2014). Reféns do Bolsonarismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo.

Natália Nóbrega de Mello

7

*Professora do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil*  
E-mail: nmello@pucsp.br  
<https://orcid.org/0000-0002-4220-8729>

Pedro Luiz Lima

*Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil*  
E-mail: pedrollima@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-7830-5136>

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-001007nn/122>



# DA DESTRUIÇÃO COMO PARADIGMA<sup>1</sup>

Renato Lessa\*

\*Professor Associado dos Programas de Pós-Graduação em Direito Constitucional e em Filosofia,  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Pesquisador Associado do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

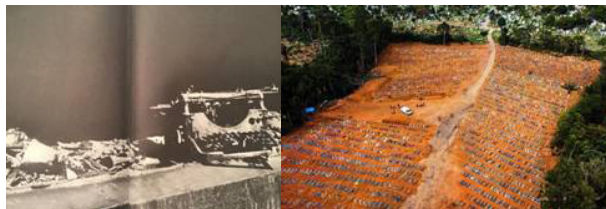
e-mail: rlessa@puc-rio.br

<https://orcid.org/0000-0002-5032-6629>

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-001038r1/122>

## Figura 1

(1) Imagem do bombardeio de Hamburgo, julho 1943. (2) Imagem do Cemitério de Manaus durante a pandemia de covid-19



**Fonte:** (A): registro de Erich Anders (Nossack, 2004). (B): registro de Bruno Kelly para a Agência Amazônia Real (RBA, 2023).

A Luiz Jorge Werneck Vianna,  
*in memoriam.*

---

<sup>1</sup> Este ensaio é uma condensação de escritos esparsos que produzi, ao longo dos últimos cinco anos, a respeito do experimento de alta destrutividade que se abateu sobre o país, a partir de 2018. A referência completa consta da bibliografia, aposta ao final do ensaio. Agradeço pelas observações feitas por colegas pareceristas, todas pertinentes e aqui acolhidas.

## Abertura

Deve ser dito à partida que o emprego da metáfora da *destruição*, em uma reflexão a respeito da experiência brasileira contemporânea, não carrega consigo pretensões proféticas. Trata-se, antes, da expressão de um alarme. Por certo, algo bem alimentado pelos assim chamados *atos* e não decorrente de sensações abissais, mas sem adquirir foros de maldição para tanto. Se algo houver de pessoal no argumento, tratar-se-á de efeito de uma dificuldade honesta em afastar do universo dos possíveis o espectro da destruição como *deformação da forma de vida e forma de domínio*. Em outros termos, como a *forma do disforme*. Do mesmo modo, é importante destacar que seria imperdoável banir do mesmo universo dos possíveis, cenários de resistência e de reconstrução. Ainda que falíveis na determinação precisa do que ocorre no mundo, sem observação empenhada e imaginação tornar-nos-emos sujeitos passivos na transformação do alarme em profecia realizada. Mas, para tal, há que lidar com um quadro epistêmico de espanto originário.

2

Uma antiga proposição filosófica, da lavra de Aristóteles e retomada em momentos subsequentes na história da filosofia, sustentava que “a filosofia nasce do espanto”. Com efeito, nos atos inaugurais da longa duração filosófica afirmou-se de modo pleno o espanto e a admiração diante do vazio que se impunha a quem pretendia “dizer o mundo”, para além da observação direta e da replicação descritiva de seus fragmentos, ao alcance dos sentidos. Sem grandes intenções arqueológicas, parece cabível a referência arcaica e arquetípica ao pré-socrático Anaximandro de Mileto (610-546 AEC), que ao dar um *nome* a seu próprio espanto escolheu o termo *ápeiron*, o ilimitado originário que teria dado origem a todas as coisas dotadas de limites e que apesar de capturado por um nome seguiu a espantar seu doador.

No que diz respeito à filosofia política e a seus engenhos de invenção de mundos possíveis, pode-se dizer que

ela também nasceu da experiência de um espanto particular. Algo derivado da perturbação sofrida pela *visão ou intuição de coisas extremas e inauditas*, não inscritas nas linguagens habituais e nos modos usuais de classificação das coisas. Não é por outra razão que os esforços de descrição do mundo dispostos ao longo da história da filosofia política se fizeram acompanhar por mutações no plano da *linguagem* e, vale dizer, da *lógica dos nomes*. Se tomarmos as diferentes formas filosóficas — ou teorias — como formas linguísticas e descrições de mundos possíveis, a variação terminológica que as caracteriza sugere a permanência de um esforço sempre reposto de ajuste entre *visões do inaudito* e *formas de nomeação*.

A polissemia que caracteriza a tradição da filosofia política pode ser tomada, nesse sentido, como medida de sucesso no esforço sempre renovado de dizer o mundo. Um sucesso movido, antes de mais nada, pela fertilidade da imaginação, tanto maior quanto for a sua capacidade de afastar a vigência de qualquer critério redutor de mensuração e fixação da verdade. Como cada uma delas traz o seu próprio “real” na algibeira, todas tomam a si mesmas como descrições verdadeiras da realidade e de seu porvir. Tal é o domínio do “conflito das filosofias”, para aqui inscrever a expressão seminal de Oswaldo Porchat Pereira (1993). A proliferação dos atos de dizer o mundo não traz consigo qualquer critério de aferição do que seja o verdadeiro. A suposição que aqui registro é a de que tal variedade não decorre apenas dos jogos languageiros, mas da irrupção de eventos inauditos. Há, portanto, que combinar a percepção da variedade intrínseca das filosofias, tomadas como *eventos filosóficos*, com as imposições representadas por *eventos existenciais* marcados pela irrupção do inaudito.

Em grande medida, a filosofia política caracteriza-se pelo esforço continuado de *dizer o inaudito*, a despeito do desencaixe entre a linguagem — como potência doadora de forma — e aquilo que se apresenta como não forma,

como a irrupção desfazedora das formas existentes. De todo modo, é essa a natureza de seu espanto particular. Ao longo do tempo, parece desdenhar da regra de Wittgenstein — inscrita na proposição 7 de seu *Tractatus Logico-Philosophicus* — a asseverar que “sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (Wittgenstein, 2001, p. 281). Ainda que tenha parentesco com a ficção, a filosofia política não pode contar com os efeitos literários presentes tanto na expressão de espanto: “The horror! The horror!”, de Joseph Conrad, em *The heart of darkness*; quanto na suspensão da descrição do apavorante, como na literatura fantástica de H. P. Lovecraft. É evidente que não se pode parar naquele ponto. Fazê-lo implicaria completa mudança de gênero.

4 Se pensarmos em exemplos capazes de ilustrar a perturbação diante de eventos extremos e inauditos, não parece impróprio lembrar Michel de Montaigne — no ensaio “Sobre a crueldade” — ou Pierre Bayle — nos textos a respeito da intolerância religiosa —, ambos diante do horror das Guerras de Religião dos séculos XVI e XVII (Montaigne, 1965; Bayle, 2014). Lembrar, ainda e sobretudo, de Thomas Hobbes — em seu magnífico *Behemoth* — diante do teatro da guerra civil inglesa do século XVII (Hobbes, 1990). Pode-se estender os exemplos, de modo a incluir gente como Bartolomeu de las Casas, não exatamente um filósofo político, diante da carnificina inaugural do Novo Mundo (Las Casas, 2005). Foi nesse exato sentido, de paroxismo do inaudito e do sentimento de inutilidade da linguagem comum, que o filósofo Jean-François Lyotard se referiu à Shoah como um terremoto que teria destruído todos os instrumentos de detecção e mensuração de terremotos (Lyotard, 1983).

Com gravidade certamente menor, os anos recentes no Brasil têm abrigado reservas de espanto e fenômenos de perturbação nos instrumentos usuais de detecção de eventos extremos. A despeito disso, parte considerável da imaginação politológica parece crer na validade de seus

instrumentos de aferição da vida política, enredada que está na crença na regularidade institucional e em um modelo de mundo no qual a complexidade da política traz a marca de uma interação sempre presente entre “incentivos” e “preferências”. Vou por caminhos distintos. Pretendo, com este ensaio e a partir do abalo sentido com o experimento imposto ao país entre 2019 e 2022 e suas sequelas, considerar os seguintes itens: (i) a destruição como metáfora existencial; (ii) a lógica do nome e a forma da destruição; (iii) modos da destruição; (iv) vozes da destruição: a palavra podre; (v) o operador da destruição: o *homo bolsonarus*.

### **Destruição como metáfora existencial**

Na última semana de julho de 1943, o escritor alemão antinazista Hans Erich Nossack retornou ao que restara da cidade de Hamburgo, após curta vilegiatura pelos arredores. Sobre uma colina e à segura distância de alguns quilômetros, avistara poucos dias antes sinais de um desastre inaudito. Sua cidade havia sido varrida do mapa pela “Operação Gomorra”, premonitório nome adotado para a maciça operação de bombardeio executada pela aviação inglesa, durante cerca de uma semana. Do farto despejo de artefatos incendiários e de alto impacto resultaram mais de quarenta mil mortes imediatas, outros tantos feridos e a virtual destruição de toda a malha urbana (Middlebrook, 1981).

Ao reentrar na cidade calcinada, Nossack não carregava consigo, como recurso disponível de esclarecimento e proteção, o *conceito* do que estava a ver. Andou atônito pelas ruínas marcadas pela dura indistinção entre matérias orgânicas e inorgânicas. Foi diretamente afetado pelo paroxismo dos “meios físicos”, para empregar expressão da lavra do filósofo alemão Hans Blumenberg, em obra póstuma publicada em 2006: a destruição quase instantânea de uma cidade inteira. A expressão de Blumenberg denota um espectro distópico pelo qual a forma de vida dos humanos desfaz-se

pelo máximo de intensidade física na atrição direta com o mundo, sem que recursos simbólicos de autoproteção, tais como taxonomias e abrigo na linguagem, estejam disponíveis (Blumengerg, 2011).

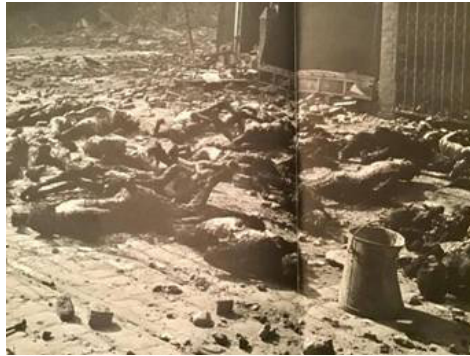
Nossack, desprovido de qualquer imagem mental prévia e aplicável ao que via, acabou capturado por uma *vontade de descrição* (Cometti, 2001), uma prática cognitiva alternativa à clássica prescrição aristotélica de *conhecer pelas causas*. No caso em questão, por maiores que fossem a acuidade e a extensão de uma possível busca de entendimento pelas causas, o que estava diante de si aparecia como irredutível a qualquer operação etiológica, em um caso mais do que evidente de *excesso dos efeitos* sobre suas supostas causas.

6 A curiosidade de *saber por que houve* acabou vencida pela necessidade de *dizer o que há*: “Sinto que recebi um mandato para dar testemunho. Que ninguém me pergunte por que ousou falar de um mandato: não posso responder a isso. Sinto que minha boca ficaria fechada para sempre se eu não o fizesse logo à partida” (Nossack, 2006, p. 11). O imperativo descritivo de Nossack compôs o que viu por meio de uma reunião de fragmentos, coagulada na palavra “*untergang*”, atribuída ao título do livro que viria a escrever e publicar em 1948. Ao fazê-lo, optou por um *não conceito*, a abarcar em laço metafórico abissal o sentimento e o registo da *destruição*, do *afundamento*, do *abismo*, do *fim* (Nossack, 2006); um fundo sem fundo, mineralizado e constituído pela macabra associação entre escombros e restos humanos derretidos ou carbonizados<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Com efeito, “*the end*” foi a opção adotada pela excelente tradução inglesa, ao título original *Untergang*, Nossack (2006).

**Figura 2**  
Imagem do livro *The End*



**Fonte:** Registro de Erich Anders (Nossack, 2004).

Três meses após a carbonização de Hamburgo, Nossack, quando se pôs a escrever seu livro, optou por *mostrar*, para além do evidente sofrimento humano, coisas do seguinte naipe: “ratos ousados e gordos, que brincavam nas ruas, mas ainda mais repugnantes eram as moscas, enormes e verdes iridescentes, moscas como nunca se vira antes” (Nossack, 2006, p. 44). Suas descrições hiper naturalistas cumpriram a função de “encontrar uma forma para o informe”, para utilizar engenhosa expressão cunhada por Marcel Cohen, sobrevivente da Shoah, em pungente livro de memórias (Cohen, 2021). O padrão descritivo adotado por Nossack foi considerado pelo crítico alemão W. G. Sebald como modelo de uma *história natural da destruição* (Sebald, 2003), movida pelo esforço de captar de modo direto e vívido a materialidade e o brutalismo extremos do que acabara de ocorrer.

No lugar de um *conhecimento pelas causas* — com frequência, doador de elementos de ancestralidade e de necessidade histórica ao inaudito —, a vontade de descrição, presente em relatos tais como o de Hans Nossack, põe em ação um modo de *conhecimento pelos efeitos*. Tal empenho acaba

por impor a necessidade de uma orientação fenomenológica, marcada pela pregnância do observador com o imediato dos fenômenos.

O processo de *ida aos fenômenos*, por certo, não se interrompe naquele ponto: a atenção em prioridade a eles concedida exige passagem ulterior a um movimento de redução analítica e eidética, orientado para a figuração do que poderia ser a sua forma (*eidós*). Tal movimento — ou exercício fenomenológico — supõe a presença de um quadro metafórico — ou de uma *metáfora básica*<sup>3</sup> — a operar como abrigo significativo para a recolha dos fragmentos registrados e descritos. Foi esse, por exemplo, o sentido da interpretação dada por Jorge Luis Borges à metáfora da *esfera*, formalizada no século XII pelo pensador medieval Alain de Lille: “Deus é uma esfera inteligível, cujo centro está em todas as partes e sua circunferência em nenhuma” (Borges, 1968, p. 210).

8 Não interessava a Borges tanto o conteúdo da metáfora, como definição do significado e dos atributos de Deus, quanto sua *forma lógica*, núcleo e modelo de uma imagem capaz de abrigar intuições de totalização a respeito de tudo o que existe. Na verdade, metáfora capaz de *dizer o mundo* e, ao fazê-lo, abrigar todas as experiências singulares possíveis. Tal como o próprio Borges o faria no ensaio fantástico “La biblioteca de Babel”, por meio da imagem da biblioteca babélica, constituída por galerias hexagonais que se estendem ao infinito, a conter os livros já escritos, suas refutações e os que ainda não o haviam sido ou sequer concebidos (Borges, 1956).

Para considerar metáforas desse porte, Borges partiu da seguinte conjectura, com a qual abriu o célebre ensaio sobre “La esfera de Pascal”: “Talvez a história universal seja

---

<sup>3</sup> Metáfora que preside a definição de outras metáforas, através do estabelecimento de uma estrutura matricial, profundamente entranhada nos sistemas conceptuais (Turner, 1987). No mesmo sentido empregado por Max Black, em sua definição de *strong metaphor* (Black, 1979) e no das *root metaphors*, de Richard Brown (Brown, 1977).



a história de algumas metáforas” (Borges, 1968, p. 209). Antes de Borges, e em direção não muito divergente, Arthur Lovejoy, em obra clássica e seminal, analisara o emprego da metáfora da “grande cadeia do ser” nos antigos e nos modernos, como operadora de unidade e preâmbulo formal de descrições ordenadas do mundo: ela impõe à percepção fragmentária e imediata do mundo a remissão a cadeias causais, ordenamentos e hierarquias ontológicas que conferem o sentido único, comum e necessário da unidade de tudo que há (Lovejoy, 1936).

No quadro da filosofia contemporânea, coube a Hans Blumenberg destaque indiscutível na reflexão a respeito dos grandes regimes metafóricos. Seu projeto de “metaforologia” — mais do que de uma história conceitual contextualista — decorreu do reconhecimento do papel fundacional de grandes metáforas — vagas, imprecisas e férteis —, em seus desdobramentos na configuração do mundo humano (Blumenberg, 2006).

A atenção habitual aos conceitos, tomados como índices mais relevantes do processo cognitivo, desconsidera, ainda segundo aquele filósofo, a vasta fertilidade de quadros metafóricos, dos quais múltiplos afinamentos de ordem conceitual podem, por certo, ser derivados. Em estudo exemplar, Blumenberg dedicou-se em particular à análise da metáfora do *naufrágio*, ela mesma decorrente de um quadro metafórico mais arcaico, o da experiência humana como *navegação temerária* (Blumenberg, 1996). Tais metáforas não apenas operam como grandes esboços de estados de mundo, como instauram inúmeros processos de atribuição de nomes. É o que sugere a seguinte passagem da obra *Naufrágio com espectador*, a propósito da metáfora da “navegação temerária”: “O repertório desta metáfora náutica da existência é rico. Há costas e ilhas, portos e alto mar, recifes e tempestades, abismos e calmaria, vela e leme, timoneiros

e ancoradouros, bússola e navegação pelos astros, faróis e pilotos” (Blumenberg, [s.d.], p. 21).

Em virtude da captura linguística, pela doação de nomes, coisas e eventos singulares tornam-se *matéria de relatos*. Os diferentes regimes metafóricos, pela *doação da forma*, afirmam-se como *regimes de instauração da experiência* do mundo: os relatos são, na verdade, modos de descrição e hipóteses a respeito da forma dos fatos, que não mais subsistem fora desses nexos hipotéticos de sentido. A perenidade desses nexos — fixadores dos singulares à linguagem — define quadros naturais e permanentes de inteligibilidade.

Em termos diretos, a precipitação metafórica confere sentido ao mundo, pelo que encerra de *potência positiva e construtivista*. Opera por suplementação e acréscimo: poliniza o mundo, diz e atribui sentido e forma. O próprio sentimento de existência de ordem exige a navegação em metáfora básica capaz de exibir, pela linguagem, a forma e as implicações de tal ordem. Daí decorrem incontáveis processos de *metaforização positiva*, pelos quais as atribuições de sentido à experiência do mundo nele inscrevem modos possíveis de ordenamento, suplementação/transfor-  
mação e, em uma palavra, de ação. Mudanças paradigmáticas, por maioria de razão, podem ser pensadas na mesma chave, cada uma delas a instaurar novas possibilidades e direções de atribuição de sentido, tanto quanto possibilidades de investigação. É o que parecem indicar tanto a filosofia da ciência desenvolvida por Thomas Kuhn (Kuhn, 1975) quanto a ideia de “construção de mundos a partir de símbolos”, sustentada por linhagem filosófica que conecta obras de Ernst Cassirer e Nelson Goodman (Cassirer, 2001; Goodman, 1995). Em todas essas variantes, metaforização e/ou simbolização figuram como condição de possibilidade do ordenamento da experiência com o mundo. Tal é o sentido inscrito na imagem da *metaforização positiva*.

Mas, e quanto às possibilidades de *metáforizações negativas*? Para já, a expressão denota a sombra de metáforas a indicar supressão dos sentidos usuais da experiência, no lugar de sua suplementação positiva. Essa modalidade metafórica pode ser encontrada no âmbito da literatura a respeito dos campos de extermínio, tal como indicam algumas das obras de Primo Levi e de Charlotte Delbo, ambos escritores sobreviventes de Auschwitz. Em ambos, narrativas do vivido nos campos nazistas reúnem fragmentos e impressões, sobre os quais metáforas de ordem mais geral exercem um efeito de síntese, ordenamento e de ostensão.

No caso de Levi, a operação fez-se por meio da imagem *ir ao fundo*, de cariz dantesco. Levi valeu-se abertamente do quadro imagético e metafórico do *Inferno* de Dante Alighieri, como protótipo de uma descrição de Auschwitz como *catábase*. Desabamento progressivo na direção do *fundo*, estado terminal no qual, além da morte, sucumbem todas as formas prévias da forma de vida dos humanos (Levi, 1988). Na escritura de Charlotte Delbo, também sobrevivente de Auschwitz, a mesma indicação de terminalidade é cumprida pela imagem da “maior estação ferroviária do mundo”, na qual ninguém chega e ninguém parte, ou, ainda, pela ideia de um lugar “anterior a qualquer geografia”: “[...] existe uma estação em que os que chegam são justamente os que partem/uma estação em que os que chegam nunca chegaram, em que os que partiram nunca voltaram” (Delbo, 2021, p. 15) Em ambos, os quadros metafóricos fundacionais relevam de um sentimento de desencaixe, supressão de qualquer traço de familiaridade e dissipação existencial. Tanto Levi como Delbo indicam uma virada metafórica de caráter negativo. Seu *nec plus ultra* pode ser expresso por meio da imagem da *destruição*, a mais negativa de todas as metáforas. Trata-se de um estranho empenho de sistematização de processos auto alimentados de desfazimento de partes do mundo, desprovidos em si mesmos de elementos de

reconstrução e, por tal natureza, incapazes de se auto representar como partes de uma história inteligível. Com efeito, não há abstração nem autoconsciência em tal processo e em seus sujeitos. É curioso e perturbador que analistas críticos lhe tentem atribuir ambas as coisas.

## A lógica do nome e a forma da destruição

### *Dar um nome*

Diante do inaudito, o primeiro impulso cognitivo é o de confiar-lhe um *nome*. Modo demasiadamente humano de guardá-lo conosco por sua retenção na linguagem. Dito de outro modo, trata-se de fazer do inaudito algo familiar, já que os termos empregados no ato de nomeá-lo possuem uma história semântica e operam por meio de metáforas e analogias que antecedem lógica e existencialmente a experiência com o extremo. Ao nomear o inaudito, trata-se, ademais, de desfazê-lo enquanto fenômeno extremo e disruptivo: *a familiaridade com termos alucina a familiaridade das coisas nomeadas*. No limite, continuamos no mesmo mundo.

12

Vejam os ignóbil termo “bolsonarismo”, omnipresente na linguagem política brasileira recente. Há pouco mais de cinco anos seria um *significante sem significado* tangível, um insignificante. Trata-se, na verdade, de um termo referido a uma circunstância ela mesma desprovida de conceito: *um fenômeno sem conceito*. A permanecer na linguagem, terá a sorte que cabe às tautologias em geral, sempre coladas às ocasiões particulares que as nomeiam.

A obsessão de atribuir ao *fato do bolsonarismo* um nome ou um conceito que o retire de sua singularidade e lhe atribua o abrigo de uma família já constituída de termos — fascismo, populismo, autoritarismo, necropolítica, o que seja — não decorre apenas de querelas e jogos epistêmicos circunstanciais. Mais do que a habitual disputa pelo prêmio de descoberta do verdadeiro nome das coisas, trata-se da

perturbação sentida diante de eventos sem forma, dotados de concentração incomum de negatividade e expressões de um insuportável “absolutismo do real”, nos termos de Hans Blumenberg.

Tal é o caso de objetos e ocasiões não apreensíveis pelos repertórios habituais de nomeação e simbolização, marcados por uma imposição excessiva e perturbadora de *presença*, seja ela física ou emocional. Em tais circunstâncias, a propensão à suplementação simbólica e conceitual da experiência representa antes de tudo um recurso de autoproteção; um aspecto instintivo da atividade simbólica dos humanos, propiciador de um sentimento de familiaridade diante do inaudito.

Tal lógica segue o modelo do “preenchimento de uma expectativa” (Gil, 1988): o conceito aplicado à coisa age como indutor de previsibilidade. Somos preenchidos, por meio de um salto alucinatório, por um sentimento de “saber do que se trata”. É mesmo o caso de reconhecer que o *valor psicológico* de um conceito por vezes excede seu suposto valor cognitivo: ao dizer o nome e o conceito, afirmo que sei o que a coisa é; reapresento-a sob a forma de um nome, faço-a familiar e integrada a um complexo já estabelecido de significados. Organizo, por fim, minhas expectativas.

O assim denominado “bolsonarismo” não possui uma história intelectual, nem sequer uma história política que o elucidie. Deve, antes, ser *mostrado* por meio de uma *história natural*, ou de uma história de seus efeitos de destruição. Ou, ainda, por meio de uma *história de suas passagens ao ato*. O termo “destruição” não está aqui declinado como “conceito”. Vale, antes, como recurso semiótico e metáfora negativa, rótulo sobreposto a um recipiente no qual estão abrigadas coisas extremas. Em outros termos, trata-se de seguir uma máxima da antropóloga britânica Mary Douglas: “pôr a imundície sob foco” (Douglas, 2010), algo que afeta

profundamente nossos hábitos de cognição, por vezes atraídos por uma vontade de normalização e conceitualização.

### *Nomes como empenhos de familiarização: autoritarismo e fascismo*

A aplicação do termo “autoritarismo” às agruras brasileiras recentes bem exemplifica a projeção de um termo familiar sobre algo inabitual. No Brasil da década de 1970, “autoritarismo” foi um eufemismo suave, empregado para dar nome ao brutal fato da ditadura implantada em 1964, com destaque para o importante livro organizado em 1973 pelo brasilianista Alfred Stepan, denominado *Brasil Autoritário* (Stepan, 1973). Na década seguinte o conceito ganhou sobrevida por meio de copiosa literatura a respeito das “transições do autoritarismo para a democracia”, a abarcar inúmeros “estudos de caso”, sobre países naquela altura ainda ocupados por ditaduras e sobre seus processos de superação.

14

Em medida não desprezível, o termo autoritarismo continha dois dos atributos presentes da lógica conceitual indicados por Blumenberg, o da *doação do nome com base em uma expectativa* e o da *referência a ausentes disponíveis*. Dito de outro modo, “autoritarismo”, a partir dos anos 1970, foi antes de tudo o nome da *ausência de democracia*. Sua simples declinação trazia consigo o imaginário da urgência da recuperação — ou construção — da democracia.

A retomada recente do termo, como recurso de elucidação, faz-nos supor que *sabemos* do que se trata e o que nos poderá aguardar. Em adição, e com gravidade maior, traz como efeito a diluição do experimento de destruição em algo assemelhado a uma tradição. O assim chamado “bolsonarismo” seria, na verdade, capítulo — ainda que o mais escaleno de todos — de uma “tradição autoritária”, o que lhe atribui semanticamente o lugar de uma reiteração, e não de uma novidade. Seria, portanto, um *objeto elucidável*, já que

inscrito em uma “tradição autoritária brasileira”, tão familiar quanto renitente. Nessa toada, o fenômeno faria sentido por sua aderência de família a uma tradição, que lhe confere lastro e racionalidade, além de implicar todos seus supostos antecessores no que seria sua forma presente e futura.

O recurso ao termo “fascismo” como “ausente disponível”, e tal como a noção de “autoritarismo”, apresenta dupla valência: exprime abjeção e pretende dizer do que se trata. Segundo Primo Levi, o fascismo é polimorfo e não se limita a sua experiência enquanto regime político. É o que diz:

Cada época tem seu fascismo; seus sinais premonitórios são notados onde quer que a concentração do poder negue ao cidadão a possibilidade e a capacidade de expressar e realizar sua vontade. A isso se chega de muitos modos, não necessariamente com o terror da intimidação policial, mas também negando ou distorcendo informações, corrompendo a justiça, paralisando a educação, divulgando de muitas maneiras sutis a saudade de um mundo no qual a ordem reinava soberana e a segurança de poucos privilegiados se baseava no trabalho forçado e no silêncio forçado da maioria (Levi, 2014, p. 56).

15

A passagem é eloquente no que possui de advertência à sobrevida do fascismo por meio da desfiguração de aspectos inerentes a sociedades democráticas: justiça, educação e mundo da opinião. Mas, ou bem o fascismo é um *regime* ou é um *conjunto polimorfo de práticas*, inscritas em regimes não fascistas. Neste último caso, embora o termo “fascista” possa ser mobilizado como sinalizador de atos específicos — distorcer informações, paralisar a educação ou corromper a justiça — não terá o condão de designar o espaço mais amplo — o regime — no qual práticas fascistas estão presentes. O que mais se poderá dizer é “há ali fascismo e fascistas”, mas, a natureza do regime que sofre ou tolera

suas práticas permanece indeterminada, à luz da definição polimorfa de fascismo.

Se optarmos pela ideia de fascismo como *conceito de um regime*, ou núcleo de um “projeto”, os problemas não são menores. O fascismo histórico foi marcado por clara e firme obsessão de incluir o conjunto da sociedade na órbita do Estado (Lessa, 2020). Um dos primeiros a detectar essa característica maior do fascismo, para além da ação direta do esquadrismo, foi Giovanni Amendola, três anos antes de ser trucidado pelos fascistas, em 1926. Segundo Amendola, o fascismo consistia em um “sistema totalitário” — em um dos primeiros, senão o primeiro, empregos da expressão — devotado ao “domínio absoluto e incontrollável nos campos político e administrativo” (*apud* Tarquini; Scirocco, 2023, p. 15). O próprio Mussolini, em 1925, e à sua moda, reafirmou o juízo de Amendola: “Tudo no Estado, nada fora do Estado, ninguém contra o Estado” (*apud* Tarquini; Scirocco, 2023, p. 15).

16

Ademais, a execução do propósito totalitário deu-se, entre outros modos, por meio de um modelo de organização corporativa da sociedade, cujo elemento central foi constituído pelo trabalho e pelas profissões, e não mais pelo cidadão liberal-democrático, indivíduo-sujeito de direitos universais. O fascismo a isso se contrapôs à ideia de um *direito concreto*, coletivamente usufruído e calcado na divisão social do trabalho. Com efeito, o horizonte da arquitetura institucional corporativista visava incluir toda a dinâmica social no âmbito dos espaços estatais e eliminar qualquer energia cívica e política associada à espontaneidade liberal e democrática.

O quadro apresentado ao Brasil, nos tempos recentes, foi diverso: não se tratou de pôr a sociedade dentro do Estado, mas, ao contrário, de devolvê-la a algo apresentado como natural, anterior e tido por mais genuíno. Tratou-se, em outras palavras, da miragem da supressão dos elementos



de normatividade e de artifício que regulam a vida social, para fazer com que essa se aproxime cada vez mais de um ideal de estado de natureza espontâneo.

### *Da destruição e de sua novidade*

Tanto do ponto de vista da história brasileira, quanto da dos modelos fascistas originais, há novidade que diz respeito à perspectiva de expulsão do social da órbita estatal e pública. Ou seja, desconexão progressiva da sociedade com relação à malha normativa e regulatória e sua figuração como sede de uma sociabilidade espontânea, resumida na defesa do valor “liberdade”. Trata-se de cenário que evoca a engenhosa expressão “distribuição natural do poder”, da lavra de Raymundo Faoro, que com ela pretendia iluminar uma distinção entre o modo pelo qual os quadros legais e institucionais são definidos no país e a subjacente existência de uma distribuição natural do poder político real (Faoro, 1975, p. 561).

A “distribuição natural do poder” resulta de longo processo denominado por José Murilo de Carvalho como uma “acumulação primitiva de poder” (Carvalho, 1981, p. 84), formadora de uma sociologia tectônica e de longa duração, a dar abrigo à generosa reserva de passivos e assimetrias sociais ao longo da história brasileira, na qual a estruturas mais arcaicas de desigualdade e violência são acrescidas modalidades sempre renovadas no curso do tempo.

O horizonte da novidade dos anos recentes sustenta, passo a passo, a desvinculação normativa entre Estado e sociedade: fazer do estado de natureza o ideal da sociabilidade; tomar a distribuição natural do poder como base e fundamento da configuração normativa da sociedade. Tal horizonte distópico de naturalização das interações sociais constitui um dos elementos a compor o pano de fundo da ideia de destruição, que está a indicar algo mais amplo do que a natureza eventual dos regimes políticos. A novidade

destrutiva consiste em repor o arcaísmo da distribuição natural do poder como representação básica e ativa da comunidade política.

*Um duplo deslocamento: da lógica dos regimes políticos para a forma do social*

Penso que o emprego da metáfora da destruição, como preâmbulo para a análise do tão recente quanto inconcluso experimento brasileiro, produz um duplo efeito de deslocamento, a um só tempo ontológico e epistemológico. Trata-se do deslizamento imperativo da análise habituada à observação e detecção da lógica dos regimes políticos — ou das formas de governo, em chave clássica — para o confronto com experimentos de destruição, que incidem sobre *a forma do social*.

18 O deslocamento ontológico mencionado tem a ver com a inclusão, no âmbito dos fenômenos observáveis, de empenhos de destruição *por definição irreduzíveis à lógica dos regimes políticos*. Nesse sentido, afastam-se dos fatores de “desfiguração”, indicados pela filósofa política Nadia Urbinati, em aguda análise dos processos de erosão da democracia. Em seu livro *Democracy Disfigured*, Urbinati (2014) indicou e analisou o que seriam três formas de desfiguração presentes nos regimes democráticos realmente existentes. Sua persuasiva análise sustentou o quanto fatores tais quais: *epistemocracia*, *populismo* e *lógica plebiscitária* erodem o universo da opinião, para a autora um elemento fulcral da democracia representativa, tanto quanto a regularidade e a competitividade das eleições. Por mais graves que sejam, tais processos resultam da própria dinâmica endógena dos sistemas democráticos representativos. Processos de destruição, em modo distinto, não resultam de dinâmicas inerentes ao modo democrático usual. Ainda que as oportunidades políticas de emergência conjuntural da cunha destruidora decorram de resultados eleitorais, não parece razoável inferir que o empenho da

destruição dependa de elementos inerentes ao que pretende erradicar.

Efeitos de destruição, ademais, incidem sobre a *forma do social*, sem alteração necessária dos aspectos centrais do regime político. A distinção entre “regime” e “forma do social” resulta da oposição posta por Jean-Jacques Rousseau, no Livro I, capítulo 5, de seu *Contrato Social*, a partir da seguinte proposição: “Antes portanto de examinar o ato pelo qual um povo elege um rei, seria bom examinar o **ato pelo qual um povo é um povo**. Porque esse ato, sendo necessariamente anterior ao outro, é o verdadeiro fundamento da sociedade (e. a.)” (Rousseau, 2016, p. 64). Da tese de Rousseau, resultam de modo claro dois “programas” de investigação de natureza política, a saber: (i) o das formas de governo e seus modos de operação e (ii) o das representações originárias que configuram as formas do social. No caso em questão, o do “bolsonarismo”, é a segunda dimensão a mais afetada pelos operadores de destruição.

Desse modo, é possível sustentar o deslocamento acima indicado: uma passagem de natureza ontológica, do domínio da lógica dos regimes políticos para a dos experimentos de destruição. Passagem a carregar consigo consequências epistemológicas precisas: da análise conceitual dos regimes e de suas instituições para a *observação fenomenológica dos efeitos da destruição*. Como metáfora negativa que não supõe a presença de uma substância ou imanência ordenadoras do mundo, a imagem da destruição exige como efeito epistemológico o esforço de *mostrar o mundo*, ou uma *vontade de descrição*, nos termos empregados pelo filósofo Jean Pierre Cometti (Cometti, 2001), distinta de uma *vontade de demonstração*. Move-a um movimento de natureza fenomenológica, no qual a ligadura dos fenômenos dá-se pela *negatividade da destruição*. Sendo ela um processo sem forma, ela acaba de todo modo, por *desenhar a*

*forma do mundo. Eidos, nesse caso, significa destruição, ou forma de um mundo sem forma ou em deformação.*

## **Modos da destruição**

Nesta seção, pretendo indicar duas das muitas *frestas* pelas quais o processo de destruição produziu seus efeitos sobre a experiência recente do Brasil enquanto país e forma social: os âmbitos da vida e do território e das populações originárias. Destaco-os do domínio da multiplicidade das frestas, dada a sua dimensão tectônica: vida, terra, gente.

### *Vida*

O âmbito do ataque à vida, como valor e marcador básico de legitimidade do Estado, teve seu cenário nobre na gestão da pandemia, durante o experimento bolsonarista de governo. Trata-se, com efeito, de campo privilegiado para a observação da *destruição do comum*. Mais do que atitude sanitariamente letal, o negacionismo representou a negação do comum, como dimensão existencial e referência normativa. Negar a doença foi um modo direto de refutar a relevância de uma esfera de partilha, marcada pela interdependência dos sujeitos afetados e pela possibilidade de estabelecer laços extensos de solidariedade e reciprocidade.

A morte natural é, por excelência, individual e confinada à domesticidade e aos afetos do luto. A morte coletiva — tanto a evitável como a diretamente infringida — é de outra natureza: inscreve-se na experiência comum e adquire uma dramaticidade que excede o somatório dos lutos individuais que a contém. No mais, a negação do *sofrimento como experiência comum* tem como efeito a *inibição de sua passagem ao âmbito da política*. Falo das possibilidades e virtualidades de um *comum negativo* — o sofrimento compartilhado — a propiciar, como contraponto positivo, o *comum positivo* da convergência política, simbólica e social. Parto, portanto, da evidência da morte coletiva — evitável e induzida — como

um devorador ontológico, a conferir inapelável materialidade à metáfora da destruição.

Na verdade, nada há de substantivamente novo em tal atitude. Mais apropriado seria considerá-la como disposição arcaica e pré-política, situada aquém dos fundamentos mínimos do contrato político básico e moderno, que tem no tema da vida um de seus elementos fulcrais. No horizonte da filosofia política moderna, a centralidade do tema da vida foi posta de modo definitivo por Thomas Hobbes, no século XVII. A ele devemos a proposição de que o Estado é um animal artificial instituído pelo engenho humano, dotado da justificativa básica de proporcionar proteção à vida. Longe de ser vaga e genérica, tal proteção decorre do horror à possibilidade da morte *precoce e violenta*, sempre ao alcance dos praticantes e adeptos de uma vida absolutamente livre e desprovida de fatores de contenção, tanto de ordem externa como interna e subjetiva.

O tema da morte precoce e violenta estabelece uma distinção entre diferentes “regimes de morte” (Diner, 2022): as inevitáveis, por meios naturais; e as evitáveis, por meio dos operadores instaurados pelo animal artificial. Tido como absolutista — coisa que foi por razões de circunstância —, para Hobbes, absoluta deveria ser a adesão a um pacto comum de proteção da vida. Em chave tradicional, para ele caberia à religião a promessa de vida eterna. Em chave mais tangível e nesta vida, caberia ao animal artificial estatal a obrigação de reduzir os âmbitos e as oportunidades da morte precoce/violenta. Na letra hobbesiana, a vida tornou-se uma *figura de direito público*, e não apenas algo restrito à natureza, à providência e ao destino de cada corpo biológico singular.

A devolução da vida a um âmbito pré-político, biológico e natural ficou mais do que evidente a partir do uso da expressão “todos morrerão um dia”, empregada oficialmente como esteio significativo para representar mortes

ocorridas nos momentos mais agudos da pandemia (2020-2021) e como parte nobre da cloaca simbólica então vigente. Mais do que indício de perversão patológica, a expressão pode e deve ser tomada como fresta para a observação de processos de destruição dotados de grave potencial de letalidade, tanto os realizados, como os prometidos e incumpridos: para todos eles, a naturalização da morte constitui tanto o fundo quanto o fundamento.

### *Território e populações originárias*

Há um sentido inequívoco no tratamento do território e da questão ambiental, a implicar uma redefinição normativa do que seja o *espaço comum brasileiro*. Trata-se do deslocamento da ideia de *país* — como experimento cultural denso e duradouro — em direção à imagem de *lugar* — uma categoria espacial que traz consigo a perspectiva simples e efêmera da ocupação e da apropriação físicas.

22 A ideia de país é, por definição, uma abstração. Já a de lugar diz respeito a um ponto geográfico realmente existente. A extensão da diferença entre país e lugar pode ser aferida pelo grau de inclusão da natureza em uma malha normativa, que abrange tanto dimensões do direito formal quanto dos modos tradicionais de conhecimento e manejo dos recursos naturais. A ideia asséptica de lugar desconhece a lenta e longa precipitação de sentidos que se dá sobre o espaço no curso do tempo, algo que define a ideia sempre confusa e impura de país.

O extraordinário artista plástico sul-africano William Kentridge, em obra marcada pela observação da territorialidade de seu país durante o Apartheid, desenvolveu uma fina teoria da paisagem, por ele representada como *experiência espacial e sensoria na qual formas de vida estão ocultas*. Disse-nos Kentridge: há muitas coisas na paisagem: corpos decompostos, incorporados à terra; uma terra que é lugar de combate, disputa, segregação racial. Em suma, tem-se

uma teoria da paisagem que a percebe como lugar no qual memórias permanecem como depósitos coagulados; conjunto de experiências entranhadas, como que misturadas à terra (Kentrledge, 2003).

**Figura 3.**  
William Kentridge. Imagem da animação *Other Faces* (2011)



**Fonte:** Emma (2019).

23

A devastação ambiental vai na direção inversa dessa teoria da paisagem. O predomínio do lugar exige a disponibilidade integral do território, aberto à maior utilização possível segundo lógicas ditadas pelos próprios utilizadores, em *ato de pura liberdade*. Expulsar o território do Direito, para não falar do apagamento dos modos tradicionais de ocupação; devolver a terra à natureza, entendendo pelo termo sua absoluta disponibilidade para fins de exploração direta e não mediada.

Os povos originários estiveram entre os principais inimigos dos ocupantes do governo brasileiro até 2022. Sintoma, antes de tudo, da recusa em admitir uma pluralidade de formas de vida no território comum do país e do abrigo da crença etnocida no imperativo da “aculturação”. Entre invasores de reservas — como sujeitos de uma liberdade natural — e povos indígenas — sujeitos de Direito como ocupantes

legítimos de reservas, reconhecidos em sua especificidade cultural e, por tal razão, receptores de proteção estatal —, a opção assumida não deixou margem à dúvida: assim como o território, os povos indígenas devem ser expelidos da malha normativa que, em alguma medida, contém mecanismos e normas de proteção e regulação. O trato do território e das populações originárias é marcado, ainda, por uma inclinação distópica e atávica: fazer da defesa da liberdade a reposição das condições originárias da colonização: exploração do território e “preação de índios”. A nostalgia do que teria sido uma liberdade irrestrita para lidar com a terra, a natureza e com seres humanos compõe, dessa forma, o núcleo arcaico do programa da desfiguração.

### ***Vozes da destruição: o império da palavra podre***

24

A destruição se dá por palavras e atos. Seu *modus operandi* reside na passagem direta ao ato: nenhuma mediação entre a palavra brutal e sua mais pura consequência. A linguagem, nesse sentido, vale como preâmbulo de passagens ao ato e de futuros possíveis. Pode dar passagem e abrigo à *palavra podre*, a fórmula que quando proferida destrói o próprio ambiente sobre o qual incide.

A palavra podre destrói, antes de tudo, limites tácitos. Como modelo de ação, faz-se protótipo do hábito de destruir hábitos. O modelo da destruição segue a potência e o roteiro da palavra podre, e é pela palavra que a coisa vem.

Há palavras que caem no vazio, dissolvidas pela inércia do que já está posto e estabelecido. O traço distintivo da palavra podre é que entre si mesma e sua consequência prática não há mediação. Mesmo que não faça sentido, produz estragos. Mesmo repudiada, já foi dita. Seu emissor, ademais, é sujeito dotado de uma consistência notável: é capaz de fazer tudo o que diz, sem qualquer reserva mental.

Mesmo que não consiga realizar a completa passagem ao ato, pela ação de impedimentos externos, o emissor *crê*



que o pode fazer e que isso significa liberdade. É o que basta para que seja muito perigoso, como operador de uma imaginação eliminacionista. É um obcecado pelo desejo de matar a linguagem; fazê-la coisa; suprimir qualquer conteúdo metafórico ou figurativo para a palavra “morte”. O emissor da palavra podre é, sobretudo, um sujeito dotado de ares proféticos: antecipa a todo tempo e deseja o cenário distópico de uma forma de vida orientada pela ideia de alvos a silenciar e a abater.

O que parece subjazer a gestos e ações simples e comuns de solidariedade e cuidado é algo aparentado ao que o filósofo-químico húngaro Michael Polanyi denominou como “dimensão tácita” (Polanyi, 1967). Em obra anterior, Polanyi falara a respeito de algo inerente a cada um dos humanos, sobre a prática de um “conhecimento pessoal”: cada um sabe mais do que é capaz de dizer e é detentor e praticante de conhecimentos que sustentam uma capacidade determinada para agir (Polanyi, 1962). Algo, portanto, que não transparece nas palavras, mas emerge na própria ação, uma faculdade não fundada no saber dizer, mas no saber fazer.

A intuição de Michael Polanyi, embora incida de modo específico sobre o processo de conhecimento, pode ser estendida para outros aspectos da experiência humana. Assim como há “conhecimento pessoal”, é possível imaginar a presença de dimensões tácitas nas quais sentimentos morais e crenças de reciprocidade estão fixadas. Claro está que não se trata de supô-las naturais e inatas, já que resultam de acumulações culturais fixadas — sabe-se lá como — ao longo do tempo tanto em escalas individuais quanto intersubjetivas e compartilhadas. Falo de um complexo invisível de expectativas de comportamento e de crenças de reciprocidade e pertencimento que, embora presentes, não exigem enunciação explícita quando produzem seus efeitos. A esfera tácita à qual me refiro está presente de modo mais

difuso, como suporte impensado da variedade de juízos e ações dotadas de implicações práticas e morais.

Cumpra a função de marcador primário do que parece aceitável ou não. Sua consistência transparece na determinação de limites do razoável e expectável: é o que se dá a ver em sentenças tão simples quanto quotidianas tais como “isto passou dos limites” ou “não é possível que isso tenha acontecido”. Tais expressões representam o reconhecimento linguístico de algo que se dá no interior dos que falam, no modo do não reflexivo. Parece razoável supor, ainda, que as sentenças aludidas decorram de um sentimento de que algo já posto e estabelecido de modo tácito foi afetado por algum tipo de ação ou ato declaratório.

26

A generalização e a naturalidade de uma linguagem política na qual se crê que tudo pode ser dito, associada a exortações escatológicas e eliminacionistas, supõe a rarefação — ou mesmo desfiguração — de uma dimensão tácita. Um dos lemas fortes dos ocupantes da residência presidencial do Palácio da Alvorada, a partir de janeiro de 2019, dá bem o tom do que sugiro: “nós não conhecemos limites”. Tem-se no sintagma a límpida vocalização do desejo de furar uma dimensão tácita, cuja consistência mínima decorre do próprio princípio da existência de limites. Talvez tenha sido esse o ato declaratório mais radical proferido pelos elementos da nova ordem, que se inaugurava em 2019, já que enuncia o princípio transcendental — ou a metafísica — dos atos singulares de destruição que se sucederiam na ordem do tempo. Não ter limite é tomar-se a si como limite em movimento; é estabelecê-lo em cada ação, para ultrapassá-lo na seguinte. Puro situacionismo: em tal paraíso libertário, cada ato fixa seu próprio limite, para logo a seguir ser superado. O efeito final possível é o da radical reconfiguração da dimensão tácita a partir da naturalização da não regra de que não há limites.

É de grande relevância recolher registros da fala de operadores da destruição ainda em curso no Brasil. Trata-se

nesse caso menos de inovação vocabular do que de consagração da linguagem como portadora imediata de seus efeitos de violência. É o que se pode designar pela expressão *palavra podre*: um ato de fala que quando proferido degrada o espaço semântico e institui um sentimento permanente de ameaça e intimidação. De modo mais abstrato, a palavra podre é uma modalidade de expressão que traz em si seu efeito imediato, seja como preâmbulo de uma ação violenta, como aviso prévio de uma ação deletéria ou como potência de infestação do campo simbólico. Por certo, não inventou seus termos e muitas de suas fórmulas. A novidade na matéria é a ocupação efetuada por essa linguagem de espaços de emissão dotados de grande capacidade de disseminação e de passagem ao ato. Valem, ademais, como furos e frestas pelos quais se dá a ver o “estado da nação”, ou, ao menos, parte dele, para menor desconsolo.

### **Operador da destruição: o homo bolsonarus**

27

Uma das mais brilhantes prescrições da filosofia política do século XVII pode ser encontrada na principal obra do filósofo e polímata inglês Thomas Hobbes, o *Leviatã*, de 1651 (Hobbes, 2003). Trata-se da definição dos engenhos políticos humanos como *animais artificiais*. O Estado é o *animal artificial* por excelência, mas o rótulo pode ser atribuído a qualquer experimento político e institucional com capacidade de vincular, por tempo significativo, seres humanos entre si e a um espaço compartilhado. O substrato *animal* deve-se ao fato de que se trata de artefatos *vivos*, cuja natureza exige cuidados ativos de, digamos, nutrição. São, contudo, *artificiais*, pois decorrem da atividade humana em fabricá-los, sendo os seus autores os únicos dotado do atributo de *inventar animais artificiais*. Quando falamos da “natureza” do Estado ou das instituições, referimo-nos, na verdade, a *naturezas de segunda ordem*, ou seja, a artefatos humanos que, pela duração e inércia, aparecem-nos tal como se fossem naturais.

O assim designado bolsonarismo é um *animal artificial em formação*, posto ativamente em movimento pelos que, na primavera de 2018, sufragaram seu chefe. É um animal superposto ao animal artificial que o precedeu e, em alguma medida, abrigou sua inoculação — o quadro constitucional e institucional vigente no país desde 1988 —, sobre o qual exerce efeitos de degradação e, no limite, de destruição. Para além da detecção da filosofia política ou da fumaça metafísica supostamente inscritas na gênese do animal artificial “bolsonarismo”, importa, a meu juízo, observar os sujeitos empenhados em tais processos de degradação.

Tal movimento, impõe-nos a imagem do *homo bolsonarus*, o homem novo dos tempos distópicos e operador da destruição.

28 O experimento aberto a partir de 2018 não deixa de possuir tinturas revolucionárias. Não é de surpreender que sua agenda seja predominantemente destrutiva. É extensa a fenomenologia da destruição, mas em todos os aspectos o padrão é o mesmo: desfazer as referências normativas que estruturam o animal artificial, versão 1988 (Constituição Federal), e imposição de um novo exemplar, cuja principal lógica seria a da recepção e naturalização dos passivos brasileiros. Há, pois, um horizonte de busca de “naturalidade” no âmago do animal artificial em formação. O aparente paradoxo contém um dos traços mais salientes do novo experimento. Ao dissolver os nexos normativos e regulatórios que conectam a vida social ao mundo público, abre-se um cenário de liberdade natural, de defesa da espontaneidade e dos instintos animais.

O *homo bolsonarus* não pertence à ordem daquilo que se acrescenta ao mundo, como obra da imaginação e da vontade, não importa em que direção. A matéria bruta originária que o compõe releva de estratos arcaicos da experiência histórica brasileira, sempre enriquecida com o passar do tempo. Sobre tal matéria arcaica, há copiosa e excelente

bibliografia, a começar pelo clássico de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata* (Franco, 1969), com sua clássica análise do “código do sertão”, caracterizado pelo predomínio aberto da violência interpessoal, mesmo entre sujeitos próximos e interdependentes.

Não é difícil imaginar o quanto o “teor violento da vida” — para retomar a fórmula do grande historiador holandês Johan Huizinga — pode vicejar em um quadro de dissolução dos nexos normativos entre Estado e sociedade (Huizinga, 2010). A obra de destruição — presente na área ambiental, na neutralização das leis e da fiscalização trabalhistas, no trato dos indígenas, no incentivo à cultura do excludente de ilicitude policial, na supressão da política cultural, entre tantos campos — deixa intocada a espontaneidade das relações sociais.

Se a matéria bruta e originária do *homo bolsonarus* remete-nos a momentos arcaicos da sociabilidade brasileira, sua reunião em um corpo orgânico e ativo, dotado de uniformidade de linguagem e de propósitos, é fruto da implantação do novo animal artificial. Sempre foram perigosos os homens — principalmente homens — violentos entre nós. O que lhes faltava era um ponto de coagulação, capaz de garantir tanto a continuidade de práticas tradicionais quanto a dissolução dos mecanismos de contenção e inscrever as energias espontâneas em um projeto político. O desvínculo entre a sociedade e o Estado é compensado pelo nexo de representação e de vínculo buscado pelo governo com sujeitos excessivos e violentos. Troca-se um nexo normativo e institucional por outro de natureza informal e legalmente heterodoxo. A unidade do nexo informal é garantida pelo seu representante: o chefe.

Mais uma vez, a boa filosofia política do século XVII — refiro-me novamente a Thomas Hobbes — ensina-nos que são os representantes que instituem os representados, e não o contrário como intuitivamente supomos. Na

transformação de uma multidão fragmentada em “uma pessoa” artificial, “é a unidade do representante, e não a unidade do representado, que a faz ser uma” (Hobbes, 2003, p. 141). Ao ver-se no representante, o representado depreende dessa relação especular a presença de um vínculo que lhe confere sentido, enquanto parte de um conjunto maior: ao dizer “ele nos representa”, o representado vê-se a si mesmo como parte de um animal artificial. A novidade deste animal em formação *tra noi* é a de que a incorporação dos representados pelo representante não lhes impõe ou atribui normas e obrigações, mas tão somente a alucinação de que podem agir de maneira livre, dando expressão plena e inculpada de suas pulsões.

O *homo bolsonarus*, portanto, é a um só tempo um animal artificial e natural. Sua natureza decorre tanto dos estratos arcaicos, como da ampla fenomenologia da violência perpetrada a sujeitos contra os quais é suposto haver um direito natural de imposição de castigo e dor: os pobres, as mulheres, os negros, os povos originários, os não heterossexuais. A artificialidade decorre do fato de que sua existência e reprodução resultam de empenho ativo: seguir a natureza e dar curso à distribuição natural do poder exige ação política e institucional. A preservação do padrão predatório que comanda a liberdade natural do *homo bolsonarus* (HB) exige ação concertada e criação de artifícios de destruição política, social, cultural e institucional.

Passo à apresentação de alguns traços básicos do *operador HB de destruição*:

1. Primado da ação direta e da intimidação: o HB é adepto da mais pura e total passagem ao ato; faz da palavra um preâmbulo da ação; a palavra não é convite à pausa, ao pensamento e à internalização da experiência, mas vocalização de uma vontade de agir: tal como o urro “*Acabou, P.*”. O HB é violento e convicto de que as vias de fato são oportunidade ímpar de elucidação, coisa

impossível em cenários habitados exclusivamente por palavras. Por inevitáveis, as palavras, como mandamentos e expressões de adjetivação, são propiciadoras diretas de ações violentas;

2. Horror à mediação e à abstração: o HB é um fundamentalista da linha reta: quer logo abater o inimigo, sem tergiversar. Tem diante de si um desenho de mundo que exige o mais cabal esclarecimento, sendo, portanto, avesso às neutralizações, já que um mundo marcado por mediações camufla a verdade substantiva das coisas. O HB quer clareza absoluta. A clareza do caçador obtida com o abate da caça; a elucidação buscada do perpetrador, cuja plenitude exige a imposição de dor, castigo e morte a suas vítimas. Disto resulta a aversão ao Estado de Direito, o paraíso — para o bem e para o mal — das mediações e a valorização de uma forma de representação simbólica, com pretensões carismáticas. É isto que explica a teoria da democracia abraçada pelo HB: puramente majoritária e concentrada na pessoa do chefe, cuja soberania deve ser indisputada. O HB é, ainda, um fundamentalista do caso concreto.
3. Impermeabilidade à experiência: o HB é portador de uma convicção que o torna impermeável como uma rocha<sup>4</sup>. Há, com certeza, dogmáticos em todos os quadrantes, mas quando a sensação de impermeabilidade se desloca do campo das crenças políticas para os campos da refutação de evidências científicas e da autojustificativa para a ação direta, os danos públicos são indifereçáveis. Ademais, não parece haver variante moderada entre os exemplares da especiação humana *bolsonarus*.
4. 4. Índole libertária: o HB quer fechar o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso, empastelar a

---

<sup>4</sup> Tratei do tema da impermeabilidade no ensaio “Do antissemitismo como paixão: a propósito das *Reflexões sobre a questão judaica*” (Lessa, 2019).

imprensa, a ocupação militar do Poder Executivo e a criminalização dos adversários políticos. Tudo isso, em nome da liberdade. Antes de julgá-los inconsistentes, importa indagar pelos que tomam a liberdade. Um indício: o HB ama pescar em águas proibidas, odeia pagar impostos e obrigações trabalhistas, deseja dar curso livre e inculcado a seus preconceitos e às ações que eles autorizam e, por vezes, exigem, quer andar sem máscaras e usufruir do direito de se contaminar. A liberdade natural, desejada pelo HB, exige a desativação das instituições e normas que garantem toda e qualquer liberdade política e civil. Embora represente-se como uma rocha impermeável, o HB é, no fundo, muito confuso. A tal índole libertária é o complemento comportamental — ou momento subjetivo — do desvínculo entre vida social e estrutura normativa da esfera pública.

## 32 (in)Conclusão

Há pouco mais de cinco anos, quando comecei a refletir e escrever a respeito da destruição imposta ao Brasil a partir da campanha eleitoral de 2018, optei pela recusa a dar um nome a seu principal operador. Dei-lhe, na verdade, um *não nome*: o *inominável* (Lessa, 2018). Um ato, por certo, ficcional: pô-lo fora da linguagem ou, ao menos, retê-lo no lugar reservado pelos sistemas linguísticos ao que não pode — ou não deve — ser dito e acolhido no horizonte semântico comum: o espaço pré-linguístico dos indiscerníveis.

Negar ao fenômeno a perspectiva do nome vale bem como sinal de náusea ética e estética, o que com frequência dá no mesmo. Os “meios físicos”, tal como designados por Hans Blumenberg, subsistem ativos e indiferentes à recusa de abrigo conceptual. Houve, contudo, mais do que tolice nessa recusa a nomear. Na verdade, houve espanto diante da dificuldade de lidar com *algo que se mostra exatamente como é*. O assim chamado “bolsonarismo” não tem o que esconder,



do ponto de vista de seus elementos constitutivos, embora o tenha, do ponto de vista do Direito Penal. Mostra-se tal como é: diante da morte — como no drama social e existencial da pandemia —, não escamoteia seus instintos e a toma como evidência corriqueira do curso natural da vida: “Morrer, todo mundo morre”.

Nossos padrões habituais de conhecimento supõem a presença de opacidade nas coisas do mundo e o princípio segundo o qual o que parece ser nunca deve ser tomado pelo que é. Sendo o elemento velado aquilo que confere sentido ao visível. Trata-se de um atavismo gnóstico indisfarçável e presente em uma atração pelo velamento. A seu serviço, a obsessão conceitual, com sua adição por clareza e distinção, pretende ocupar o hiato posto entre o *visível* e o *oculto* e revelar aquilo que o fenômeno esconde e não manifesta como versão de si mesmo no ato de sua própria aparição.

Mostrar-se como se é consiste em algo extremamente perturbador. Na perspectiva aberta pela filósofa norte-americana Elaine Scarry em obra memorável, aprendemos o quanto a não opacidade está presente na experiência com a dor; o quanto ela é irrecusável e abriga o mais fundo sentimento possível de certeza (Scarry, 1985). O *modelo da dor*, se assim o pudermos designar, encontra-se inscrito na dinâmica dos eventos destrutivos, cujo marcador de verdade reside de modo direto em seus impactos imediatos, no próprio ato da dor, no corpo que sofre. O conceito a isto conferido, como ausente distante, não lida com o imediato dos atos e dos efeitos. No mais, chega com *atraso* e não pode deixar de ser um acréscimo pós-factual. Quando chega, os efeitos já lá estão: topografia de ruínas, escombros e expectativas destruídas.

No que precedeu, pretendi indicar algumas das fissuras abissais, por meio das quais a destruição fez seu trabalho de afundamento. Fez e segue a fazer, pois há um efeito de inércia em seus feitos. Não quis, contudo, conferir à figura da

destruição qualquer dimensão metafísica ou sublime. A despeito de si mesma, pode e deve ser desconstruída. O termo “destruição”, na verdade, é de natureza sobretudo semiótica: vale mais como sinal — como seta — apontada tanto para tentativas de erradicação do que temos de melhor e de afirmação do que temos de pior enquanto experiência acumulada de país.

Não se tratou, enfim, de profecia. Muito menos de maldição, pois já a temos em profusão na dinâmica mesma das coisas. O que é preocupante é a força de dinâmicas de inércia e de aderência, cuja temporalidade é distinta da dos ciclos eleitorais. As coisas permanecem, e, como ensinou sabiamente um ilustre finado brasileiro, “as consequências vêm depois”<sup>5</sup>. Por certo, mas não se sabe bem como e quando virão, diria um observador cético.

### Renato Lessa

34 Professor Associado dos Programas de Direito Constitucional e de Filosofia, da PUC-Rio, Pesquisador Associado do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa e Pesquisador do CNPq.

### Bibliografia

- BAYLE, Pierre. (2014). *De la tolérance: commentaire philosophique*. Paris: Honoré Champion.
- BLACK, Max. (1979). More about metaphor. In: ORTONY, Andrew. (ed.). *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 16-43.
- BLUMENBERG, Hans. (1996). *Shipwreck with a spectator: paradigm of a metaphor for existence*. Cambridge: MIT Press.
- BLUMENBERG, Hans. (2006). *Paradigmes pour une métaphorologie*. Paris: Vrin.
- BLUMENBERG, Hans. (2011). *Descripción del ser humano*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

---

<sup>5</sup> Refiro-me a um comentário feito pelo ex-senador e ex-vice-presidente da República, Marco Maciel. Para um registro direto, ver: Fernandes (2021).

- BLUMENBERG, Hans. (s/d). *Naufração com espectador*. Lisboa: Vega.
- BORGES, Jorge Luis. (1956). *Ficciones*. Buenos Aires: EMECÉ.
- BORGES, Jorge Luis. (1968). La esfera de Pascal. In: BORGES, Jorge Luis. *Nueva Antologia Personal*. Buenos Aires: EMECÉ. pp. 209-214.
- BROWN, Richard Harvey. (1977). *A poetic for sociology: toward a logic of discover for the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CARVALHO, José Murilo de. (1981). *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília, DF: Editora UnB.
- CASSIRER, Ernst. (2001). *Filosofia das Formas Simbólicas*. São Paulo: Martins Fontes.
- COHEN, Marcel. (2021). *A cena interior: fatos*. São Paulo: 34 Letras.
- COMETTI, Jean-Pierre. (2001). *Philosopher avec Wittgenstein*. Paris: Farrago.
- DELBO, Charlotte. (2021). *Auschwitz e depois*. São Paulo: Carambaia.
- DINER, Dan. (2022). “On ‘Auschwitz’: Reflecting on the Meaning of Absolute Death”. *Hurbinek: Revista de Estudos Primolevianos*, v. 1, n. 2, p. 15-21.
- DOUGLAS, Mary. (2010). *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva.
- EMMA — ESPOO MUSEUM OF MODERN ART. (2019). William Kentridge: Other Faces. *Emma*, Espo.
- FAORO, Raymundo. (1975). *Os donos do poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Edusp.
- FERNANDES, Maria Cristina. (jun. 2021). Marco Maciel: da ditadura à democracia, um operador político discreto e leal. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/06/12/marco-maciel-da-ditadura-democracia-um-operador-politico-discreto-e-leal.ghtml>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- FRANCO, Maria S. Carvalho. (1969). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp.
- GIL, Fernando. (1988). *Modos da evidência*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GOODMAN, Nelson. (1995). *Modos de Fazer Mundos*. Porto: Edições ASA.
- HOBBS, Thomas. (1990). *Behemoth or the Long Parliament*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HOBBS, Thomas. (2003). *Leviatã, ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes.
- HUIZINGA, Johan. (2010). *O outono da Idade Média: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos*. São Paulo: Cosac Naify.

- KENTRIDGE, William. (2003). *Felix in Exile: Geography of Memory*. In: CAMERON, Dan. *William Kentridge*. London: Phaidon Press Limited. p. 118-127.
- KUHN, Thomas. (1975). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LAS CASAS, Bartolomé de. (2005). *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*. Madrid: Catedra-Letras Hispánicas.
- LESSA, Renato. (2018). O inominável e o abjeto. *Carta Capital*, São Paulo.
- LESSA, Renato. (2019). Do antissemitismo como paixão: a propósito das *Reflexões sobre a questão judaica*. In: NORBERTO, Marcelo S.; CASTRO, Fabio Caprio Leite de. *Sartre e a política*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- LESSA, Renato. (2020). Presidencialismo de Assombração: autocracia, estado de natureza, dissolução do social (notas sobre o experimento político-social-cultural brasileiro em curso). In: NOVAES, Adauto. *Ainda sob a tempestade*. São Paulo: Edições SESC. p. 187-209.
- LESSA, Renato. (jul. 2020a). Homo Bolsonaro. *serrote*, Rio de Janeiro.
- LESSA, Renato. (jul. 2020b). A Destruição. *Piauí*, Rio de Janeiro.
- LEVI, Primo. (1988). *É isto um homem?*. São Paulo: Rocco.
- LEVI, Primo. (1986). *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEVI, Primo. (2014). Um passado que acreditávamos não mais voltar. In: LEVI, Primo. *A Assimetria e a Vida: artigos e ensaios*. São Paulo: Editora Unesp.
- LOVEJOY, Arthur O. (1936). *The great chain of being: a study of the history of na idea*. Cambridge: Harvard University Press.
- LYOTARD, Jean-François. (1983). *Le Différend*. Paris: Les Éditions de Minuit
- MIDDLEBROOK, M. (1981). *The Battle of Hamburg: allied bomber forces against a German city in 1943*. New York: Scribner.
- MONTAIGNE, Michel de. (1965). *Essais, Livre 2*. Paris: Presses Universitaires de France.
- NOSSACK, H. Max. (2004). *The end: Hamburg 1943*. Chicago: Chicago University Press.
- POLANYI, Michael. (1962). *Personal knowledge: toward a post-critical Philosophy*. London: Routledge & Kegan Paul.
- POLANYI, Michael. (1967). *The tacit dimension*. Garden City: Anchor/Doubleday.
- RBA — REDE BRASIL ATUAL. (2023). *Pandemia: OMS põe fim ao estado de emergência sanitária de covid-19 no mundo*. RBA, São Paulo.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (2016). *Do contrato social*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCARRY, Elaine. (1985). *The body in pain: the making and unmaking of the world*. Oxford: Oxford University Press.
- PORCHAT Pereira, O. (1993). *Vida comum e ceticismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- SEBALD, Winfried Georg. (2003). *On the natural history of destruction*. London: Penguin Books.
- STEPAN, Alfred. (1973). *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven: Yale University Press.
- TARQUINI, Alessandra; SCIROCCO, Giovanni (eds.). (2023). *Giovanni Gentili – Manifesto degli intellettuali fascisti -; Benedetto Croce – Manifesto degli intellettuali antifascisti*. Milano: Media Group.
- TURNER, Mark. (1987). *Death is the mother of beauty: mind, metaphor and criticism*. Chicago: The University of Chicago Press.
- URBINATI, Nadia. (2014). *Democracy Disfigured: opinion, truth and the people*. Cambridge: Harvard University Press.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. (2001). *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp.

## DA DESTRUIÇÃO COMO PARADIGMA

RENATO LESSA

**Resumo:** Este artigo faz uma reflexão a respeito da experiência política brasileira, entre os anos 2019 e 2022, por meio da utilização da metáfora da destruição como possível recurso analítico. Parte de uma crítica à lógica conceitual e, como alternativa, propõe uma fenomenologia da destruição, voltada à detecção e à apresentação dos fatores de desfiguração impostos à sociedade brasileira, no período em questão. A hipótese de fundo é a de que o experimento em questão ultrapassou a lógica estrita dos regimes políticos e se impôs como potência de desfiguração da forma do social.

**Palavras-chave:** Destruição; Palavra Podre; Metáforas; Desfiguração.

### *DESTRUCTION AS A PARADIGM*

38

**Abstract:** *This article reflects on the Brazilian political experience between 2019 and 2022, using the metaphor of destruction as a possible analytical resource. It starts from a critique of conceptual logic and, as an alternative, proposes a phenomenology of destruction, aimed at detecting and presenting the disfiguring factors imposed on Brazilian society during the period in question. The basic hypothesis is that the experiment in question went beyond the strict logic of political regimes and imposed itself as a power to disfigure the form of society.*

**Keyword:** *Destruction; Rotten Word; Metaphors; Desfiguration.*

**Recebido:** 17/05/2024

**Aprovado:** 21/06/2024

# POPULISMO, CRISE ESTÉTICA E MASSIFICAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A TRANSGRESSÃO NO LULISMO E NO BOLSONARISMO<sup>1</sup>

Thomás **Zicman de Barros**

*Pesquisador pós-doutoral no Centro de Ética, Política e Sociedade (CEPS), Universidade do Minho, Portugal, e pesquisador associado ao Centro de Pesquisas Políticas (CEVIPOF),*

*Sciences Po Paris, França*

*e-mail: thomas.zicmandebarros@sciencespo.fr*

*<https://orcid.org/0000-0003-1657-6939>*

**<http://dx.doi.org/10.1590/0102-001032tz/122>**

Este artigo apresenta reflexões preliminares sobre a relação entre transgressão e os populismos no caso brasileiro, e suas implicações para a defesa da democracia. Parte-se da constatação de uma diferença estética entre lulismo e bolsonarismo. Descrever Jair Bolsonaro meramente como vulgar é insuficiente. Seu estilo bufão e mal-comportado, marcado por quebras de protocolo e ofensas, é sem precedentes no país. Para além de Bolsonaro, o núcleo duro de seus apoiadores também é transgressivo. Embora grave, a tentativa de golpe do dia 8 de janeiro de 2023 teve algo de tosco — e talvez seja exatamente esse aspecto que tornou o ataque tão chocante. Em vídeos que circulam nas redes sociais, em meio à depredação da Praça dos Três Poderes, os participantes proferiam improperios

---

<sup>1</sup> Este trabalho é fruto do projeto “Populismo, Demagogia e Retórica em Perspectiva Histórica” (2022.05060.PTDC), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal. Agradeço a Rodrigo Toneto por longas conversas sobre lulismo e transgressão, e a Théo Aiolfi pela parceria nas reflexões sobre transgressão estética e populismo. Sou grato aos dois pareceristas anônimos e a Pedro Lima, cujas observações colaboraram para aprimorar este artigo.

e faziam obscenidades. Em contraste com a transgressão do bolsonarismo, no último período, Lula tem encarnado o papel de defensor da normalidade democrática, do respeito e até do chamado “politicamente correto”.

Tal contraste não é trivial. Ele revela desafios para a vida democrática. Por um lado, é correto dizer que Bolsonaro está acuado. Além de inelegível, ele está sendo investigado em casos que vão de burlescos desvios de joias a tentativa de golpe de Estado. Por outro lado, a conversão de Lula em garante da democracia liberal também indica certo acua-mento. Se por uma década o lulismo encarnou em graus diferentes uma força transgressiva de transformação social e incorporação dos excluídos, hoje parece que o bolsonarismo é o grande agente transgressor na política nacional, a despeito do cerco judicial.

2 Em diálogo com a literatura dos estudos críticos sobre o populismo, mas articulando-a com análises sociológicas, argumenta-se que enquanto persistir como principal força de transgressão, o bolsonarismo seguirá forte no país. Isso porque há processos de massificação e invisibilização que criam terreno fértil para os populismos como força mobilizadora transgressiva. Para desenvolver essas reflexões, este artigo está dividido em três partes. Num primeiro momento, partindo de uma análise do caso brasileiro, discute-se a conexão entre as transgressões estilísticas de líderes populistas e uma outra dimensão pouco desenvolvida dos estudos críticos do populismo: a ideia de que o populismo engendraria uma crise estética ao transgredir as regras do que pode e do que não pode aparecer na política. Retoma-se aqui a categoria de massa, mobilizada nos textos clássicos sobre o populismo latino-americano, para se referir a setores invisíveis cuja entrada na política é siderante, pois transforma a própria maneira como se lê o mundo. A segunda parte apresenta uma tipologia das diferentes formas de se ver as massas no Brasil de hoje, desenvolvendo a distinção



entre três setores: os subalternos, os precários e a ralé. A terceira e última parte avalia como o lulismo e o bolsonarismo lidam com a transgressão, e como isso impacta na mobilização das diferentes frações das massas. Este artigo conclui que apesar de estar acuado, o bolsonarismo tem a iniciativa da transgressão, e por isso está numa posição privilegiada como força mobilizadora.

### **“A crise é, sobretudo, estética”**

“A crise é, sobretudo, estética”. Essa expressão, que ganhou as redes sociais digitais a partir de 2016, descreve bem a política brasileira — e não apenas nesse último período. Na realidade, crise estética é algo que acompanha e define a história dos populismos no país. Em certa medida, ela se expressa no estilo de seus líderes. Em longa pesquisa sobre a história da palavra “populismo” no Brasil, vê-se que os primeiros usos da palavra na imprensa estavam associados às performances de figuras carismáticas como Hugo Borghi, Adhemar de Barros e Jânio Quadros (Zicman de Barros e Lago, 2022). Extravagantes e bonachões, eles fugiam dos protocolos de então e chocavam uma elite bem-comportada. Um influente deputado conservador diria que o populismo é uma “aparência de plebeísmo” contra os modos de uma elite tornados insuportáveis (De Mello Franco, 1953, p. 5). Vale ressaltar que, apesar de ser associado a esse choque estético, quando surge na política brasileira, o rótulo de “populista” não tinha o caráter pejorativo que hoje lhe é atribuído, sendo ao contrário reivindicado por muitos políticos à época (Zicman de Barros e Lago, 2022, pp. 43–47).

Passados quase 70 anos da entrada da palavra “populismo” no léxico nacional, vê-se muitas reencarnações desse estilo. Um bom exemplo contemporâneo é Lula. Suas performances são marcadas por quebras de protocolo e referências populares pouco comuns nos corredores do poder. São constantes as metáforas futebolísticas, as piadas, as referências a seu passado humilde. Lula inclusive brinca com

essa tensão entre o popular e o sofisticado: “Hoje eu falo ‘menas laranja’ e as pessoas acham engraçado, mas quando eu falava em 1989 eu era um ‘anarfa’”, disse ele em um discurso de 2010 no qual sublinhava sua origem pobre e seu estilo desajeitado (Zicman de Barros e Lago, 2022, p. 118).

Quando se pensa na dita crise estética recente, porém, quem se destaca é Bolsonaro ( Zicman de Barros e Lago, 2022). O ex-presidente se apresenta frequentemente de maneira informal, despojada, tosca. Reunia-se com autoridades no palácio presidencial trajando camisetas esportivas e chinelos. Durante a campanha eleitoral, ele se deixou fotografar em uma mesa de café da manhã milimetricamente desarrumada, comendo pão com leite condensado. Já presidente, apareceu em fotos filando um espetinho na rua, sentado em uma cadeira de plástico, deixando cair farofa na calça. Em viagem oficial, divulgou ter tido como refeição macarrão instantâneo, pizza, e ido a um bandejão. Para usar uma noção acadêmica rigorosa, Bolsonaro quer parecer “simpão”.

4

A transgressão bolsonarista assume contornos agressivos. Em sua comunicação, não faltavam referências escatológicas, como nas vezes em que comentou sobre urofilia e sobre a frequência com que o cidadão deveria ir ao toalete. Ainda mais frequente é a presença de xingamentos. Como disse Olavo de Carvalho, ademais um autoproclamado “populista” (Carvalho, 2017a, 2017b), o xingamento é uma estratégia retórica (Carvalho, 2015). Essas transgressões, em grande medida calculadas, serviriam como testemunho de indignação e denúncia da indecência do interlocutor. A intenção é dar a entender que Bolsonaro é autêntico, sincero, não tem papas na língua e diz as coisas como elas são: “manda a real”. A análise dessa dimensão estratégica pode ainda ser aprofundada em um ponto levantado por Vladimir Safatle (2008, p. 97–101). Como ele indica, ao zombar de si mesma, apresentando-se como uma caricatura, como protagonista de uma ópera-bufa, a extrema-direita desarma a crítica.

Bolsonaro não foi o primeiro nem o último a instrumentalizar a transgressão. Como relata Pablo Stefanoni (2021, p. 50), a nova extrema-direita que emerge ao redor do mundo é “viciada em provocar” e no chamado “politicamente incorreto”. Essa transgressão não se restringe aos líderes. Ela se verifica em sua base militante. Alguns dos mais claros exemplos dessa transgressão “vinda de baixo” talvez tenham sido vistos no 8 de janeiro de 2023 no Brasil. É preciso recordar, entre as imagens obscenas referidas na abertura deste artigo, aquela de uma senhora idosa, anônima, vestida da cabeça aos pés com um conjunto estampado com a bandeira do Brasil, arriando as calças para simular uma defecação dentro do Supremo Tribunal Federal (STF). Esse afã transgressivo é potencializado pelo amplo uso que a extrema-direita faz das mídias sociais digitais. As novas mídias não servem apenas para transmitir mensagens transgressivas marcadas por desinformação e pânico moral, mas carregam em si uma dimensão de transgressão. As redes digitais se apresentam como capazes de romper as barreiras de quem pode ou não falar, participar do debate público. Seriam, à primeira vista, um veículo para a expressão da voz dos “debaixo” contra os poderosos.

5

### **Crise, estilo e estética**

Muitos pesquisadores têm buscado formalizar uma teoria performativa do populismo que justamente sublinha como o estilo de líderes populistas traz um aspecto transgressivo. Segundo Pierre Ostiguy (2017), o populismo celebraria o que vem de baixo, em oposição à alta cultura. Para Benjamin Moffitt (2016), o estilo do líder populista seria marcado por “maus modos”: ele seria malcomportado e quebraria o decoro da política tradicional. Théo Aiolfi (2022), por sua vez, define o estilo populista como inerentemente transgressivo e formula uma tipologia de transgressões performativas.

Essa abordagem é muito produtiva, e tem entre os seus méritos o fato de não estigmatizar o populismo. Como é regra nos estudos críticos do populismo, entende-se que os populismos são plurais, e que performances transgressivas podem ser vistas tanto em movimentos emancipatórios quanto em movimentos reacionários. Isso dito, a discussão sobre o caráter transgressivo dos apoiadores de Bolsonaro e das mídias sociais fornece um gancho para apontar limites dessas abordagens. Elas se focam em demasia sobre as performances corporais dos líderes, reduzindo a crise estética a uma questão de estilo (Zicman de Barros, 2023, p. 249). Sozinha, essa perspectiva não dá conta de uma dimensão fundamental do populismo: a sua força mobilizadora. Como Maria Esperanza Casullo (2021) apontou, as performances corporais do líder são sobretudo um instrumento de identificação e mobilização de setores excluídos. De fato, quando se volta à história da palavra populismo no Brasil, percebe-se que o choque, a crise estética do populismo não era associada apenas aos líderes carismáticos, mas também para se referir aos setores sociais — os ditos “setores populistas” — mobilizados por essas lideranças (Zicman de Barros e Lago, 2022, pp. 52-53).

Esse segundo tipo de uso da palavra “populismo” era comum na mídia, mas foi na academia em que foi mais desenvolvido. Hélio Jaguaribe (1954, pp. 139), por exemplo, afirmava que os líderes populistas seriam “vulgares”, mas seu estudo pioneiro sobre o populismo se concentrava na análise desses movimentos como fenômenos de massas. A ideia de massa e conceitos correlatos aparecem em diversas formas na história do pensamento político mundial e brasileiro. Jaguaribe fora influenciado pela tradição heideggeriana, notadamente por José Ortega y Gasset (1929), mas a noção de massa assume espaço importante também no marxismo e na psicanálise. Apesar das diferenças, em todos os casos a massa se refere a elementos que carecem

de representação simbólica. A massa não é um ator político organizado, com projeto e consciência. Ela é marcada por desorganização e marginalização: a massa não se entende e não é entendida como sujeito político. Ela está excluída da ordem simbólica, do espaço das aparências, da política.

Essa interpretação foi muito presente no pensamento latino-americano, influenciando Alberto Guerreiro Ramos (1961), Ruy Mauro Marini (1962), Francisco Weffort (2003a [1965], 2003b [1965]), Fernando Henrique Cardoso (1969 [1965]), Celso Furtado (1966), Octavio Ianni (1968), Gino Germani (1945), Torcuato Di Tella (1965), Jorge Abelardo Ramos (1957) e Ernesto Laclau (1960). Apesar das inegáveis diferenças, todos esses pensadores entendiam que as sociedades latino-americanas no século passado eram marcadas por um processo de desenvolvimento anormal — ao menos quando comparado ao modelo europeu ocidental. Segundo eles, não havia classes sociais bem organizadas na América Latina como havia na Europa. Parte importante do proletariado industrial no continente era composto por um enorme contingente de migrantes do interior que chegavam às grandes cidades e compunham uma nova classe trabalhadora urbana, mas que não tinha histórico de mobilização sindical e luta política. O que imperava eram as dinâmicas de massa: elementos dispersos, desorganizados, desprovidos de consciência de classe. Trabalhadores que até então não tinham voz, que não tinham representação. Submetidos à invisibilização, foi nos movimentos populistas que essas massas encontraram um meio de expressão — e de fato chocaram a sociedade.

Considerar a mobilização das massas sem voz em movimentos populistas permite entender mais profundamente a “crise estética” do populismo. Para tanto, é preciso explicar que a definição de estética aqui empregada é aquela de Jacques Rancière. Voltando à etimologia da palavra, Rancière (2000a, p. 12) define estética como a “partilha do

sensível”. A estética diz respeito ao que ele chama de “regimes de visibilidade” — às regras definindo o que se vê e o que não se vê (Rancière 2000b, pp. 30-31; 1995, p. 142). É a partir dessa definição vasta que Rancière poderá afirmar que a política é sempre uma questão de estética (Rancière 2000a, p. 12). Isso ultrapassa o campo das artes, ou das performances de certos líderes. A política é uma questão de estética porque é uma questão de visibilidade, do que pode ou não pode aparecer na esfera pública. Rancière ensina que as disputas de interesses, valores, identidades que para muitos estão na base da política — e a rigor a própria existência de tais interesses, valores, identidades — são no fundo disputas sobre o que pode e o que não pode ser visto. Seguindo Rancière, entende-se a ideia de populismo não apenas como transgressão estilística, mas como transgressão estética. Para além das performances de líderes malcomportados, o populismo é esteticamente transgressivo quando, ao falar em nome do “povo”, traz para dentro da política elementos que estavam excluídos — o que Rancière (1995, p. 31) chama de “parte dos sem-parte”. A rigor, é possível dizer que o populismo pode até carecer de líderes, mas não pode carecer da mobilização dos invisibilizados.

Vê-se aqui que a ideia de crise estética associada ao populismo não diz respeito apenas a um verniz. Por realizar uma transgressão estética, tensionando as regras estéticas que definem a fronteira entre o que pode e o que não pode aparecer na política e incorporar os invisíveis, o populismo transforma as coordenadas pelas quais se percebe a realidade. É por isso que, como Miguel Lago (2021, p. 17) diz, “populismo” é o nome que se dá para aquilo que não se entende. Ele é siderante porque transforma as coordenadas do possível. Nesse sentido, a crise estética é existencial pois leva o sujeito a se confrontar com os limites da forma como costumava interpretar o mundo e o seu lugar nele. A crise é estética, e por isso mesmo é ontológica.

## Massificação e a força do populismo

Pelo que foi discutido acima, surge a questão nevrálgica deste artigo: por que as performances transgressivas do populismo têm força? E por que notadamente a transgressão da extrema-direita está em ascensão? Na literatura psicanalítica, há amplas discussões sobre a relação entre transgressão e gozo (Glynos, 2003, p. 8). Sabe-se que as fantasias transgressivas de se romper com tabus mobilizam e sustentam discursos. Ocorre que essas reflexões sozinhas não bastam, pois não é todo discurso transgressivo que será bem-sucedido a qualquer momento. Menos de três anos atrás, Pablo Stefanoni publicou o muito debatido livro cujo título em português seria *A rebeldia tornou-se de direita?* (2021), em que relata as práticas transgressivas e “politicamente incorretas” de grupos reacionários. É preciso ler essa obra em seu contexto. Se a obra de Stefanoni tivesse sido escrita há poucas décadas antes, talvez ela não conseguisse a projeção que hoje adquire. Seria um relato aguçado da extrema-direita mundial, mas de grupelhos caricatos, malcomportados, e absolutamente minoritários.

Quais são então as condições para que, como diz Casullo (2021), as performances corporais transgressivas do líder populista se tornem ponto de identificação para largas parcelas da sociedade? Em seu epílogo, Stefanoni esboça, mas não desenvolve, uma teoria sobre a relação entre transgressão estilística e seu “encanto”, sua força mobilizadora que levaria ao sucesso eleitoral (Stefanoni, 2021, pp. 185–196). Como se verá, parte desse sucesso se deve à normalização da extrema-direita, à expansão da rede internacional que conecta e financia esses grupos. Contudo, é preciso considerar outros componentes “estruturais”. De fato, para se entender a força mobilizadora do populismo — em especial o de extrema-direita, do qual o bolsonarismo é expoente — talvez seja preciso escutar o apelo de Federico Tarragoni (2016) por uma reconciliação entre teoria política e sociologia.

Nesse movimento, a noção de massa, tão central nos clássicos latino-americanos, se torna indispensável.

É verdade, há problemas no conceito de massa que precisam ser resolvidos. Um primeiro ponto, devidamente atacado pelos estudos críticos, é que a maioria dos autores clássicos que falava sobre o populismo como um fenômeno de massas o entendia como uma patologia política que marcaria processos de desenvolvimento anormais. O populismo manipularia as massas de maneira irracional para amortecer a luta de classes e impedir transformações sociais reais. Em contraste com um ideal de classe operária consciente, autônoma e racional — que ademais não existe —, as massas eram apresentadas como incapazes de crítica e de inquietações (Zicman de Barros e Lago, 2022, p. 82).

10 Como apontado à época por Weffort, um outro problema da categoria de massa — presente, por exemplo, no trabalho de Jaguaribe — é a tendência a homogeneizá-la (Weffort, 2003b [1965], p. 28). Como Weffort explicava, os ditos “setores populistas”, massificados, não são homogêneos. Já à época, dizia ele, existiam diferentes frações da massa: havia massas do interior e massas das capitais, assim como massas operárias, massas de classe média assalariada, e massas ditas pequeno-burguesas, compostas por pequenos comerciantes (Weffort, 2003b [1965], pp. 28–31). Em outras palavras, havia massas de diferentes tipos, que se comportavam de formas diferentes. O que elas tinham em comum era a desorganização, falta de vínculos de solidariedade e de inscrição simbólica, e consequente exclusão do processo político (Weffort, 2003a [1965], p. 59).

### **Subalternos, precários, e a ralé**

Atualizando as distinções de Weffort, propõe-se aqui um esboço de tipologia, uma chave de leitura para se diferenciar entre pelo menos três facetas das massas contemporâneas. Com inegáveis possíveis intersecções, as massas



de hoje em dia podem ser divididas entre subalternos, precários, e a ralé ou *lumpen*.

A associação entre as noções de massa e subalternidade não é nova. Gayatri Chakravorty Spivak, autora de um denso e influente ensaio intitulado “Pode a subalterna falar?” (1988 [1985]), foi uma importante figura nesse movimento. No entanto, as raízes da conexão entre massa e subalternidade podem ser encontradas ainda mais longe no tempo, na obra de Antonio Gramsci (2021 [1934], Q25 §5). Para Gramsci, o subalterno não é o simples sinônimo do proletariado, como alguns chegaram a interpretar. A rigor, a sobreposição entre essas duas categorias seria pequena. O proletariado é visto por Gramsci como uma classe: um grupo organizado, capaz de liderar um projeto hegemônico. Já os subalternos, como massa, se referem a todos os que não estão organizados e carecem de recursos simbólicos para se entenderem e serem entendidos como sujeitos políticos. Os subalternos estão submetidos à hegemonia vigente e são incapazes de desafiá-la (Gramsci, 1996 [1930], Q3 §48). Em uma passagem de grande atualidade, Gramsci associava grupos de gênero, raça e até religião à subalternidade (Gramsci, 2021 [1934], Q25 §4). Spivak reforça esse entendimento: pode-se dizer que negros, indígenas, mulheres, LGBTQIAP+, entre outros, foram e ainda são invisibilizados, subalternizados. No melhor dos casos, constituem o que Camila Rocha (2019) e outros chamariam de “contrapúblicos” subalternos — grupos dominados com identidades e discursos compartilhados, mas que não conseguem se impor na esfera pública. São precisamente os que não podem falar, ou cuja fala, quando existe, é percebida como simples ruído, ou como chocante e apavorante.

A distância entre esses grupos historicamente subalternizados e o proletariado parece, no entanto, ter se reduzido com o tempo. Há, pode-se dizer, um processo de subalternização do proletariado. Em seus cadernos, Gramsci descrevia o proletariado como “a mais avançada classe subalterna”

(Gramsci, 1996 [1930], Q3 §48), por ser fundamentalmente organizado. É essa condição “avançada” de que falava o sardo que tem se reduzido na medida em que o proletariado se desorganiza. Em outros termos, por todo o planeta se testemunha processos de massificação no mundo do trabalho. A origem dessa massificação, dessa desorganização, é o que se convencionou chamar de precarização. Fruto da desregulação do mercado de trabalho, tais processos datam de pelo menos três décadas, mas foram acelerados com o desenvolvimento de novas tecnologias e o advento do chamado capitalismo de plataformas. Sua principal consequência é a dissolução das redes de proteção e das relações de trabalho tradicionais.

12 Ao redor do mundo, os sindicatos perdem força, e via de regra são obrigados a assumir uma postura defensiva. Cai o poder de barganha, a informalidade não arrefece, tampouco os contratos de curta duração, o trabalho intermitente e por conta própria. A terceirização e individualização dos contratos se expandem em todos os setores de trabalho, em processos que também transferem riscos e custos operacionais da atividade profissional para os trabalhadores. A propalada “flexibilidade” de se escolher quando e quanto trabalhar esconde a realidade de longas jornadas de trabalho e superexploração. Vive-se cada vez mais em uma sociedade de salários rebaixados. Em muitos casos, as pessoas não têm mais emprego, entendido como uma atividade fixa, formalizada e assalariada. Elas têm trabalhos, às vezes mais de um; e, mesmo assim, a cada dia parece que fica mais difícil viver.

É verdade que as relações tradicionais nunca foram dominantes no Brasil. No sentido inverso dos clássicos do populismo latino-americano que tomavam a Europa como modelo, é possível dizer que atualmente o padrão de desenvolvimento histórico da América Latina talvez se torne o novo normal mundo afora. Essa inversão poderia até mesmo explicar em

parte a emergência de populismos no centro do capitalismo, pois vê-se ali a emergência de dinâmicas sociais que estavam na base das experiências populistas históricas na periferia do sistema. De fato, Ruy Braga não hesita em utilizar a expressão “precariado” para se referir às massas do dito período populista brasileiro (Braga, 2012, p. 57). André Singer dizia que o subemprego era a regra no país ao longo do século passado, sendo o traço definidor da fração de classe precária chamada de “subproletariado”, aqueles “destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes”, e que englobariam metade da população brasileira (Singer, 2009, p. 98). Nesse sentido, é importante ressaltar a peculiaridade da condição precária na periferia do capitalismo (Pinheiro-Machado, 2024, pp. 60–61). Ela não se verifica sempre em um movimento de declínio social, como acontece no Ocidente, mas ao contrário, pode vir conjugada a uma ascensão social. Essa era a situação do que Singer batizou como “novo proletariado” que progrediu socialmente na primeira década lulista (Singer, 2015, p. 9). Segundo Rosana Pinheiro-Machado (2024, p. 61), esses novos trabalhadores constituiriam um “precariado aspiracional”: setores de baixa renda, mas acima da linha da pobreza, consumidores que seguem almejando uma melhoria de vida.

Dez anos atrás, nos anos prósperos do lulismo, os teleoperadores, jovens trabalhadores com qualificação mínima, em mercados de alta rotatividade, pareciam ser grandes símbolos desse novo setor social que ascendia rumo a condições precárias (Braga, 2012, pp. 182–183). Passada uma década marcada por reiteradas políticas de austeridade, reformas como a trabalhista e da previdência, crise econômica e avanço do capitalismo de plataformas, os entregadores de aplicativos parecem surgir como a quintessência dessa nova era. Racializados, eles são a evidência de que os impactos da precarização são ainda mais sentidos entre os setores historicamente subalternizados.

Para se entender a dimensão estética desse processo generalizado de massificação, é preciso ressaltar que a precarização econômica vem acompanhada de uma precarização subjetiva. Como sugere Hannah Arendt, o desamparo da massa não é apenas material, mas testemunha uma “perda de mundo”: isolamento, falta de vínculos sociais e colapso de toda uma ordem simbólica (Arendt, 1994 [1954], p. 357, 1998 [1958], pp. 255–257). Com a precarização, dificulta-se a criação de uma identidade coletiva ao redor do trabalho. Como resultado, constitui-se uma classe trabalhadora cada vez mais “carente de recursos organizativos, ideológicos e políticos” (Braga, 2012, p. 37).

14 Para concluir essa apresentação das diferentes formas da massa, é preciso também explicar uma outra noção correlata e, como se verá, relevante para se pensar o populismo de extrema-direita e o bolsonarismo: aquilo que Marx chamava de “*lumpen*”, e Arendt de “ralé”. Aqui as categorias marxianas e arendtianas encontram evidentes paralelos. *Lumpen* e ralé nomeiam setores reacionários nas franjas da ordem simbólica. São, para usar uma expressão que aparece tanto em Marx quanto em Arendt, “o refugio de todas as classes” (Arendt, 1967 [1951], p. 155; Marx, 1979 [1852], p. 149). Um refugio que via de regra passa despercebido, recalcado, reproduzindo-se nas sombras. Se há tantos relatos sobre como a vitória de Bolsonaro foi recebida com choque, espanto, incredulidade, um “terremoto” saído “como que do nada” (Singer, 2021, pp. 705–706), isso se deve em parte à emergência e expansão desses setores. Eles passaram a constituir outra forma de contrapúblico, um contrapúblico não subalterno (Rocha, 2019, p. 6), com potencial para construir uma nova hegemonia. É importante ressaltar que *lumpen* e ralé não são os pobres. Eles emergem em todas as classes sociais, não se restringindo portanto a frações proletárias (Marx, 1978 [1850], p. 51; Rancière, 2007, p. 145). Há inclusive quem fale em “*lumpenburguesia*” ressentida

pela perda de status (Weffort, 2003b [1965], p. 33). A ralé, de fato, é com frequência associada a setores *déclassés*, ressentidos ou frustrados.

Como ressaltado anteriormente, é importante lembrar que entre subalternos, precários e a ralé pode haver muitas sobreposições. A rigor, é possível pertencer ao mesmo tempo a essas três expressões contemporâneas da massa. Como os modos de invisibilização coexistem e se interseccionam, o desafio é refletir sobre as diversas e complexas maneiras pelas quais a “parte dos sem-parte” entra na cena política.

## **Lulismo, bolsonarismo e as massas**

Com a tipologia preliminar das massas esboçada anteriormente, é possível pensar como os diferentes populismos que coexistem na política brasileira — o lulismo e o bolsonarismo — mobilizam setores excluídos cuja entrada na esfera pública é transgressiva.

Ao se estudar a história do Partido dos Trabalhadores (PT), percebe-se que o partido foi pioneiro no mundo. Em grande medida, o que a esquerda europeia tem tentado realizar na última década, com a criação de ditos “partidos-movimento” (Kim, 2023, p. 2), foi algo que o PT fez com sucesso ainda nos anos 1980. Em sua fundação, no entanto, o PT não era um partido populista. Ao contrário, o partido foi fundado se colocando abertamente *contra* o populismo. E essa rejeição não era apenas terminológica. As forças fundadoras do PT queriam criar um partido de sindicatos e movimentos autônomos, organizados, e viam no populismo uma patologia da massa a ser evitada. Mesmo na campanha vitoriosa de 2002, quando o PT já deixara de ser fundamentalmente um partido de movimentos sociais e se tornava uma sigla institucional e eleitoral (Singer, 2010), o partido seguiu distante do populismo. De fato, sintomaticamente, a alcunha não era utilizada para descrever Lula no período

(Zicman de Barros e Lago, 2022, p. 68). Essa rejeição do populismo também se expressou nas performances de Lula nessa corrida presidencial: ele se apresentava então como um candidato “light”, “cor-de-rosa”, bem-comportado, de barba feita, terno bem cortado, e conciliador (Zicman de Barros e Lago, 2022, p. 117).

16 É claro que se pode dizer que havia leves traços de populismo na “primeira alma” do PT (Singer, 2010, p. 89) porque, por mais organizados que pudessem ser, os sindicatos brasileiros eram — e seguem sendo — invisibilizados. Como Lula repete inúmeras vezes, um fator importante na decisão de fundar o partido veio da constatação de que não havia deputados de origem operária em Brasília. Desde a sua fundação, mesmo que de forma incipiente, o PT também incorporou militantes e pautas do movimento feminista e antirracista, subalternizados. No entanto, o PT apenas ganhará contornos explicitamente populistas, inclusive se reconciliando e reivindicando o legado varguista (Zicman de Barros e Lago, 2022, p. 71), quando já no poder. É durante seu primeiro mandato que, sob acusações de compra de votos de parlamentares, amplamente difundidas pela mídia, Lula vê uma crescente erosão de seu apoio entre as camadas médias (Singer, 2009). Essa perda, no entanto, é mais do que compensada por meio de importantes mudanças discursivas de Lula, reforçadas por políticas públicas de inclusão e empoderamento capazes de atrair para as suas bases o subproletariado mencionado anteriormente (Singer, 2009). Setores de baixíssima renda, massificados, dos quais o partido se aproximara um pouco com ajuda das comunidades eclesiais de base e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas aos quais o sindicalismo petista tinha enormes dificuldades em “dar direção” (Singer, 2009, p. 99).

Singer dizia que a força do lulismo entre o subproletariado vinha do seu apelo à estabilidade (Singer, 2009). O lulismo tem uma inegável dimensão conciliatória, mas essa

leitura negligencia a profunda transgressão estética que o animava. Não é por acaso que o realinhamento eleitoral que consolida o lulismo como um populismo se dá precisamente no momento de sua reeleição, quando Lula passa a ser mais transgressivo e a reivindicar a oposição dos “debaixo” contra os “de cima”, dos invisíveis contra os poderosos (Zicman de Barros e Lago, 2022, pp. 71-72). Ele intensifica as referências a seu passado humilde citadas anteriormente, reforçando o contraste entre o sofisticado e o popular. Como o próprio Singer indica, os setores de baixíssima renda, de “escassa visibilidade”, quiseram reeleger um “ex-retirante pernambucano” que tinha as mesmas origens deles (Singer, 2009, pp. 84-85). A partir daí, a oposição do “povo” contra as “elites” foi o mote que deu a tônica de todas as campanhas presidenciais vitoriosas do PT. Para Tales Ab’Sáber (2011), o apelo a tais *habitus* de classe e a oposição retórica aos poderosos, centrais para a identificação carismática com Lula, não seriam mais do que um “teatrinho de fantoches”, em última análise desmobilizador. São inúmeras e justas as análises que afirmam que o lulismo promoveu uma inclusão política feita à baixa intensidade (Singer, 2012). Apesar desses limites, não se pode menosprezar que a perspectiva de transformação social e de aprofundamento da democracia liberal pela entrada das massas na política foi fundamental na emergência do lulismo.

O retorno de Lula à presidência em 2023 ocorre em um contexto significativamente diferente daquele da primeira década lulista. Entre os dois períodos, o país passou por uma profunda crise política, judicial e econômica, que resultou na derrubada de Dilma Rousseff e na prisão de Lula, culminando na ascensão de Michel Temer e Jair Bolsonaro à presidência. Lula volta ao poder, portanto, como líder de uma frente ampla contra a extrema-direita. O antagonismo contra as elites se torna menos central. Da mesma forma, se há uma transgressão impossível de eliminar na figura de um “ex-retirante pernambucano” alçado à presidência

(Zicman de Barros e Lago, 2022, p. 119), nesse movimento de construção de frente ampla Lula isso se afasta da postura transgressiva. Ao contrário, ele encarna certa superioridade moral. Em sucessivos eventos, durante a campanha eleitoral e já como presidente, Lula tem criticado o “baixo nível” de Bolsonaro e do bolsonarismo. Em contraste, ele se apresenta como defensor do respeito e da democracia.

A defesa da democracia e das instituições é fundamental, mas, como a palavra bem indica, trata-se de uma posição defensiva. Lula se converte, paradoxalmente, no garante da ordem democrática, porém perde força seu papel tensionador, de apontar para os pontos cegos da democracia liberal, buscando aprofundá-la e aperfeiçoá-la. É verdade que, para além da extrema-direita, Lula deve haver com um legislativo em hipertrofia, com a indisciplina militar, e com um contexto mundial de redução do poder de ação do Estado. Contudo, é preciso sublinhar que a grande promessa de Lula nesse mandato é de um retorno à percebida prosperidade de 2010, com a reedição dos seus projetos bem-sucedidos. Para além da restauração de certa “normalidade” e defesa de direitos, não é claro para onde o governo pretende avançar. Singer (2012, p. 200) caracterizava a primeira década do lulismo como um “reformismo fraco”, mas discursivamente esse novo período anuncia uma carência de projetos de reforma.

É preciso se perguntar quais os efeitos desse comediamento em termos de mobilização das massas. Sem dúvida um discurso pode ser transgressivo de maneiras muito diversas (Aiolfi, 2022), e sua eficácia na mobilização de setores marginalizados dependerá sempre do grupo sociológico e do contexto de invisibilização em questão. Voltando à tipologia esboçada anteriormente, percebe-se que no contexto atual Lula mobiliza negros, indígenas, mulheres, LGBTQIAP+, apesar de críticas sobre a falta de políticas públicas efetivas para esses grupos subalternizados. A presença de representantes desses segmentos durante a posse enfatiza seu papel central.



A adesão a Lula também se beneficia da rejeição a Bolsonaro. Apesar de a extrema-direita ao redor do mundo por vezes tentar atrair frações dos subalternos (Stefanoni, 2021), no contexto brasileiro a transgressão bolsonarista costuma tomá-los como alvo, o que acaba por afastá-los.

Nesse ponto, fica evidente o choque entre subalternos, que tendem a formar parte da base lulista, e a ralé bolsonarista. É preciso, porém, rever duas hipóteses que buscam explicar essas tensões. A primeira é o “revide cultural”, ou *cultural backlash*: segundo essa tese, o avanço dos subalternizados causaria desconforto e reação por parte de um eleitorado mais velho, masculino, branco, religioso e conservador (Braga, 2023). Em outras palavras, a força dos subalternizados teria atizado a ralé. Se a hipótese do revide cultural não pode ser descartada, Braga (2023) aponta que essa visão é cômoda: ela garantiria à esquerda uma superioridade moral, e não permite entender outros fatores estruturais para além do racismo, do machismo e da homofobia que levam parcelas precárias a aderir à extrema-direita.

Stefanoni (2021) oferece uma perspectiva alternativa, associando o crescente foco dos partidos de esquerda nos subalternizados com um possível negligenciamento dos precários, o que os aproximaria da ralé. Segundo essa leitura, apesar de estarem na encruzilhada entre a luta por expansão de direitos e as ameaças de retrocessos, haveria um crescente grau de organização dos movimentos dos subalternizados e conseqüente incorporação de suas demandas de representação (Stefanoni, 2021). No entanto, essa incorporação se daria “pelo alto” (Braga, 2023, p. 253). O exemplo do grupo Globo, que começou a enfatizar a diversidade em seu elenco (Zicman de Barros e Lago, 2022, p. 105), ilustra uma mudança significativa na mídia, que pode ser vista tanto como uma diminuição da condição de subalternidade quanto como uma abordagem que privilegia certos setores “burocratizados” e “bem comportados” dos movimentos sociais em detrimento

de uma base massificada. Assim, enquanto há uma atenção crescente às ditas questões de “reconhecimento”, a crítica às dinâmicas do capitalismo que afligem os precários sai de cena (Stefanoni, 2021, p. 74).

Essa segunda hipótese é interessante pois critica as apropriações das pautas subalternas que retiram delas a sua radicalidade transgressiva, mas não parece se adequar ao lulismo. Apesar do acuoamento de que se falou acima, Lula não se encaixa no papel de presidente “bem-comportado”. Como também indicado anteriormente, ele se mantém, pelas políticas públicas implementadas, pela memória do seu governo e pela sua figura, um ponto de identificação esteticamente transgressivo, de promessa de transformação social, notadamente entre o subproletariado, sobretudo nordestino. Novamente aqui, a adesão ao lulismo também é reforçada pela rejeição às transgressões de Bolsonaro, que faz constantes comentários depreciativos sobre os mais pobres, apresentando-os como iletrados e dependentes de políticas assistencialistas.

20

A força do lulismo é menos nítida, porém, ao se considerar o “novo proletariado” precarizado. Em 2015, Singer se perguntava qual o destino político dos setores que ascenderam durante o lulismo (Singer, 2015, p. 11). Hoje já há considerável evidência etnográfica sugerindo que a entrada de Bolsonaro entre o “precariado aspiracional” não pode ser negligenciada (Pinheiro-Machado, 2024, pp. 60–61). Baseando-se em um recorte apenas de renda, é possível estimar que Bolsonaro teria obtido mais votos nesse segmento do que Lula, e há indícios de que é nesse estrato que se encontra o núcleo duro do que tenho chamado de ralé bolsonarista (Pinheiro-Machado, 2024, pp. 62–63).

### **Pode o reacionário falar?**

Para se entender a possível conversão de frações do “precariado aspiracional” ao discurso da ralé bolsonarista,

é preciso debater o que se costuma chamar de *mainstreaming*, a normalização da extrema-direita. No entanto, em vez de seguir as abordagens tradicionais, propõe-se aqui examinar a paradoxal “não normalização” desse movimento. Em outras palavras, deve-se estudar como a extrema-direita mantém sua dimensão transgressiva, mesmo enquanto parece ocupar o *mainstream*.

Quando se fala em normalização da extrema-direita, pensa-se muito na chamada “desdiabolização”: a tentativa de políticos de extrema-direita de se distanciar de arroubos de militantes supremacistas e se apresentar como normais, moderados. Em grau tímido, Bolsonaro fez um movimento desse tipo em 2018 — com redução de seus elogios explícitos à ditadura militar e a adesão nominal à democracia. Mas a normalização não ocorre apenas com um movimento dos extremos rumo ao centro *mainstream*. A própria definição do que é o *mainstream* não é algo dado. Por isso, autores como Aurelien Mondon e Aaron Winter (2020) têm alertado para o movimento de atores políticos do centro *mainstream* rumo à extrema-direita, que redesenha os próprios limites do que é o *mainstream*. Eles mostram como, em busca de audiência, de um mal elaborado pluralismo e baseada em falsas simetrias, a mídia tanto pública quanto privada tem um papel central em dar palanque para atores reacionários, permitindo que eles falem desavergonhadamente. Mondon e Winter também apontam como políticos ditos centristas adotam pautas e políticas de extrema-direita na busca em geral malfadada por conquistar esse eleitorado, normalizando suas posições. Pode-se citar, enfim, o surgimento de grupos ainda mais histriônicos — no caso do Brasil, candidaturas excêntricas como as de Cabo Daciolo ou de Padre Kelmon — que fazem personagens da extrema-direita como Bolsonaro parecerem menos extremistas.

O relato de Mondon e Winter é preciso, mas apresentado dessa maneira não permite que se veja a outra faceta

da extrema-direita contemporânea: sua dimensão transgressiva e o apelo que ela produz. Conforme dito, houve um leve movimento de Bolsonaro para moderar seu discurso em 2018, mas se tratou de gesto tímido e de forma alguma decisivo para a sua eleição. Se houve algum “aceno” importante, não foi ao centro, mas ao mercado financeiro. De resto, tal qual apontou Lago, o discurso bolsonarista não é de acomodação. Ao contrário, ele tem traços revolucionários (Lago, 2021, p. 17). Bolsonaro lidera um levante reacionário, e leva as pessoas a se engajarem em um processo de transformação.

A força dessa transgressão bolsonarista na mobilização de parcelas importantes do “precariado aspiracional” deve ser entendida como resultado da frustração com um processo de transformação social truncado. Como Pinheiro-Machado indica, muitos dessa classe aspiracional já integraram o bloco lulista, e foram celebrados enquanto ali se mantiveram. Ocorre que os jovens que haviam entrado no mercado de trabalho durante a bonança da primeira década lulista se tornaram adultos em um momento de crise (Pinheiro-Machado, 2024, p. 65). Para além dos altos e baixos da vida material objetiva entre esses dois períodos, Pinheiro-Machado ressalta o contraste de expectativas em jogo: a promessa de transformação dos padrões de vida e de consumo foi substituída pela percepção de retrocesso e insegurança, acentuada por um ambiente de criminalidade e violência crônicas.

A adesão ao bolsonarismo deve ser vista como um desejo de transformação que muda de lado. Trata-se, no entanto, de uma transgressão paradoxal. Se por um lado existe uma dimensão da extrema-direita que não se normaliza, que mantém vivo o discurso de ruptura, se está lidando aqui com uma transgressão que em última medida reforça modos de dominação e silenciamento. A dimensão contra-hegemonica da extrema-direita tem como horizonte o reforço da hegemonia vigente. Ao mesmo tempo, é precisamente

esse aspecto paradoxal que explica parte de seu apelo. Num mundo que desaba, de precarização econômica e subjetiva, busca-se a transgressão, mas também a autoridade. É por isso que Bolsonaro é um paradoxal ultraconservador transgressor. Como diz Safatle (2015, p. 107), trata-se aqui de uma mistura bricolada de bufão e pai severo. A transgressão de Bolsonaro evoca a mais popular e grosseira máxima do fascismo histórico: “*me ne frego* [estou me lixando]” (Urbinati, 2012, p. x). A transgressão aqui veicula fantasias do triunfo da vontade de um homem viril, que impõe a sua própria lei, que faz o que quiser, na hora que quiser, sem se importar com os outros (Zicman de Barros e Lago, 2022).

À primeira vista, seria possível pensar que o pânico moral reacionário que marca o bolsonarismo é apenas uma cortina de fumaça para avançar com o desmonte do Estado (Hall, 1978, p. 33). Contudo, o bolsonarismo apresenta o projeto de dilapidação de direitos de modo explícito. O fato curioso é que a transgressão promovida pela extrema-direita é frequentemente desprovida de maiores promessas (Stefanoni, 2021). Melhor dizendo, ela não se estrutura ao redor de promessas de expansão de direitos e de inclusão. Ao contrário, a gramática da promessa é estranha a figuras como Bolsonaro. Como ele disse, seu objetivo ao chegar no poder não era construir nada, mas desfazer muita coisa (Lago, 2021 e Zicman de Barros e Lago, 2022). Seu objetivo é desmontar a máquina pública e esvaziar a Constituição de 1988.

A transgressão bolsonarista encontra terreno fértil e reforça uma ética do mérito que acompanha e se torna hegemônica com o avanço da precarização. Apesar de superexplorada, parte do “preariado aspiracional” adere ao mito de que apenas o trabalho duro trará prosperidade (Pinheiro-Machado, 2024, p. 66). A “aspiração” do precariado, que na sua raiz poderia ser um desejo de mudança social potencialmente emancipador, pode se expressar na fantasia de alcançar

estratos sociais superiores num ambiente de competição profunda (Pinheiro-Machado, 2024, p. 73). Nessa perspectiva, a frustração produzida pela transformação social truncada da década lulista se explica atribuindo-se a prosperidade ao mérito pessoal, e não às políticas públicas. Ademais, o Estado é visto como uma entidade que não lhes ajuda e premia quem não trabalha — o subproletariado que Bolsonaro estigmatiza (Pinheiro-Machado, 2024, pp. 61, 65). De forma semelhante, mesmo que haja um desejo de se obter benefícios tradicionalmente associados à sindicalização, os sindicatos e a regulação do trabalho são vistos com hostilidade. Em contraste, as longas jornadas de trabalho não são vistas como um fardo, mas como uma escolha, um sacrifício voluntário em prol de um pretense futuro melhor.

24 Esse discurso é reforçado por fatores tecnológicos e religiosos. No aspecto tecnológico, deve-se considerar dinâmicas de “gamificação” do capitalismo de plataformas. Os aplicativos que dão o ritmo de trabalho de muitos precariados são desenhados com bônus e recompensas que incentivam o prolongamento da jornada e a ética do mérito. No campo da religião, deve-se levar em conta o papel das igrejas evangélicas como ambiente de sociabilidade privilegiado diante da ausência do Estado. Apesar de não haver determinismo, pertencer a uma igreja reforça a ética do mérito, notadamente no caso das denominações neopentecostais adeptas da teologia da prosperidade, quando não da teologia do domínio.

Embalada por essa ética do mérito, a transgressão de extrema-direita promete apenas uma versão potencializada do mundo como ele é. Diante da crescente incapacidade de intervenção do Estado na proteção de seus cidadãos, não se busca reverter tendências, mas acelerá-las até o ponto de ruptura. O Estado surge como um obstáculo a ser removido para o desenrolar de uma guerra de todos contra todos, em que os mais fortes sobrevivem.

## Conclusão

Em artigo recente, Singer questionava se a intentona golpista de 8 de janeiro de 2023 não poderia se revelar como uma “ferida mortal” ao bolsonarismo (Singer, 2023, p. 31). A ralé bolsonarista teria ido longe demais na transgressão, afastando parte da sua base e, sobretudo, acuando Bolsonaro e seu círculo. No entanto, nota-se grande resiliência em suas taxas de apoio, notadamente entre o precariado aspiracional (Pinheiro-Machado, 2024). Este artigo argumentou que, num contexto em que Lula se converte em defensor da normalidade democrática, e no qual o bolsonarismo se mantém como a principal força transgressiva do país, seguirá havendo espaço para a extrema-direita mobilizar uma parte dos setores massificados da população brasileira, convertendo-os ao discurso da ralé.

Para desenvolver esse argumento, este artigo fez uma análise crítica das teorias performativas do populismo, explicando que, para além das performances transgressivas de líderes malcomportados, o populismo envolveria sempre a mobilização de setores invisíveis, daquilo que os clássicos do pensamento social latino-americano chamavam de massa. Por isso ele produziria uma crise estética, pois transforma as próprias coordenadas pelas quais se lê o mundo. Em seguida, esboçou-se uma tipologia das formas contemporâneas de massa, distinguindo entre três categorias: os subalternos, elementos submetidos à invisibilização estrutural; os precários, tanto subproletariado quanto setores aspiracionais confrontados a um mercado de trabalho desregulamentado que superexplora e isola; e a ralé, ou *lumpen*, que reúne elementos reacionários de todas as classes reproduzindo-se às margens da esfera pública e cuja emergência é chocante. Na terceira parte, este artigo explicou como em sua primeira década o lulismo encarnou um discurso de transformação social capaz de mobilizar subalternos e precários.

Com o truncamento desse processo, no entanto, o desejo de transformação de parte relevante do precariado aspiracional teria mudado de lado e aderido ao discurso transgressivo da ralé.

O argumento deste artigo implica que, sem reatar com a transgressão, a esquerda brasileira não conseguirá desarmar o bolsonarismo. Essa constatação não deve ser lida de maneira voluntarista. A precarização e a redução da capacidade de ação do Estado são fenômenos globais, assim como a organização de redes de extrema-direita, e não é por acaso que situações análogas à brasileira se reproduzem em quase todas as democracias liberais. Mesmo considerando apenas a conjuntura local, existem inúmeros motivos para o acuoamento relativo de Lula, notadamente um parlamento arisco e fortalecido e uma insubordinação militar latente a ser debelada. Além disso, Lula não joga sozinho: independentemente do destino judicial de Bolsonaro, o bolsonarismo se estabeleceu como forte concorrente no campo das transgressões populistas, que em alguma medida já calcificam a identificação de parcelas importantes do precariado aspiracional com o discurso da ralé. Com todas as restrições que a conjuntura impõe, porém, não se pode renunciar a dar direção a um desejo de transformação das massas que marca a história do Brasil.

26

### **Thomás Zicman de Barros**

Pesquisador pós-doutoral no Centro de Ética, Política e Sociedade (CEPS), Universidade do Minho, Portugal, e pesquisador associado ao Centro de Pesquisas Políticas (CEVIPOF), Sciences Po Paris, França.

### **Referências**

AB'SÁBER, Tales. (2011). *Lulismo: carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hedra.



- AIOLFI, Théo. (2022). Populism as a Transgressive Style. *Global Studies Quarterly*, v. 2, n. 1, p. 1-12.
- ARENDT, Hannah. (1998). *The Human Condition*. Chicago: The University of Chicago Press. (Original publicado em 1958).
- ARENDT, Hannah. (1994). On the Nature of Totalitarianism: An Essay in Understanding. In: ARENDT, Hannah. *Essays in Understanding, 1930-1954*. New York: Harcourt Brace Jovanovich. p. 307–327. (Original publicado em 1954).
- ARENDT, Hannah. (1967). *The Origins of Totalitarianism* [The Burden of Our Time]. New York: Harcourt Brace Jovanovich. (Original publicado em 1951).
- BRAGA, Ruy. (2023). *A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial*. São Paulo: Boitempo.
- BRAGA, Ruy. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1969). Os agentes sociais de mudança e conservação na América Latina (um programa de estudos). In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. p. 23-50. (Original publicado em 1965).
- CARVALHO, Olavo de. (17 mar. 2017a). Não adianta me chamar de populista, porque eu sou mesmo. *Facebook*, [s. l.].
- CARVALHO, Olavo de. (29 set. 2017b). Podem me chamar de populista o quanto queiram. Sou mesmo, assumido e orgulhoso. *Facebook*, [s. l.].
- CARVALHO, Olavo de. (25 ago. 2015). O uso do palavrão. *Facebook*, [s. l.].
- CASULLO, María Esperanza. (2021). Populism as Synecdochal Representation: Understanding the Transgressive Bodily Performance of South American Presidents. In: OSTIGUY, Pierre; PANIZZA, Francisco; MOFFITT, Benjamin (org.). *Populism in Global Perspective*. London: Routledge. p. 75-94.
- DE MELLO FRANCO, Afonso Arinos. (1953). *A conjuntura nacional: fatores políticos, organização partidária brasileira*. Arquivo C-43-53. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra.
- DI TELLA, Torcuato S. (1965). Populismo y Reforma en América Latina. *Desarrollo Económico*, v. 4, n. 16, p. 391-425.
- FURTADO, Celso. (1966). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GERMANI, Gino. (1945). Anomia y desintegración social. *Boletín del Instituto de Sociología*, n. 4, p. 45-62.

- GLYNOS, Jason. (2003). Self-Transgression and freedom. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, v. 6, n. 2, p. 1-20.
- GRAMSCI, Antonio. (2021). *Subaltern Social Groups: A Critical Edition of Prison Notebook 25*. New York: Columbia University Press. (Original publicado em 1934).
- GRAMSCI, Antonio. (1996). *Prison Notebooks. Vol. 2, Notebooks 3, 4 and 5*. New York: Columbia University Press. (Original publicado em 1930).
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. (1961). *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HALL, Stuart. (1978). Race and 'Moral Panics' in Postwar Britain. In: *Five Views of Multi-racial Britain*. London: Commission for Racial Equality. p. 23-35.
- IANNI, Octavio. (1968). *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Retratos do Brasil, v. 70).
- JAGUARIBE, Hélio. (1954). Que é ademarismo? *Cadernos do Nosso Tempo*, v. 2, p. 139-149.
- KIM, Seongcheol. (2023). Movement parties of the left, right, and center: A discursive-organizational approach. *Constellations*, p. 1-15.
- LACLAU, Ernesto. (1960). Un impacto en la lucha de clases: el proceso inmigratorio argentino. *Situación*, n. 4, p. 17-25.
- LAGO, Miguel. (maio 2021). Batalhadores do Brasil. *revista piauí*, Rio de Janeiro. p. 14-19.
- MARINI, Ruy Mauro. (1962). Reflexões sobre o bonapartismo. *Revista Movimento*, p. 12-15.
- MARX, Karl. (1979). The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte. In: *Marx and Engels Collected Works*. London: Lawrence & Wishart. v. 11, p. 99-197. (Original publicado em 1852).
- MARX, Karl. (1978). The Class Struggles in France, 1848 to 1850. In: *Marx and Engels Collected Works*. London: Lawrence & Wishart. v. 10, p. 45-146. (Original publicado em 1850).
- MOFFITT, Benjamin. (2016). *The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation*. Palo Alto: Stanford University Press.
- MONDON, Aurelien; WINTER, Aaron. (2020). *Reactionary democracy: how racism and the populist far right became mainstream*. London: Verso.
- ORTEGA Y GASSET, José. (1929). *La rebelión de las masas*. Madrid: Revista de Occidente.
- OSTIGUY, Pierre. (2017). Populism: A Socio-Cultural Approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal et al. (org.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press. p. 73-97.

- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. (2024). Why and How Precarious Workers Support Neo-Illiberalism. In: GABRIEL, Markus; KATSMAN, Anna; MILBERG, William; LIESS, Thomas (org.). *Beyond Neoliberalism and Neo-illiberalism*. Bielefeld: Transcript. p. 59-78.
- RAMOS, Jorge Abelardo. (1957). *Revolución y contrarrevolución en la Argentina: Las masas en nuestra historia*. Buenos Aires: Editorial Amerindia.
- RANCIÈRE, Jacques. (2007). *Le philosophe et ses pauvres*. Paris: Flammarion.
- RANCIÈRE, Jacques. (2000a). *Le partage du sensible: esthétique et politique*. Paris: La Fabrique.
- RANCIÈRE, Jacques. (2000b). Biopolitique ou politique? *Multitudes*, v. 1, n. 1, p. 88-93.
- RANCIÈRE, Jacques. (1995). *La mésentente: politique et philosophie*. Paris: Galilée.
- ROCHA, Camila. (2019). “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. *Dados*, v. 62, p. 6-42.
- SAFATLE, Vladimir. (2015). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify.
- SAFATLE, Vladimir. (2008). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.
- SINGER, André. (2023). Lula’s Return. *New Left Review*, n. 139, p. 5-32.
- SINGER, André. (2021). A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, v. 27, n. 3 p. 705-729.
- SINGER, André. (2015). Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. *Psicologia USP*, v. 26, n. 1, p. 7-14.
- SINGER, André. (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, André. (2010). A segunda alma do partido dos trabalhadores. *Novos estudos CEBRAP*, n. 88, p. 89-111.
- SINGER, André. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos CEBRAP*, n. 85, p. 83–102, 2009.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (1988). Can the Subaltern Speak?. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (org.). *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana: University of Illinois Press. p. 271-313. (Original publicado em 1985).
- STEFANONI, Pablo. (2021). *¿La rebeldía se volvió de derecha? Cómo el antiprogresismo y la anticorrección política están construyendo un nuevo sentido común*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores.

- TARRAGONI, Federico. (2016). Du rapport de la subjectivation politique au monde social: Les raisons d'une mésentente entre sociologie et philosophie politique. *Raisons politiques*, v. 62, n. 2, p. 115-130.
- URBINATI, Nadia. (2012). *Liberi e uguali: Contro l'ideologia individualista*. Roma: Laterza.
- WEFFORT, Francisco. (2003a). Estado e massas no Brasil. In: *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 49-65. (Original publicado em 1965).
- WEFFORT, Francisco. (2003b). Política de massas. In: WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 13-47. (Original publicado em: 1965).
- ZICMAN DE BARROS, Thomás. (2023). Les différents populismes des Gilets jaunes : une approche psychosociale. *Nouvelles perspectives en sciences sociales*, v. 19, n. 1, p. 239-278.
- ZICMAN DE BARROS, Thomás; LAGO, Miguel. (2022). *Do que falamos quando falamos de populismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

## POPULISMO, CRISE ESTÉTICA E MASSIFICAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A TRANSGRESSÃO NO LULISMO E NO BOLSONARISMO

THOMÁS ZICMAN DE BARROS

**Resumo:** Este artigo debate a relação entre populismos e transgressão estética num contexto de massificação, a partir de uma análise do lulismo e do bolsonarismo no Brasil. Dividido em três partes, o artigo a princípio retoma a ideia de Jacques Rancière de estética como “partilha do sensível” para discutir a conexão entre as performances transgressivas de líderes populistas e a mobilização de setores invisibilizados, frequentemente associados à noção de massa. Afirma-se que, para além do estilo de seus líderes, o populismo gera uma crise estética ao incluir massas invisibilizadas na esfera pública. A segunda parte estuda os processos de invisibilização e massificação contemporâneos, apresentando uma tipologia das massas no Brasil que distingue entre subalternos, precários e ralé. A terceira parte avalia como lulismo e bolsonarismo lidam com a transgressão e mobilizam diferentes frações das massas. Conclui-se que, para enfrentar o bolsonarismo, a esquerda deve resgatar a transgressão e se reconectar com as massas excluídas.

**Palavras-chave:** Populismo, Transgressão Estética, Lulismo, Bolsonarismo, Estudos Subalternos

### *POPULISM, AESTHETIC CRISIS AND MASSIFICATION: REFLECTIONS ON TRANSGRESSION IN LULISM AND BOLSONARISM*

**Abstract:** *This article discusses the relationship between populisms and aesthetic transgression in a context of massification, based on an analysis of Lulism and Bolsonarism in Brazil. Divided into three parts, the article first takes up Jacques Rancière’s idea of aesthetics as the “partage du sensible” to discuss the link between the transgressive performances of populist leaders and the mobilisation of invisible sectors. It argues that, beyond the style of its leaders, populism*

*generates an aesthetic crisis by bringing the invisible masses into the public sphere. The second part examines the contemporary processes of invisibilisation and massification and presents a typology of the masses in Brazil, distinguishing between the subaltern, the precarious and the mob. The third part assesses how Lulism and Bolsonarism deal with transgression and mobilise different fractions of the masses. It concludes that in order to confront Bolsonarism, the left must recover transgression and reconnect with the excluded masses.*

**Keywords:** *Populism, Aesthetic Transgression, Lulism, Bolsonarism, Subaltern Studies*

**Recebido:** 16/04/2024

**Aprovado:** 18/07/2024



## Errata

No artigo POPULISMO, CRISE ESTÉTICA E MASSIFICAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A TRANSGRESSÃO NO LULISMO E NO BOLSONARISMO, doi <http://dx.doi.org/10.1590/0102-001032tz/122>, publicado no periódico LUA NOVA, número 122, página 1:

Onde se lia:

Thomás Zicman de Barros

Leia-se:

Thomás **Zicman de Barros**



# SISTEMA E ANTISSISTEMA NA CRÍTICA DO BOLSONARISMO<sup>1</sup>

Pedro Luiz Lima

*Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil*  
e-mail: pedrollima@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-7830-5136>

Jorge Chaloub

*Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil*  
e-mail: jchaloub84@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-7990-4496>

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-001036pl/122>

## Introdução

Durante a pré-campanha de Jair Bolsonaro à Presidência, ainda em meados de 2017, começou a difundir-se o conceito de “bolsonarismo”, que logo se tornaria rótulo predileto de jornalistas e cientistas políticos para designar o movimento liderado pelo ex-capitão<sup>2</sup>. Ora relativo ao “conjunto de ideias” e às “performances políticas” dos seus adeptos, ora adotado

---

<sup>1</sup> Este artigo é financiado pela Bolsa de Produtividade do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelo programa Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e pelos editais de iniciação científica de 2022 e 2023 da FAPERJ e de 2022 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>2</sup> Em pesquisa no mecanismo de buscas da página do jornal *Folha de S.Paulo* na internet, a primeira menção registrada ao termo “bolsonarismo” é de junho de 2017. Cf.: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1893641-bolsonaro-arrebata-direita-jovem-e-nordestina-com-ideologia-pa-pa-pa.shtml>.



como preferência eleitoral, ora ainda entendido como índice de devoção ao líder, nova faceta do velho populismo brasileiro, o bolsonarismo impôs-se na terminologia corrente, passando de termo difuso a conceito especializado, quase como se fosse evidente por si mesmo. Adotado amiúde como contraparte radicalizada do “lulismo”, e derivando dele sua aparente validade imediata, o conceito ainda carece de precisão<sup>3</sup>. Não raro, o bolsonarismo aparece como reflexo imediato da empiria – algo cuja existência, de tão inequívoca, não chegaria a demandar justificação.

Apesar, ou por causa, de sua flagrante deflação teórico-conceitual, houve uma relativa corrida nas ciências humanas brasileiras, desde o primeiro momento, para contar-lhe a história, desvendar-lhe os segredos e apresentar a chave interpretativa do bolsonarismo, que pudesse decifrar aquilo que permaneceria autoevidente em sua existência e enigmático em seu devir. Ele existe, portanto, e isso não se prestaria à dúvida, mas as certezas e as convergências cessariam quanto ao processo de sua gênese, aos sentidos de sua emergência e aos possíveis efeitos de sua difusão.

Entre as inúmeras interpretações sobre como e por que emergiu o fenômeno político, há ao menos duas que merecem destaque preliminar precisamente por elidir a gênese do bolsonarismo e, com isso, suprimir a historicidade do processo. De um lado, a inscrição do bolsonarismo na longuíssima duração do “autoritarismo brasileiro” termina por construir uma versão em que parece se tratar de mais uma atualização da velha e renitente substância autoritária,

---

<sup>3</sup> A emergência do bolsonarismo como uma espécie de conceito antitético assimétrico em relação ao lulismo não será aqui propriamente desenvolvida e requer um estudo à parte. Em um contexto de difusão da categoria de lulismo, transformar Bolsonaro em um “ismo” parece resultar de desdobramento intuitivo da sensação de polarização, para além de reproduzir a tendência de analisar a vida política nacional na chave do personalismo. Mas se o lulismo adquiriu maior densidade conceitual, especialmente pelos trabalhos de André Singer (Singer, 2012; Singer, 2018), o bolsonarismo ainda não parece ter tido rendimento analítico equivalente – apesar da extensa produção sobre o tema desde 2018.

transversal aos cinco séculos de história do país (Schwarcz, 2019). Nessa chave, teríamos o autoritarismo como ontologia brasileira, um modo genérico de ser do país, de que o bolsonarismo seria apenas uma entre tantas variantes. Acenando a versões menos nuançadas das interpretações do Brasil, a hipótese do bolsonarismo como espelho do *modo de ser nacional*, o *telos necessário de uma viagem redonda*, permanece rente a uma intuição corriqueira quando da emergência do fenômeno: estaríamos diante da real e autêntica manifestação da verdade do que o país sempre teria sido, mesmo quando sob a aparência de eventuais avanços. Bolsonarismo como forma de manifestação de uma ontologia, como verdade última e contínua de um longo processo histórico: essa é a primeira forma de ocultar sua historicidade, radicalizando sua presença como primeiro motor da História.

Por outro lado, o bolsonarismo aparece como patologia coletiva, desvio de massas manipuladas pelas redes e igrejas (Castro Rocha, 2021). Na chave de uma “dissonância cognitiva coletiva”, limita-se a agência das pessoas e simplificam-se de tal forma os conflitos sociais e a dinâmica das identidades ideológicas que, por fim, o bolsonarismo restaria apenas como delírio. Nesse caso, o problema não reside em reconhecer o papel prolífico e a presença difusa do delírio no mundo social e político, mas em tomá-lo como marca exclusiva de uma identidade pública atribuída a alguma alteridade radical. Por essa via, a tessitura necessariamente complexa e diversa da história, densa de intencionalidades, contradições e contingências, soçobra diante da *unilateralidade* de uma massiva e aterradora ilusão. A ênfase na suposta descoberta das fontes primevas do discurso bolsonarista, como o livro *Orvil*, funciona antes no sentido da edificação de um mito de origem do que como parte de um processo de reconstrução histórica da trajetória da direita brasileira, o que poderia eventualmente sugerir hipóteses interpretativas para o protagonismo de Bolsonaro.

A nosso ver, seria preciso situar o bolsonarismo entre essas duas alternativas extremas, apreender sua concreitude além do mero delírio coletivo e aquém da substância autoritária trans-histórica. Nem ontologia, nem falsa consciência. Nesse plano intermediário, a crítica do bolsonarismo não pode prescindir da reconstrução de sua gênese histórica. E ali nos aproximamos da tese sobre a qual incidirá a análise a seguir, sobre o suposto caráter antissistêmico do bolsonarismo.

Na busca pelos pressupostos e implicações da interpretação do bolsonarismo como antissistema, pretendemos reconstruir os usos e sentidos do conceito de bolsonarismo e perceber como ele incide no debate da última década sobre crise democrática e ascensão das direitas no país. Para tanto, concentramo-nos em duas das interpretações de maior fôlego sobre o conceito, de Marcos Nobre e Rodrigo Nunes.

4

A escolha pela análise dos livros — e não da mobilização do conceito pela imprensa ou por lideranças políticas, por exemplo — decorre do enquadramento teórico deste trabalho, que pretende inserir as duas contribuições em um debate mais amplo sobre as interpretações contemporâneas do Brasil. Como argumentamos em outro artigo (Chaloub e Lima, 2018), um dos caminhos atuais do pensamento político-social brasileiro consiste em reconstruir analiticamente produções que, por sua pretensão de totalidade e desejo de intervenção na conjuntura, possam ser enquadradas como esforços contemporâneos de interpretação do Brasil. Longe de opor análises de conjuntura a trabalhos acadêmicos especializados, trata-se de buscar interpretar as linguagens políticas e a imaginação social a eles subjacente. Neste artigo, lemos as obras de Marcos Nobre e Rodrigo Nunes a partir dessa perspectiva. A despeito de suas especificidades e nuances de estilo, ambas as obras são atravessadas por um sentido convergente que permite identificá-las como variantes de

uma mesma linhagem<sup>4</sup>. No centro desse campo teórico está o conceito de bolsonarismo.

Para analisá-lo, recorreremos à *História dos Conceitos*, de Reinhart Koselleck (2006). A análise do conceito de bolsonarismo é, desse modo, relacionada à historicidade das construções teóricas e às disputas políticas em torno do léxico político, o que nos termos do historiador alemão é definido a partir da relação entre “horizonte de expectativa” e “espaço de experiência” (Koselleck, 2006). O objetivo é reconstruir uma parte relevante das disputas políticas e conceituais da política brasileira contemporânea, de modo a perceber como elas articulam, mesmo que de forma não evidente, pressupostos normativos e representações históricas, apontando, com isso, para projetos de futuro.

Tomamos, assim, suas obras como material para compreender a construção de certas imagens e interpretações públicas do bolsonarismo. Se existem, por um lado, outros caminhos metodológicos, como o de analisar o próprio discurso de Jair Bolsonaro ou de seus apoiadores, esforços sem dúvida importantes, propomos neste artigo uma via diversa: analisar o bolsonarismo a partir de interpretações construídas por autores críticos ao fenômeno. Temos, assim, a vantagem de perceber os efeitos mais amplos do novo protagonismo da ultradireita, do movimento político liderado pelo

5

---

<sup>4</sup> Cumpre assinalar que se trata de obras com formas distintas: enquanto *Limites da democracia* (Nobre, 2022) se apresenta como um estudo de fôlego sobre a política brasileira contemporânea da década pós-2013, em continuidade à obra anterior de Nobre sobre o “pemedebismo” (*Imobilismo em movimento*, 2013), *Do transe à vertigem* (Nunes, 2022), por sua vez, é uma coletânea de ensaios de filosofia pública. Malgrado, contudo, as diferenças em termos de formato, sistematicidade e amplitude histórica das obras, entendemos que suas afinidades justificam a aproximação aqui defendida: elas partilham um esforço comum de interpretar a política nacional a partir de perspectivas inscritas no campo da filosofia política (e da teoria crítica, com suas variantes), nublando a fronteira entre análise empírica e estudos teórico-normativos. E a partir desse terreno comum, ambas as obras desenvolvem, como argumentaremos, diagnósticos similares do tempo presente e empregam, notadamente, um conceito afim de bolsonarismo para compreender a ascensão da extrema-direita no país.

ex-presidente e da crise democrática brasileira sobre o imaginário político e a esfera pública brasileira, o que expõe, de forma indireta, mas não menos produtiva, os efeitos dos discursos, ações e performances da ultradireita brasileira. Entre os escritos sobre bolsonarismo analisados, trataremos mais detidamente da caracterização do fenômeno como antissistêmico, não apenas por sua centralidade nas mencionadas obras, mas também por entendermos que se trata de um caminho particularmente profícuo para acessarmos as leituras de conjuntura que sustentam a formulação do conceito. Afinal, para tratar de perspectivas antissistêmicas, é necessário definir, mesmo que de forma minimalista, traços do sistema contra o qual essa perspectiva se volta.

6

A seleção das obras dentro da bibliografia mais ampla sobre bolsonarismo se explica, portanto, pela centralidade que os autores conferem à dimensão antissistêmica do bolsonarismo. Por um lado, os dois livros se afastam das duas vertentes da bibliografia já mencionadas anteriormente: tanto a que privilegia uma chave mais culturalista, preocupada com a longa duração do autoritarismo brasileiro (Schwarz, 2019), quanto a que valoriza a “dissonância cognitiva” dos “bolsonaristas” (Castro Rocha, 2021, 2023). Por outro, os livros pretendem conjugar uma análise da crise do sistema político brasileiro, ausente em boa parte das obras que tratam das direitas contemporâneas no Brasil (Cassimiro, 2018; Messenberg, 2018; Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023; Gonçalves e Caldeira Neto, 2020; Rocha, 2021; Cesarino, 2022; Chaloub, 2023; Barboza Jr e Casarões, 2023), com uma análise mais aprofundada do campo das direitas, o que não se encontra nos trabalhos mais preocupados com a “crise da democracia” (Biroli, Machado e Vaggioni, 2020; Lynch e Cassimiro, 2022; Limongi, 2023; Alonso, 2023). A construção do conceito de bolsonarismo como antissistêmico tem, nesse sentido, um papel fundamental na articulação daquelas duas

dimensões, além de embutir, como veremos, problemas e limites para a análise dos fenômenos abordados.

A seguir, argumentamos que a ênfase na oposição ao sistema sublima um dos elementos centrais da conjuntura, a radicalização autoritária da direita tradicional, e produz (a) uma reiteração do dualismo Estado-sociedade (típico de longa tradição do pensamento político brasileiro); (b) uma sobreposição de diferentes atores do campo das direitas (ultradireita, direita tradicional, nova direita, bolsonaristas); e (c) uma importação pouco mediada de conceitos e contextos relativamente exógenos ao caso brasileiro. Sem ignorar que a retórica antissistema é um traço central de vários atores ostensivamente próximos a Jair Bolsonaro, assim como ocorre com outras lideranças globais da ultradireita, e que ocorreu uma mudança das elites políticas brasileiras da última década, argumentamos que a ênfase na oposição entre sistema e antissistema naturaliza as representações da ultradireita sobre sua própria trajetória, retrata como homogêneo um campo diverso e simplifica a construção da coalizão de ultradireita vitoriosa nas eleições de 2018.

7

### ***O bolsonarismo e o sistema***

A popularização do argumento sobre a existência de um amplo sentimento antissistema na sociedade brasileira remonta às mobilizações de Junho de 2013. Os formuladores da interpretação buscam nos persuadir de que teria havido no país um processo societário de amplo alcance, evidenciado em 2013 e hipostasiado cinco anos depois, quando da eleição de Jair Bolsonaro. Assim como as leituras centradas no conceito de *polarização*, a tese tende a tomar a *sociedade brasileira* como unidade de análise: a polarização tem como referente a sociedade como um todo, assim como o sentimento antissistema também teria se difundido a partir dela, atravessando-a de alto a baixo.

8 Parece-nos que ao situar a gênese do bolsonarismo no âmbito indistinto da sociedade, sem maiores diferenciações de caráter sociológico ou mesmo ideológico, arrisca-se perder de vista o nervo central do antagonismo político da última década no Brasil. A tese da polarização pressupõe, via de regra, uma relativa equivalência entre lulismo e bolsonarismo que, no limite, legitima o segundo ao distorcer o primeiro. Assim, a experiência notoriamente moderada de um governo de coalizão liderado por um partido de esquerda aparece na mesma métrica que uma política da ultradireita conduzida abertamente para esgarçar e destruir a democracia e o Estado de direito. Algumas críticas recentes do populismo, de corte liberal ou pós-estruturalista, costumam induzir a essa equivalência (Lamounier, 2016). Em meio à polarização generalizada, ou à difusão de um sentimento antissistema, a inflexão autoritária do campo da direita no Brasil passa a segundo plano, quando não termina diluída como efeito secundário de macroprocessos sociais que lhe ultrapassam: não seria um fenômeno do campo da direita, mas sim da *sociedade*. Assim o que precisaria ser explicado — o devir autoritário da direita — passa a ser negligenciado ou, quando muito, tratado como epifenômeno.

Os limites da tese da polarização foram devidamente assinalados pela falsa simetria que inevitavelmente embute (Nunes, 2022). Já a caracterização do bolsonarismo como parte de uma ideologia ou de um movimento antissistêmico ainda precisa passar pelo crivo de uma análise crítica — tarefa que pretendemos contribuir com este artigo. De partida, cabe notar que a dissolução do antagonismo político nos parece ainda mais proeminente na versão antissistema do que na hipótese da polarização. Nesta última, ainda que a falsa equivalência entre os dois polos implique um rebai-xamento da compreensão da conjuntura específica onde emerge o bolsonarismo, persiste em seu horizonte ao menos alguma dinâmica antagonística entre esquerda e direita

(mesmo que sob forma distorcida). Quando se enfatiza o caráter antissistêmico não apenas do bolsonarismo enquanto tal, mas também do processo de sua gênese, temos um deslocamento decisivo da luta política, que sai do eixo esquerda/direita, ou do eixo liberal-conservadorismo/socialismo, e passa a operar no registro sistema-antissistema. Nesse registro, percebe-se uma relativa dessubjetivação da política, quando ao menos um dos contendores é “o sistema”, isto é, uma estrutura que atua para além da agência intersubjetiva ordinária. Se a luta política passa a se travar entre a difusa revolta antissistema, de um lado; e o sistema, de outro, com seus mil nomes (Estado, neoliberalismo, república, “pemedebismo”), então somos praticamente impelidos a olhar com mais empatia para o campo antissistema, ou ao menos a legitimá-lo *a priori* — o que fragiliza a construção de uma perspectiva crítica sobre a gênese do bolsonarismo.

Essa perspectiva também impede uma melhor compreensão dos complexos mecanismos de produção do fenômeno, que passam não apenas por fora do sistema, mas decorrem de uma reacomodação de forças e relações dentro do próprio “sistema”, com a radicalização de alguns atores da direita tradicional contra certos pressupostos da ordem de 1988 sem que tenham, contudo, assumido a defesa explícita de uma ruptura constitucional. Por outro lado, no afã de “levar a sério os atores”, procedimento teórico-metodológico sem dúvida indispensável, parte da bibliografia acaba por naturalizar suas visões de mundo e tomar as narrativas dos atores como fatos, lendo-as como *transparentes* e *sinceras*.

Nesse movimento, a oposição liberais-antiliberais, por meio da qual certa intelectualidade brasileira visava reduzir a democracia e os processos de democratização ao arranjo liberal (Lamounier, 2016), transmuta-se na díade sistema-antissistema, com uma inversão de valência — nesse caso, é uma fração influente da intelectualidade do campo da esquerda que termina por simplificar a dinâmica das insatisfações,



demandas e carências ao limitá-la ao “sentimento antissistema” (Nobre, 2022; Nunes, 2022; Safatle, 2017).

Duas das melhores obras sobre política brasileira contemporânea foram publicadas em 2022 pelos filósofos Marcos Nobre e Rodrigo Nunes. Representantes sofisticadas das interpretações do bolsonarismo como um fenômeno antissistêmico, as obras são relevantes para expor os vínculos entre essa tese e certo padrão de interpretação da cena política brasileira da última década. Ao estabelecer uma relação entre novidade e crise, elas apresentam uma teoria sobre a erosão democrática da ordem de 1988. Pretendemos analisar três aspectos das duas obras, todas com ênfase na caracterização da crise política brasileira e do bolsonarismo como alimentados por um sentimento antissistêmico: (a) as interpretações sobre Junho de 2013; (b) as relações entre as direitas hegemônicas após a redemocratização e as “novas direitas”; (c) as analogias entre o cenário brasileiro e o norte-americano.

10

### ***O lugar de Junho***

As obras tomam as mobilizações de Junho de 2013 como ponto de partida para a compreensão da conjuntura em que ascendeu a ultradireita, o que se dá a ver pelos termos quase idênticos empregados no subtítulo do livro de Nobre: “De junho de 2013 ao governo Bolsonaro”, e no título do ensaio de encerramento da coletânea de Nunes, “Como chegamos aqui? De junho de 2013 a Bolsonaro”. Ambas pretendem desconstruir criticamente a narrativa de uma relação causal linear entre os protestos de rua de 2013 e a eleição presidencial de 2018, tal como apresentada pelos que interpretam Junho de 2013 como o “ovo da serpente” da ultradireita nacional (Chauí, 2013; Santos, 2013; Souza, 2015; Lima e Hajime, 2018).

Curiosamente, contudo, e mesmo que se mostrem atentos a mediações entre os dois eventos, Nobre e Nunes

terminam por endossar, com sinal invertido, a vinculação entre Junho de 2013 e o bolsonarismo que principiam por criticar. Não mais, evidentemente, uma relação linear que atribui “fascismo” ou complotismo direitista às mobilizações, mas o esforço de compreender como o clímax do sentimento antissistema no país teria sido melhor aproveitado pelas hostes da ultradireita do que pelos protagonistas do campo da esquerda.

Vejam os termos do debate, antes de passarmos a seus pressupostos e implicações. Desde *Imobilismo em movimento* (Nobre, 2013), Nobre pensa a política brasileira a partir da distinção entre sistema político e sociedade, chegando mesmo a falar em “blindagem do sistema político contra a sociedade” (Nobre, 2013, p. 11), “desconexão entre sociedades e sistemas políticos” e em uma “atitude de absoluto fechamento [do sistema político] à sociedade” (Nobre, 2022, p. 31). Ilustrando a convergência de perspectivas, Nunes articula que “o sistema responde[u] ao choque de 2013 reforçando ainda mais sua autonomia em relação à sociedade” (Nunes, 2022, pp. 167-8), em um quadro global de “relativo descompasso entre instituições políticas e sociedade” (Nunes, 2022, p. 13). As noções empregadas não dão margem a qualquer ambiguidade acerca da radical exterioridade que se postula entre as duas entidades (sistema e sociedade): blindagem, desconexão, fechamento, autonomia e descompasso.

Uma vez erigida a dicotomia, e transformada no eixo-síntese das tensões políticas e sociais do país, Junho de 2013 passa a ser o momento crucial de uma encruzilhada política em que a esquerda governista e o sistema teriam ampliado de vez o abismo que os separaria do “impulso social antissistema”, dos “sentimentos antissistêmicos” (Nobre, 2022, p. 19; Nunes, 2022, p. 51). Ali, pois, em Junho de 2013, teria se dado o desenlace fundamental a partir do qual o bolsonarismo se tornaria possível (ainda que não necessário), o evento decisivo em que os lados teriam sido escolhidos e no qual a luta

política (ou a renúncia à luta política) teria resultado no progressivo entrelaçamento dos “desejos antissistêmicos” com o campo da direita e da ultradireita (Nunes, 2022, p. 77):

Com a esquerda não petista neutralizada e o PT cada vez mais identificado com o establishment, o caminho ficaria livre para que a direita pudesse se reivindicar como legítima herdeira de 2013 (Nunes, 2022, p. 187).

Sob crescente hegemonia da direita e, a partir de 2018, da extrema direita, a energia social de Junho foi canalizada para uma organização em termos de uma oposição extrainstitucional (Nobre, 2022, p. 19).

12 No contexto de quatro vitórias sucessivas em eleições presidenciais, entre 2002 e 2014, é persuasiva a história de uma cooptação da esquerda, ou de grande parte dela, pelo “sistema”. Talvez nem se trate propriamente de cooptação, mas antes de servidão/identificação voluntária (Oliveira, 2010; Vianna, 2009). Parece igualmente verossímil a ideia de que, na fenda aberta por Junho de 2013, a incapacidade da esquerda foi, senão o fator decisivo, ao menos um componente crucial do desenrolar dos acontecimentos. Pelos vacilos da esquerda, a luta pela hegemonia da “energia social de Junho” teria sido vencida pela ultradireita. Não nos cabe discordar do inventário de erros atribuídos ao Partido dos Trabalhadores (PT), que os autores citados, e tantos outros, costumam elencar (Nunes, 2022; Nobre, 2022). Cabe, antes, um questionamento sobre os termos mesmos do debate: houve luta pela hegemonia da “energia social de Junho”? Ou ainda, o que é a “energia social de Junho”? É razoável subsumir Junho de 2013 à eclosão de um irrefreável sentimento antissistema? E se Junho tiver mesmo sido um momento de fervor antissistêmico, é razoável projetar esse impulso como o aspecto determinante da história que se lhe seguiu? Em

outros termos, a disputa (ou a não disputa) sobre a herança de Junho de 2013 constitui o feixe decisivo de antagonismo político que explica a gênese do bolsonarismo?

Nunes e Nobre partilham de uma concepção de “energia social” que permanece pouco desenvolvida em seus trabalhos. Nesse sentido, Nunes associa a “energia emergente” à “irrupção de um sentimento antissistêmico informe, mas potente” (Nunes, 2022, p. 119), enquanto Nobre cita “uma energia social de protesto dispersa e difusa” (Nobre, 2022, p. 130). A potência sem forma daquela “energia” apareceria assim como um dado da realidade que espera sua tradução política. Ela teria sido canalizada, *a posteriori*, dada a impermeabilidade do sistema (e da esquerda institucional), para uma direita supostamente antissistêmica, mas a ideia de uma indeterminação ideológica originária das manifestações desponta como um dado da realidade que prescindiria de argumentação. Apesar da sua vaga identidade, a energia social, relativamente inerte, teria se deixado “vampirizar”, entre outros, pelo lavajatismo (Nobre, 2022, p. 19). Nesse quadro, o vínculo entre Junho de 2013 e a emergência do bolsonarismo seria pensado a partir da dissociação entre conteúdo (a revolta) e forma (a roupa-gem ideológica) – restando não resolvida a questão de saber como uma energia social “informe”, “difusa” e “dispersa”, mas sempre pressuposta como radicalmente democrática, teria se tornado antidemocrática.

Note-se que a vitória final do “impulso social antissistema” teria adquirido uma coloração direitista ao longo do tempo, não por necessidade, mas por uma série de contingências. Não obstante a bem fundamentada recusa dos filósofos a qualquer leitura teleológica da história, que atribuisse ao início do processo algo que apenas se veio a saber ao final (Nunes, 2022; Nobre, 2022); e não obstante o louvável pressuposto democrático radical que orienta suas leituras, segundo o qual se deve sempre refutar um tratamento do *demos* como sujeito político irreflexivo e heterônomo – parece-nos possível identificar, na

forma como se afirma o primado do sentimento antissistema, a premissa de uma virtude intrínseca às expressões e manifestações do povo. Como se a autenticidade do povo enquanto sujeito político estivesse necessariamente atrelada a um dado sentimento e a mais nenhum outro. E, principalmente, como se não houvesse distinções e conflitos políticos no interior mesmo do povo. Dessa forma, projeta-se que aquilo que uma parte do povo sente é a verdade da sua posição enquanto povo, e a vitória política da ultradireita passa então a ser encarada como o resultado de sua maior aptidão, ao menos conjuntural, para perceber o efetivo sentimento do povo – e tudo isso, não custa lembrar, em um contexto de eleições francamente divididas. Sobre a outra parte do povo, que não entra no argumento, pouco se diz. Os trechos a seguir ilustram, a nosso ver, o encadeamento acima mencionado:

14

Se a extrema direita, ao recorrer à desinformação ou a qualquer outro subterfúgio, conseguiu mobilizar as paixões antissistema de milhões de pessoas que se sentem desassistidas e deixadas para trás, é porque esses sentimentos *existem*. Isso é, a mensagem da extrema direita só é convincente porque um grande número de pessoas acredita que há, de fato, algo profundamente errado com o sistema político e econômico atual (Nunes, 2022, p. 59).

Mas a força ‘de fora do sistema’ que se mostrou em Junho de 2013 foi não apenas ignorada pelo sistema político como não conseguiu se ‘constituir estruturalmente’ [...]. Esta a origem mais profunda do travamento que acabou por levar à eleição de Bolsonaro em 2018: o sistema partidário fez de tudo para conter e dissipar a energia social de Junho [...] (Nobre, 2022, p. 71).

É importante, de fato, não reduzir o apoio massivo a Bolsonaro à desinformação ou ao (auto)engano, mas entre

a adesão política motivada por erro ou ilusão e aquela derivada da legítima revolta social, há muitas possibilidades. Afirmar a existência de algum nexos profundo necessário entre a “resposta política” da ultradireita e o “descontentamento social” equivale, no limite, a afirmar uma relação de expressividade imediata entre o povo e suas privações, demandas e urgências. Como se tudo o que o povo fosse capaz de expressar derivasse, por necessidade, dessa cadeia de interesses objetivos. Aqui importa menos que o “povo” seja na verdade uma parte do povo, mas sim a suposta necessidade daquela expressão: o problema do argumento reside, em termos rousseauianos, em confundir a vontade geral (infallível por definição) com as escolhas do povo (sempre falíveis), como se estas não se inscrevessem no plano radicalmente contingente da linguagem e da retórica. Em suma, como se a linguagem fosse um mediador neutro dos afetos, tornando-os assim autoevidentes para seus portadores. Não é porque há “algo profundamente errado com o sistema político e econômico atual” que toda e qualquer manifestação política de “milhões de pessoas” deriva daquele bem fundado descontentamento. Podemos identificar uma certa intuição materialista implícita quando Nunes associa a emergência do bolsonarismo a uma “demanda verdadeira”, afirma suas “raízes suficientemente profundas” e endossa o lugar comum de que “o bolsonarismo é maior que Bolsonaro” (Nunes, 2022, p. 8) – mas seria o caso de considerar que a dialética entre base e elite, ou entre sociedade e sistema, não se move necessariamente apenas em um sentido.

Nesse sentido, afirmar que a ultradireita conseguiu mobilizar as paixões antissistema “porque esses sentimentos existem” é uma petição de princípio: restaria precisamente explicar se tais sentimentos realmente existem, como eles se expressam, e por que eles constituiriam a variável determinante da conjuntura aberta em Junho de 2013. Se

é convincente a tese de que o “impulso social antissistema” não teria necessariamente que se traduzir em uma política de ultradireita, falta a essa teoria crítica assumir a fundo a avaliação recíproca de que tampouco a adesão política a tal campo *teria necessariamente* que partir de sentimentos antissistema: assim como o *telos* de um processo político é indeterminado e aberto *a priori*, também seria analiticamente prudente suspender o juízo sobre seus pontos de partida, quase sempre múltiplos, complexos e contraditórios.

### **O lugar das direitas**

16 O sentimento antissistema surge, nos dois livros, como consequência do fechamento da ordem política de 1988, supostamente incapaz de absorver novos atores e formas de expressão da sociedade civil. Junho de 2013 seria a expressão de um potencial democrático não absorvido por um Estado impermeável às demandas democráticas da sociedade.

Distintamente de boa parte da bibliografia internacional, os trabalhos têm a inegável virtude de ressaltar como a crise democrática não se resolve com um passado idílico, ou pela pura fé nas instituições, próxima a soluções de cima para baixo. Ambos também contribuem com interessantes reflexões sobre as novas formas discursivas e organizacionais da ultradireita. Há, contudo, nos dois livros uma leitura excessivamente homogeneizante do período posterior à redemocratização, que, sobretudo no livro de Nobre, acaba reduzido ao conceito de peemedebismo, o qual, entre outros problemas, ignora clivagens ideológicas relevantes entre os atores políticos, centrais para a compreensão da crise democrática, e acaba por representar o cenário político como um grande e indistinto “centrão”, pautado apenas por

cálculos instrumentais de curto prazo<sup>5</sup>. Os autores expulsam pela porta um olhar para as instituições pautado pelo predomínio das ações racionais e estratégicas, mas acabam por reintroduzir a concepção pela janela, já que esquerda e direita, para além dos duros conflitos públicos entre os atores, se dissolvem em um mundo de “conciliações”, no qual as características do sistema se impõem a todos os atores.

O “sistema”, sobretudo para Nobre, é identificado às instituições políticas, em uma separação estanque entre “sociedade civil” e “Estado”, que sintomaticamente retoma uma longa tradição do pensamento social e político brasileiro, pautada por conceitos como patrimonialismo e populismo e ávida por interpretar o Estado como lugar dos vícios e a sociedade como terreno das virtudes. A ordem de 1988 ganha tintas próximas ao conceito de estamento, tal como formulado por Raymundo Faoro, e atribui-se ao Estado uma autonomia e um alheamento persistentes perante uma sociedade civil que se veria à margem das grandes decisões e disputas. Tal qual a conceituação faoriana sobre o Estado, a lógica política do “conservadorismo democrático”, típica do peemedebismo, soa como impossível de ser manobrada por meio de reformas ou transformações graduais: frente a ela, só nos restaria a ruptura. Nobre expõe bem o argumento quando afirma que “não existe reforma do peemedebismo desde dentro. Pode-se ocupá-lo pela esquerda [...]. Mas não é possível uma reforma do peemedebismo enquanto tal”

17

---

<sup>5</sup> “Pemedebismo” é a fórmula empregada por Nobre para tratar do modo de gerir o presidencialismo de coalizão brasileiro a partir de meados dos anos 1990, com a formação de supermaiorias parlamentares e de um amplo sistema de vetos que reduziria em muito a margem de manobra dos governos. Para além da variável “governabilidade”, predileta de uma ciência política mainstream, Nobre enfatiza que o arranjo pemedebista asseguraria a viabilidade de governos por meio da imposição de limites estreitos a quaisquer políticas transformadoras. Trata-se, pois, da imagem-síntese de um sistema político que impediria qualquer atuação política no sentido de um aprofundamento do processo de democratização do país – em suma, um sistema político disfuncional em sua funcionalidade, gerente do “imobilismo em movimento”.



(Nobre, 2022, p. 169). E encontramos também na obra de Nunes, nas passagens em que teoriza sobre os nexos atuais entre realismo e radicalismo, afirmações análogas sobre o imperativo de uma transformação radical inscrita nas coisas (Nunes, 2022).

A ausência de gradações e distinções dos momentos anteriores, e mesmo posteriores a 2013, acaba por construir a ideia de um colapso inevitável, o que simplifica um processo atravessado por nuances e movimentos diversos, assim como faz do confronto entre defensores e opositores do sistema o grande eixo da política brasileira. Constrói-se, desse modo, uma versão simplificada da crise democrática brasileira. Entendemos que parte da dificuldade de articular essas duas dimensões passa pela escassa teorização sobre o conceito de crise. Por vezes, o termo é definido como sinônimo de um *esgotamento* (Lima e Medeiros, 2018; Chaloub e Lima, 2018) intrínseco ao regime posterior à redemocratização (Nobre, 2022; Nunes, 2022; Safatle, 2017). Em outros momentos, como simples desvio de um sistema estruturalmente estável, no qual os problemas são motivados por desvios, equívocos ou incompreensões de atores (Limongi, 2023). Note-se que a leitura do esgotamento tem grande afinidade com a tese das *invasões bárbaras*, segundo a qual as ameaças à ordem política e social viriam sobretudo de atores externos, fundamentalmente diversos e em tudo alheios aos até então hegemônicos, ao passo que a dimensão endógena da crise decorreria dos frágeis mecanismos de defesa contra esses potenciais invasores.

A ênfase na dimensão externa ao sistema ignora outra dimensão central da crise: a da *radicalização autoritária das direitas tradicionais*. Parte central das duas últimas décadas pode, a nosso ver, ser melhor explicada pela análise de um processo anterior de esgarçamento de consensos mínimos, construídos ao longo da redemocratização e aceitos pela maior parte das elites políticas. Não se trata, contudo, de

um discurso antissistema ou extrassistema, como sugerido por Nobre e Nunes, mas de um processo no qual protagonistas da cena política passaram a atacar parte dos pactos não ditos e, por vezes, a defender soluções francamente autoritárias. O processo não se restringe à retórica golpista de Aécio Neves, quando do não reconhecimento do resultado eleitoral de 2014, ou mesmo da mais longeva radicalização do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que já nas campanhas de 2010, com José Serra, levava ao centro do debate eleitoral temas globalmente identificados com a extrema-direita, como a criminalização do aborto e a defesa da redução da maioria penal – mesmo que tais momentos sejam inflexões relevantes na ordem política brasileira. Trata-se de um processo de crescente normalização e mobilização de discursos críticos à própria ordem democrática brasileira.

Nobre, contudo, parece atento apenas aos “novos” atores e protagonistas, quase sempre tomados como externos ao “sistema”, menosprezando o papel das elites tradicionais na sua profunda crise. Parte da escolha passa, como vimos, pela centralidade dada a 2013. Não há, porém, como compreender os movimentos dos últimos anos sem atentar para a mudança nos confrontos entre direita e esquerda, assim como para as dinâmicas internas ao “sistema”, que não podem ser reduzidas, como em seus livros, à formação de uma coalizão que encontraria sua coesão antes na disputa contra o sistema do que no combate à esquerda:

[...] a tese explicativa fundamental que apresento para o período da crise aguda do peemedebismo, o período 2015-18, diz que nesse momento se formou uma oposição extrainstitucional com razoável unidade, grande força política e razoável capacidade de mobilização. Não se tratou de oposição a um partido ou a um governo, mas de uma oposição antissistema, antiestablishment. Atacava o governo de plantão, por certo, qualquer que fosse o nível

de governo ou o partido no poder. Mas não era oposição a um governo determinado. A origem da formação dessa oposição extrainstitucional pode ser encontrada sobretudo - ainda que não exclusivamente - nos diferentes movimentos dos anos 2000, que vieram a ser conhecidos posteriormente como ‘novas direitas’ (Nobre, 2022, p. 129).

20 A formulação destoa dos discursos produzidos pelos próprios atores, sejam eles da direita tradicional, das “novas direitas” ou do campo bolsonarista. Ao lado de uma retórica antissistema, que não equivale necessariamente a uma trajetória política antissistema, todos reservam parte central dos seus discursos à crítica do petismo, do comunismo e das esquerdas. Mesmo que se confira centralidade ao discurso antissistema, é difícil concordar com a ideia de que o campo progressista teria sido atacado por sua natural identificação com o sistema ou com a ordem dominante. Até mesmo porque protagonistas e operadores do peemedebismo, para ficarmos com o conceito de Nobre, não apenas foram poupados, como tomaram postos ao lado da coalizão liderada por Jair Bolsonaro.

A essa altura, cumpre destacar que, apesar de partilharem de um núcleo conceitual comum, Nobre e Nunes não concebem o “sistema” necessariamente da mesma maneira. Os fundamentos teóricos dos quais partem é distinto, assim como algumas de suas implicações. Na obra do primeiro, a ideia de “sistema” e o estrito dualismo entre sistema e sociedade parecem caudatários da teoria habermasiana sobre a relação entre mundo-da-vida e subsistemas (econômico e político) – e Nobre deixa de lado o subsistema econômico, trabalhando com uma homologia entre “sistema” e o subsistema político. Por sua vez, Nunes adota uma concepção mais geral do “sistema” como “establishment”, compreendida por vezes como a ordem capitalista em sua totalidade. Neste ponto, ao se distanciar do dualismo característico da

“teoria do pemedebismo” de Nobre, a obra de Nunes parece mais sensível às ambivalências e contradições da dinâmica política nacional<sup>6</sup>.

A influência quase ilimitada do “sistema político” sobre a sociedade, na qual estariam os demais atores políticos, leva Nobre a simplificar sua análise dos “novos atores” da direita. Se, por um lado, ele reitera que é necessário distinguir, por razões “teóricas” e “práticas” a “nova direita” do bolsonarismo, ele, por outro lado, acaba definindo as “novas direitas” apenas por sua dificuldade de encontrar um lugar na ordem política do pemedebismo.

E, no entanto, apesar da perda relativa de controle da política pelo sistema político, não se formou naquele momento um polo de poder alternativo ao próprio sistema político, seja à direita, seja à esquerda. Ao mesmo tempo, a reação do sistema político foi de clara recusa de qualquer tipo de reforma, de recusa a qualquer abertura para novas vozes surgidas na sociedade e, de diferentes maneiras, politicamente articuladas - fossem elas de uma nova direita ou de uma nova esquerda. Foi assim que essas novas forças se tornaram antiestablishment, antissistema. Como não encontraram canalização institucional possível, o único caminho possível foi o de se organizar em termos de uma oposição extrainstitucional. E foi aí que a decisão do PT como líder do condomínio pemedebista naquele

21

---

<sup>6</sup> A passagem seguinte é ilustrativa do modo como, por vezes, Nunes complexifica a dinâmica sistema-antissistema com outras “linhas de antagonismo” – mesmo que as alusões a estas prescindam de maiores desdobramentos: “O que muda de 2015 em diante é que o material que estava suspenso na mistura de 2013 decanta, e as linhas de antagonismo se tornam ao mesmo tempo mais claras e complexas. Ainda havia um sentimento forte de rejeição ao sistema político, como evidenciado pelo apoio popular aos caminhoneiros. Mas essa linha de antagonismo agora era atravessada pela polarização entre petismo e antipetismo, que tenta se reafirmar como aspecto principal, e por um jogo complexo de alianças, cooptações e simbioses entre elementos do sistema político e setores sociais, organizados ou não” (Nunes, 2022, p.182).

momento de cerrar fileiras com o sistema político contra esses impulsos antissistema foi determinante para que eles fossem organizados e canalizados pela direita, em sentido amplo. A característica histórica da esquerda como força antissistema passou, assim, para as mãos da direita. Mas não para as mãos da direita tradicional, encastelada no sistema político, regida pela lógica do peemedebismo. Para as mãos das ‘novas direitas’, justamente (Nobre, 2022, pp. 130-131).<sup>7</sup>

22 Nobre menospreza a radicalidade de vários dos atores da “nova direita”, vários deles militantes ultraliberais críticos não apenas da democracia brasileira, mas de boa parte das experiências democráticas do pós-1945. Se, por um lado, é relevante diferenciá-los do bolsonarismo, corre-se o risco de não compreender seu pensamento e performance sem a devida atenção à sua radicalidade. Tomando o livro de Camila Rocha, principal inspiração do autor, como referência, fica claro como o horizonte utópico dos ultraliberais não é a democracia liberal, mas uma ordem ultraindividualista, pautada pela redução do Estado a limites que inviabilizam os pactos democráticos do pós-guerra. A ênfase na sua recusa ao sistema oculta os traços da nova ordem proposta por tais personagens.

Toda a atenção devotada à dimensão político-institucional não expõe, por outro lado, como são tratados, nos discursos e nas performances desses atores, as práticas, instituições e personagens que também contestam o sistema, mas à esquerda. Quando o principal movimento social da “Nova Direita”, o Movimento Brasil Livre (MBL), se organiza para

---

<sup>7</sup> Ainda que mais atento à centralidade do componente discursivo na distribuição de papéis e posições no antagonismo político, a argumentação de Nunes converge com o diagnóstico de Nobre: “A nova extrema direita logrou explorar tanto o rechaço ao ‘politicamente correto’ quanto os pânicos morais característicos do conservadorismo tradicional e se posicionar como a voz dos desejos antissistêmicos ao mesmo tempo que associava a esquerda – que, verdade seja dita, pouco fez para se ajudar – ao establishment, a uma cultura *uncool* e ultrapassada” (Nunes, 2022, p. 77).

intervir no campo cultural, ele o faz por meio do linchamento público de artistas de vanguarda, como os organizados na exposição do *Queermuseu*. Nobre desconsidera como a retórica antissistema da “nova direita” frequentemente defende, em linguagem reacionária, a substituição da ordem política 1988 por um outro “sistema”, fundado em valores contrários a direitos consolidados ao longo das últimas décadas.

A construção de uma coalizão de ultradireita, entre a direita tradicional radicalizada e a extrema-direita, liderada por Bolsonaro, não decorreu do fechamento do sistema ou da incapacidade da esquerda de dialogar com as ruas: havia afinidades eletivas entre aqueles campos e uma terminante recusa a reconhecer qualquer ator que soasse minimamente progressista. Sempre foram as esquerdas – sejam as moderadas ou as mais radicais – e não o “sistema”, os inimigos fundamentais da “nova direita”.

23

## **O lugar do Brasil no mundo**

Ademais, outro traço saliente da teoria da gênese antisistêmica do bolsonarismo reside na inscrição do caso brasileiro como uma manifestação particular da crise da democracia representativa liberal enquanto tal, tornada aguda a partir do colapso financeiro de 2008. Por um lado, há pouca margem para contestar que as mobilizações de Junho de 2013 no Brasil se inscrevem em um ciclo global de revoltas, ou que a ascensão da ultradireita no país guarda íntima relação com um fenômeno mais abrangente que transcende as fronteiras nacionais. Se tudo isso resta evidente, mais importante do que constatar e reproduzir a óbvia determinação do local pelo global seria especificar as peculiaridades e mediações singulares por meio das quais o universal se concretiza enquanto particular. Sabemos desde há muito, por longa tradição da crítica dialética local, que não convém tomar a periferia do “sistema” como mero ponto de aplicação, muito

menos como mera incubadora de desvios, do padrão geral (Schwarz, 2021; Cardoso, 2003; Lima, 2015). Não apenas o aparente desvio periférico pode lançar luzes inauditas sobre a norma, desvendando engrenagens cruciais de seu funcionamento, como também muitas vezes a suposta universalidade não passa da imposição de um caso particular a outros casos particulares.

24 Aqui, importa identificar um viés comum da teoria do antissistema: a crise do neoliberalismo que se abate sobre países periféricos costuma ser interpretada nos termos do debate norte-americano, o que implica alguns curtos-circuitos decisivos para a compreensão de contextos políticos nacionais radicalmente distintos. A transplantação imediata de noções, como “neoliberalismo progressista”, da filósofa Nancy Fraser, para o Brasil corre o risco de revelar mais sobre a filiação teórica do autor que as emprega do que sobre o caso particular interpretado (Nunes, 2022; Nobre, 2022). E esse exemplo específico guarda vínculo estreito com alguns pressupostos importados que funcionariam como atalhos traiçoeiros para a análise da vida política em contexto periférico como o brasileiro. Assim como as teorizações sobre o populismo de Lula ou de Bolsonaro quase sempre aparecem como denúncias, mobilizando-se o conceito (de populismo) como uma dupla síntese, seja da reiteração histórica do secular passado populista (denúncia da persistência do arcaico), seja da forma comum subliminar a uma disputa política rebaixada (denúncia dos efeitos simplificadores da polarização); também a crítica do neoliberalismo de Lula ou de Bolsonaro embute quase sempre uma denúncia, nesse caso, sobre a persistência ou a morbidez do “sistema”. Em Nunes, o neoliberalismo parece persistir sob a forma do “neoliberalismo desde baixo”, tal como teorizado por Veronica Gago, enquanto em Nobre reitera-se o

diagnóstico de um declínio do neoliberalismo progressista (Gago, 2014; Nunes, 2022; Nobre, 2022)<sup>8</sup>.

Para além de debater se “neoliberalismo progressista” constitui rótulo adequado ou não para caracterizar os anos PT, cumpre investigar se o suposto sentimento antissistema no Brasil tem o mesmo referente que seu congênera norte-americano. Ou seja, trata-se de perguntar: estamos lidando com um único e mesmo sistema? Ou, pelo contrário, o sistema nos Estados Unidos (EUA) ou na Europa Ocidental é consideravelmente distinto do brasileiro? Em caso de resposta afirmativa, emergem outras questões relevantes: em que medida podemos compreender o ciclo global de revoltas antissistema em sua unidade, se os sistemas são, afinal, diversos em suas particularidades? Até que ponto a identificação de um movimento antissistema local não esconde a importação espúria de categorias próprias de outras paragens?

Aportamos, assim, no debate sobre os contextos de emergência dos fenômenos do trumpismo e do bolsonarismo. E ressalte-se, mais uma vez, que se deve guardar em mente a diferença entre a reconstrução histórica dos processos de gênese de um fenômeno político e a análise de seus elementos intrínsecos constitutivos. Por isso, ainda que se possa constatar a presença de elementos táticos, retóricos e ideológicos no bolsonarismo que permitam a analogia com o trumpismo, não se deve extrair daí a conclusão de que os contextos são necessariamente análogos ou se deixam determinar pelas mesmas grandes causalidades abrangentes.

Em uma palavra, se o trumpismo emerge como uma política antissistema no contexto norte-americano, não quer isto

---

<sup>8</sup>Se o “neoliberalismo progressista” implicaria um programa de acomodação entre uma política econômica neoliberal e uma agenda progressista para questões de gênero e raça, o “neoliberalismo *desde abajo*” resultaria da difusão e capilarização de uma concepção radicalmente competitiva e individualista do *homo economicus*. No primeiro caso, o referente ainda são governos, partidos, programas de governo, políticas públicas, etc.; no segundo, trata-se de pensar o neoliberalismo menos como agenda política e mais como modo de reprodução social.



dizer que o mesmo se possa dizer, sem qualificações, para o caso do bolsonarismo, pela simples razão de que o sistema dos EUA, aquilo contra o qual ele se volta, não existe no Brasil. O vínculo entre *establishment* econômico-financeiro, grandes redes de mídia e Partido Democrata (isto é, o laço efetivo de afinidade política e cultural – e de interesses econômicos – que vincula um partido político a Wall Street e a boa parte dos *mass media*), contra o qual se volta o movimento antisistema trumpista, não tem qualquer paralelo na realidade brasileira. Daí o ruído em tomar de empréstimo a noção de “neoliberalismo progressista”, aplicando-a à experiência política do PT. No Brasil, pelo contrário, um análogo possível, guardadas as devidas proporções, do Partido Democrata seria o PSDB dos anos 1990 – feitas todas as ressalvas às diferenças nos sistemas político-partidários, nos sistemas eleitorais e na própria dimensão e capilaridade dos partidos. Na realidade brasileira, não há um “sistema” tal como existe em padrões norte-americanos. Identificar o PT como um análogo local do Partido Democrata para, no passo seguinte, aproximar o “sistema” de ambos os países, parece-nos produzir um equívoco analítico de graves proporções<sup>9</sup>.

E assim como o sistema não é o mesmo nos dois casos, tampouco vale a analogia para a composição do suposto campo antissistema, o que se pode depreender diretamente dos dados eleitorais. Enquanto nos EUA a base do

---

<sup>9</sup> Há diversos momentos, particularmente na obra de Nunes, em que interpretações do cenário global de crise do capitalismo no pós-2008 parecem ser imediatamente transplantadas para a realidade brasileira, com evidente prejuízo para a compreensão das especificidades do caso local. Eis dois exemplos: “ao identificar a apropriação indevida de recursos por diversos ‘outros’ (países, etnias, religiões, culturas) como fonte do problema, e a luta para impedir esses ‘outros’ de acessarem tais recursos como a solução, a extrema direita conta uma história que se adequa muito bem a um mundo no qual a desigualdade cresce, os recursos diminuem e aqueles que estão na base da pirâmide social são forçados a uma luta cada vez mais encarniçada por sobras cada vez mais escassas” (Nunes, 2022, p. 68); “a distribuição de riqueza e a representação política se tornaram tão desequilibradas nas últimas décadas que qualquer tentativa de requalizá-las não tem como não parecer radical comparada ao que temos agora” (Nunes, 2022, p. 70).

trumpismo é sobretudo rural e habita cidades de pequeno e médio porte, mantém-se a hegemonia liberal nas grandes cidades e particularmente nas Costas Leste e Oeste, o que configura certo caráter de revolta do *middle-man* norte-americano contra os ricos, cultivados, cosmopolitas; já no Brasil, as vitórias eleitorais mais significativas de Jair Bolsonaro na eleição de 2018 ocorreram em regiões altamente urbanizadas, nas capitais mais ricas e populosas do país, entre os extratos mais abastados e formalmente instruídos da população (Nicolau, 2019).

Soa plausível, a essa altura, a hipótese de que pode haver um componente de importação indevida no modo como se costuma empregar a dinâmica sistema-antissistema enquanto métrica das relações políticas no Brasil contemporâneo. A opção teórica pelo eixo sistema-antissistema desloca, pois, a centralidade do antagonismo entre esquerda e direita. Se nos EUA, em contraponto à América Latina e à Europa Ocidental, e por diversos motivos históricos e institucionais, a luta política não costuma se travar a partir de uma dinâmica entre esquerda e direita, o mesmo não se aplica à cultura política do Brasil. Tratar o bolsonarismo como antissistema, em vez de enfatizar sua face de ultradireita, esconde, sob nomeação aparentemente neutra e empiricamente orientada, diversas implicações cruciais para o mapeamento das coordenadas políticas locais. A importação de coordenadas ideológicas estranhas à vida política local termina, pois, por sublimar um elemento determinante para a compreensão da radicalização autoritária da direita tradicional no país, o que dilui especificidades cruciais ao longo do processo histórico recente, marcos da inflexão autoritária no âmbito mesmo do “sistema”.

27

### **Considerações Finais: outro olhar para o bolsonarismo**

No conceito de bolsonarismo analisado, o antissistema tende a se sobrepor ao antipetismo, ou mesmo ao

antiesquerdismo, como afeto determinante do bolsonarismo. Assim fazendo, a intensa e crescente rejeição às práticas políticas do PT ao longo dos treze anos em que liderou a coalizão governista passa a segundo plano, assim como o ódio à esquerda que gracejou na última década. Pode-se argumentar que o “petismo”, alvo do antipetismo, deve ser lido como uma metonímia para algo mais abrangente – a esquerda como um todo, ou até mesmo o “sistema”. De todo modo, as escolhas categoriais, longe de representarem sutilezas terminológicas, dizem muito sobre os postulados normativos dos autores e explicitam, em meio às querelas hermenêuticas, uma disputa pelo sentido histórico – não apenas do passado.

28 Interpretar, por exemplo, que as políticas anticorrupção da última década, uma das fontes notórias do bolsonarismo, teriam uma resultante eminentemente antissistêmica implica situar em segundo plano antagonismos políticos centrais para suas identidades políticas. Em grande medida, implica amenizar a relevância das instrumentalizações espúrias do sistema de justiça. Como se este tivesse sido um componente lateral da política anticorrupção.

Preterir o uso do termo antidemocrático para qualificar o bolsonarismo também consiste em escolha com implicações políticas de monta. Em vez da denúncia imediata do caráter autoritário explícito nas mais diversas manifestações da ideologia bolsonarista, tratá-la como antissistema direciona a crítica para os limites e injustiças do sistema, o que, como vimos, normaliza a gênese do bolsonarismo e acaba por nublar a responsabilidade de vários dos seus protagonistas. Nesse quadro, o bolsonarismo representaria o desenlace de uma desvirtuação perversa posterior vis-à-vis ao legítimo e potencialmente emancipatório sentimento antissistema. Sobressai nessa leitura o componente trágico na trajetória de uma genuína luta antissistema que teria redundado, acidentalmente, em autoritarismo. Distintamente da pouca

ênfase no protagonismo e nas consequências de ações, e visões de mundo, da direita, há um forte elemento de responsabilização política e moral do campo da esquerda, que não teria percebido o potencial transformador da conjuntura, empurrando as massas sequiosas por mudanças radicais para a ultradireita.

Pressupõe-se, enfim, que aquele impulso antissistema bem poderia ter sido canalizado para a esquerda – não tivesse sido inviabilizado pelo apego institucionalista, e pelos vícios conciliatórios, do governo liderado pelo PT. Então na presidência, o partido teria impedido o surgimento de uma “nova esquerda” à imagem e semelhança da “nova direita”, mas nesse caso teríamos uma leitura reducionista do “sistema”, não apenas ignorando as posições institucionais ocupadas pela direita partidária, como a força de uma direita não explicitamente partidária em instituições centrais da sociedade brasileira, como as Forças Armadas e o Judiciário. Por outro lado, esse pressuposto, da virtualidade radical emancipatória de um conjunto de afetos que teria terminado por alimentar a direita autoritária, não apenas ignora o fato de que na sociedade capitalista a construção de uma hegemonia de esquerda é sempre mais difícil de conseguir, e de reproduzir, do que uma hegemonia de direita. Ignora também o dado de que o intitulado sentimento antissistema esteve, ao menos desde 2013, mais inclinado para a direita – como mostram os resultados eleitorais desde então.

A ultradireita sem dúvida se aproveita de um rebaixamento dos horizontes de expectativa do discurso da esquerda nas últimas décadas para muitas vezes se afirmar como força de transformação, o que ocorre para além das fronteiras brasileiras. Por mais que seja sempre possível elencar apostas equivocadas e problemas, não se trata, contudo, de um fenômeno restrito às más escolhas ou à miopia dos atores, mas de um cenário produzido por limitações estruturais mais amplas. Essas podem não ser imutáveis, e podem

exigir novas práticas, mas por certo ultrapassam as possibilidades de um ator isolado, de um momento político ou de uma cena nacional.

Mais do que um fenômeno externo e contrário ao sistema, o bolsonarismo é uma das faces da construção de uma nova coalizão, que produz, por sua vez, um novo eixo para a ordem de 1988. Do mesmo modo que a crise econômica de 1998 abriu as portas para o fim da coalizão entre o neoliberalismo do PSDB e o liberal-conservadorismo do Partido da Frente Liberal (PFL) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), construída a partir do Plano Real, os efeitos da crise de 2008 e dos eventos de 2013 possibilitaram a construção de uma nova coalizão, a substituir a anterior, composta pela esquerda e pelo liberal-conservadorismo de uma miríade de elites políticas. A ruptura decorre, em boa medida, da radicalização do liberal-conservadorismo, predominante nas elites políticas após a redemocratização, que passa a atacar, aberta ou veladamente, pressupostos centrais da ordem de 1988 e a criminalizar mesmo as vertentes mais moderadas da esquerda. Com este movimento, ocorreu a mudança do eixo político brasileiro para a direita, o que produziu, por sua vez, a normalização de discursos e atores antes relegados, em razão de sua pouca influência, às franjas mais à direita do cenário político.

O rearranjo possibilitou uma renovação de elites, políticas e intelectuais, assim como uma mudança de repertórios. Nada mais eloquente, nesse sentido, do que um deputado de longa trajetória política, mas sem qualquer prestígio em seus inúmeros mandatos, que se destaca como liderança carismática da nova coalizão. Há, por certo, como em toda mudança substancial da ordem política, o surgimento de novos protagonistas, mas boa parte do movimento se faz por dentro e a partir do sistema político, não por fora dele. Convém não tomar a retórica de novidade dos atores (que por tanto tempo foi típica de uma esquerda hoje

identificada por muitos ao sistema) como dado objetivo da sua identidade e de seus objetivos.

O bolsonarismo é o esforço de construir uma base popular desta nova coalizão de ultradireita, composta por uma direita radicalizada e por novos protagonistas de extrema-direita, a partir do carisma de uma liderança de clara identidade de extrema-direita, como bem expressam suas performances e discursos (Cohn, 2022). Com os anos, o carisma buscou se rotinizar (Weber, 2003), em esforço repleto de dificuldades e ainda distante de seu fim, como expressa sua difícil relação com a dinâmica partidária. Não se pode apreender o bolsonarismo como único arranjo possível da nova coalizão, que talvez comporte novas formas de atuação, mas convém levar a sério sua resiliência, mesmo ante as condenações judiciais de seu líder.

Sua feição é incompatível não apenas com a Constituição de 1988, mas com as experiências democráticas do pós-1945. Destacam-se, contudo, em meio à coalizão bolsonarista, diversas linguagens políticas, algumas das quais podem assumir, por vezes, ares de normalidade. Indicar a oposição do bolsonarismo à ordem política atual não implica, todavia, tomá-lo como produto necessário dessa maldição inerente ao sistema, ou como sua simples negação. Trata-se de uma deriva dialética da ordem democrática construída após a redemocratização, produto de suas virtudes e limites, que foi em boa parte construída por seus protagonistas, previamente pertencentes às elites políticas. Não foram, contudo, quaisquer protagonistas, mas aqueles pertencentes às direitas tradicionais. Do mesmo modo que, entre os novos atores, a reivindicação de um pertencimento ostensivo às direitas é parte fundamental das identidades públicas e performances do grupo.

Delimitar o conceito de bolsonarismo, e fundamentar sua crítica, não apenas permite uma interpretação com mais nuances do passado recente, marcado pelas distintas temporalidades da última década, mas também ilumina possíveis

desdobramentos em um cenário no qual o eixo da ordem política permanece à direita, apesar dos resultados eleitorais de 2022. Neste sentido, olhar para as clivagens, tensões e conflitos da ordem política brasileira expõe aspectos perdidos no amplo conceito de “sistema”. Por outro lado, mesmo quando as interpretações almejam vislumbrar a perspectiva da totalidade, e precisamente com o fim de melhor contemplá-la, convém olhar para as ambiguidades constitutivas das relações entre o bolsonarismo e o “sistema”. Elas apontam para além das dinâmicas lineares de mera oposição, superação ou recusa.

### **Pedro Luiz Lima**

Professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ.

### **Jorge Chaloub**

Professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF. Pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

### **Bibliografia**

- ALONSO, Angela. (2023). *A política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BARBOSA, Leonardo Martins. (2019). *Conflito partidário e ordem política: PMDB, PSDB e PT na Nova República*. 2019. 198 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BARBOSA JR, Ricardo; CASARÕES, Guilherme. (2023). Statecraft under God: Radical Right Populism Meets Christian Nationalism in Bolsonaro’s Brazil. *Millennium*, v. 50, n. 3, pp. 669-699.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONI, Juan. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (2003). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- CASIMIRO, Flávio. (2018). *A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular.
- CESARINO, Letícia. (2022). *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu.
- CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro Luiz. (2018) Interpretações do Brasil contemporâneo. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 23, n. 2, pp. 14–39.
- CHALOUB, Jorge. (2023). The Geopolitical Imaginary of the Brazilian Ultra-Right. *Bulletin of Latin American Research*, v. 42, pp. 539-550.
- CHAUÍ, Marilena. (jun. 2013). As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Teoria e Debate*, São Paulo.
- GAGO, Verónica. (2014). *La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. Neto. (2020). *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- KOSELLECK, Reinhart. (2006). *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- LAMOUNIER, Bolívar. (2016). *Liberais e antiliberais: A luta ideológica do nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LIMA, Pedro Luiz da Silva do Rego. (2015). *As desventuras do marxismo: Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação*. 2015. 219 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LIMA, Pedro Luiz; HAJIME, Mateus. (2016). O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das 'Jornadas de junho' de 2013. *Leviathan*, n. 13, pp. 91-119.
- LIMONGI, Fernando. (2023). *Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato*. São Paulo: Todavia.
- LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. (2022). *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. São Paulo: Contracorrente.
- MESSENERG, Débora. (2017). A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, pp. 621-647.
- NICOLAU, Jairo. (2019). *O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. São Paulo: Zahar.
- NOBRE, Marcos. (2022). *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia.



- NUNES, Rodrigo. (2022). *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana (orgs.). (2023). *The Rise of The Radical Right in the Global South*. Londres: Routledge.
- ROCHA, Camila. (2021). *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova dieita no Brasil*. São Paulo: Todavia.
- ROCHA, João Cezar Castro. (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. São Paulo: Caminhos.
- SANTOS, Fabiano. (2013). Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, n. 96, pp. 14-25.
- SAFATLE, Vladimir. (2017). *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas.
- SCHWARCZ, Lilia M. (2021). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, André. (2012). *Sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, André. (2018). *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA, Jessé. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.

## SISTEMA E ANTISSISTEMA NA CRÍTICA DO BOLSONARISMO

PEDRO LUIZ LIMA

JORGE CHALOUB

**Resumo:** Conceito de crescente popularidade no debate público e acadêmico brasileiro, o bolsonarismo tem sido objeto de vários trabalhos e tema de importantes interpretações do Brasil contemporâneo. Este artigo pretende analisar os contornos e os pressupostos do termo a partir da análise de um elemento a ele frequentemente atribuído: sua dimensão antissistêmica. Para tal, analisamos criticamente dois dos mais influentes livros sobre o bolsonarismo, de autoria de Marcos Nobre e Rodrigo Nunes, que privilegiam seu fundamental antagonismo ao sistema político brasileiro (e ao “*establishment*” em geral). A partir de uma análise do conceito de bolsonarismo construído pelos autores, argumentamos que tal construção conceitual em torno do eixo sistema-antissistema sublima um dos seus elementos centrais, a radicalização autoritária da direita tradicional, ao pressupor (a) uma reiteração do dualismo Estado-sociedade (típico de longa tradição do pensamento político brasileiro); (b) uma sobreposição de diferentes atores do campo das direitas (ultradireita, direita tradicional, nova direita, bolsonaristas); e (c) uma importação pouco mediada de conceitos e contextos relativamente exógenos ao caso brasileiro.

35

**Palavras-chave:** Bolsonarismo; Ultradireita; Pensamento político-social brasileiro; Interpretações do Brasil contemporâneo; Crise democrática no Brasil.

### SYSTEM AND ANTI-SYSTEM IN THE CRITIQUE OF BOLSONARISM

**Abstract:** *A concept of growing popularity in the Brazilian public and academic debate, Bolsonarism has been the subject of several studies and important interpretations of contemporary Brazil. This article aims to analyze the contours and presuppositions of the*

*term based on the analysis of an element often attributed to it: its anti-systemic dimension. To this end, we critically analyze two of the most influential books on Bolsonarism, by Marcos Nobre and Rodrigo Nunes, which focus on its fundamental antagonism to the Brazilian political system (and to the “establishment” in general). Based on an analysis of the concept of Bolsonarism constructed by the authors, we argue that this conceptual construction around the system-antisystem axis sublimates one of its central elements, the authoritarian radicalization of the traditional right, by presupposing (a) a reiteration of the state-society dualism (typical of a long tradition of Brazilian political thought); (b) an overlapping of different right-wing actors (ultra-right, traditional right, new right, Bolsonaro); and (c) an unmediated import of concepts and contexts that are relatively exogenous to the Brazilian case.*

**Keywords:** *Bolsonarism; Far-right; Brazilian political and social thought; Interpretations of contemporary Brazil; Democratic crisis in Brazil.*

36

**Recebido:** 13/05/2024

**Aprovado:** 23/07/2024

# UM BRASIL DIVIDIDO? REFLEXÕES SOBRE A POLARIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Adriana Escosteguy-Medronho

*Centre des Savoirs sur le Politique - Recherches et Analyses, da École des hautes études*

*en sciences sociales de Paris (CESPRA/EHESS)*

*e-mail: [adriana.escosteguymedronho@ehess.fr](mailto:adriana.escosteguymedronho@ehess.fr)*

*<https://orcid.org/0009-0004-0162-3004>*

*<http://dx.doi.org/10.1590/0102-001041ae/122>*

## 1. Introdução

Este artigo<sup>1</sup> analisa o suposto recrudescimento da polarização do Brasil contemporâneo como efeito associado à incidência do “bolsonarismo” e parte da constatação de macrotendências relativas à percepção dos próprios brasileiros a respeito do atual momento da vida política do país. Pesquisas recentes apontam, por exemplo, que 83% dos entrevistados consideram que o Brasil está “mais dividido” em 2024 (Genial/Quaest, 2024a *apud* Nicoceli e Pinhoni, 2024) e, segundo outros 72%, o nível de conflito social e de polarização entre pessoas que apoiam partidos políticos diferentes está “muito forte” ou “forte” (AtlasIntel, 2024). Esse quadro contrasta principalmente dois grupamentos

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto do trabalho apresentado no colóquio *Journée d'études: Après le bolsonarisme? Impacts sociaux et politiques de l'émergence de l'extrême droite au Brésil*, organizado por Pedro Lima (UFRJ/CRBC-Mondes Américains) e Mônica Schpun (CRBC-Mondes Américains) no dia 21 de março de 2024, na École des hautes études en sciences sociales de Paris. Nossos agradecimentos aos organizadores, aos colegas, pelos debates; e a Giancarlo Summa e Claudia Escosteguy pela releitura. Quaisquer erros são de responsabilidade da autora.

de entrevistados, destacados nas pesquisas por meio de suas preferências políticas nas eleições de 2022. O primeiro é composto por brasileiros que votaram e/ou têm simpatia por candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) ou de outros partidos políticos cujas candidaturas foram apoiadas pelo atual presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva. O segundo grupo é constituído por entrevistados que votaram e/ou têm simpatia por candidatos do Partido Liberal (PL) ou que foram apoiados pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em 2022 (AtlasIntel, 2024). Sem serem exaustivos, esses resultados ilustram a hipótese da “calcificação da polarização social brasileira” (Nunes e Traumann, 2023), que pressupõe hoje uma maior interpenetração dos antagonismos políticos no cotidiano dos brasileiros, representando uma transformação na configuração política e social do país nos últimos trinta anos. Aos desafios remanescentes à plena consolidação democrática desde a fundação da Nova República, somam-se hoje os efeitos sociais da configuração da polarização política tal qual é percebida e vivenciada pelos próprios brasileiros. Por isso o interesse renovado no debate acadêmico sobre o assunto.

Nesse contexto, pressupõe-se que a polarização política identificada nos períodos eleitorais compreendidos entre 1994 e 2006<sup>2</sup> – de tipo “político-partidária” e descrita como mais circunscrita aos períodos de campanha eleitoral (Nicolau, 2020; Singer, 2002, 2012) –, teria se transformado gradualmente em “polarização social” de 2006 a 2018 (Nunes e Traumann, 2023). Outrossim, o antagonismo político-social geralmente estimulado pelas campanhas teria passado a se estender para além das eleições (Nunes e Traumann, 2023; Nicolau, 2020),

---

<sup>2</sup> Para o período, toma-se como marco o restabelecimento de eleições presidenciais diretas conforme determinação da Constituição de 1988, sendo as eleições de 1989 as primeiras da série histórica com base na qual foram delineadas as análises sobre pesquisas eleitorais até 2018 (Nicolau, 2020) e 2022 (Nunes e Traumann, 2023).

em um processo que foi se intensificando de 2018 a 2023 (Nunes e Traumann, 2023). Conquanto as pesquisas de opinião mobilizadas por essas análises não determinem o estado das relações sociais no Brasil, elas apontam para certas tendências da percepção dos brasileiros que, por sua vez, produzem impactos sobre as primeiras (Lefort, 1986). Estudos recentes concluem, portanto, que o país estaria “socialmente dividido e emocionalmente polarizado” (Nunes e Traumann, 2023, p. 26), dado que o posicionamento político de cada indivíduo se tornou parte constituinte da sua identidade, bem como um dos principais marcadores do seu processo de diferenciação “do outro” (Nunes e Traumann, 2023).

Essa leitura sobre a hipótese da transformação contemporânea da polarização pode esclarecer, em parte, as macro-tendências supracitadas notadas nas percepções dos brasileiros (Genial/Quaest, 2024a *apud* Nicoceli e Pinhoni, 2024); bem como parece contestar, não sem cautela, a “teoria do voto econômico” (Gramacho, 2009) como modelo explicativo predominante do comportamento eleitoral brasileiro (Nicolau, 2020). Entretanto, não se trata de hipótese nova, nem incontestada. Propõe-se, portanto, analisar a ideia da transformação da polarização à luz de estudos críticos recentes que desafiam tal aceção (Borges e Vidigal, 2018), questionando a suposta singularidade da situação política atual e sua associação com o advento e a ascensão ao poder do fenômeno Bolsonaro. Busca-se assim contribuir aos estudos sobre a polarização do Brasil contemporâneo a partir da análise de suas possíveis origens sociais e políticas, por meio da revisão bibliográfica de trabalhos recentes publicados sobre o tema. Tomando como marco a transição democrática culminando na fundação da Nova República (1985-1988), foram identificados cinco processos cujas transformações nos últimos 40 anos podem esclarecer sobre a percepção vigente de um “Brasil dividido”. Por fim, sem a pretensão de esgotar as análises sobre o tema, busca-se abordar alguns eventos-chave desses cinco processos associados

à consolidação da atual configuração política e social brasileira, ao passo que se nota que o esgarçamento do tecido social do país não constitui um fato novo.

## 2. Um país dividido?

Os supostos agravamento e enrijecimento do antagonismo político no Brasil contemporâneo, resumidos pela noção de “calcificação da polarização social”, são apontados como um dos corolários da ascensão do fenômeno Bolsonaro e da consolidação do “bolsonarismo” no país (Nunes e Traumann, 2023). Partindo de uma breve discussão acerca da definição dessa ideia, esta seção propõe analisar a hipótese da transformação da configuração da polarização sociopolítica brasileira, questionando sua singularidade histórica e associação direta com o advento do bolsonarismo. Por fim, com base nessas discussões, serão enumerados os cinco processos tratados ao longo deste artigo, cujas transformações parecem esclarecer sobre a configuração política e social do Brasil contemporâneo.

4

A definição do fenômeno bolsonarista é objeto de debate na literatura e, embora diversos pesquisadores tenham destacado seu surgimento e prováveis efeitos sociopolíticos ao longo da última década (Dieguez, 2016), o crescente interesse acadêmico pelo tema é notável com a vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. O bolsonarismo foi assim definido como um movimento popular ultraconservador (Dieguez, 2022), cuja lógica paradoxal se nota por sua perspectiva antissistêmica impossível, aliada ao seu apoio popular incerto e sua constituição por uma miríade de forças da nova direita<sup>3</sup>, em conflito umas com as outras

---

<sup>3</sup> Note-se que a ideia de uma “nova direita” brasileira não exclui suas características históricas (Fico, 1997), mas retoma o debate iniciado por Cas Mudde sobre a distinção entre organizações de extrema ou ultradireita, opostas à ordem constitucional democrática, e as organizações de direita radical que aderem, mas desafiam esta ordem, opondo-se à dita “agenda dos direitos de minorias étnicas e culturais” (Mudde, 1996).

(Rocha; Solano e Medeiros, 2021). Foi também estabelecido como um fenômeno populista radical de direita (Lynch e Cassimiro, 2022; Stefanoni, 2022), como um movimento fascista-ultraneoliberal (Violin, 2022) e como movimento político que opera por meio da fabricação de fatos alternativos, produzindo dissonância cognitiva coletiva (Rocha, 2023). Outras análises situam o fenômeno no contexto de emergência e ascensão de movimentos populistas antide-mocráticos e interconectados, ao longo da última década, nas Américas do Norte e Latina, bem como na Europa; e que estariam intimamente ligados à crise contemporânea das democracias ocidentais (Levitsky e Ziblatt, 2019). Essas definições divergem em parte das concepções originais sobre a configuração do populismo histórico no Brasil, uma vez que os governos assim identificados mobilizaram estratégias de ação política que teriam permitido a integração parcial de novos setores sociais nas esferas públicas do país entre 1940 e 1960 (Linden, 2018), ainda que simultaneamente à onda de reorganização dos movimentos integralistas à época (Barros e Lagos, 2022).

5

Sem pretender encerrar o debate, elementos apontados pelas análises mobilizadas inspiram uma compreensão abrangente do bolsonarismo para os fins deste artigo. Trata-se de um fenômeno cujas características populistas radicais e antidemocráticas (Lynch e Cassimiro, 2022; Stefanoni, 2022; Levitsky e Ziblatt, 2019), sustentadas por princípios ultraconservadores com raízes históricas (Barros e Lagos, 2022; Dieguez, 2016, 2022), conquistaram o apoio de uma parcela significativa da população na última década (Rocha, 2023; Rocha; Solano e Medeiros, 2021). Tal escalada parece expressar mudanças profundas na sociedade brasileira (Avritzer, 2020) que, por sua vez, teriam um possível impacto na configuração dos antagonismos políticos no país (Nunes e Traumann, 2023), impulsionando a percepção de um “Brasil dividido” (Genial/Quaest, 2024a *apud*



Nicoceli e Pinhoni, 2024). Entretanto, os estudos sobre a polarização política e social na Nova República remontam a um período anterior ao advento do bolsonarismo.

O termo “polarização” era empregado, em geral, para descrever a organização do conflito político característico ao período de consolidação democrática, quando do fortalecimento do modelo do “partido político moderno” (Lamounier e Meneguello, 1986). Analisado por meio do estudo das eleições presidenciais de 1989 a 1994 (Singer, 2002) e, posteriormente, até 2006 (Singer, 2012) e 2014 (Nicolau, 2020), o termo fazia sobretudo referência ao antagonismo protagonizado pelos principais partidos políticos da época, que era descrito como mais circunscrito aos períodos de campanha eleitoral e definido como de tipo “político-partidário”. Segundo Marcos Nobre (2022), de 1994 até meados de 2010, o termo polarização descrevia a organização do sistema político institucional em “dois polos”, representados pelo PT e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), onde “[o] partido que vencia a eleição se tornava líder da coalizão de governo” (Nobre, 2022, p. 9, *acrécimo nosso*); protegia suas áreas consideradas estratégicas e repartia o restante entre as diferentes forças políticas em sua órbita, seguindo o modelo do “presidencialismo de coalizão” de Sérgio Abranches (2018). Ressalta-se, entretanto, que a literatura sobre a polarização que se concentra na evolução do comportamento eleitoral na Nova República com enfoque único na afinidade partidária padece de fragilidades metodológicas e teóricas (Borges e Vidigal, 2018). Refuta-se assim a hipótese de que essa polarização de 1994 a 2014 entre o PT e o PSDB seria o “reflexo de uma crescente divisão do eleitorado em dois blocos claramente diferenciados e polarizados” (Borges e Vidigal, 2018, p. 54), o que explicaria o surgimento do bolsonarismo como uma alternativa eleitoralmente viável na ausência de um candidato tucano forte. Borges e Vidigal (2018) mostram que as

simpatias partidárias são um fator explicativo do voto no período, mas não corroboraram um suposto enraizamento do PT ou PSDB no eleitorado, apesar da tendência de estabilização dos votos pró-PT nas eleições presidenciais de 2006 a 2018 (Nicolau, 2020).

A hipótese de que a “polarização político-partidária” de 1994 a 2006 teria se transformado gradualmente em “polarização social” de 2006 a 2018 tem como base a análise de indicadores de que o antagonismo político estimulado pelas campanhas presidenciais teria passado a se estender para além das eleições, em um processo que se intensificou de 2018 a 2023, com o advento do bolsonarismo e da ascensão da própria ideia de que o Brasil estaria mais polarizado politicamente (Nunes e Traumann, 2023). Em trabalhos recentes, Jairo Nicolau (2020) e Felipe Nunes e Thomas Traumann (2023) abordam esse processo a partir do cruzamento dos dados coletados por uma série de pesquisas de opinião recenseadas<sup>4</sup>, com os resultados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (Nicolau, 2020). Os autores buscaram esclarecer, respectivamente, sobre o perfil dos eleitores de Bolsonaro em 2018, dada a ascensão do bolsonarismo (Nicolau, 2020); e sobre os perfis-tipo dos eleitores de cada um dos dois campos políticos majoritários concorrentes em 2018 e 2022, bem como os possíveis impactos destas no cotidiano dos brasileiros (Nunes e Traumann, 2023). Três constatações principais emergem da leitura desses trabalhos. Em primeiro lugar, a eleição de 2018 representou uma ruptura histórica com o padrão das campanhas eleitorais desde 1994, uma vez que o partido do candidato eleito não contava, como até então, com os “três requisitos” da vitória eleitoral: um sólido financiamento de campanha, além de um bom tempo de propaganda na televisão e uma vasta rede de

7

---

<sup>4</sup> Elaboras pela Genial/Quaest, CNI/Ibope e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Nunes; Traumann, 2023); ou Idea Big Data, Datafolha, Ibope, Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb-Unicamp) e IBGE (Nicolau, 2020).

apoio nos estados mais populosos (Nicolau, 2020, pp. 15-16). Paralelamente, para Nobre (2022), a maneira de se conceber a polarização do sistema político brasileiro mudou definitivamente em 2018, posto que o ano marca o momento em que a convergência entre a crise do peemedebismo, a obsolescência do presidencialismo de coalizão e a sequência de crises no período pós-junho de 2013, criou condições favoráveis para a vitória de Bolsonaro (ver seção 3).

Em segundo lugar, destaca-se a transformação da configuração do antagonismo político no país de 2006 a 2022, ressaltando-se a necessidade de revisão dos modelos explicativos do comportamento eleitoral predominantes até então (Nicolau, 2020). Nesse contexto, as eleições presidenciais de 2006 foram um marco, posto que a identificação de um “realinhamento” do perfil-tipo do eleitor de Lula (Singer, 2012), ou de outros candidatos petistas às presidenciais (Nicolau, 2020), representou então um aumento do interesse por estudos sobre a configuração do comportamento eleitoral no Brasil. Sem insistir nos detalhes da inversão do perfil socioeconômico do eleitor petista operada em 2006, ou da incidência da ascensão e queda do “lulismo” e do “petismo” no comportamento eleitoral (Singer, 2012, 2018; Samuels e Zucco, 2018), destaca-se que, nas eleições de 2006 a 2022<sup>5</sup>, a preferência por um candidato à presidência passou a ser mais associada a indicadores relativos à condição socioeconômica, ao grau de escolaridade formal e à região de residência do eleitor nas pesquisas (Nunes e Traumann, 2023; Nicolau, 2020; Singer, 2012). Se tal constatação não permite afirmar que os brasileiros apresentam um “perfil ideológico claramente diferenciado” (Borges e Vidigal, 2018, p. 80), ou que a dinâmica eleitoral passou a ser determinada por esses indicadores (Bello, 2023; Nicolau, 2020), ela desafia

---

<sup>5</sup> Opondo candidatos do PT e do PSDB entre 2006 e 2014; depois, do PT ao do PSL em 2018; e finalmente, os candidatos do PT e do PL em 2022.

a predominância de um modelo explicativo único do comportamento eleitoral brasileiro. Foram os casos da premissa supracitada dos “três requisitos” para a vitória em eleições presidenciais (Nicolau, 2020) e da teoria do voto econômico, que buscava explicar o voto a partir da relação entre a situação da economia durante um mandato presidencial, a popularidade do governo vigente e a capacidade de seu partido de apresentar um candidato viável (Gramacho, 2009). Esses modelos não devem ser interpretados de maneira absoluta, mas interdependente. As preferências eleitorais decorrem de diferentes motivos; e a ideia de que o eleitor é um agente econômico puramente racional é tão ideal-típica quanto a de que sua afinidade política se deve exclusivamente à sua afeição por um candidato (Dormagen e Mouchard, 2023).

Por fim, embora Nicolau (2020) não empregue o termo “polarização social” como Nunes e Traumann (2023), a última das três constatações anunciadas diz respeito à identificação de uma tendência parcial à formação de “dois grupos”, nos quais estariam associados a preferência eleitoral (pró-Lula/PT ou Bolsonaro), certos marcadores do perfil sociológico (como identidade de gênero e denominação religiosa) e o apego do eleitor a valores morais, sociais e políticos específicos<sup>6</sup>, aproximando cada grupo entre si e aumentando sua rejeição do outro, para além dos períodos de campanha (Nunes e Traumann, 2023). No 2º turno de 2022, Nunes e Traumann (2023) mostram, por exemplo, que Lula (PT) obteve vitória mais expressiva nos seguintes segmentos da população, por categoria: mulheres (49% contra 38%), pretos (58% contra 31%), católicos (52% contra 39%), pessoas com ensino fundamental (54%

---

<sup>6</sup> Identificados por meio da análise das posições dos entrevistados sobre determinadas questões específicas ao debate público na época de cada eleição presidencial do referido período, como ser contra ou a favor da ampliação do porte de armas, ou da descriminalização do aborto (Nunes e Traumann, 2023; Nicolau, 2020).

contra 35%) e cuja renda familiar total não ultrapassa dois salários mínimos (SM) (52% contra 36%). Bolsonaro (então PL), por sua vez, obteve a maioria dos votos entre os homens (48% contra 42%), bem menos expressiva; mas sobretudo entre brancos (50% contra 39%), evangélicos (56% contra 32%), com ensino superior (51% contra 37%) e com renda familiar total entre dois e cinco SM (49% contra 40%) ou superior a cinco SM (50% contra 40%).

10 Nunes e Traumann (2023) reagruparam esses dados para decodificar o espectro de perfis ideais-típicos dos eleitores de cada “polo”, concluindo que a vitória acirrada de Lula se deu graças à conquista de um grupo minoritário de eleitores, denominados “liberais sociais”<sup>7</sup> (Nunes e Traumann, 2023, p. 163). Quase um ano após as eleições, os autores identificaram diversos impactos destas sobre as relações sociais e familiares dos brasileiros, bem como sobre seus estilos de vida e de consumo. Por exemplo, tem-se que 17% e 54% afirmaram, respectivamente, ter rompido relacionamentos amicais ou familiares ou conhecer alguém que os rompeu em função das eleições de 2022; e outros 75% declararam não se arrepender de ter se envolvido em brigas por causa de política à época (Nunes e Traumann, 2023, p. 172). Ademais, 23% e 20% declararam, respectivamente, que se sentiriam mal ao ouvir um artista ou comprar um produto de uma marca que apoiou o candidato adversário (Nunes e Traumann, 2023, p. 173). É precisamente por conta da permanência e do teor dessas cisões que se pres-supôs que o antagonismo político extrapolou os períodos eleitorais e que o posicionamento político se tornou um elemento constitutivo da identidade do brasileiro (Nunes e Traumann, 2023).

---

<sup>7</sup> Correspondem aos 3% do eleitorado que apoiou Simone Tebet (Movimento Democrático Brasileiro, MDB) no 1º turno de 2022, votou em Lula no 2º e que provavelmente votou em Bolsonaro em 2018 (Nunes e Traumann, 2023, pp. 125-132).

Entretanto, as pesquisas permitindo tais associações são recentes, o que impede uma análise comparativa em uma série histórica de médio prazo (Nunes e Traumann, 2023; Nicolau, 2020). Ademais, as denominações e composições desses “grupos polarizados” (pró-Lula/PT ou Bolsonaro) variam de acordo com a metodologia de coleta de dados utilizada pelos institutos de pesquisa mobilizados; e os próprios autores (Nunes e Traumann, 2023; Nicolau, 2020) enfatizam a dificuldade metodológica imposta às análises pela falta de dados censitários atualizados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nicolau (2020) aponta ainda para o problema de interpretação dos dados referentes a certos marcadores do perfil sociológico dos entrevistados, como “renda” ou “raça”, devido ao impacto de diferentes formulações de questionários nas respostas. Há também um problema de definição de determinadas categorias sociológicas mobilizadas por cada instituto (Nicolau, 2020), ou mesmo de uma mesma categoria, ao longo do tempo, como é o caso da noção de “classe média” (Cocco, 2023). Assim, embora as tendências identificadas ajudem a entender o perfil-tipo dos eleitores em 2018 ou 2022, os autores reiteram que elas não determinam a consolidação de dois grupos homogêneos, em contínua oposição (Nunes e Traumann, 2023; Nicolau, 2020).

Longe de assumir que o comportamento político e social do eleitor brasileiro é determinado por suas preferências nas eleições presidenciais, ou que a polarização social aqui referida seja um fato novo ou comprovadamente consolidado, assume-se a hipótese que as três constatações supracitadas – a ruptura histórica de 2018, a transformação do antagonismo político no país e seus impactos sobre o cotidiano dos brasileiros – esclarecem sobre o quadro atual, tal qual é percebido e vivido pelos próprios respondentes às pesquisas de opinião aqui mobilizadas. Novas abordagens sobre a configuração do sistema

político e do comportamento eleitoral brasileiro, como as propostas por Nunes e Traumann (2023), Bello (2023), Ortellado *et al.* (2022), Fuks e Marques (2022) ou Nicolau (2020), mostram que o fenômeno dito de polarização é dinâmico, ligado às afinidades positivas e negativas aos partidos, bem como à identificação, ora convergente, ora divergente, a um(a) candidato(a) que “representa” os valores mais consolidados, ou questões conjunturais mais caras ao eleitor. Estas são as premissas nas quais este artigo se baseia.

12 Nota-se ainda que a suposta calcificação e *spill over* do antagonismo político dos grupos hoje distintos por sua simpatia por Lula ou Bolsonaro tem por pano de fundo as múltiplas crises sociopolíticas dos últimos anos. Inúmeros estudos sobre estas tomam por marco inicial as mobilizações de junho de 2013 e seus corolários em termos de organização política de diferentes setores da sociedade, à esquerda, ou à direita do espectro político nacional, apesar de divergirem sobre a análise destas (ver seção 3). Ressalta-se que a consolidação e o fortalecimento da democracia brasileira conheceram, a partir de 2013, uma inversão de quadro (Avritzer, 2017) e o recrudescimento dos conflitos entre os poderes republicanos (Avritzer, 2016). A crise atingiu seu ápice em 8 de janeiro de 2023, mostrando que a galvanização do antagonismo social operada durante o mandato presidencial de Bolsonaro (Partido Social Liberal, PSL; depois, PL; 2018-2022) não se tratava de fenômeno conjuntural passageiro (Summa, 2023). Esses eventos, associados, corroboram a percepção dos brasileiros de um “Brasil dividido” em meio a uma profunda crise democrática.

Propõe-se assim que a análise da aparente polarização contemporânea não tome o fenômeno do bolsonarismo como específico ou na raiz dessa crise, mas como um dos problemas do processo de consolidação democrática. Segundo Marcos Nobre (2022) a “situação-limite” em que

o país se encontra hoje não é apenas resultado das recentes transformações próprias à conjuntura nacional; mas um reflexo do “confronto de dois mundos” emergente no cenário internacional na última década, opondo forças democráticas e antidemocráticas. Se o governo de Bolsonaro operou uma “política da catástrofe” (Cocco, 2023, tradução nossa) cuja estratégia de produção do caos inspiradas nas táticas da “guerra híbrida/informacional” norte-americana (Rocha; Solano e Medeiros, 2021; Bentes, 2018; Delgado, 2022) visou “destruir as bases culturais e institucionais do pacto de 1988 [...] de forma abertamente autoritária” (Rocha; Solano e Medeiros, 2021, p. 141, tradução nossa); o esgarçamento do tecido social brasileiro é mais profundo. A persistência do abismo histórico entre “os Brasis” de Ariano Suassuna (1927/2013) é expressa na análise da lógica dicotômica da evolução do pensamento social brasileiro (Santos, 1978), que refuta a possibilidade de uma “história única” de constituição das ideias políticas e sociais no país. Assim, a aparente polarização contemporânea deve ser analisada enquanto fenômeno sociopolítico histórico, fruto de processos estruturais e conjunturais, nacionais e internacionais, que influi sobre a consolidação democrática brasileira e que é, hoje, aprofundada e reforçada pelo advento do bolsonarismo.

Tomando como marco o período de transição democrática, pode-se identificar ao menos cinco processos, cujas transformações nas últimas quatro décadas esclarecem sobre o quadro contemporâneo do “Brasil dividido”. São eles: (i) a constituição e reformas do sistema político institucional; (ii) a evolução do contexto econômico nacional; (iii) a estrutura da sociedade brasileira; (iv) a estrutura dos meios de comunicação e das tecnologias da informação; e (v) influências do contexto político internacional. Este artigo se concentrará na análise dos quatro primeiros, limitando-se a destacar os trabalhos de autores que se dedicam ao contexto internacional (seção 4). Deve-se observar



também que a distinção proposta visa facilitar a demonstração da análise e, portanto, é ideal-típica e não sistemática, uma vez que os processos não podem ser analisados independentemente e não excluem a incidência de outras variáveis não abordadas neste artigo. Por fim, dado que nos últimos 40 anos o PT conquistou um papel central no “sistema partidário mais fragmentado do mundo” (Nicolau, 2020, p. 79), a análise proposta não pode se furtar de abordar o papel do PT, exemplificado à luz de uma provocação frequente no debate político “polarizado” nos últimos dez anos: “mas e o PT, hein?”<sup>8</sup>.

### **3. Política, economia e a transformação da configuração da polarização brasileira**

No que concerne o processo (i) de constituição e reformas do sistema político institucional brasileiro, destaca-se que as transformações estruturais deste tiveram impactos na configuração da oferta política nacional e no rearranjo das forças em oposição (Nicolau, 2020; Avritzer, 2019; Rodrigues, 2006). Esses tornaram o campo de disputas políticas permeável ao (re)ssurgimento de um sentimento de desconfiança institucional (Avritzer e Filgueiras, 2011), cenário em que floresceram discursos galvanizando polarizações políticas e sociais. A reestruturação do sistema partidário pós-ditadura foi marcada por uma grande instabilidade desde a primeira década pós-1988, expressa na ultrafragmentação dos partidos, já associada à “crise dos partidos tradicionais” (Nicolau, 2018, 2017). Nicolau (2018, 2017) mostra que, dos 68 partidos organizados entre 1985 e 1994, os já consolidados apresentaram fraca

---

<sup>8</sup> Essa tem origem na mobilização de grupos pró-Bolsonaro, ativos sobretudo no Twitter (hoje, X) durante as eleições de 2018. Grupos simpáticos ao PT ou críticos ao governo Bolsonaro passaram a se apropriar da indagação, transformada em “meme”, a fim de ironizar as postagens favoráveis ao então presidente (#MUSEUdeMEMES, 2021).

expressão eleitoral à época. Ademais, tinha-se que a identificação da população aos partidos brasileiros era de tipo “negativa”, contrastando com as tendências de identificação positiva observadas em outros regimes democráticos, como no Reino Unido, na Alemanha e nos Estados Unidos (Nicolau, 2020)<sup>9</sup>. De 1994 a 2014, ainda que marcado por uma forte fragmentação e fisiologismo, esse sistema se estabilizou em torno da predominância da competição bipartidária excessivamente focada em eleições nacionais, opondo o PT ao PSDB (Nicolau, 2020).

Nicolau (2020) mostra que, desde pelo menos as eleições presidenciais de 2006, houve um recrudescimento da retórica antagonista/polarizante, reforçada pelo processo de ultraprofissionalização das campanhas eleitorais. Para atrair votos, ambos os partidos adotaram estratégias para reduzir a dispersão de seus grupos de eleitores, galvanizando a rejeição do grupo oposto (Borges, Vidigal, 2018), como ilustram os exemplos dos slogans “PT-pró social contra o PSDB-antipolíticas redistributivas”; ou do “PSDB-íntegro contra o PT-corrupto”. As mudanças no perfil sociológico dos eleitores pró-PT e pró-PSDB entre 2006 e 2014 destacaram a crescente polarização do eleitorado brasileiro, marcada pela condição socioeconômica e região de residência do eleitor, e menos pela identificação positiva a uma ideologia própria a cada partido (Nicolau, 2020; Borges, Vidigal, 2018). As campanhas eleitorais adotadas na época fomentaram essa lógica, tornando-se mais agressivas, o que culminou na acirrada disputa de 2014, interpretada como um grande ponto de inflexão no rearranjo eleitoral (Borges, Vidigal, 2018). É a esse período que se atribui a ascensão e consolidação do sentimento de rejeição específico ao PT, o antipetismo

15

---

<sup>9</sup> Para além das diferenças sócio-históricas dos países, Nicolau (2020) mostra que a identificação negativa brasileira pode ser explicada pela inclusão de perguntas como “em qual partido você definitivamente não votaria?” nas pesquisas nacionais à época, ao contrário de suas contrapartes internacionais.

(Nicolau, 2020). Embora reforçado desde 2014 pela ascensão de movimentos populistas reacionários de direita que impulsionaram o fenômeno bolsonarista (Lynch e Cassimiro, 2022), tem-se que o antipetismo cresceu “em função das crises econômicas e das avaliações negativas do governo do PT” (Bello, 2023, p. 48). O PSDB não conseguiu mobilizar totalmente esse eleitorado heterogêneo e sem perfil ideológico claro (Borges e Vidigal, 2018, p. 79); e a estratégia petista de organização “de cima para baixo” de suas bases, associada à crise de junho de 2013, à recessão econômica e aos desdobramentos dos escândalos de corrupção nos anos seguintes, resultou na estagnação e no declínio da hegemonia eleitoral do PT (Samuels e Zucco, 2018), como veremos. Não obstante, este quadro não impediu que os candidatos do PT ganhassem consecutivamente as eleições presidenciais de 2006 a 2014.

16 Enquanto as análises da expressão eleitoral do fenômeno do “lulismo” – conceito de André Singer (2012) referente à associação do “pacto conservador” à “reforma gradativa” e implementação de políticas de redistribuição de renda e de fácil acesso ao crédito consignado – acolado à vigência do modelo do presidencialismo de coalizão (Abranches, 2018) esclarecem sobre as condições que tornaram essas vitórias possíveis, dois outros efeitos contundentes das transformações estruturais abordadas devem ser destacados no caso do PT: sua profissionalização e financeirização. Um dos corolários da profissionalização do partido foi o afastamento, ou mesmo a perda, de suas raízes militantes (Ribeiro, 2008), fato destacado pela incompreensão e má administração dos petistas da crise iniciada quando das manifestações constituídas por um complexo mosaico de atores, sem direção única, de junho de 2013 (Alonso, 2023). Avritzer (2016) atribui as origens destas aos limites históricos da participação política no Brasil que foram, em alguns aspectos, evidenciados durante as administrações executivas

do PT. Por exemplo, entre 2009 e 2012, a incapacidade do governo de gerenciar o conflito político engendrado pelas mobilizações que se opunham ao plano de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte operou uma ruptura no campo político da esquerda (Avritzer, 2016). Segundo Lincoln Secco (2018), a progressão de manifestações em 2012 e a eclosão das de junho do ano seguinte evidenciaram a defasagem entre as formas históricas de mobilização social preconizadas pelo PT e as “novas”, mais autonomistas e ativas no meio digital, de 2013 (Secco, 2018, p. 270). Se para uns, junho de 2013 inaugurou uma sequência de eventos que desestabilizou o pacto democrático brasileiro (Nobre, 2022), para outros, 2013 evidenciou as falhas de gestão dos governos estaduais e federais da década anterior (Cocco e Cava, 2018; Cava e Pereira, 2016).

A “questão de 2013” está ligada a três dos cinco processos identificados. Primeiramente, às (iv) transformações da mídia e das tecnologias da informação, que provocaram mudanças na estrutura de sociabilidade dos brasileiros (ver seção 4). No que concerne às (iii) transformações da sociedade brasileira, nota-se que a contínua ultra-urbanização do país nos anos 1990-2000 revelou a incapacidade da estrutura pública das cidades de integrarem a população crescente (Nicolau, 2020). Este processo está associado à profunda fragmentação social e ao desmantelamento da composição da força de trabalho (Cocco, 2023), culminando na “situação híbrida” onde as “melhorias significativas nas condições de vida”, “na saúde básica, com políticas voltadas para grupos desfavorecidos”, não foram suficientes para eliminar os riscos de um retorno à precariedade para a população de baixa renda (Lima, 2017, p. 323, tradução nossa). As (ii) evoluções do contexto econômico, especialmente no período entre os mandatos de Dilma Rousseff I e II (PT), reforçaram essa conjuntura. O fim do ciclo de expansão das *commodities* e o aumento dos gastos públicos no

final do governo Lula II, fizeram com que a carga tributária sobre a população aumentasse a partir de 2010 (Carvalho, 2018). O programa econômico de Rousseff, que defendia o ajuste fiscal e a redução dos gastos públicos enquanto estimulava o setor privado por meio de concessões de lucros, enfrentou um contexto internacional menos favorável, culminando na recessão de 2014 (Carvalho, 2018).

Embora diante de um quadro menos promissor, resta que o PT no Executivo não teve a mesma capacidade de mobilizar suas bases militantes como nas décadas de 1980 e 1990. Ainda assim, de início, as diversas organizações de junho de 2013 não eram, necessariamente ou propriamente, anti-PT. Elas estavam ligadas às lutas (principalmente) urbanas pelo acesso a serviços públicos de qualidade, inspiradas pelos movimentos de ocupação e revoltas internacionais da década, do *Occupy Wall Street* à(s) primavera(s) árabe(s) (Cocco, 2023; Cocco e Cava, 2018). As respostas do governo federal petista e dos estaduais ligados ao PT recrudesceram as tensões entre estes e a sociedade organizada, fomentando a aguda crise de representação política da época (Alonso, 2023), que não se resumia unicamente à questão de 2013. Ademais, as organizações de direita ativas no espaço digital à época conseguiram aproveitar o sentimento de insatisfação generalizada contra um sistema “ineficaz” e “corrompido”, propondo alternativas institucionais em oposição ao *status quo* petista (Nobre, 2022; Stefanoni, 2022) e suscitando a reorganização política de movimentos conservadores (Vilas Boas, 2023).

Por outro lado, a crescente dependência do Estado e do capital privado que resumiram a financeirização do PT (Ribeiro, 2008) estão ligadas ao envolvimento de membros na rede de corrupção dos partidos brasileiros – bem que tal acepção seja aqui empregada com cautela (Avritzer; *et al.*, 2012; Avritzer e Filgueiras, 2011). Na época da fundação e institucionalização do PT (1980-1990), o sistema

de financiamento dos partidos políticos brasileiros passou a ser misto, permitindo a arrecadação de recursos das esferas privada e pública. Ribeiro (2008) mostra que, até 1995, os recursos públicos disponibilizados aos partidos políticos pelo Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) eram escassos; mas a alteração advinda com a promulgação da Lei 9.096/95 mudou rapidamente esse quadro, aumentando os valores disponíveis. Na época, o PT foi o partido que mais se beneficiou desses recursos, segundo Ribeiro (2008), pois eles se baseavam, entre outros, no número de deputados eleitos pelos partidos. Esses recursos sempre foram controlados pela direção nacional do PT e, apesar da imposição da Lei 9.096/95 referente ao repasse de 80% do valor total recebido do Fundo às instâncias regionais dos partidos, ele nunca obedeceu a essa regra (Ribeiro, 2008). Além disso, mesmo tendo sido historicamente uma questão controversa e mesmo tabu no partido (Secco, 2018), até 2015, o PT não proibia estatutariamente as doações de pessoas jurídicas privadas, desde que aceito pela legislação eleitoral (Partido dos Trabalhadores, 2015). Com suas derrotas nas presidenciais de 1994 e 1998, a direção nacional do PT mudou progressivamente o método de captação de recursos (Secco, 2018; Ribeiro, 2008); e, em 2000, foi introduzida uma política de captação por meio de doações privadas, com foco em grandes construtoras, bancos e outras empresas do setor de serviços (Ribeiro, 2008). Por exemplo, até 1999, menos de 1% da receita total do PT era proveniente de doações de pessoas jurídicas privadas; em 2000, esse número subiu para 13%, em 2002 para 17% e em 2004 para 27% (Ribeiro, 2008). Sem entrar em detalhes, este processo parece estar ligado à implicação deste e de outros partidos nos ditos “escândalos de corrupção” dos últimos 15 anos, cujos mais relevantes no debate público nacional foram os chamados “Mensalão”

(2005-2012) e “Petrolão”, revelado pela controversa e hoje extinta “Operação Lava-Jato” (2014-2021).

Demonstrou-se que o PT foi submetido a um *lawfare* em um cenário de crescente “judicialização da política” e “espetacularização da justiça” (Leite, 2015), em um processo que foi impulsionado pelas linhas editoriais dos grupos de mídia nacionais mais tradicionais que hiper-mediatizavam os casos implicando petistas (Amorim, 2015; Summa, 2009; Nassif, 2003). Não obstante, fato é que houve envolvimento do PT e que esses elementos, associados à contínua falta de regulamentação pública da estrutura oligopolista da mídia, ajudaram a consolidar o antipetismo. Se o PT esteve à frente de grandes e inéditas reformas institucionais que permitiram a melhora dos processos públicos de investigação e julgamento dos casos de corrupção desde Lula I, paradoxalmente, a percepção da população de que esta aumentara durante os mandatos do PT no Executivo é demonstrada nas pesquisas de opinião da época (Avritzer; *et al.*, 2012; Avritzer e Filgueiras, 2011). Voltaremos às questões das (iv) transformações da mídia e das tecnologias da informação na seção 4.

20

Para além do impacto da retórica moralista anti-corrupção no comportamento eleitoral, a pressão fiscal sofrida particularmente pela classe média a partir de 2014 foi um fator importante da consolidação do antipetismo, demonstrando que a teoria do voto econômico não caiu em obsolescência. Em setembro de 2022, quando perguntados sobre “o principal problema do Brasil hoje”, 37% dos respondentes disseram ser a “economia” e, 21%, as “questões sociais”; 14% responderam a “saúde”; 7%, a “corrupção”; e apenas 5% e 4%, respectivamente, disseram ser a “violência” e a “educação” (Genial/Quaest, 2023). Por fim, como o outrora “polo oposto” ao PT, representado pelo PSDB, não sobreviveu à exposição de seu próprio envolvimento nos casos de corrupção dos últimos 15 anos, o caminho ficou

livre para que uma alternativa eleitoral viável emergisse no cenário político nacional.

Há ainda uma última observação a ser feita sobre as (i) transformações no sistema político. Em 2015, durante a análise parlamentar do projeto de reforma na legislação sobre campanhas eleitorais, o Congresso Nacional votou pela retirada do artigo referente à proibição do financiamento privado de campanhas (Passarinho, 2015). Posteriormente, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a consideraram inconstitucional (STF, 2015). Como resultado, o texto final, publicado em 2017, manteve a proibição de doações de “pessoas jurídicas públicas e privadas de qualquer espécie” (Brasil, 2017a, Art. 31), além de vedar coligações partidárias nas proporcionais, estabelecer normas de acesso aos recursos do fundo partidário e restrições ao tempo de rádio e TV.

Os efeitos das reformas de 2015 e 2017 foram sentidos em um cenário de ascensão da extrema-direita nas eleições de 2018 e 2022, o que ajudou a consolidar a hegemonia institucional das posições bolsonaristas sobre o campo da direita e da centro-direita brasileiras (Nobre, 2022). O sistema político outrora marcado pela polarização PT/PSDB e pela governança via presidencialismo de coalizão entre 1994 e 2013, tornou-se obsoleto (Nobre, 2022; Nicolau, 2020; Abranches, 2018). Se as reformas eleitorais eram necessárias, a liminar do STF de 2017 provocou ávida resposta do Legislativo, que homologou um fundo público homérico de financiamento eleitoral e partidário (Senado Federal, 2017) e o Orçamento Impositivo (Câmara dos Deputados, 2020), que está na origem do dito “Orçamento Secreto”, sob Bolsonaro (Neiva, 2022). Desde pelo menos 2015, com a eleição de Eduardo Cunha (do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB) à presidência da Câmara, o Legislativo foi se tornando mais independente do Executivo e mais polarizado



ideologicamente (Nicolau, 2020). Essas são as possíveis condições para a chamada crise institucional dos poderes republicanos – Executivo, Legislativo e Judiciário – de 2014 a 2018, à qual se somou, a partir de 2015, o papel desempenhado pelas Forças Armadas (Victor, 2022). Segundo Fabio Victor (2022), a implicação dos militares na política brasileira não fora atenuada no processo de transição, mas progressivamente amplificada a partir do mandato interino do presidente Michel Temer (PMDB, 2016-2018), tomando proporções excepcionais durante o mandato presidencial de Bolsonaro. Em 2018, a aliança selada entre este e os representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, impulsionaram, assim, a “politização da caserna” e a “militarização da Esplanada”, atestando para o fato de que a “questão militar” ainda constitui um desafio à consolidação da democracia brasileira (Victor, 2022).

22

#### **4. Transformações sociais, novas tecnologias e a polarização social**

A estrutura vigente da mídia brasileira e a atividade das organizações políticas e sociais que apoiavam Bolsonaro no meio digital desempenharam um importante papel na galvanização do sentimento de antipetismo e no impulsionamento de alternativas eleitorais ao PT (Nobre, 2022; Stefanoni, 2022). Abordamos os problemas relacionados à persistente constituição oligopolista da mídia brasileira e sua influência na percepção da população brasileira na seção anterior. Em termos de comunicação, a última década foi sobretudo marcada pelos avanços do acesso às novas tecnologias da informação. Estes não somente se deram de maneira súbita e exponencial, como provocaram mudanças na estrutura das relações sociais dos brasileiros (Nobre, 2022). Tem-se que a transformação das relações sociais na “era da informação” é marcada pelo advento e ampla difusão do acesso à internet e,

por consequência, da emergência das “sociedades em rede” de Manuel Castells (2012).

Paolo Gerbaudo (2012), em crítica a Castells, aprofunda a análise sobre o impacto do acesso à internet nas relações sociais a partir do estudo das mobilizações de ocupação dos anos 2010, do *Occupy Wall Street* à(s) primavera(s) árabe(s). Gerbaudo (2012) propõe que os limites entre a vida *on-line* e *off-line* não somente tornaram-se porosos, como passaram a ser elementos constituintes das relações sociais. Marcos Nobre (2022) atualiza o debate no contexto da desigualdade do acesso à internet no Brasil, introduzindo, à oposição de Gerbaudo entre “*outsiders* conectados” e “*insiders* desconectados”, a categoria dos “*outsiders* desconectados”, sem nenhum acesso, cujo contingente somava, em 2023, 29 milhões de pessoas (NIC.br, 2023). Dos mais de 80% de brasileiros conectados, 99% utilizam a internet parcial ou unicamente pelo celular, e o uso de “aplicativos zerados” como WhatsApp e Facebook é significativo (Nobre, 2022).

23

Não obstante, o número de domicílios brasileiros com acesso à internet quadruplicou entre 2008 e 2020, ultrapassando 80% do total destes e alcançando 156 milhões de usuários em 2023 (NIC.br, 2023). Em 2024, 34% dos brasileiros disseram se informar sobre política pela televisão, contra 32% pelas redes sociais e outros 16% por sites, blogs e portais de notícias (Genial/Quaest, 2024b). Segundo esta pesquisa, nota-se ainda que, entre os respondentes que votaram em Lula no 2º turno das presidenciais de 2022, 43% declararam se informar sobre política pela televisão, contra 23% pelas redes sociais e 11% em sites. Quanto aos eleitores de Bolsonaro, 44% se informaram pelas redes sociais, contra 25% pela televisão e 13% em sites. Somente 4% dos eleitores de Lula e 3% dos eleitores de Bolsonaro declararam não ter costume de se informar sobre política. É interessante notar que não somente houve inversão do quadro da afinidade do grupo dos simpatizantes de Lula quanto à fiabilidade das

informações veiculadas pelas mídias tradicionais desde o advento da crise da Lava Jato, como houve êxito do “partido digital bolsonarista” (Nobre, 2022) em galvanizar aderentes do grupo dos simpatizantes a Bolsonaro aos meios de comunicação via redes sociais.

24 Marcos Nobre (2022) mostra que, sem qualquer base fundamentada no sistema de partidos políticos tradicionais, o bolsonarismo conseguiu captar o *zeitgeist* da nova “era da informação”. Sua atuação contínua nas redes – mesmo que, após as reformas de 2015 e 2017, tenha sido conduzida por meio de compras ilegais de pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT (Mello, 2018) – constituiu um elemento importante da vitória de Bolsonaro em 2018 (Nunes e Traumann, 2023; Nobre, 2022). O debate acerca da regulamentação das regras de conteúdo e gestão das plataformas digitais, sobretudo das redes sociais, contou com esforços institucionais notáveis nos últimos anos (Amadeu, 2024). Entretanto, Amadeu (2024) ressalta que, aos desafios ordinários de aplicação da legislação vigente, soma-se hoje a forte politização dos casos, erroneamente identificados como “cerceamento da liberdade de expressão”. Essa retórica é frequentemente impulsionada por forças políticas aliadas a Bolsonaro, que criticam o forte papel desempenhado pelo STF na matéria e que recentemente contaram com o “apoio” controverso do multibilionário sul-africano e proprietário do X (antigo Twitter), Elon Musk (Sá Pessoa e Ortutay, 2024).

Ademais, a contribuição em termos de expertise técnica de contestação das regras democráticas de Steve Bannon ao Bolsonaro teve um papel fundamental nas campanhas de desinformação sobre o processo eleitoral de 2022 e nas mobilizações em prol dos ataques do 8 de janeiro de 2023 (Kranish e Stanley-Becker, 2023; Dvoskin e Sá Pessoa, 2022). Assim, quanto às (v) transformações do contexto político internacional, nota-se que a ascensão de tendências

ou movimentos chamados “populistas de direita, extrema-direita ou ultradireita” na América do Norte, na América Latina e na Europa, favoreceu o estabelecimento de vínculos com forças políticas nacionais, ajudando a impulsionar o recrudescimento do quadro político e social brasileiro (Barros e Lagos, 2022; Levitsky e Ziblatt, 2019). Esses parecem ser os corolários e as forças motrizes por trás da crise contemporânea das democracias ocidentais (Levitsky e Ziblatt, 2019). Sem nos aprofundarmos no debate sobre as definições desses grupos ou movimentos, ressalta-se que eles defendem o recrudescimento do antagonismo político como estratégia de ação política e de galvanização de afetos na população, fomentando ímpetos autoritários e antidemocráticos (Barros e Lagos, 2022; Levitsky e Ziblatt, 2019), contribuindo assim com as transformações da polarização sociopolítica brasileira.

Paralelamente, a inegável melhoria nas condições de vida das camadas mais pobres da população entre os anos 2000 e 2010 não foi suficiente para superar os flagelos que esgarçam o tecido social brasileiro (Singer e Rugitsky, 2023). As desigualdades socioeconômicas e de acesso a serviços básicos, como saúde pública e segurança, não somente permaneceram, como foram reforçadas pela crise econômica de 2014 (Carvalho, 2018) e pela pandemia de covid-19 em 2020 (Carvalho, 2020). Se a gestão governamental criminosa durante a pandemia não foi suficiente para tornar Bolsonaro eleitoralmente inviável ou desmobilizar suas bases (Nunes e Traumann, 2023), os corolários da gestão catastrófica da “crise de segurança pública” durante os governos do PT (Deluchey, 2017) foi um dos “triumfos da campanha bolsonarista” de 2018 (Lynch, 2020).

Ilustrando esse cenário, de 2000 a 2023, a população carcerária do Brasil aumentou em 257%, tornando-se a terceira maior em termos majoritários do mundo, atrás dos Estados Unidos e da China (Dyvik, 2024; Nascimento, 2024).

No final de 2023, dos 832.295 presos, a maioria era negra (68,2%) e tinha entre 18 e 34 anos (62,6%), em um sistema prisional com um déficit de 230.578 vagas (ABSP/FBSP, 2024). Essa política contínua de encarceramento em massa não deve ser associada à pequena queda no número de “mortes violentas intencionais” (MVI)<sup>10</sup> e na taxa de mortalidade entre 2011-2022 (ABSP/FBSP, 2024). Isso porque a redução na taxa ponderada de “homicídios” entre 2017-2019 coincide com o aumento na taxa ponderada de “mortes violentas por causa indeterminada”<sup>11</sup> (MVCI); enquanto a redução desta entre 2019-2021 coincide com um novo aumento na taxa de “homicídios” (Cerqueira e Bueno, 2023). Assim, entre 2011-2021, o Estado foi incapaz de identificar 39,1% dos óbitos tratados como MVCI, o que representa uma média anual de 4.492 “homicídios ocultos” (Cerqueira e Bueno, 2023, p. 15). Por fim, apesar dos R\$ 124,8 bilhões investidos pelo Estado em segurança pública em 2022 (alta de 11,6% em relação a 2021), nota-se o aumento histórico do número de estupros (74.930 vítimas), de feminicídios (1.437), de registros de desaparecidos (74.061) e de estelionato (1.819.409, em alta de 326,3% desde 2018), segundo os dados do ABSP/FBSP (2024).

Um último elemento importante a ser observado sobre os processos identificados nesta seção que incidem sobre a calcificação da polarização social é o fato de que o Brasil está passando por uma transição religiosa sem precedentes

---

<sup>10</sup> Categoria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que inclui “vítimas de homicídio doloso (incluindo feminicídios e policiais assassinados)”, roubos ou lesão corporal seguidos de morte e “mortes decorrentes de intervenções policiais” (ABSP/FBSP, 2024, p. 24).

<sup>11</sup> Diferentemente da categoria de MVI do FBSP, as categorias de Cerqueira e Bueno (2023) de “homicídio”, “MVCI” e de “homicídios ocultos” (que foram erroneamente classificados com MVCI) correspondem àquelas do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde.

no mundo (Delgado, 2023), dita “a onda evangélica” (Oualalou, 2018). O número de adeptos a denominações evangélicas aumentou em 61,5% entre 2000 e 2010 e o número de templos evangélicos abertos aumentou em 250% entre 2000 e 2020, ultrapassando a marca de 100 mil em 2020 (Alves, 2023). No mesmo ano, o número de estabelecimentos religiosos católicos era de cerca de 15 mil (Alves, 2023). Projeções recentes de José Alves<sup>12</sup> (2024, 2023) sugerem que os evangélicos representariam hoje 31,8% da população, contra 49,9% de católicos. Segundo Alves (2024, 2023), até 2030, os primeiros poderão ultrapassar os segundos, contando, respectivamente, 39,8% de evangélicos, contra 38,6% de católicos. Esse cenário se dá em um contexto em que “fé e voto se tornaram inseparáveis na última década” (Nunes e Traumann, 2023, p. 180).

O reavivamento do fenômeno religioso no século XXI não é exclusivo à conjuntura nacional (Taylor, 2011) e o voto evangélico foi identificado como uma variável importante (embora não decisiva) nas eleições de 2002 a 2014 (Nicolau, 2020), um prenúncio das profundas mudanças sociais em curso no país (Oualalou, 2018). No 2º turno de 2010, Rouseff obteve a maioria dos votos católicos, evangélicos e “outros”, contra José Serra (PSDB); e em 2014, contra Aécio Neves (PSDB), o padrão seguiu, mas com margem reduzida (Nicolau, 2020<sup>13</sup>). Já no 2º turno das eleições de 2018, contra Fernando Haddad (PT), Bolsonaro (então PSL), obteve ampla maioria no segmento evangélico

27

---

<sup>12</sup> Na ausência de divulgação dos novos dados do IBGE de 2022, Alves (2024, 2023) produziu estas projeções para o período de 2010 a 2032 com base nas suposições do declínio contínuo das afiliações católicas a uma taxa de 1,2% ao ano, e do aumento anual de 0,8% nos evangélicos, de 0,15% de outras religiões e de 0,23% nos declarantes sem religião.

<sup>13</sup> Os respondentes das pesquisas do Eseb (CESOP/UNICAMP) foram agrupados por Jairo Nicolau (2020) em três grupos, para reduzir a margem de erro: católicos, evangélicos e “outros”, incluindo outras religiões, aqueles que acreditam em Deus, mas não têm religião, ateus e agnósticos.

(cerca de 70% dos votos) e uma pequena vantagem entre católicos e “outros” (Nicolau, 2020). No 2º turno de 2022, Lula foi vitorioso entre os católicos (52% contra 39%) e, Bolsonaro, entre os evangélicos (56% contra 32%) (Nunes e Traumann, 2023).

A novidade é que essa transição religiosa ocorre em meio às múltiplas crises da década de 2010-2020 (seção 3) que culminaram na emergência de movimentos conservadores capazes de cativar a população religiosa ao incorporar certas demandas sociais comuns às diversas denominações evangélicas (Rocha; Solano e Medeiros, 2021; Nicolau, 2020). Além disso, alguns desses líderes religiosos construíram impérios imobiliários graças ao que Bruno Paes Manso chamou de “empreendedorismo transcendental” (Manso, 2023) e conseguiram traduzir seu capital social e econômico em capital político, como mostra o avanço do número de líderes religiosos eleitos a cargos Executivos e Legislativos na última década (Hinz; Vinuto e Coutinho, 2020). Em 2018, o cenário político era assim favorável ao sucesso da campanha de captação do voto evangélico por Bolsonaro (Manso, 2023). Embora católico, ele encarnou a defesa “dos valores da família” e do “povo de Deus”, ganhando o véu de “predestinado” após o atentado contra sua vida e adotou como mote o versículo bíblico de João 8.32, “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Manso, 2023, p. 215). A “guerra santa bolsonarista” (Cruz, 2022) foi impulsionada pela disseminação de notícias falsas nas redes sociais – tais quais as associações dos candidatos petistas ao satanismo, ou as declarações falsas sobre o fechamento de igrejas e a legalização do aborto –, através de táticas inspiradas na “guerra híbrida/informacional” (seção 2), cujo alcance aumentou exponencialmente graças ao uso das novas tecnologias da informação (Manso, 2023; Nicolau, 2020).

Não obstante, duas nuances precisam ser levadas em conta. Os dados nos quais se baseiam as análises da relação

entre transição religiosa e comportamento eleitoral não estão atualizados, tendendo assim a homogeneizar a ampla miríade de denominações religiosas evangélicas (Alves, 2024, 2023) e exagerar a “hipótese de afinidade conservadora” entre o bolsonarismo e os evangélicos (Nicolau, 2020). Por exemplo, a mobilização bolsonarista em São Paulo no dia 25 de fevereiro de 2024 mostrou que o perfil de “crentes mobilizáveis”, adeptos da ideia da “batalha espiritual”, não é homogêneo, sendo a maioria dos presentes de denominação católica (Trigo, 2024; Sardinha, 2024). Ela também mostrou que a capacidade de mobilização dos líderes religiosos bolsonaristas não só diminuiu, como está mais pulverizada, segundo Leonardo Queiroz (Medo e Delírio, 2024), ao passo que muitos fiéis não toleram o uso da religião como “arma política” (Queiroz, 2024, 2022).

## 5. Considerações finais

Este artigo procurou analisar as possíveis origens da nova configuração do antagonismo sociopolítico, tal qual resumida pela hipótese da calcificação da polarização social (Nunes e Traumann, 2023) e percebida pelos próprios brasileiros, segundo pesquisas recentes (AtlasIntel, 2024; Genial/Quaest, 2024a *apud* Nicoceli e Pinhoni, 2024). O termo faz referência à percepção de que o Brasil está mais dividido, posto que o conflito político, outrora “limitado” à polarização partidária típica dos períodos eleitorais da Nova República, transbordara para o cotidiano dos brasileiros, enrijecendo suas visões de mundo e afetando suas relações sociais. Embora esse quadro esteja associado ao advento do fenômeno Bolsonaro, ele não é um puro efeito político e social da consolidação do bolsonarismo. Ao contrário, o referido antagonismo não é recente, mas associado ao abismo histórico entre “dois Brasis” (Suassuna, 1927/2013), que informa o imaginário sociopolítico brasileiro há décadas (Santos, 1978). Buscou-se mostrar que a polarização hoje percebida pelos brasileiros é um



sintoma dos persistentes desafios à democracia que influem no quadro contemporâneo conflituoso e que, por sua vez, são aprofundados e intensificados pelo bolsonarismo.

As transformações na estrutura do sistema político brasileiro desde 1988 alteraram configuração da oferta política e o rearranjo das forças em oposição e, frente a múltiplas crises da década de 2010-2020, erros de gestão, associados ao recrutamento dos conflitos entre os poderes republicanos e ao aumento de um sentimento generalizado de desconfiança institucional, tornaram o cenário de disputas políticas permeável à emergência de discursos galvanizando polarizações sociais. Além disso, apesar da melhora na situação econômica nacional entre 2000 e 2010, o Estado não conseguiu integrar totalmente a crescente população que, após as crises de 2014 e 2020, deparou-se com o aumento da fragmentação social e o desmantelamento da composição da força de trabalho, permanecendo ou retornando a condições miseráveis de precariedade. No que diz respeito às transformações na estrutura da sociedade, dadas as crises de acesso aos serviços públicos básicos e à segurança pública afetando principalmente a população pobre e negra, a onda evangélica, cujas propostas incluem a melhoria efetiva das condições de vida da população precarizada, vem emergindo como um fenômeno de massa no século XXI. Por fim, a falta de regulamentação e as dificuldades de aplicação da legislação vigente sobre a estrutura dos meios de comunicação nacionais e das *Big Techs*, associadas ao compartilhamento de *know-how* de campanhas de desinformação nas redes entre bolsonaristas e suas contrapartes internacionais não somente continuam impulsionando a polarização social, como representam um grande desafio para a democracia brasileira hoje. Diante de novos fenômenos, novas estratégias precisam ser consideradas, pois “se Lula 1 e 2 estimulou sonhos de mudanças indolores [...] não será viável estabilizar a democracia no país sem transformações estruturais” (Singer e Rugitsky, 2024, p. 6).

## Adriana Escosteguy-Medronho

Doutoranda em Estudos Políticos no Centre des Savoirs sur le Politique - Recherches et Analyses (CESPRA) da École des hautes études en sciences sociales de Paris (EHESS).

## Bibliografia

- #MUSEUdeMEMES. (2021). “Coleção: E o PT, hein?”. #MUSEUdeMEMEs, Niterói. Disponível em: <https://museudememes.com.br/collection/e-o-pt-hein>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- ABRANCHES, Sérgio. (2018). *Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALONSO, Angela. (2023). *Treze: A política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. (2024). Católicos versus Evangélicos no Brasil: ‘guerra de posição’ x ‘guerra de movimento’. *EcoDebate*, [s. l]. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2024/02/19/catolicos-versus-evangelicos-no-brasil-guerra-de-posicao-x-guerra-de-movimento/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. (2023). O acelerado crescimento dos templos evangélicos e a transição religiosa no Brasil. *Instituto Humanitas Unisinos*, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/635469-o-acelerado-crescimento-dos-templos-evangelicos-e-a-transicao-religiosa-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- AMORIM, Paulo Henrique. (2015). *O Quarto Poder – Uma outra história*. São Paulo: Hedra.
- ABSP - ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2023). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- ATLASINTEL. (2024). Superando a polarização nas eleições municipais. *Pesquisa AtlasIntel Brasil*, São Paulo. Disponível em: <https://atlasintel.org/poll/atlas-br-042620>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- AVRITZER, Leonardo. (2020). *Política e antipolítica*. Como um governo que desdenha da política, da ciência e da democracia mergulhou o país num impasse. São Paulo: Todavia.
- AVRITZER, Leonardo. (2019). *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia.

- AVRITZER, Leonardo. (2017). Democracia no Brasil. Do ciclo virtuoso à crise política aberta. In: BOTELHO, André; STARLING, Heloisa Murgel (orgs.). (2017). *República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 19-30.
- AVRITZER, Leonardo. (2016). *Os impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa M. M. (org.). (2012). *Corrupção: ensaios e críticas*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando (orgs.). (2011). *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. (2022). *Do que falamos quando falamos de populismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BELLO, André. (2023). Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. *Opinião Pública*, v. 29, n. 1, pp. 42-68. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202329142>
- BENTES, Ivana. (2018). As milícias digitais de Bolsonaro e o colapso da democracia. *Revista Cult*, São Paulo. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nao-matem-a-democracia/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- BORGES, André; VIDIGAL, Robert. (2018). Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, pp. 53-89. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0191201824153>
- BRASIL. (2017). *Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017*. Código Eleitoral. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13488.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13488.htm#art2). Acesso em: 11 abr. 2024.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. (2020). Veja a cronologia do Orçamento Impositivo e entenda a polêmica do veto. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/642112-VEJA-A-CRONOLOGIA-DO-ORCAMENTO-IMPOSITIVO-E-ENTENDA-A-POLEMICA-DO-VETO>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- CARVALHO, Laura. (2020). *Curto-circuito: O vírus e a volta do Estado*. São Paulo: Todavia.
- CARVALHO, Laura. (2018). *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia.
- CASTELLS, Manuel. (2012). *Networks of outrage and hope. Social movements in the Internet age*. Cambridge: Cambridge Polity Press.

- CAVA, Bruno; PEREIRA, Marcio (orgs.). (2016). *A terra treme: leituras do brasil de 2013 a 2016*. São Paulo: Anablume.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira Bueno (coords.). (2023). *Atlas da violência 2023*. Brasília, DF: Ipea/FBSP. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- COCCO, Giuseppe. (2023). Le Brésil, entre la catastrophe et la nouvelle composition du travail ». *Condition humaine/Conditions politiques*. n. 5. Disponível em: <http://revues.mshparisnord.fr/chcp/index.php?id=1029>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- COCCO, Giuseppe. (2019). *Entre Cinismo e Fascismo: depois de junho de 2013, narrativas e constituição*. Rio de Janeiro: Autografia. v. 1.
- COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. (2018). *O Enigma do Disforme. Neoliberalismo e Bipoder no Brasil Global*. Rio de Janeiro: Mauad. v. 1.
- CRUZ, Valdo. (2022). “Guerra santa” de Bolsonaro surte efeito em eleitores evangélicos, e Lula prepara reação. *GI*, Rio de Janeiro. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2022/08/16/guerra-santa-de-bolsonaro-surte-efeito-em-eleitores-evangelicos-e-lula-prepara-reacao.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- DELGADO, Malu. (2022). A produção do caos como estratégia política é real – Entrevista com Ivana Bentes. *Nexo*, São Paulo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2022/10/08/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- DELGADO, Malu. (2023). Brasil vive transição religiosa sem precedentes no mundo – Entrevista com Victor Araújo. *Nexo*, São Paulo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2023/01/18/brasil-vive-transicao-religiosa-sem-precedentes-no-mundo>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- DELUCHEY, Jean-François. (2017). Les politiques fédérales de sécurité intérieure au Brésil (2003-2016). *Problèmes d'Amérique Latine*, v. 3, n. 106-107, pp. 95-115. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-problemes-d-amerique-latine-2017-3-page-95.htm>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- DIEGUEZ, Consuelo. (2022). *O ovo da serpente*. Nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras.
- DIEGUEZ, Consuelo. (2016). Direita, volver. *Revista Piauí*, Rio de Janeiro, nº120. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/direita-volver/>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- DORMAGEN, Jean-Yves; MOUCHARD, Daniel. (2023). *Introduction à la sociologie politique*. 6. ed. Paris: DeBoeck. (Coleção Ouvertures politiques).

- DWOSKIN, Elizabeth; SA PESSOA, Gabriela. (2022). Trump aides Bannon, Miller advising the Bolsonaros on next steps. *The Washington Post*, Washignton, DC. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2022/11/23/brazil-bolsonaro-bannon/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- DYVIK, Elinar H. (2024). Countries with the largest number of prisoners as of December 2023. *Statista*, [s. l.]. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/262961/countries-with-the-most-prisoners/>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- FICO, Carlos. (1997). *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- FORA DA POLÍTICA Não há Salvação. Entrevistado: Sérgio Amadeu. Entrevistador: Cláudio Couto. (2024). [s. l.]: Elon Musk X Democracia, n°222. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6CWcoiewA0QjlllsjBVw7>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. (2022). “Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil”. *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, pp. 560-593. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- GENIAL/QUAEST. (2024a). Pesquisa qualitativa fevereiro 2024. Genial Pesquisas 2024, 25-27 fev. In: NICOCELI, Artur; PINHONI, Marina. *83% dos brasileiros percebem país mais dividido, aponta Quaest. G1*, Rio de Janeiro, 10 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/10/83percent-dos-brasileiros-percebem-pais-mais-dividido-aponta-quaest.ghtm>>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- GENIAL/QUAEST. (2024b). Pesquisa quantitativa fevereiro/2024. *Genial Pesquisas 2024*, 25-27 fev., 54p.
- GENIAL/QUAEST. (2023). Pesquisa quantitativa fevereiro/2023. *Genial Pesquisas 2023*, 10-13 fev., 106p.
- GERBAUDO, Paolo. (2012). *Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism*. Londres: Pluto Press.
- GRAMACHO, Wladimir. (2009). Teoria do voto econômico e a recente experiência brasileira. *Em Debate*, v. 1, n. 4, pp. 5-10.
- HINZ, Kristina; VINUTO, Juliana; COUTINHO, Aline Beatriz. (2020). Por Dios y por las armas: el ascenso neopentecostal y securitario en Brasil (2003-2019). *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, n°126, pp. 185-213. DOI: [doi.org/10.24241/rcai.2020.126.3.185](https://doi.org/10.24241/rcai.2020.126.3.185).
- KRANISH, Michael; STANLEY-BECKER, Isaac. (2023). Brazil’s riot puts spotlight on close ties between Bolsonaro and Trump. *The Washington Post*, Washington, DC. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com>.

- com/politics/2023/01/09/bolsonaro-riots-us-election-deniers-trump-bannon/. Acesso em: 11 abr. 2024.
- LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. (1986). *Partidos políticos e a consolidação democrática. O caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- LEFORT, Claude. (1986). *Essais sur le politique, XIXème – XXème siècles*. Paris: Éditions du Seuil.
- LEITE, Paulo Moreira. (2015). *A outra história da Lava-jato*. São Paulo: Geração Editorial.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. (2018). *How democracies die*. Nova York: Crown Publishing Group.
- LIMA, Jacob Carlos. (2017). Une nouvelle génération de politiques sociales au Brésil. Néolibéralisme et participation populaire. In: DESTREMAU, Blandine; GEORGES, Isabel (orgs.). *Le care, la face morale du capitalisme. Assistance et police des familles en Amérique Latine*. Bruxelas: Peter Lang. pp. 307-324.
- LINDEN, Felipe. (2018). A Trajetória de uma Noção Polêmica: Análise Crítica do Populismo na Teoria Crítica de Ernesto Laclau. *Revista Estudos Políticos*, v. 9, n. 1, pp. 20-31. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/revista\\_estudos\\_politicos/article/view/39848/22933](https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39848/22933). Acesso em: 24 jul. 2024.
- LYNCH, Christian. (2020). A utopia reacionária do governo Bolsonaro: conservadorismo radical, erosão democrática e instabilidade política (2018-2020). *Insight Inteligência*, v. 89, pp. 21-43. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/a-utopia-reacionaria-do-governo-bolsonaro-2018-2020/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. (2022). *O Populismo Reacionário: Ascensão e Legado do Bolsonarismo*. São Paulo: Contracorrente.
- MANSO, Bruno Paes. (2023). *A fé e o fuzil. Crime e religião no Brasil do século XXI*. São Paulo: Todavia.
- MEDO E DELIRIO em Brasília. (2024). Entrevistado: Leonardo Rossatto Queiroz. Entrevistador: Cristiano Botafogo. [s./l.]: “II – Dias 418 à 422, Medo e delírio no culto da Paulista, 23 a 27/02/2024”, Central 3. Podcast. Disponível em: <https://www.central3.com.br/ii-dias-418-a-422-medo-e-delirio-no-culto-da-paulista-23-a-27-02-24/>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- MELLO, Patricia Campos. (2018). Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. *Folha de S.Paulo*, São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatapp.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2024.

- MUDDE, Cas. (1996). The war of words defining the extreme right party family. *West European Politics*, v. 19, n. 2, pp. 225–248. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402389608425132>
- NASCIMENTO, Lucas Lacerda. (2024). Com 832 mil presos, Brasil tem maior população carcerária de sua história. *Folha de S.Paulo*, São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/brasil-tem-832-mil-presos-populacao-carceraria-e-maior-que-a-de-99-dos-municipios-brasileiros.shtml>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- NASSIF, Luis. (2003). *O Jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura.
- NEIVA, Lucas. (2022). Entenda o que é o orçamento secreto. *Congresso em Foco*, Brasília, DF. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/entenda-o-que-e-o-orcamento-secreto-e-porque-e-criticado/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- NIC.br – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. (2023). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. *Pesquisa TIC Domicílios*. Disponível em: <https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2023/domicilios/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- NICOLAU, Jairo. (2020). *O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar.
- NICOLAU, Jairo. (2018). O triunfo do bolsonarismo. *Piauí*, Rio de Janeiro, n°146, ano 13. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- NICOLAU, Jairo. (2017). *Representantes de quem?: os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Zahar.
- NOBRE, Marcos. (2022). *Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia.
- NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. (2023). *Biografia do abismo: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil.
- ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto; ZEINE, Leonardo. (2022). Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. *Opinião Pública*, v. 28, n. 1, pp. 62-91. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228162>
- OUALALOU, Lamia. (2018). *Jésus t'aime! La déferlante évangélique*. Paris: Les éditions du Cerf. (Collection Actualité).
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. (2015). *Carta de Salvador e resoluções do 5º Congresso*. PT, São Paulo. Disponível em: <https://www.pt.org.br/5o-congresso-pt-divulga-a-carta-de-salvador/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

- PASSARINHO, Nathalia. (2015). Câmara conclui votação e mantém doação de empresas a partidos. *GI*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/camara-conclui-votacao-e-mantem-doacao-de-empresas-partidos.html>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- QUEIROZ, Leonardo Rossatto. (2022). O Moralismo Evangélico Como Arma Política. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Brasília, DF, pp. 6-7.
- QUEIROZ, Leonardo Rossatto. (2024). As Várias Igrejas Evangélicas no Brasil e o Folclore Cristão Local. *Observatório Evangélico*, [s. l.]. Disponível em: <https://www.observatorioevangelico.org/as-varias-igrejas-evangelicas-no-brasil-e-o-folclore-cristao-local/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. (2016). Sentimentos partidários e antipetismo. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, pp. 603-637.
- RIBEIRO, Pedro José Floriano. (2008). *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. 2008. 306f. Tese (Doutorado em Ciências políticas) — Programa de Pós-Graduação em Ciências políticas do Centro de Educação e Ciências Humanas Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/948/2140.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- RITA, Maria. (2012). Pelo repertório: Querelas do Brasil. Blog Maria Rita, [s. l.]. Disponível em: <https://maria-rita.com/pelo-repertorio-querelas-do-brasil/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. (2021). *The Bolsonaro Paradox. The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil*. Nova York: Springer International Publishing/ Friedrich Ebert Stiftung Brasil.
- ROCHA, João Cezar de Castro. (2023). *Bolsonarismo: Da guerra cultural ao terrorismo doméstico. Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva*. São Paulo: Autêntica.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. (2006). *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha.
- SA PESSOA, Gabriela; ORTUTAY, Barbara. (2024). What to know about Elon Musk’s ‘free speech’ feud with a Brazilian judge. *The Associated Press*, [s. l.]. Disponível em: <https://apnews.com/article/brazil-musk-x-twitter-moraes-bef06c0dbbb8ed87495b1afbb0edf211>. Acesso em: 13 abr. 2024.



- SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. (2018). The Rise (and Decline) of Petismo. In: SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 81-110.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978). *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SARDINHA, Edson. (2024). Pesquisa mostra perfil de manifestantes na paulista: 88% acha que Bolsonaro venceu Lula. *Congresso em Foco*, Brasília, DF. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/pesquisa-mostra-perfil-de-manifestantes-na-paulista-88-acham-que-bolsonaro-venceu-lula/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- SECCO, Lincoln. (2018). *História do PT*. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial.
- SENADO FEDERAL. (2017). Política Plenário aprova fundo de R\$ 1,7 bilhão para eleições. *Agência Senado de Notícias*, Brasília, DF. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/09/26/plenario-aprova-fundo-de-r-1-7-bilhao-para-eleicoes>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- SINGER, André. (2018). *O Lulismo em Crise*. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, André. (2012). *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, André. (2002). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp.
- SINGER, André; RUGITSKY, Fernando. (2023). Governo Lula – Ano I – Economia. *A terra é redonda*, [s. l.]. Disponível em: <http://aterraeredonda.com.br/governo-lula-ano-i-economia>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- STEFANONI, Pablo. (2022). *A Rebeldia Tornou-Se De Direita?* Campinas: Editora da Unicamp.
- SUASSUNA, Ariano. (2013). *Farsa da boa preguição*. Rio de Janeiro: José Olympio. (Original publicado em 1927). Disponível em: [https://kbook.com.br/wp-content/files\\_mf/farsadaboapreguicaarianosuassuna.pdf](https://kbook.com.br/wp-content/files_mf/farsadaboapreguicaarianosuassuna.pdf). Acesso em: 11 abr. 2024.
- SUMMA, Giancarlo. (2023). Lula, pour la troisième fois, dans un Brésil coupé en deux. *Amérique latine*, v. 1, n. 2, pp. 179-196. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-amerique-latine-2023-1-page-179.htm>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- SUMMA, Giancarlo. (2009). *Le rôle politique de la presse au Brésil*. De l'élection à la réélection de Lula. Paris: IHEAL. (Coleção Chrysalides).

- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (2015). Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650 do 17 set. 2015, Relator: Ministro Luiz Fux, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/acordao-doacao-eleitoral-empresas.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- TAYLOR, Charles. (2011). *L'âge séculier*. Paris: Le Seuil.
- TRIGO, Ana. (2024). Maioria dos manifestantes do 25 de fevereiro é católica. E agora?. *Observatorio Evangélico/Congresso em Foco*, [s. l.]. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/maioria-dos-manifestantes-do-25-de-fevereiro-e-catolica-e-agora/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- VICTOR, Fabio. (2022). *Poder camuflado: Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VILAS BOAS, Marie-Hélène as. (2023). La place contre les urnes: la contestation bolsonariste de l'élection présidentielle à Rio de Janeiro. *Cultures & Conflits*, [s. l.], 129. Disponível em: <http://journals.openedition.org/conflits/24678>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- VIOLIN, Tarso Cabral. (2022). *Bolsonarismo: o Fascismo-Neoliberal Brasileiro do Século XXI*. Porto Alegre: Editora Fi.

## UM BRASIL DIVIDIDO? REFLEXÕES SOBRE A POLARIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

ADRIANA ESCOSTEGUY-MEDRONHO

**Resumo:** Este artigo discute o conceito de polarização social, dividindo o Brasil contemporâneo em polos que se identificam com Lula ou Bolsonaro. Com base na hipótese de que os desafios à consolidação democrática do Brasil têm impacto nesse contexto, analisamos cinco processos sócio-históricos, tendo como marco a fundação da Nova República. São eles: a constituição e as reformas do sistema político institucional; a mudança do contexto econômico nacional; as mudanças estruturais na sociedade brasileira; a estrutura da mídia tradicional e o surgimento de novas tecnologias de informação; e a mudança do contexto político internacional. A análise apoia a hipótese de que o fenômeno Bolsonaro é um sintoma que aprofunda, e não a origem, da polarização contemporânea.

**Palavras-chave:** Polarização; Comportamento eleitoral; Crise política; Partidos políticos; Democratização

### *A DIVIDED BRAZIL? CONSIDERATIONS ON POLITICAL AND SOCIAL POLARIZATION IN CONTEMPORARY BRAZIL*

**Abstract:** *This article discusses the concept of social polarization dividing contemporary Brazil into poles identifying with Lula or Bolsonaro. Based on the hypothesis that the challenges to Brazil's democratic consolidation have an impact on this context, we analyze five historical social processes, taking the founding of the New Republic as a milestone. These are: the constitution and reforms of the institutional political system; the changing national economic context; the structural changes in Brazilian society; the structure of traditional media and the emergence of new information technologies; and the changing international political context. The analysis supports the hypothesis that the Bolsonaro*

*phenomenon is a symptom that deepens, rather than the origin of, contemporary polarization.*

**Keywords:** *Polarization; Electoral behavior; Political crisis; Political parties; Democratization*

**Recebido:** 15/04/2024

**Aprovado:** 29/05/2024



# A PALAVRA E A COISA: BOLSONARISMO COMO CONVERGÊNCIA, HORIZONTE, INFRAESTRUTURA, ECOLOGIA E MÁQUINA

Rodrigo Nunes

*Professor de Teoria Política e Organização, University of Essex, Colchester, Reino Unido*

*Professor colaborador, Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

*e-mail: rgnunes@yahoo.com*

*<https://orcid.org/0000-0001-9194-0900>*

**<http://dx.doi.org/10.1590/0102-001020rn/122>**

Ainda que muito se tenha dito e escrito sobre o bolsonarismo nos últimos anos, não está claro que haja algum consenso sobre o conteúdo desse conceito, ou mesmo se efetivamente se trata de um conceito, e não apenas de um nome. De que estamos falando quando usamos essa palavra? Parece claro que não se trata de uma doutrina política, nem mesmo uma implicitamente elaborada. Ao contrário, por exemplo, do nacionalismo hindu em que se sustenta o regime de Narendra Modi na Índia, não há qualquer especificidade ou inovação ideológica importante que faça do bolsonarismo um caso especial entre as outras forças de extrema direita hoje existentes. Pelo contrário, uma forma de compreendê-lo seria justamente vê-lo como a importação e incorporação definitiva ao repertório político brasileiro de temas (aborto, posse de armas) e práticas (a luta contra o “politicamente correto”, as “guerras culturais”) que serviram muito bem à direita americana como ferramentas de mobilização desde os anos 1980. Mas o que seria o bolsonarismo,

então? Estaríamos lidando unicamente com uma lista de traços escolhidos ao acaso, com pouco mais em comum que sua inerência a um indivíduo ou a um momento histórico?

Gostaria de defender aqui que é possível atribuir ao termo um sentido mais rigoroso se o compreendemos não como nomeando qualquer particularidade da extrema direita brasileira, ou mesmo do líder político cujo nome ele toma emprestado, mas antes as condições de formação e consolidação de uma força social e política assim designada. Abordá-lo dessa maneira nos permite ver o bolsonarismo ao mesmo tempo como uma *convergência*, um *horizonte*, uma *infraestrutura*, uma *ecologia* e uma *máquina* com contornos bem definidos, conforme pretendo desenvolver a seguir.

## **Bolsonarismo como Convergência**

2

Falar no bolsonarismo como convergência implica entendê-lo como o encontro de um conjunto de elementos pré-existentes, que já eram amplamente disseminados em diferentes setores da sociedade brasileira, e que ganharam uma *identidade coletiva* e uma *direção política* pela primeira vez durante a campanha presidencial de 2018. Isso quer dizer que devemos entender o papel de Jair Bolsonaro como o de um catalisador, não um demiurgo; como contingente em vez de necessário. Em outras palavras, como o de alguém que pôde assumir o comando dessa convergência pelo simples fato de encontrar-se no lugar certo e na hora certa, e que não foi nem o mero representante que sobreveio a um povo já existente e independentemente formado (dado que sua presença foi essencial para que essa força em constituição ganhasse uma sutura política), nem o do líder cujo exemplo criou seu povo *ex nihilo* (visto que ele chega relativamente tarde à posição mais alta de um processo que já estava em andamento, no mínimo, desde 2015).

Em *Do Transe à Vertigem: Ensaios sobre Bolsonarismo e um Mundo em Transição*, propus listarmos os seguintes elementos

como constituintes desse encontro: o militarismo, que se expressa no desejo de militarização dos conflitos sociais e da ordem pública, bem como numa certa nostalgia da ditadura militar; o anti-intelectualismo, que pode ou não ter uma origem religiosa, e que também se manifesta na associação da universidade e das artes com o esquerdismo e a degeneração moral, bem como na rejeição do conhecimento sem utilidade econômica imediata, no *ethos do your own research* das comunidades da internet e no culto a figuras que teriam sido marginalizadas por uma hegemonia cultural da esquerda nas instituições acadêmicas; a identificação com a figura do empreendedor e o *ethos* do “empreendedor de si mesmo”, presente simultaneamente entre os chamados “*self-made men*” da elite (na maioria das vezes não realmente “*self-made*”, mas herdeiros de vários privilégios), nas aspirações das classes médias, e no “neoliberalismo desde baixo” (para usar a expressão da socióloga argentina Verónica Gago) das classes trabalhadoras, cujas vidas foram radicalmente reconfiguradas pelas reformas trazidas pelo “neoliberalismo desde cima” a partir dos anos 1990; o conservadorismo social e a defesa de costumes e valores tradicionais; a rejeição da corrupção, entendida de forma despolitizada como uma questão moral e não política; e, por fim, um liberalismo econômico e um anticomunismo ressurgentes e radicalizados (Nunes, 2022).

3

Estes dois últimos elementos, que foram objeto de financiamento direcionado e esforços organizacionais desde o início do primeiro governo Lula através da criação de estruturas como o Instituto Millenium, desempenharam um papel particularmente importante na construção da costura narrativa que liga todos os outros. Eles foram ajudados nessa tarefa pela explosão concomitante, em 2014, de uma das maiores crises econômicas da história do Brasil e de um de seus maiores escândalos de corrupção. Isso proporcionou a oportunidade para uma narrativa que combinava uma

desconfiança hayekiana contra a justiça social com a ideia de que o *modus operandi* universal da esquerda seria usar recursos públicos para comprar o apoio de grupos de interesse (pobres, minorias, artistas) a fim de instalar regimes totalitários corruptos e economicamente ineficientes que promovem uma agenda de ataque aos valores tradicionais (o chamado “marxismo cultural”). A escala da malversação revelada por um caso que envolveu quase todos os partidos políticos serviu, assim, como prova não da integração definitiva do Partido dos Trabalhadores (PT) à elite governante do país, mas antes do quão avançado já se encontrava seu plano de “transformar o Brasil em uma Venezuela” — e, simultaneamente, de integrá-lo à estratégia internacional do chamado “globalismo”.

4 Se essa armação discursiva e a figura de Bolsonaro serviram de costura política “desde cima”, isso não faz com que o conjunto que descrevemos aqui deixe de ser sustentado, na base, pelas afinidades eletivas que existem entre esses diferentes elementos. Como essas afinidades são generalizadas em toda a sociedade, elas reúnem setores muito díspares, desde as classes trabalhadoras até o 1% mais rico. Também nesse sentido o bolsonarismo pode ser descrito como um encontro: um que se dá entre setores que desistiram de esperar pelas promessas não cumpridas da modernização (das relações sociais, trabalhistas, institucionais e políticas) e outros que já não pretendem sequer fingir que essas promessas ainda estão em oferta.

De um lado, estão alguns daqueles que se veem cada vez mais sujeitos a um horizonte de expectativas cada vez menor, a uma competição crescente por retornos decrescentes, às realidades da estagnação econômica, do subemprego, do colapso ecológico e das vicissitudes da “viração” — palavra com a qual os trabalhadores precários de São Paulo designam um conjunto de estratégias de sobrevivência que envolvem um movimento constante do trabalho formal para



o informal, das atividades legais para as ilegais, da exploração de redes familiares e pessoais ao recurso a atividades que muitas vezes sequer são reconhecidas como trabalho (Abílio, 2021).<sup>1</sup> Do outro lado, uma elite para quem as miragens do estado de bem-estar social, da participação democrática e do desenvolvimento sustentável deixaram de ser economicamente viáveis e politicamente necessárias, e para quem o governo Bolsonaro representou a perspectiva de pelo menos quatro anos de capitalismo predatório sem controle. O que esses dois grupos têm em comum é a sensação de que, em um mundo onde a economia está estagnada, o subemprego cresce, os recursos estão diminuindo, os riscos estão aumentando e os mecanismos competitivos são onipresentes, as regulamentações e proteções se tornam um obstáculo em potencial à capacidade individual de competir, ao passo que o objetivo final da competição é cada vez mais atingir a posição ideal daqueles para quem as regras que se aplicam aos outros se tornaram facultativas.<sup>2</sup>

5

## Bolsonarismo como Horizonte

É nesse sentido que o bolsonarismo também pode ser entendido como um horizonte — um horizonte que se pode descrever como o de um *estado de natureza diferencialmente distribuído*, ou seja, uma abdicação radical por parte

---

<sup>1</sup> Ver também o capítulo 2 da obra *Incêndio: Trabalho e Revolta no Fim de Linha Brasileiro*, publicada pelo coletivo Um Grupo de Militantes na Neblina, em 2023.

<sup>2</sup> Naturalmente, falar em “setores” aqui não implica falar de classes inteiras: conforme revelam todas as pesquisas, e mesmo o resultado das últimas eleições em todos os níveis, não é verdade que toda a elite, e menos ainda que toda a classe trabalhadora, sejam lulistas ou bolsonaristas — e, portanto, tanto em um caso quanto em outro só podemos estar nos referindo a *frações* de ambas as classes. O que interessa apontar aqui é, primeiro, que há uma fração da classe trabalhadora, e inclusive um certo sentimento de *revolta* existente nesse setor, que encontra um espaço de acolhida e identificação na extrema direita, no Brasil e no resto do mundo; segundo, que esse fato promove uma paradoxal convergência de interesses entre quem está entre os mais explorados e quem está entre os mais ricos numa mesma sociedade; e, terceiro, que essa convergência se dá precisamente em torno do horizonte de um estado de natureza diferencialmente distribuído.

do Estado de toda a responsabilidade pela mediação de conflitos econômicos e sociais, combinando o direito do grupo no governo de impor sua vontade em áreas como costumes sociais e liberdade de expressão com uma atitude de extremo *laissez faire* em relação ao exercício do poder, incluindo a força bruta, onde quer que diferenciais de poder existam. É o sonho paradoxal de uma liberação de forças presidida por uma figura paterna que é ao mesmo tempo rigorosa (com aqueles que não são “cidadãos de bem”) e permissiva (com aqueles que são); em que a autoridade é exercida de forma decisiva de cima para baixo e devolvida a poderes locais livres para agir dentro de sua própria esfera de influência (o pastor, o proprietário de terras, o policial, o *pater familias*, o líder criminoso ou miliciano); em que os conflitos de jurisdição seriam, apesar de tudo, improváveis, porque “todo mundo sabe o seu lugar”.

6 Assim como no caso de Trump, essa confusão entre disciplina e permissividade foi fundamental para o apelo de Bolsonaro. Ele era tanto aquele que seria duro com o aborto quanto aquele que trataria o abuso de menores por parentes como um assunto de foro privado; aquele que acabaria com a corrupção e aquele que entendia ser o excesso de regulamentação o que forçava os cidadãos de bem a burlar as leis. A condição para que isso tivesse o poder de interpelação que acabou tendo foi que cada um de seus seguidores se imaginasse sempre como estando entre as fileiras dos que seriam protegidos em vez daquela dos que seriam reprimidos.

Esse ponto me oferece a oportunidade de responder a uma pergunta que me foi posta algumas vezes: por que não incluir o racismo entre as várias matrizes discursivas e comportamentais que proponho como componentes do bolsonarismo? Minha resposta é que, no caso brasileiro, o racismo parece-me funcionar de maneira diferente daquela como ele opera na extrema direita de países como a Índia, os Estados Unidos

e a Alemanha. Para Modi e o Sangh Parivar, conjunto de organizações da qual faz parte o partido governante Bharatyia Janata, o nacionalismo hindu e a exclusão dos muçulmanos em particular têm um papel central na construção de coesão política; em torno de Trump, por sua vez, há uma constelação de grupos que abertamente abraçam o supremacismo branco e toda uma história de *dog whistles* codificados de forma bastante transparente; enquanto para a Alternativ für Deutschland, as conotações raciais da luta contra a imigração são tão evidentes que mesmo uma suposta luta contra o antissemitismo pode ser posta a serviço da perseguição de estrangeiros e alemães de origem africana e asiática (Daub, 2024). De maneira mais geral, as conexões entre o fascismo histórico, o colonialismo e o dispositivo racial já foram há muito apontadas por autores como Aimé Césaire e W. E. B. Du Bois; apoiando-se no trabalho de Ruth Wilson Gilmore, Alberto Toscano observou recentemente que o medo racial costuma ser um mediador essencial à conquista de adesão popular por parte de um projeto político de redução de todas as capacidades estatais exceto as repressivas.<sup>3</sup> No Brasil, é claro, o racismo é bastante difundido entre apoiadores de Bolsonaro, especialmente no Sul e Sudeste e ao longo da fronteira extrativista do Centro-Oeste; para não mencionar as frequentes lamentações contra os chamados “excessos” do “politicamente correto” e do antirracismo, muitas vezes externadas por tokens raciais cuidadosamente selecionados. Acredito, contudo, que, conforme demonstra a comparação com exemplos como o indiano, o norte-americano e o alemão, o papel que o racismo ocupa no bolsonarismo é menos o de

7

---

<sup>3</sup> Ver: Césaire (1950); Du Bois (1965); Toscano (2023); Gilmore (2022). Conforme resume Toscano, numa análise cuja alta qualidade só é prejudicada por um viés exageradamente centrado nos Estados Unidos: “Salários psicológicos e dividendos raciais, assentados na *longue durée* de uma democracia liberal exclusiva ao *Herrenvolk*, dão sustentação a um regime de acumulação brutalmente desigual alistando corpos e psiques em guerras culturais intermináveis que simultaneamente prolongam e obscurecem a guerra social do lado de cá e as guerras infinitas do lado de lá das fronteiras” (Toscano, 2023, p. 44).

um elemento central, mais ou menos disfarçado, do que o de uma força estrutural implícita que determina concretamente o conteúdo da maioria das outras matrizes discursivas explícitas mencionadas anteriormente. Em nenhum lugar isso fica mais claro do que na defesa do armamento dos “cidadãos de bem” para que possam defender suas propriedades e famílias contra os “criminosos”: conhecendo a composição social das classes proprietárias e pobres no Brasil, não é difícil ver como essas duas categorias são racializadas. É assim que é possível a essas matrizes discursivas desempenharem um papel *objetivamente* racista sem que isso exija necessariamente uma adesão *subjetiva* ao racismo. Isso torna mais fácil para pessoas negras no Brasil se projetarem na posição de população protegida pela extrema direita do que, por exemplo, nos Estados Unidos, o que por sua vez nos ajuda a entender porque o voto negro projetado para Trump na próxima eleição presidencial — que, de acordo com uma pesquisa recente, pode chegar a 18% (acima dos 12% em 2020, o mais alto de todos os tempos para um candidato republicano) — ainda é apenas metade do que se estimava que Bolsonaro obteria em 2022.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Ver Cox (2024) e Pestana (2022). Quanto à pergunta, que também já me foi feita, sobre por que não incluir a religião, e particularmente o pentecostalismo/neopentecostalismo, entre as tendências que compõem o bolsonarismo, a resposta é outra. Parece-me que falar em religiosidade ou, pior ainda, em uma ou mais religiões em particular, seria uma maneira imprecisa de recortar a realidade; por outro lado, “anti-intelectualismo” e “conservadorismo social” cobrem, acredito, os principais elementos que se costuma associar ao bolsonarismo religioso, com a vantagem de não sugerir nem que eles seriam exclusividades daqueles que são crentes, nem que pertenceriam unicamente a esta ou aquela religião. Não se trata, que fique claro, de negar a importância que têm as igrejas, especialmente as evangélicas, na constituição da base bolsonarista; mas de sugerir que essa importância é mais organizacional e contingente, resultado da formação de lideranças ultraconservadoras nesse meio, que consequência necessária do conteúdo doutrinário dessas religiões. Com isso, evita-se o risco duplo de tratar os evangélicos como bloco monolítico e de fazer só deles problemas que na verdade são mais amplos. Por outro lado, um ingrediente religioso que talvez mereça, de fato, ser elencado como um componente independente, ainda que relativamente minoritário, do bolsonarismo é o messianismo-milenarismo. Sobre este último, ver Bonfim (2020).

## Bolsonarismo como Infraestrutura

Se falar do bolsonarismo como convergência e horizonte é tomá-lo desde o ponto de vista de seu conteúdo, considerá-lo como infraestrutura, ecologia e máquina é pensá-lo sob o aspecto de sua organização. É para este que nos voltamos agora.

Quando falo em infraestrutura, tenho em mente o conceito de *infraestrutura afetiva*, que tem ganho alguma circulação nos últimos anos.<sup>5</sup> Tal como o compreendo, esse conceito implica, primeiramente, uma infraestrutura comunicacional, o que no caso brasileiro inclui grupos de WhatsApp e Telegram, influenciadores e perfis variados em redes sociais, vozes aliadas na, e veículos inteiros da, mídia corporativa (rádios, jornais e canais de TV) e assim por diante. Grande parte dessa estrutura começou a se constituir de baixo para cima, e em todo caso de maneira descentralizada, já antes dos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015; mas foi a partir da campanha de 2018 que ela foi deliberadamente ampliada e integrada a algo mais organizado e piramidal.<sup>6</sup> Isso resultou, no seu auge, em um sistema de difusão e feedback organizado de cima para baixo, no qual as linhas gerais do discurso a ser adotado percolavam, em última instância, de um grupo extraoficial diretamente ligado ao presidente (o chamado “Gabinete do Ódio”); enquanto as respostas, os temas e o material produzidos na base eram filtrados até o topo, onde podiam ser amplificados, reciclados ou incorporados como adaptações nas mensagens originais. Essa estrutura também inclui espaços não digitais tanto no sentido físico quanto no social, como igrejas e grupos de igrejas, clubes, redes de amigos e familiares que estão conectados de uma forma ou de outra ao tronco principal do sistema-rede de comunicação. Tanto

9

---

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, Dean (2022); Bosworth (2023); Nunes (2023).

<sup>6</sup> Ver Nemer (2021).

os espaços digitais quanto os não digitais possibilitam práticas e encontros regulares que criam e reproduzem determinados hábitos afetivos.

10 O que nos permite caracterizar esse suporte material como uma infraestrutura afetiva é o fato de que o que circula nele não são apenas informações ou bens, mas afetos. Por meio da repetição (de enquadramentos, mensagens, práticas, encontros) e da recursão (ajustando esses enquadramentos, mensagens, práticas e encontros às mudanças no grupo ou em seu ambiente), uma infraestrutura afetiva fixa os participantes em determinados padrões de afecções e sentimentos, sustenta a intensidade com que esses padrões são sentidos e, assim, reproduz uma determinada relação do grupo consigo mesmo e com seus vários grupos externos (que podem ser condensados em uma figura única e compacta do “outro” ou do “inimigo”). É mediante isso, e não por meios meramente retóricos, que uma infraestrutura afetiva é capaz de produzir as cadeias de equivalência<sup>7</sup> que dividem o campo social em dois campos, “nós” e “eles”; padrões afetivos e discursivos interagem de modo a definir objetos de amor e ódio, admiração e repulsa, medo e esperança, emulação e aversão, bem como as relações entre estes e determinadas disposições e ações possíveis. Por fim, as infraestruturas afetivas também funcionam como meios para efeitos de feedback positivo que aumentam a intensidade com que certos afetos são experimentados, resultando em fenômenos de sincronização afetiva<sup>8</sup> (em que um grande número de pessoas experimenta simultaneamente o mesmo sentimento forte) que podem ou não levar a descargas individuais e coletivas (na forma de violência estocástica e protestos de rua, por exemplo).

---

<sup>7</sup> Ver: Laclau e Mouffe (2015).

<sup>8</sup> Ver Nunes (2014).

## Bolsonarismo enquanto Ecologia e Máquina

Essa dinâmica de acúmulo e descarga também nos oferece a chave para compreender o bolsonarismo enquanto máquina — especificamente, uma máquina que funciona por meio do *estímulo* e da *contenção* do excesso. Esse modo de funcionamento está intimamente ligado à forma organizacional característica da agitação de extrema direita na maior parte do mundo hoje. Exceção feita ao já citado Sangh Parivar e alguns poucos outros casos, o que se observa na maioria das vezes atualmente é que, em vez dos movimentos de base com organização paramilitar característicos do fascismo histórico, a direita tende a se organizar em torno de ecossistemas daquilo que poderíamos descrever como “empreendedores políticos”.<sup>9</sup> Refiro-me aqui a agentes que exploram as possibilidades de uso oferecidas pelas plataformas digitais a fim de cultivar um capital midiático (alcance e poder de influência) que é a condição para a construção de um capital político constantemente convertido em capital econômico mediante a monetização de canais e perfis, a venda de produtos e serviços como palestras, ou mesmo a conquista de posições governamentais ou de carreiras na política eleitoral. O fato de que esses empreendedores sejam a célula fundamental dessas ecologias organizacionais confere a essas uma estrutura semelhante à dos sistemas de marketing multinível ou esquemas de pirâmide: um edifício de várias camadas em que cada camada descendente preside sobre um público menor, que pode ser, em última análise, o de uma única igreja, um grupo de amigos ou uma família; e onde o relacionamento entre os líderes ou influenciadores das diferentes camadas é de natureza essencialmente simbiótica, com os que estão mais acima dependendo da difusão capilar que os níveis mais baixos proporcionam e

11

---

<sup>9</sup> Sobre a organização pensada à luz da ecologia, permito-me remeter o leitor a Nunes (2023).

oferecendo-lhes, em troca, orientação, estruturas discursivas, oportunidades de crescimento, um modelo geral ou até mesmo um mero ponto focal para a ação.

12 Mas se o gerenciamento do capital social, político e econômico privado está, para os empreendedores políticos, indissolavelmente ligado a seus objetivos políticos e vice-versa, segue-se que suas ações e intenções inevitavelmente tenderão a confundir uma coisa com a outra. Isso significa que os avanços e recuos dos movimentos em que esse tipo de agente é o principal componente organizacional não podem ser interpretados exclusivamente do ponto de vista ideológico, mas também precisam ser analisados, ainda mais do que nos movimentos políticos “normais”, segundo os interesses e objetivos pessoais de seus líderes. E dado que o maior interesse do parasita tende a ser não matar seu hospedeiro, isso implica que, se podemos identificar no bolsonearismo um horizonte político que se assemelha a algo que poderíamos definir como a *aceleração da desintegração social*, devemos, sem embargo, enfatizar que se trata também da *gestão privatizada* desta. Isto é, de um processo cujos principais agentes não desejam efetivamente ver chegar a seu termo, visto que isso acabaria por eliminar os benefícios que estes podem extrair dele. De onde que essa máquina, ainda que trabalhe suscitando respostas excessivas por parte de seus adeptos, não tem por objetivo último a destruição total, a máxima entropia ou um estado suicida, como querem algumas interpretações tributárias de um conceito excessivamente filosófico de fascismo<sup>10</sup>; mas antes alterne o incentivo ao excesso com a sua contenção.

Essa lógica de cozimento “‘em fogo baixo’ por dinâmicas cismogênicas de baixa intensidade” (Cesarino, 2022, p. 184), tal como o descreveu a antropóloga Letícia

---

<sup>10</sup> Ver por exemplo: Virilio (1976); Massumi (1992); Deleuze e Guattari (1996); Esposito (2017); Safatle (2020).



Cesarino, é bastante visível mesmo no momento de maior excesso do bolsonarismo: as ações de destruição realizadas em Brasília em 8 de janeiro de 2023. Um ponto que me parece essencial para compreender o ocorrido nessa ocasião é justamente a estrutura multinível que acabamos de discutir. Conforme tem ficado cada vez mais documentado, é fato que o topo da pirâmide bolsonarista tentou construir apoio para algum tipo de virada de mesa antes do segundo turno das eleições presidenciais ou, na pior das hipóteses, antes da posse de Lula. A mobilização dos bloqueios de estradas e dos acampamentos em frente aos quartéis após o segundo turno era um elemento central dessa estratégia. No entanto, a formação de um consenso na comunidade internacional e na classe política doméstica a respeito da lisura da vitória do candidato petista, a pressão exercida pelo governo norte-americano em particular, e a pouca clareza quanto às chances de sucesso da empreitada fizeram com que os aliados naturais do ex-presidente avaliassem ter mais a perder do que a ganhar embarcando na intentona. Diante da impossibilidade de angariar apoio, Jair Bolsonaro e seus filhos fizeram o mesmo cálculo e abdicaram temporariamente de liderar sua base publicamente, chegando mesmo a refugiar-se brevemente nos Estados Unidos. Quando o topo da pirâmide recuou, foram as camadas intermediárias da máquina bolsonarista que tomaram a iniciativa, entendendo que o refluxo das esperanças golpistas deixaria abandonado o segmento de sua base que mais confiara nas narrativas que a sustentavam — aqueles para quem a vitória de Lula representava uma ameaça existencial iminente, tornando qualquer rendição ao princípio da realidade política uma traição pura e simples. Manter esse setor ativo, apesar das chances cada vez menores de sucesso, era, para essas camadas intermediárias, uma forma de preservar seu próprio público diante do risco de que todo o edifício desmoronasse, e de estabelecer, ao mesmo tempo, suas credenciais como potenciais

futuros líderes. Era como se, tendo elevado a temperatura a um certo grau, os agitadores fossem obrigados a oferecer alguma válvula de escape à pressão acumulada, sob pena de perder prestígio junto a sua base.<sup>11</sup>

14 Isso fez de bloqueios, acampamentos e eventos de 8 de janeiro uma reunião de dois tipos de pessoas com pouco a perder: os empreendedores políticos de nível médio, que desejavam espremer os últimos ganhos dos tempos de vacas gordas que talvez estivessem acabando, por um lado; e os fiéis verdadeiros para quem o fim da fantasia de um golpe parecia o fim do mundo, por outro. Atrás deles, e divididos entre essas duas categorias, estavam os financiadores, oriundos não do grande capital, que havia se conformado com a vitória de Lula — e, de qualquer forma, também tinha muito a perder —, mas dos escalões inferiores das classes mais altas, nas quais estão os apoiadores mais fervorosos de Bolsonaro. Encontram-se aí o pequeno capital familiar e os setores mais atrasados do agronegócio e do extrativismo (madeireiros ilegais, garimpeiros, produtores menos integrados aos mercados financeiros e internacionais), para os quais os anos de capitalismo de faroeste oficialmente tolerado durante o governo do presidente afastado haviam sido uma inigualável era de ouro.

Quando a dinâmica cismogênica que vinha esquentando continuamente desde o dia seguinte à eleição entrou em ebulição, o que fez o primeiro escalão do ecossistema bolsonarista? É claro que eles apoiaram *as ações*. Muitos deles as auxiliaram direta ou indiretamente, ou se manifestaram a favor delas em maior ou menor grau, e, mesmo depois das reações negativas que se seguiram, recusaram-se

---

<sup>11</sup> Um sinal da força continuada de Bolsonaro, mas também de como a estrutura descentralizada da rede de empreendedores políticos pode servir para absorver e distribuir o choque de momentos de perda de prestígio, é a maneira como o fracasso do golpe longamente prometido ou insinuado, e das ações do 8 de janeiro em particular, parece ter respingado muito menos no seu principal personagem que numa série de atores secundários, principalmente os militares.

a condená-las. Quanto às forças militares e policiais, elas não só falharam deliberadamente em controlar as multidões, como frequentemente também as guiaram e ajudaram a entrar nos palácios, dando-lhes suporte e incentivo. Mas, no fim, nenhum desses atores efetivamente apoiou, naquele dia, *um golpe de Estado*. Os eventos que transcorreram eram o mais longe que eles estavam dispostos a ir: uma demonstração de força que não tinha a intenção de passar para o próximo estágio, porque isso os teria forçado a se expor e a correr riscos que não estavam preparados para assumir. E como, sem a mediação deles, as bases mobilizadas careciam dos meios institucionais para atingir seus objetivos, o maior momento de excesso do bolsonarismo foi também um exercício de contenção, uma demonstração de força social que era, ao mesmo tempo, admissão de fraqueza política.

## **Futuro(s) do Bolsonarismo**

15

É em relação à operação dessa máquina e à integridade e continuidade da ecologia e da infraestrutura afetiva que a sustentam que pairam, hoje, as principais perguntas sobre o futuro do bolsonarismo. Se, tal como proposto aqui, aceitamos entender este último como a convergência de um conjunto de elementos distintos que adquiriram uma identidade coletiva e uma direção política próprias a partir da campanha presidencial de 2018, parece evidente que tais elementos permanecem ativos e amplamente disseminados na sociedade brasileira; que esta identidade, ainda que talvez menos coesa, continua produzindo efeitos; e que é sobretudo a direção — o destino criminal e eleitoral da família Bolsonaro, o papel que esta ainda pode vir a ter, o maior ou menor sucesso de outras lideranças em assumir seu lugar — que está hoje em dúvida. É por isso que, há algum tempo, tem se dito que é possível imaginar o bolsonarismo sem Bolsonaro.

Ao mesmo tempo, é bastante claro que o problema de quem irá suceder o ex-presidente não é redutível à simples substituição de um líder por outro. Dada a maneira como a ecologia e a infraestrutura afetiva da extrema direita acabaram se constituindo, com o capitão reformado e seus filhos à frente, tudo indica que a reconfiguração destas se tornará inevitável uma vez que o tema da sucessão finalmente se imponha. Diversos resultados são imagináveis a partir daí, desde o surgimento de uma outra liderança igualmente hegemônica até o desmembramento parcial da ecologia sob a égide de lideranças de menor envergadura, passando pela perda de entusiasmo por parte da base causada pela falta de herdeiros à altura ou por uma disputa encarniçada entre os candidatos a sê-lo. Esses diferentes cenários certamente terão, por fim, implicações para a capacidade da máquina bolsonarista de continuar funcionando. Se o grande trunfo desta em seus primeiros anos foi o poder de combinar uma base altamente mobilizada — mas desprovida de meios próprios de organização e altamente dependente do trabalho de agitação feito por empreendedores políticos — com a participação de mediadores institucionais na política, no Poder Judiciário e nas Forças Armadas, uma possibilidade para o futuro seria um aprofundamento da separação observada no 8 de janeiro. Isto é, uma situação na qual os mediadores renunciam a sua função de mediação, deixando a base à mercê ou do desânimo e da desmobilização ou, pelo contrário, da radicalização comandada por empreendedores políticos de menor monta. A menor influência direta sobre a política, nesse caso, poderia se traduzir em menor moderação por parte de líderes e seguidores, abrindo o caminho para outros momentos de excesso como aqueles observados entre novembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023. Atualmente, contudo, o resultado que aparenta ser mais provável é outro: o crescimento de líderes que dialogam mais com a política institucional do que com

o extremismo das bases, e, portanto, uma tendência à relativa “normalização” política da extrema direita.

Também o horizonte político em torno do qual o bolsonarismo logrou reunir setores sociais bastante díspares se mantém intacto, e tenderá a se manter assim enquanto não desaparecerem as condições que o sustentam: a reprimarização da economia; o crescente peso político do setor primário; o avanço da fronteira extrativista, um quadro global de estagnação econômica e a perspectiva de intensificação da crise ecológica; a queda da produtividade; o aumento da exploração; a diminuição das margens de compromisso entre capital e trabalho. Embora haja muito a ser feito para enfraquecer e dificultar o trabalho da ecologia e da infraestrutura afetiva do bolsonarismo, é sobre essas condições que será preciso agir se quisermos efetivamente parar o avanço da extrema direita, não só no Brasil, mas em todo mundo.

17

## Rodrigo Nunes

Professor de Teoria Política e Organização na University of Essex (Reino Unido). Professor Colaborador do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. Cientista do Nosso Estado Faperj.

## Bibliografia

- ABÍLIO, Ludmila. (2021). Empreendedorismo, Autogerenciamento Subordinado ou Viração? Uberização e o Trabalhador Just-in-Time na Periferia, *Contemporânea*, v. 11, n. 3, pp. 933-955.
- BOSWORTH, Kai. (2023). What Is ‘Affective Infrastructure’? *Dialogues in Human Geography*, v. 13, n. 1, pp. 54-72.
- CÉSAIRE, Aimé. (1950). *Discours sur le Colonialisme*. Paris: Réclame.
- CESARINO, Letícia. (2022). *O Mundo do Avesso: Verdade e Política na Era Digital*. São Paulo: Ubu.
- COX, Kiana. (20 maio 2024). An Early Look at Black Voters’ Views on Biden, Trump and Election 2024. *Pew Research Center*, Washington, DC. Disponível em: <https://www.pewresearch.org>. Acesso em: 31 jul. 2024.

- DAUB, Adrian. (3 jul. 2024). Psychozionism. *n+1*, [s. l.]. Disponível em: <https://www.nplusonemag.com/online-only/online-only/psychozionism/>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- DEAN, Jodi. (2022). *Multidões e Partido*. São Paulo: Boitempo.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (1996). *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34. v. 3.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. (1965). *The World and Africa: An Inquiry into the Part Which Africa Has Played in World History*. New York: International Publishers.
- ESPOSITO, Roberto. (2017). *Bios. Biopolítica e Filosofia*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- GILMORE, Ruth Wilson. (2022). *Abolition Geography: Essays towards Liberation*. Nova York: Verso.
- LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista*. Santos: Intermeios.
- MASSUMI, Brian. (1992). *A user's guide to capitalism and schizophrenia*. Cambridge: MIT Press.
- NEMER, David. (6 jul. 2021). The Human Infrastructure of Fake News in Brazil. *Items. Social Science Research Council*, Brooklyn. Disponível em: <https://items.ssrc.org/>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- NUNES, Rodrigo. (2014). *Organisation of the organisationless: Collective action after networks*, Londres: Mute.
- NUNES, Rodrigo. (2022). *Do transe à vertigem: Ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu.
- NUNES, Rodrigo. (2023). Affective Infrastructures and Political Organisation. *Dialogues in Human Geography*, v. 13, n. 1, p. 77-80.
- NUNES, Rodrigo. (2023). *Nem vertical nem horizontal: Uma teoria da organização política*. São Paulo: Ubu.
- PESTANA, Maurício. (19 out. 2022). O Voto Negro no Segundo Turno. *CNN Brasil*, São Paulo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- SAFATLE, Vladimir. (23 out. 2020). Para além da necropolítica: considerações sobre a gênese e os efeitos do Estado suicidário. *A Terra É Redonda*, [s. l.]. Disponível em: <https://aterredonda.com.br/para-alem-da-necropolitica/>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- TOSCANO, Alberto. (2023). *Late Fascism*. Londres: Verso.
- UM GRUPO DE MILITANTES NA NEBLINA. (2023). *Incêndio: Trabalho e Revolta no Fim de Linha Brasileiro*. São Paulo: Contrabando.
- VIRILIO, Paul. (1976). *L'Insécurité du Territoire*. Paris: Galilée.

## A PALAVRA E A COISA: BOLSONARISMO COMO CONVERGÊNCIA, HORIZONTE, INFRAESTRUTURA, ECOLOGIA E MÁQUINA

RODRIGO NUNES

**Resumo:** Existe um conceito de bolsonarismo? Se sim, a que ele se refere? Neste artigo, defendo que é possível dar contornos definidos a esse conceito se o compreendemos como se referindo não a qualquer inovação ideológica em particular, ou especificidade da extrema direita brasileira diante de seus pares no resto do mundo, ou mesmo qualquer traço particular do líder que lhe empresta o nome; mas antes às condições de formação e consolidação de uma força política constituída originalmente no contexto da eleição presidencial de 2018. Assim entendido, o bolsonarismo pode ser interpretado como designando ao mesmo tempo uma convergência de diferentes tendências sociais; um horizonte político; uma ecologia organizacional; uma infraestrutura afetiva e uma máquina que funciona mediante o estímulo e a contenção do excesso de sua base social.

**Palavras-chave:** Bolsonarismo; Extrema Direita; Ecologia Organizacional; Infraestrutura Afetiva.

### *THE WORD AND THE THING: BOLSONARISM AS CONVERGENCE, HORIZON, INFRASTRUCTURE, ECOLOGY, AND THE MACHINE*

**Abstract:** *Is there such a thing as a concept of Bolsonaroism? If so, what does it refer to? This study argues that it is possible to give defined contours to this concept if we understand it as referring not to any particular ideological innovation or to any specificity of the Brazilian far right toward its peers around the world or even to any particular trait of the leader who lends it its name; but rather to the conditions of formation and consolidation of a political force originally constituted in the 2018 presidential election in Brazil. Thus understood, Bolsonaroism can be interpreted as designating*

*at the same time a convergence of different social tendencies; a political horizon; an organizational ecology; an affective infrastructure; and a machine that works by stimulating and containing the excess of its social base.*

**Keywords:** *Bolsonarismo; Extreme Right; Organizational Ecology; Affective Infrastructure.*

**Recebido:** 27/05/2024

**Aprovado:** 21/06/2024





# COMPREENDENDO O “PUNITIVISMO” DESDE UM ESPAÇO PROFISSIONAL: OS AGENTES DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVA NO RIO DE JANEIRO

Louise Cadorel

*Doutoranda em ciência política, Universidade Sorbonne-Nouvelle, Paris, França*

*e-mail: [louise.cadorel@sorbonne-nouvelle.fr](mailto:louise.cadorel@sorbonne-nouvelle.fr)*

*<https://orcid.org/0009-0004-1384-1420>*

**<http://dx.doi.org/10.1590/0102-0361c/122>**

Em novembro de 2021, visitei uma unidade socioeducativa<sup>1</sup> em regime fechado no Rio de Janeiro, para minha pesquisa de doutorado. Depois de passar pelo alto portão de entrada, cercado por muros encimados por arame, vejo adesivos com a bandeira do Brasil colados nos para-choques traseiros de dois carros, ambos estacionados em frente à unidade. Logo na entrada, atrás da mesa do agente que faz o controle de entrada e saída dos visitantes, está afixada na parede uma pequena bandeira do Brasil, gasta e enrugada. A presença dessa bandeira é uma indicação do sucesso eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro entre os agentes de segurança socioeducativa<sup>2</sup> nas eleições presidenciais de 2018 e 2022. Nessa pesquisa de campo, pude observar a recepção positiva de grande parte dos meus entrevistados

---

<sup>1</sup> O termo “unidade socioeducativa”, ou centro de socioeducação, remete aos lugares onde estão privados de liberdade os jovens a quem se atribui a prática de ato infracional. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), há seis medidas possíveis que podem ser aplicadas: advertência, reparação de dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, restrição de liberdade (em unidade de semiliberdade) e privação de liberdade (numa unidade socioeducativa ou um centro de socioeducação, como é chamado no Rio de Janeiro).

<sup>2</sup> A partir de então, os chamarei de “agentes”, para usar a denominação usual que eles próprios usam.

às promessas de ordem e à defesa do mérito individual que caracterizam o discurso bolsonarista (Nunes, 2020; Chaguri e Amaral, 2023).

Essa observação ecoa uma série de estudos que destacam o crescimento de um “partido policial” (Lima, 2020) ou do “policialismo” (Instituto Sou da Paz, 2021). Esse termo é usado por Renato Sérgio de Lima para descrever o número crescente de candidatos com origem profissional nas forças de segurança<sup>3</sup> que se candidataram a eleições municipais e legislativas entre 2010 e 2018, a maioria deles à direita<sup>4</sup>. Embora a candidatura de indivíduos oriundos de uma carreira na segurança pública na política partidária não seja um fenômeno tão recente e homogêneo (Berlatto, Codato e Bolognesi, 2016), parece estar relacionado com o lugar importante que ocupa o tema da “insegurança” no debate público (Sento-Sé, 2003; Zaluar, 2007). Na esfera parlamentar ou midiática, estão frequentemente discutidas respostas estatais às ilegalidades mais repressivas, movimento que autores chamam de “punitivismo” (Lemgruber, 2017; Budó e Cappi, 2018) e que é principalmente impulsionado pelas plataformas de direitas radicais. Sobre a questão da juventude que comete atos infracionais, os chamados “menores infratores”, o debate gira em torno de maior responsabilização dos seus atos por meio de reformas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Gisi, Chies-Santos e César, 2021) e pela promoção – e votação, em 2015, na Câmara dos Deputados – da redução da maioria penal, que ocupa um lugar importante nessas agendas políticas e midiáticas (Dias, Budó, Silva, 2018). Em paralelo, vale destacar as intervenções notáveis de profissionais da segurança pública e suas tomadas de posições políticas, tais como membros

---

<sup>3</sup> Nesta pesquisa, os policiais penais e os agentes socioeducativos não estão incluídos. O recorte abrange: Policial Civil, Policial Militar, Militar Reformado, Membro das Forças Armadas e Bombeiro Militar.

<sup>4</sup> Quase 78% em 2018.

das Forças Armadas (Goirand, 2021). Ramos e Paiva (2009) observam o aumento, a partir de 2007, da criação de blogs de policiais, espaço percebido como “um meio de expressão política”. Esse conjunto de pesquisas apontam para a politização das forças de segurança pública do Brasil, à direita, e nos dão pistas de reflexão sobre as relações entre setor profissional e preferências partidárias.

Se olharmos para os trabalhos clássicos da ciência política francesa e norte-americana, a relação entre o pertencimento a uma determinada posição social e o voto é invariável. Estar embaixo da estrutura social indica uma inclinação para votar à esquerda, como os operários do século XX, ao passo que pertencer às classes altas tende a levar as pessoas a votar à direita (Lazarsfeld, 1948; Michelat e Simon, 1977). Estudos mais recentes mostram que uma análise das posições sociais, baseada nas categorias socioprofissionais e no setor de emprego, revela opiniões mais diversas nas classes populares (Hugrée, Penissat e Spire, 2015). No que diz respeito ao voto no Brasil, há menos consenso na literatura sobre a relação entre a variável socioeconômica e a votação (Peixoto e Rennó, 2011; Hunter e Power, 2019; Rennó, 2020). Especialmente para a base eleitoral estável de Jair Bolsonaro, na qual variáveis ideológicas parecem predominar sobre disparidades de idade, renda, educação e ocupação (Chaguri e Amaral, 2023)<sup>5</sup>. Mas mesmo quando a questão da variável categoria socioprofissional é levantada para melhor compreender o voto, ela é feita usualmente em termos de correlação. A profissão é utilizada como um indicador para compreender o lugar dos eleitores no espaço social e os efeitos que tem sobre as opiniões políticas. Por outro lado, sabe-se menos sobre o conteúdo do

3

---

<sup>5</sup> Quando falarmos de base eleitoral estável, estamos retomando a categoria usada por Amaral e Chaguri, ao falar dos setores que ainda apoiaram o presidente Jair Bolsonaro apesar de sua popularidade nas pesquisas de opinião ter caído drasticamente ao longo do seu primeiro mandato na presidência.

trabalho e o seu papel na forma como as pessoas veem o mundo e a política (Beaumont, 2021), apesar de algumas pesquisas recentes nesse campo (Pudal, 2011; Beaumont, Chalier e Lejeune, 2018).

É essa relação que pretendo explorar aqui. Como o pertencimento a um grupo profissional contribui para a construção de uma relação com a política, no seu sentido mais expandido, ou seja, “enquanto sentido moral, derivado da prática, ligado a um universo de referência e dependente das posições e aspirações dos indivíduos” (Beaumont, Chalier e Lejeune, 2018, p.18)? A hipótese aqui levantada é que as trajetórias de voto dos agentes respondem a afetos, ligados a valores e visões de mundo construídas ao longo das suas vidas, e também no trabalho. O trabalho é visto aqui como um universo profissional que constitui um universo de referência, através de um processo de socialização profissional e da criação de um ethos profissional. É também visto como um espaço que estabelece posições tanto no local de trabalho como na sociedade. No caso presente, esses valores foram encarnados pela figura de Jair Bolsonaro, mas não se trata de presumir que esses valores se traduzam mecanicamente em voto nas direitas radicais.

Para relacionar a questão do trabalho à construção de visões de mundo, podemos recorrer à literatura sobre a socialização profissional, tal como Amélie Beaumont (2021) apontou. Observar a forma como o trabalho é realizado pelos profissionais nos permite ver, por meio deles, o que a instituição está fazendo. Por exemplo, como os “pequenos” funcionários dos serviços de imigração das prefeituras tratam os processos dos requerentes de asilo e o que isso revela sobre a política de imigração francesa (Spire, 2007)? Isso nos permite compreender como os profissionais desempenham o papel que a instituição lhes pede que assumam, o que pode consistir em “atravessar o espelho”, ou seja, adotar um esquema de percepção específico da profissão

adquirido através da aprendizagem da profissão (Hugues, 1996). A noção de socialização profissional pressupõe que o exercício de uma profissão “agarra” seus agentes e constrói um ethos profissional, que é o reflexo de normas e modos de comportamento interiorizados.

Os estudos sobre a socialização institucional tendem a centrar-se no público: os alunos nas escolas, os reclusos nas prisões. Como os agentes da instituição socializam o público? Esse processo está profundamente ligado ao lugar que a instituição ocupa na ordem social, o que determinará os seus objetivos oficiais e não oficiais. Por exemplo, as *Missions pour l'emploi des jeunes* (Missões para o emprego dos jovens na França), órgãos públicos que têm o objetivo de orientar jovens pouco qualificados para sair do desemprego, têm tanto relação com ajudar os jovens a encontrar trabalho quanto com ensinar-lhes a se comportarem de acordo com as normas esperadas em termos de vestuário, linguagem e gestão do tempo (Zunigo, 2008). Se uma instituição produz representações para os seus públicos, é possível levantar a hipótese de que começa por “agarrar”, ou seja, converter os seus próprios agentes. Porém, cabe aqui dar uma precisão importante. Se as visões de mundo dos agentes são bastante homogêneas, salvo algumas exceções, não são as únicas que circulam dentro desse universo profissional. Educadores, assistentes sociais e psicólogos, por exemplo, costumam posicionar-se à esquerda do espectro político e isso cria tensões entre os profissionais (Cadorel, 2022). A instituição socioeducativa não agarra, portanto, todos os seus agentes da mesma forma.

Partindo dessas questões, iniciarei primeiro uma discussão sobre a maneira pela qual as unidades socioeducativas podem ser entendidas como espaços de socialização, que produzem representações e princípios de visão de mundo. Para entender isso, cabe olhar para a posição simbólica e prática que os agentes ocupam dentro das hierarquias e a

sua relação com outros profissionais. Em seguida, centrarei a minha análise na forma como os agentes se apropriam do seu papel dentro da instituição, a sua relação com os adolescentes que estão sob sua guarda, tentando traçar vínculos com as visões de mundo subjacentes e os temas e argumentos das agendas conservadoras propulsadas pelas plataformas de direitas radicais.

Este artigo baseia-se em duas pesquisas de campo, realizadas entre os anos de 2021 e 2022<sup>6</sup>. Em 2021, tive acesso a uma unidade de internação que atende adolescentes do gênero masculino, onde tive uma grande liberdade em termos de horários e movimentos<sup>7</sup>. Em 2022, tive acesso à mesma unidade além de duas outras, incluindo uma que atende adolescentes do gênero feminino. Nesse momento, minha liberdade foi mais limitada<sup>8</sup>. A pesquisa teve caráter etnográfico, o que possibilita a interpretação de um grande número de conversas informais realizadas com os agentes enquanto descansam, almoçam ou realizam o seu trabalho, escritas no meu diário de campo depois do dia de pesquisa, da maneira mais fiel possível. Neste artigo, é principalmente o material etnográfico que permite ter uma boa perspectiva

6

---

<sup>6</sup> Aproveito para transmitir meus sinceros agradecimentos aos membros do Seminário “Droits autoritaires en Amérique latine” (IHEAL/CREDA) pela oportunidade dada para apresentar uma primeira versão deste artigo e pelos comentários pertinentes que recebi nesse momento, assim como durante o seminário “*Après le Bolsonaroisme? Impacts sociaux et politiques de l'émergence de l'extrême-droite au Brésil*” (EHES/UF RJ). Espero que as alterações feitas neste artigo reflitam com precisão os comentários informados e a leitura cuidadosa que recebi dos participantes desses seminários, e especialmente de Camille Goirand, Yann Philippe, Pedro Lima. Pedro Lima e Juliana Vinuto merecem também agradecimentos especiais pela revisão gramatical deste texto. Agradeço também aos pareceristas da revista *Lua Nova* pelos comentários críticos, a partir dos quais espero ter melhorado a argumentação deste artigo, bem como sua clareza.

<sup>7</sup> Aproveito para agradecer calorosamente à direção da unidade assim como aos coordenadores de plantão que, em sua maioria, me deixaram ir e vir livremente na unidade, exceto nos alojamentos.

<sup>8</sup> Provavelmente pela suspensão de 25 agentes e diretores de uma unidade do Rio de Janeiro, que aumentou a desconfiança preexistente em relação a pesquisadores e “exteriores” ao Degase. Para mais informações sobre o assunto, Cf.: Vinuto (2019).

das suas relações com a política, dadas as dificuldades para recolher esse tipo de relato num quadro mais formal, como durante uma entrevista (Pudal, 2011). Elementos sobre concepção do trabalho e trajetória individual foram abordados durante entrevistas semiestruturadas com 34 agentes. Nessa linha, parece importante trazer algumas esclarecimentos sobre esse assunto assim como sobre minha abordagem e, em particular, o que entendo por “visões de mundo”.

### **Conversas políticas, tomadas de posições conservadoras, relações políticas e visões de mundo**

À hora do almoço, durante o descanso ou durante os longos períodos de espera que caracterizam o trabalho, as discussões políticas são comuns entre os agentes. Dois exemplos dessas interações permitem traçar duas linhas de análise sobre a relação ordinária dos agentes com a política e sobre o seu posicionamento no eixo direita-esquerda. Rodrigo<sup>9</sup>, coordenador do plantão, começa a conversar sobre o sistema partidário no Brasil. Depois de mencionar os programas dos partidos de acordo com o seu posicionamento no eixo esquerda-direita, a conversa adota um tom revisionista, minorando o balanço repressivo do regime militar:

*Sabemos direto quando são políticas de direita ou de esquerda. É muito polarizado aqui no Brasil. À direita, têm cortes orçamentais, liberalismo e políticas mais repressivas. Quando falamos de direitos LGBT, é à esquerda. Também porque os políticos de esquerda não trabalham com os outros. Eles ficam no seu* (Rodrigo).

*Eles não querem defender os negros, os pobres e tudo mais. Desde que estão no poder, só querem ganhar dinheiro. É a mesma coisa*

---

<sup>9</sup> Todos os nomes são fictícios para preservação do anonimato.

*com todos os políticos. Ir num bom restaurante, viver numa mansão [...] (Maurício).*

*Concordo contigo. Concordo com tudo que você falou. O que aconteceu foi que a esquerda chegou ao poder. Queria reduzir as desigualdades entre os ricos e os pobres. Está certo? Sim, está certo. Muitas pessoas saíram da pobreza, conseguiram comprar um carro e se beneficiariam de um monte de benefícios sociais: Bolsa Família, Fies, Minha Casa Minha Vida. O meu irmão foi para a universidade graças ao Fies. Todo mundo se tornou um pouco classe média. Está certo? Sim, está certo. Mas isso era outra época. Agora estamos em outra época. Não dá para voltar, e ponto. Há um monte de gente que chegou à universidade por causa disso. O Brasil é um país de esquerda. Toda a galera da universidade é de esquerda, mas não sabe muito bem porquê. São de esquerda por natureza. E são pessoas com tanto conhecimento, podemos escuta-los horas e horas. Saem para a rua e dizem: vai voltar a ditadura, a ditadura! Mas, em sério, o que que houve, 40, 50 mortes no Brasil. No máximo. Não é como o Chile. Não era uma ditadura. Mas a questão é que já foi, já era. A democracia também tem que acabar (Rodrigo).*

*Se a democracia acabar, o que que vai ter depois? (Intervenção minha no depoimento).*

*No Brasil, tenha o regime militar. Puseram o país de pé e, depois de um tempo, devolveram o poder ao Congresso (Rodrigo).*

[Há já algum tempo que um agente sentado na mesa entoava sardonicamente “Cuba, Venezuela, China”].

Dois dias depois, uma troca de ideias entre outro supervisor, Rômulo, e o coordenador de formação na parte operacional, Márcio, passa do conteúdo do ensino à antecipação das medidas que poderiam ser tomadas pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, sobre um assunto muito presente nesse grupo profissional: o porte de armas letais e não letais. Rômulo, ex-agente do Grupamento de



Ações Rápidas (GAR), grupo especializado que intervém em casos de distúrbios<sup>10</sup>, questiona Márcio, responsável pela parte operacional da formação contínua dos agentes:

*Muito obrigado pela formação. Mas eu queria participar, é uma pena que não foi aberto para tudo mundo [só está disponível para grupos especializados em intervenções]. O curso de armamento, carga e descarga, tomar cuidado da arma [...]. E outros agentes também tem interesse em participar (Rômulo).  
Concordo, vamos tentar fazer isso no futuro. Até porque um agente que faz treinamento se torna um multiplicador. Mas com o Ministério Público sempre está em cima da gente, tá difícil (Márcio).*

*No ano que vem, vão autorizar tudo. Porque o [Claudio] Castro vai pensar nas eleições (Rômulo).*

*Mas não teve um ato de inconstitucionalidade, pelo porte de armas? (Intervenção minha no depoimento).*

*Não, a gente está falando armas não letais. Armas com balas de borracha (Márcio).*

*É uma loucura que isso não seja permitido aqui. Em Minas pode, e ninguém fala nada. Em Santa Catarina também. E o Rio é mais perigoso (Márcio).*

*Eu sou formado em direito, mas tenho vergonha de falar isso. É por isso que eu não quero exercer a profissão. Porque são todos uns esquerdistas de merda. São eles que decidem essas coisas. Só tem esquerdistas lá (Anderson).*

Diariamente, nesses espaços, os agentes falam de política. Numa parte da primeira conversa, os agentes dão a sua

---

<sup>10</sup> Grupamento cujo funcionamento foi inspirado do Grupamento Intervenção Tática (GIT) da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP), criado em 2014 de maneira relativamente informal, que teve uma inscrição na normativa do órgão com a Portaria 852 de 24 de julho de 2020, que criou e instituiu o plano operacional de segurança socioeducativo do Degase.

opinião utilizando categorias relativas às clivagens partidárias e ao regime político. Concordando ou discordando com as afirmações ali expressas, se seguirmos os estudos que usam a noção de competência política, que “pode ser medida pelo conhecimento e reconhecimento de produtos políticos específicos (indivíduos, marcas partidárias, funções, etc.)” (Buton, 2016), eles demonstram uma certa competência. A constatação, amplamente compartilhada, de que a relação clássica das classes populares com a política é marcada por formas de incompetência (Gaxie, 2002) ou “apatia” (Eliasoph, 2010) só funciona para os comentários de Maurício, que se distancia dos “políticos”, “todos iguais”, que instrumentalizam o poder para obter benefícios materiais. Por outro lado, a segunda conversa também mostra que a relação com a política é expressa num sentido mais “prático”. É a sua “experiência social” (Gaxie, 2002) que lhe permite avaliar os objetos políticos e o comportamento político dos seus “adversários”, a esquerda, encarnada pelos “advogados”, que estariam atrás da suspensão do porte de armas – letais e não letais, no caso do Rio de Janeiro - com base nos seus efeitos concretos no trabalho. É por isso que não me parece adequada a visão da relação das classes trabalhadoras com a política baseada no sentido de (in)competência política. Demasiado restrita, apenas capta uma dimensão da relação com a política, o que explica a escolha do termo “visões de mundo” (Beaumont, Challier e Lejeune, 2018, p. 18)<sup>11</sup>.

No dia a dia, os agentes também demonstram uma tendência a votar à direita e, nesse contexto, a apoiar o movimento de direita radical encarnado por Jair Bolsonaro. Mas

---

<sup>11</sup> Neste artigo, coloco o foco sobre as relações ordinárias com a política, as visões de mundo. Por essa razão, escolho não dar muito espaço à atuação do sindicato que representa os agentes, o Sind-Degase, mesmo se a identidade profissional que defende procura uma aproximação ideológica e estatutária com forças das polícias penais e forças policiais. Porém, como nunca presenciei dispositivos de mobilização do sindicato dentro das unidades, prefiro deixar essa questão de lado para olhar para o cotidiano dos agentes. Para mais informações, cf.: Cadorel (2022).

em vez de tomadas de posições de direita, prefiro falar de posições conservadoras, que estão ligadas ao punitivismo, já que se referem à adesão a valores conservadores em termos de ordem (moral, social e securitário) (Quadros e Madeira, 2018). Vários agentes contaram que votaram em Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no início dos anos 2000, seja com um tom de confiança um pouco envergonhada, seja com um tom de decepção tingida de raiva, o que mostra que o voto à direita não é um processo mecânico. O objetivo é então compreender as “visões de mundo” que estão ligadas a essa escolha eleitoral num contexto de ascensão das direitas radicais, sem afirmar que elas se refletem mecanicamente no voto<sup>12</sup>. Como se constrói ao longo da vida uma predisposição para votar na direita conservadora e em que medida ela está ligada à socialização dos agentes no trabalho?

Para pensarmos isso, é preciso adentrar no cotidiano dos agentes e na fábrica do seu ethos profissional. Ora, como veremos, esse ethos tem muito a ver com o lugar que ocupam dentro da instituição socioeducativa, o qual não corresponde com as aspirações deles. Isso permite explorar a relação entre suas posições nas hierarquias e a sua percepção da posição que ocupam no espaço social, a qual influi sobre o seu sentimento de legitimidade.

11

## Educar e punir

A missão oficial das medidas de privação de liberdade é ressocializar os adolescentes (Brasil, 1990; 2012). Mas se esse

---

<sup>12</sup> Ademais, como Juliana Vinuto mostrou, a diversidade de “enquadramentos interpretativos” (2019, p. 177), não existe um corpo profissional meramente homogêneo. Todos não têm representações semelhantes sobre o próprio trabalho e a maneira na qual este deveria ser exercido: alguns gostariam que essa função seja principalmente educativa e tentam concretizá-lo no dia a dia. No que tange a visões de mundo dos agentes, não podemos também chegar a dizer que se trata de uma visão compartilhada por todos. Porém, durante minha pesquisa de campo, encontrei as regularidades sobre as quais baseio este artigo entre uma grande parte dos agentes com quais tive a oportunidade de conversar.

corpo de leis exclui os jovens do direito penal, a noção de responsabilidade não está ausente, esbatendo as fronteiras entre punição e educação (Rodrigues, 2017; Ferraz, 2018).

Na prática, nem todos os profissionais que trabalham na instituição participam com a mesma intensidade das tarefas que concretizam o caráter socioeducativo da medida de privação de liberdade, como as atividades culturais, desportivas e educativas. Existe uma divisão impermeável de competências e funções entre os profissionais, cabendo aos agentes um papel essencialmente logístico e de segurança. Apesar da função educacional que foi dada formalmente aos agentes depois da promulgação do ECA e sua implementação no Estado do Rio de Janeiro em 1993<sup>13</sup>, esse aspecto do trabalho não transpassa no cotidiano do trabalho. Num contexto de muita precariedade, quando entram na função, encontram-se incentivados a assumir esses objetivos contraditórios, adotando um papel que tenda a ser mais repressivo, ou seja, a "lidar 'tecnicamente' com o que não foi decidido politicamente" (Dubois, 2010, p.12). Como isso se reflete na organização do trabalho e no processo de socialização profissional, e em que medida participa da construção das visões de mundo dos agentes? A hipótese aqui levantada é a de que essas dissonâncias podem ser um fator de construção das visões de mundo conservadoras.

12

### *Os agentes na organização do trabalho: vigiar, movimentar, controlar*

Desde o último concurso, realizado em 2011, uma formação inicial de 45 dias se tornou obrigatória para os servidores da instituição, antes de assumir o cargo. De acordo com Luiz, concursado dessa época: "[nessa capacitação] estudamos a fundo o Sinase e o ECA". Para ele, assim como

---

<sup>13</sup> O edital de concurso de 1994 usa a nomenclatura de agente educacional, mas já em 1998 os chama de agentes de disciplina.

para muitos outros, há uma forte disjunção entre as prescrições oficiais e a prática, o que não deixa de ser um “choque”, ao começar o trabalho no cargo, diante da precariedade das instalações e da sensação de ameaça à própria integridade física<sup>14</sup>. Segundo o agente de quarenta anos, que tentou o concurso por medo de ficar desempregado, essa formação “representou um enorme desperdício de dinheiro [para o Estado], [uma vez que] não faz sentido ensinar uma realidade que não existe”. A “realidade ensinada” a qual Luiz se refere aqui diz respeito ao atendimento institucional dentro do marco da socioeducação para os jovens aos quais se atribui a prática de atos infracionais, considerados vulneráveis por suas propriedades sociais e raciais, que está longe de corresponder ao outro lado da realidade: aquele que faz deles “bandidos”, segundo Luiz.

A organização do seu trabalho lhes deixa poucas oportunidades de participar em tarefas pensadas como socioeducativas. É comum ouvir dizer que o trabalho de um agente consiste em “abrir e fechar cadeados”. Essa expressão se refere à maior parte do seu trabalho, que consiste em tirar os adolescentes dos seus alojamentos para acompanhá-los a uma atividade (escola, curso profissionalizante, etc.) e depois devolvê-los para os alojamentos. Essa rotina, com a sobreposição de diferentes atividades, pode ser bastante exigente para os agentes, para quem a maior parte do trabalho consiste no acompanhamento dos deslocamentos dos adolescentes para as atividades, vigiá-los e nas revistas corporais.

São os agentes que permitem às unidades socioeducativas funcionar, tal como o óleo de um motor: fazem a ligação entre as diferentes engrenagens da instituição,

---

<sup>14</sup> Tal como destacou Paixão (1988), essas disjunções não existem só no setor socioeducativo, mas também no âmbito das políticas de segurança pública. Na mesma linha, Lima e Sinhoretto (2011) atestam que essa disjunção resulta de disputas políticas relativas à governança das práticas policiais, espaço no qual foi inserido tensões entre práticas autoritárias e difusão de um modelo de manutenção da ordem baseada no respeito aos direitos humanos.

cada engrenagem sendo representada por uma categoria de profissionais (assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, adolescentes, etc.). Por exemplo, são os agentes que servem de ligação entre o corpo técnico e os adolescentes. Entretanto, essa organização não é neutra. A instituição atribui aos agentes uma posição de executor na hierarquia interna, seja em relação aos outros profissionais da instituição, seja em relação aos adolescentes: chamam os adolescentes quando o corpo técnico faz a demanda, solicitam os serviços da enfermeira quando os adolescentes fazem a demanda. Essa posição não parece ser a mais legítima dentro da instituição, já que só participam nas atividades socioeducativas de forma periférica. Por exemplo, assistem às atividades e estão de plantão durante as aulas, mas numa posição de observação.

14

A colocação nesse papel tem um efeito na relação que tem consigo mesmo e com os outros. De fato, podemos dizer que é o inverso em relação ao que esperam: encontram-se “a serviço” dos adolescentes e “a serviço” das mulheres que compõem as equipes técnicas. Essa dimensão inverte o valor atribuído ao trabalho em função do gênero (Kergoat, 2005). Em outras palavras, coloca os agentes numa posição subalterna dentro dos muros, enquanto fora dos muros as profissões associadas ao gênero feminino tendem a ser desvalorizadas em relação às profissões “masculinas”. O fato de cumprir as demandas dos “vagabundos”, para usar o termo frequentemente utilizado para designar os adolescentes, também não é evidente se pensarmos que o acesso a uma forma de estabilidade profissional foi duramente conquistado, conforme veremos mais adiante.

### *Jogos de (des)valorizações: os agentes frente aos outros*

A impressão de não ocupar um lugar suficientemente reconhecido dentro da instituição é exacerbado pelos intensos horários de trabalho aos quais os agentes estão submetidos.

O sistema socioeducativo deve funcionar dia e noite, em regime de plantão. Um dia de trabalho típico de um agente começa às 7 horas da manhã e termina às 7 horas da manhã seguinte, com três dias de folga após um turno de 24 horas. Mas o salário, que consideram insuficiente para sustentar as suas famílias<sup>15</sup>, os leva muitas vezes a aceitar um dia de trabalho suplementar por semana (12 horas), chamado de Regime Adicional de Serviço (RAS), ou a “pegar o plantão” de colegas concursados que preferem trabalhar em outro emprego<sup>16</sup>.

O fato de serem os únicos presentes nas unidades à noite os leva muitas vezes a afirmar que são os únicos que conhecem realmente os adolescentes, como se, durante o dia, os jovens fingissem ser esses jovens vulneráveis que precisam da intervenção do Estado para mudar o seu destino. Para os agentes, essa fachada é coproduzida pelos jovens que se apresentam como seres vulneráveis durante o dia e se “revelariam” à noite, e também pelos funcionários da instituição que participam da socioeducação em ação. É o que diz Luiz, quando argumenta que as reformas apenas visam destacar uma correspondência entre os padrões socioeducativos e a realidade do sistema socioeducativo, sem que haja verdadeiramente mudanças na prática:

15

*Os cursos [profissionalizantes] são caros [para o Estado] e não são úteis. Os professores que vêm aqui só ensinam aqui porque estão cumprindo uma pena, cumprem o seu serviço comunitário. Um deles deu seu telefone a um interno. [...] O Estado se comprometeu com o Ministério Público a construir outras unidades, mas isso nunca acontece. Dividem uma unidade e dizem que agora têm duas unidades. (Luiz).*

<sup>15</sup> Ao entrar na função, um agente recebe um salário de aproximadamente R\$ 2500,00, acrescentado por auxílio-transporte e auxílio alimentação, com possibilidade de progressão salarial a cada quatro anos.

<sup>16</sup> Essa prática não é autorizada pela lei, e por isso difícil de documentar, mas esse arranjo informal parece comum.

O fato de estabelecimentos serem divididos em dois remete ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Executivo e o Ministério Público em 2006, e repactuado em 2021, que prevê a construção de cerca de dez unidades socioeducativas no estado todo. As atividades socioeducativas também são apresentadas como uma fachada, como o curso profissionalizante mencionado por Luiz, que só seria assumido por esse professor por causa de obrigações penais pendentes.

Isso não parece alheio à força do imaginário coletivo sobre o corpus normativo que legitima as atividades e medidas ditas “socioeducativas” dentro do corpo profissional dos agentes. Na literatura científica (Marinho e Vargas, 2015; Cifali, Chies-Santos e Alvarez, 2020), o corpus normativo mencionado é fortemente associado aos movimentos sociais que acompanharam o fim do regime militar. Essa assertiva é compartilhada pelos reformadores dentro do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), o órgão que executa as medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade no Rio de Janeiro, que atribuem um caráter progressista à socioeducação. Para os servidores e coordenadores dos departamentos de segurança, o corpo profissional dos setores de educação, psicologia e serviço social, bem como os responsáveis pela formação inicial dos profissionais são responsáveis pela implementação de políticas de cunho socioeducativo e são, portanto, politizados à esquerda.

Esse tipo de argumento costuma ser apresentado a partir da mesma lógica pelos atores das plataformas das direitas conservadoras ao mobilizarem o tema da promoção da segurança pública por meio do respeito aos direitos humanos e a cidadania, ou no campo da justiça juvenil, as demandas pela manutenção da parte garantista e protetora da legislação infantojuvenil (Quadros e Madeira, 2018). Por exemplo, o deputado federal Alberto Fraga, quando presidia a Bancada da Bala, chamou de “colocação



distorcida” e de “farsa” pelos “falsos defensores de direitos humanos”, num PL sobre redução da maioria penal (Quadros e Madeira, 2018).

Além disso, deslegitimar as atividades que fazem parte das missões valorizadas pela instituição, bem como os profissionais que as representam, permite valorizar o seu próprio trabalho, que é definido a partir de um paradigma securitário. Para os agentes, enquanto os profissionais que trabalham durante o dia nas unidades socioeducativas fazem todos parte dessa fachada, instituída pelo Estado, trabalhando de acordo com os princípios da socioeducação, os agentes fariam o “verdadeiro” trabalho, que corresponde à “verdadeira” missão da instituição: manter os adolescentes na instituição, fora da sociedade. Eles, ao contrário dos outros, não se deixam enganar.

A valorização do trabalho através da segurança permite-lhes ganhar uma margem de liberdade no que tange à rotina da instituição. O fato de não existirem agentes suficientes para assegurar a circulação e o acompanhamento dos adolescentes pode, às vezes, ser utilizado para adiar ou mesmo cancelar uma atividade. Essa maior margem de manobra é o que contrabalança a sua posição de executores na instituição e, portanto, de certa forma, as relações de poder invertidas no interior dos muros. É também o que lhes permite distanciarem-se um pouco do engajamento corporal e temporal ao qual estão submetidos no trabalho do dia a dia, relacionado aos horários e ao exercício da função. O ethos profissional dos agentes é construído a partir dessa posição de subalternidade, que eles procuram inverter.

Mas, apesar dessas estratégias, tornar-se agente numa unidade socioeducativa do Rio de Janeiro implica engajar o corpo com o trabalho, por meio dos horários de trabalho exigentes, das condições de trabalho precárias e das normas profissionais em vigor.

### *Socializar pela precariedade e pela violência: “tudo é uma questão de postura”*

Os agentes que entraram na função nos concursos de 1994, 1998 ou 2012 encararam unidades superlotadas, com efetivos reduzidos. São inúmeros os relatos de casos em que foi necessário tomar conta de 300, 400 ou 500 jovens com menos de dez agentes. Ora, conforme a lei do Sinase, as unidades deveriam ter uma capacidade máxima para 40 adolescentes, respeitando uma relação numérica de um agente para cinco adolescentes no máximo (Brasil, 2006).

Embora seja relativamente consensual que as condições de privação de liberdade dos adolescentes tenham melhorado ao longo do tempo, elas continuam a ser precárias. E, em todo caso, essas condições criaram um choque à chegada dos agentes, independentemente de terem ou não formação em socioeducação. Alberto, que está no cargo desde 1998, conta que o que o impressionou no início foi “o barulho e o cheiro. Sentia-se o cheiro do Degase desde a parada de ônibus [a mais de 400 metros do seu local de trabalho]”. Mas se há uma categoria profissional que trabalha em estreita proximidade com os jovens internos e, portanto, nos alojamentos, cuja precariedade contrasta com as salas climatizadas onde são realizados os cursos profissionalizantes, é a categoria dos agentes. E, para os agentes que chegaram a partir de 2011, data do último concurso público, é um verdadeiro desafio, na medida em que o choque parece ainda maior depois de uma formação inicial que sublinhava a humanização da privação de liberdade e a necessidade de ressocializar os adolescentes num viés educacional.

O relato de Luiz sobre a sua chegada no Degase em 2013 é particularmente esclarecedor nessa matéria. Ele também mostra como se aprende o trabalho de agente, pela prática e pela imitação dos modos de fazer dos “antigos”:

*E eu vi coisas que eu achava [...] até [...] apavorantes. Já caí na pior unidade possível, que já carrega o nome, que antigamente era Padre Severino, onde tem rebeliões, mortes, motins. [...] Aquilo já foi uma coisa muito marcante para mim, eu já ter caído na pior unidade do sistema. E ainda no primeiro dia de trabalho, já havia coisas assim que eram completamente, assim, fora do contexto do que eu aprendi no curso de formação. [...] O lidar dos agentes com os adolescentes era completamente diferente. Uma [...] um excesso, um excesso mesmo, como posso te dizer, de [...] de rigor, para o adolescente que já transcende a questão da disciplina. Eram coisas assim [...] absurdas, que para fazer qualquer [...] na verdade para você doutrinar o adolescente a acatar a suas ordens. Exemplo [...] tem que andar em cima da linha com a mão para trás, tudo bem, a questão da mão para trás é para evitar que ele dê algum golpe, mas andar em cima da linha, tem que andar sem poder sair em cima da linha. [...] Então, éramos orientados para falar com adolescentes com a voz mais áspera possível. De que assim que o adolescente acabasse de comer, era para ele colocar uma mão para trás, a outra na mesa, apoiar a cabeça no braço. Ele não podia levantar de cabeça em hipótese alguma [...]. E para que se garantisse que todos os adolescentes não levantassem a cabeça, nos éramos instruídos a andar em cima da mesa, desmeando nos pratos deles. Eles comiam, e eu passava uma bota no meio dos pratos, entre os pratos deles. Para que, se algum adolescente, por acaso, pensasse em levantar a cabeça, estava ali com meu pé, para fazer com que a cabeça dele ficasse abaixo (Luiz).*

19

Essa citação difícil mostra que a profissão de agente não se aprende verdadeiramente por meio da formação, mas por meio da prática, com os seus pares, que transmitem os comportamentos que devem ser adotados. Nesse sentido, aprender a ser agente significa apreender os códigos de conduta, mas também envolver, engajar o corpo na ação. Esse ponto encontra eco na forma como os agentes falam do seu trabalho e das competências que precisam adquirir para

realizá-lo. Para eles, o imprescindível repousa na “postura”, ou seja, uma forma específica de estar, de se comportar, e de se relacionar com o adolescente, que se baseia na “dimensão preventiva da imposição do medo”, como muito bem relata Juliana Vinuto (p.70, 2019). Essa “postura” envolve a aprendizagem e a reprodução de práticas corporais, linguísticas e relacionais, da qual o pedaço da entrevista sobrescrita anteriormente dá uma ideia: marcar a dominação, posicionando o corpo no alto (ou à distância, como no caso de deslocamentos coletivos dos adolescentes) em relação ao dos jovens, falar alto, em tom áspero, para marcar a autoridade, e práticas relacionais, para interagir marcando a distância. Nesse sentido, há uma coerência entre as predisposições masculinas dos agentes e as formas de inculcação do trabalho, que passam pela inculcação de modos de ser viris. Essa socialização profissional baseia-se, portanto, em disposições adquiridas durante um processo de socialização anterior. Parece, portanto, apropriado falar de um processo de socialização contínuo. Essa socialização através do corpo tem efeitos fora dos muros da prisão, conforme veremos mais adiante.

Em segundo lugar, é possível dizer que eles não são “apenas” socializados através de seus corpos, mas que esse modo de socialização pela violência permite que eles subvertam, protegidos dos olhares exteriores, as hierarquias estabelecidas por meio da organização do trabalho dentro da política da socioeducação. O exemplo das refeições é significativo: trata-se de um momento em que os agentes garantem o direito à alimentação dos adolescentes. Sem apoio de um terceiro para servir as refeições, que são entregues por prestadores de serviços que deixam as caixas de alimentos na entrada da unidade, eles próprios vão distribuindo as “quentinhas” de alumínio, a menos que seja atribuída essa tarefa a alguns adolescentes selecionados. Além disso, reafirmar a dimensão penal e de segurança

dessa instituição de privação de liberdade permite também reafirmar a sua posição fora da instituição.

Ao esboçar alguns traços salientes da organização do trabalho e do lugar que os agentes ocupam, bem como a forma como se apropriam do seu papel, é possível delinear algumas hipóteses sobre a relação entre a socialização profissional e as suas visões de mundo. A posição de subordinação que os agentes ocupam oficial e simbolicamente na instituição, que os comportamentos e comentários dos guardas procuram inverter, faz parte da construção de um ethos profissional. Esse ethos remete a comportamentos construídos a partir de um conjunto de valores morais e de uma relação com a política coerente com sua escolha eleitoral durante as eleições presidenciais de 2018 e 2022. Essa concordância pode ser identificada em três aspectos: a relação com o mérito individual, com as políticas favoráveis às “minorias” ou a grupos vulneráveis e com a ordem moral e securitária.

21

### **Distanciar-se dos “bandidos”: valorizar o mérito individual, condenar moralmente**

#### *A defesa de uma ordem desigual baseada no mérito: bandidos, vagabundos e gente do bem*

Para os agentes, a entrada na instituição socioeducativa representa o meio de ter acesso à estabilidade de um emprego na função pública, especialmente após uma trajetória profissional caracterizada por empregos subalternos e instáveis. Ao tornarem-se funcionários públicos, acessam uma condição relativamente protetora e a bens e atividades de lazer de difícil acesso para a classe trabalhadora: comprar um carro, ou mesmo uma casa, sair de férias, muitas vezes parcelando os gastos. Mas as dificuldades para a aquisição de uma casa os conduzem a morar em bairros determinados, perto de pessoas que se encontram abaixo na escala social, em áreas periféricas qualificadas como perigosas, o

que produz um forte sentimento de insegurança, ou mesmo de injustiça, associado a um sentimento de desvalorização. Rodolfo, agente há mais de 20 anos, fala nesses termos da sua percepção da degradação das condições de vida e do aumento da criminalidade, que coincidiu com a diminuição relativa do seu salário, pouco revalorizado:

*A justiça não faz nada. Todos os bandidos estão soltos. Antes, perto da minha casa, era supertranquilo. Eu sempre ia no pagode perto de casa, que fechou porque os bandidos vieram e roubaram todo mundo. Os bandidos e os assassinos estão fora e o Judiciário não faz nada (Rodolfo).*

22 A sua percepção do aumento da criminalidade e do laxismo da justiça remite ao aparente paradoxo, segundo o qual o período de pós-democratização foi acompanhado pelo crescimento do “crime e da violência”, tanto se olharmos nas taxas de homicídios quanto ao aumento do medo a violência (Adorno, 1999), que participou de maiores demandas de justiça, muitas vezes percebidas como insuficientes (Sadek, 2004).

As suas demandas por mais justiça se articulam à visão que os agentes têm da chamada “delinquência juvenil”, ou da “bandidagem”. Frustrados pelo exercício de uma profissão socialmente reprovada<sup>17</sup> e não reconhecida o suficiente, seja em termos de legitimidade ou de salário, por exemplo em contraste com os agentes penitenciários, agora denominados policiais penais, aliada aos riscos inerentes ao

---

<sup>17</sup> Muitos agentes afirmam que não tinham conhecimento da natureza do trabalho antes de passar o concurso público e começar a formação inicial ao chegar. Entretanto, eu proponho aqui uma interpretação diferente, ou seja, como a admissão implícita da internalização de que essa é uma profissão com pouca legitimidade aos olhos de uma jovem francesa com diplomas do ensino superior, em comparação com profissões mais qualificadas e com uma carga simbólica mais positiva. Desse ponto de vista, admitir que optaram por uma profissão que pode ser comparada a um “trabalho sujo” (Hugues, 1996) parece difícil de dizer.

trabalho, os agentes costumam explicar a delinquência em termos de responsabilidade individual. Durante um curso de direitos humanos ministrado por membros da comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe, um agente com cerca de trinta anos, que cresceu numa favela da zona oeste do Rio de Janeiro, reprovou as palavras de uma advogada da OAB quando salientou que os direitos devem ser garantidos à população carcerária, particularmente vulnerável devido à sua origem social:

*Um as pessoas têm oportunidades, nem todos são assim. Eu venho de uma favela, estudei em escola pública e não virei bandido. Alguns vêm de um meio legal e foi escolha deles. E mesmo para quem não vem de um meio rico, também pode escolher não entrar no crime (Felipe).*

O orgulho que sentem por terem conseguido uma estabilidade financeira duramente conquistada, leva-os a sentirem-se pouco solidários com os que estão “mais abaixo” do que eles e isso se reflete também na frágil crença dos agentes na capacidade das instituições para melhorarem as condições de vida da população. No entanto, os agentes estão sujeitos a uma dupla promiscuidade com os setores mais precários da população: no trabalho, por serem os profissionais que passam mais tempo com os adolescentes, e em casa, pelo seu local de moradia longe das partes nobres da cidade. Essa proximidade, que causa uma certa indignação, está sendo duramente combatida em termos de valores e de moral.

Uma “inversão de valores”

A valorização do mérito individual é reforçada pelo sentimento de ter sido prejudicado pela administração pública em matéria de distribuição de recursos públicos. Esse sentimento de injustiça se expressa na visão comum de que a sociedade brasileira produz “valores invertidos”, já que o dinheiro público iria principalmente para os bandidos,

enquanto as “pessoas de bem” teriam que se virar sozinhas. Isso questiona, por exemplo, a distribuição de refeições aos jovens cinco vezes por dia e a existência de parcerias entre o Degase e o setor privado para a formação de aprendizes. Dito de outra forma, o fato de a administração socioeducativa proporcionar bens e serviços para esses jovens é considerado “privilégios para bandidos” (Caldeira, 1991), o que remete a uma certa confusão entre direitos e direitos humanos. Para Marcelo, agente há mais de 20 anos, a alocação de recursos públicos é injusta por beneficiar os que, ao seu ver, menos merecem:

*O problema é que há uma inversão de valores. O Degase oferece cursos de informática e dá mil reais para comprar um computador. Eu pergunto se meu neto pode ter isso também, mas não pode. E como se alguém dissesse: ‘Seu filho é bandido? Não’. Então não. É a mesma coisa para a formação. E para a escola. Aqui, eles têm cinco refeições por dia. Na escola, quando é a gente do bem que se mata para estudar, só tem uma refeição por dia. Às vezes é só isso que comem o dia todo. Dão tudo para os bandidos, que fazem tudo mal, roubam, violam e matam, e comem cinco vezes por dia (Marcelo).*

24

Esses comentários ilustram uma forte discordância com a arbitragem produzida pela ação pública, num contexto em que bens e serviços públicos são escassos. Essa alocação dos recursos, que consideram injusta, alimenta uma profunda preocupação quanto ao seu futuro e ao de seus filhos, justamente porque, na sua opinião, não reduz suficientemente a diferença entre a franja estável das classes trabalhadoras a que pertencem e os outros, os menos merecedores, os bandidos. Como bem ressaltou Tereza Caldeira, a consideração de que uma privação de liberdade humanizada é sinônima de “concessão de privilégios a criminosos em detrimento



dos cidadãos comuns” (1991, p. 170) não é nova<sup>18</sup>, nem se limita ao ambiente socioprofissional do socioeducação. Para os agentes, frente a esse sentimento de impunidade diante a “criminalidade descontralada”, a distribuição de recursos públicos a essas categorias sociais é o que explicaria também as faltas que sentem nas suas próprias vidas e nas dos seus familiares.

Na continuação dessa perspectiva, Sergio Adorno (1999) acrescentou uma nuance, apontando para a difusão diferenciada dessa representação entre diferentes camadas da população. Enquanto o autor sobressalta as mobilizações dos setores de classe média “contra a violência e o crime”, os agentes representam outro setor, que não pertence à classe média, nem popular. É o que, ao meu ver, cria um universo mental que tende a ver o mundo social como triangular e não como binário (Hoggart, 1970), o que lhes permite diferenciarem-se entre os que estão “em baixo” e os que estão “em cima” (Collovald, Shwartz, 2006). Encontram-se entre “os de cima”, as elites, aqueles que distribuem os recursos; e “os de baixo”, aqueles que são mais miseráveis do que eles. Mas como podem manter a sua posição e defender a sua dignidade quando as suas condições de trabalho, de habitação e de lazer não lhes permitem distinguir-se dos de baixo tanto quanto gostariam?

A resposta poderia ajudar a explicar porque é que a valorização do mérito individual se entrelaça com a defesa de valores conservadores nas visões de mundo dos agentes. Durante uma formação continuada dos agentes, a instrutora iniciou sua intervenção com uma apresentação um pouco simplista das origens da política socioeducativa, o que provocou reações cada vez mais indignadas por parte dos agentes:

---

<sup>18</sup> Foi no período do pós-democratização que essa associação se difundiu na sociedade, impulsada por uma campanha de oposição aos direitos humanos, liderada, entre outros, por mídias associadas à direita e aos setores policiais.

*A nossa política remete a mais tempo do que a década de 1990. Temos que ir para os tempos escravocratas, ao tempo em que os europeus brancos e ricos não queriam trabalhar. Obrigaram os negros a trabalhar, depois concederam a abolição sem dar trabalho para eles. E logo depois, decidiram internar os seus filhos. Para apoiar o movimento negro, temos que fazer o nosso trabalho corretamente, porque esse processo de exclusão continua até hoje, estamos numa luta por justiça social. E é a gente que tem que colocar isso em prática. Porque os poderosos, os ricos e os brancos, não vão fazer.*

*Sou negro e falo francês, espanhol e italiano, diz Rômulo.*

*A instrutora continua, sem prestar atenção ao comentário do agente: ‘São aquelas pessoas que dizem que os adolescentes vêm de famílias desestruturadas’.*

*Na sala, o público começa a resmungar. Rômulo intervém novamente, em voz mais alta: “Há famílias desestruturadas. O que podemos esperar de um pai que bebe todos os dias e de uma mãe que é prostituta? O problema é a escola. Antes, as famílias tinham dez filhos e todas as crianças iam à escola, sem problemas, e chamavam os professores de ‘senhor’ e ‘senhora’. Agora, as famílias não mandam os filhos para a escola. Hoje, essa política é um escudo para os vagabundos.*

*Um agente aplaude silenciosamente, olhando para um colega sentado atrás dele. Márcia continua argumentando que é por essas razões que as famílias devem ser acolhidas com gentileza, mas claramente apresenta dificuldades para manter a atenção na sala.*

*Aqui ninguém trata mal as famílias. Nunca vi isso em 20 anos de serviço.*

*A instrutora não reage a isso e tenta continuar com sua fala, apenas para ser interrompida alguns minutos depois por outro agente.*

*Somos responsabilizados o tempo todo, mas quando as mães vêm, têm um decote enorme, usam saias curtas. Quando as famílias vêm para as visitas, ninguém responsabiliza.*

*Isso é uma questão moral.*

*Não, é uma questão de segurança preventiva. [...]*

*A instrutora interrompe e retoma o seu discurso sobre a colonização europeia. Rômulo se levanta, para tomar o seu lugar no palco:*

*Há uma mulher branca europeia e não podemos deixar que ela passe por uma discriminação desse tipo, diz, apontando para mim, antes de pedir aplausos, o que o público presente na sala se apressa a fazer. (Trecho transcrito da entrevista).*

Essa cena, um tanto grandiloquente, não deixa de ser significativa sobre os fatores que ativam a rejeição de políticas públicas favoráveis aos grupos minoritários (Alves, 2019). Na opinião da instrutora, esses comentários refletem uma rejeição da forma na qual as desigualdades sociais e raciais são estruturadas e percebidas na sociedade. Apresentam também vínculos discursivos importantes com a rejeição das políticas sociais do PT, tais como o programa Bolsa Família, que foi um assunto importante durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, por exemplo. Como se deu aqui a passagem da defesa de políticas públicas voltadas para a reparação das desigualdades historicamente produzidas pela escravidão para a defesa de uma “branca europeia”? Um desses vieses é a naturalização do lugar de cada um, justificada por uma análise moral da maneira de vestir-se dos visitantes, do estilo de vida e da relação com a autoridade dos “de baixo”.

27

### *Sentimentos de injustiça, sentimentos de insegurança*

Os agentes encarnam, portanto, essa franja estabilizada das classes populares, que se esforça por se distinguir do seu meio de origem. Mas é essa proximidade que cristaliza as

divisões nas visões de mundo dos agentes, pois cria um forte sentimento de insegurança e de injustiça relativamente à sua posição. Nesse contexto, esses sentimentos tendem a favorecer uma consciência social que tende a legitimar o *status quo*, que tende a preservar a ordem econômica, social, racial, moral e política. Essa consciência social baseia-se em elementos tirados do seu trabalho, como referi anteriormente, mas também na sua experiência social em geral, particularmente, no que diz respeito à sua relação com o seu bairro de origem e com o espaço público. Paulo, agente desde 2012 e reconhecido pelos seus pares, fala do seu bairro de origem, na zona oeste do Rio, onde foi criado e ainda vive:

*Tenho muitos amigos próximos, grandes amigos, pessoas da minha família, que foram criminosos. Hoje eles são pais de família. Eu moro em Bangu, é cheio de favelas, então a gente sempre acaba encontrando eles [os bandidos]. Eu já perdi alguém da minha família por conta do tráfico. [...] Onde eu moro, tem muitas favelas. Por isso acho que não devemos legalizar a maconha. Lá, tem em todo lugar, a bandidolatria domina, e a gente vê o que acontece (Paulo).*

28

Para ele, o espaço público é quase sinônimo de favelas, onde se armazenam e comercializam substâncias ilícitas como a maconha. Nessa citação, ele não apresenta esses lugares como se houvesse um antes e um depois: sempre houve a possibilidade de encontrar bandidos.

Mas para Paulo, assim como para seus colegas, tornar-se agente significa cristalizar essa relação com o espaço público, marcado pelo perigo. Desde a sua entrada na função, ele, tal como a maior parte dos seus colegas, prefere usar um carro com vidros fumê em vez de utilizar os transportes públicos, com receio de encontrar um ex-interno que o reconheça e que isso possa conduzir a uma agressão. Embora inicialmente eu pensasse que esse discurso era sobretudo

sensacionalista, com o objetivo de realçar os riscos da profissão, um encontro casual com um agente me mostrou quão forte pode ser esse sentimento de insegurança fora do trabalho. Encontrei Fabricio, um agente de cinquenta e poucos anos, favorável à liberalização do porte de armas, no ponto de ônibus mais próximo da unidade. Fiquei surpresa de vê-lo nos transportes públicos, ao que ele responde com um ar irritado que o seu carro quebrou. Como o fim do mês corresponde às mensalidades escolares da filha e que o apartamento foi danificado pela água, não é possível consertá-lo de momento, me respondeu. Quando soube que eu ia de ônibus sozinha para o Maracanã, decidiu mudar de itinerário para acompanhar-me até às portas do estádio, temendo aparentemente pela segurança de uma mulher nessa zona “rodeada de favelas”. Ele insiste em me fazer companhia enquanto os meus amigos chegam. Quando entramos num café, dirige-se automaticamente para um lugar vazio, onde pode observar os movimentos que vêm da rua, de costas para a parede, com o capuz na cabeça. Desde quando se desloca para o café até quando sai no momento em chega a minha companhia, todos os seus gestos dão a impressão de que ainda está dentro dos muros das unidades: os olhos varrem a sala e a rua da direita para a esquerda, o corpo é tenso, todos esses signos sendo manifestações da “postura” que teve que interiorizar para assumir o papel de agente. Quando essas normas profissionais estão interiorizadas a ponto de não poder circular no espaço público sem experimentar um intenso sentimento de insegurança, não parece surpreendente que as promessas de ordem, qualquer que seja o preço delas, tenham um eco positivo entre os agentes. Ver o mundo através do espectro de uma intensa insegurança ecoa com a cenário global apresentado pela dita “Bancada da Bala” no Congresso Nacional, integrada por Jair Bolsonaro quando era deputado (Berlatto, Codato e Bolognesi, 2016, que costuma promover como solução para

o problema medidas de reforço do aparelho repressivo do Estado, sobretudo nas áreas periféricas dos centros urbanos.

## **Considerações finais**

Este artigo tem um objetivo duplo. Por um lado, pretendendo identificar alguns traços marcantes na construção do ethos profissional dos agentes. Por outro lado, mostrar a ligação entre esse ethos, que se baseia em parte em certos valores (mérito individual, comportamentos considerados moralmente adequados, relação com a família, importância do tema da segurança), e as visões de mundo dos agentes, o que permite compreender as lógicas de apoio desse grupo profissional à direita conservadora, encarnada pela figura de Jair Bolsonaro em 2018 e 2022.

30 Associar o pertencimento a um grupo profissional com visões de mundo não pretende sugerir que esse pertencimento se traduzirá automaticamente num voto na direita radical. Tem como objetivo ilustrar a forma como os aspectos, eles próprios ligados a valores e visões de mundo, articulam-se com uma posição objetiva e com as expectativas, aspirações e desilusões em relação a essa posição, que o lugar na estrutura social e o setor profissional permitem apreender em detalhe. Desse modo, o argumento pode ser um complemento às pesquisas quantitativas que tratam da relação entre setores policiais e atuação política à direita (Lima, 2020; Berlatto, Codato, Bolognesi, 2016). Buscamos, também, perceber como podem ser recepcionados os discursos ligados ao “punitivismo” por alguns setores da população.

## **Louise Cadorel**

Doutoranda em ciência política na Universidade Sorbonne-Nouvelle (Paris 3) / Centro de pesquisa e documentação sobre as Américas (CREDA) e professora adjunta no Departamento de direito, economia e ciências sociais da Universidade de Tours.

## Bibliografia

- ADORNO, Sérgio. (1999). Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social*, v. 11, n. 2, pp. 129.
- ALVES, Rogério Pacheco. (2019). A ancoragem moral dos direitos humanos como obstáculo à implementação dos direitos das minorias, *Revista Quastio Iuris*, v. 12, n. 4, pp. 43-68.
- BEAUMONT, Amélie. (2021). *Déformations professionnelles: le travail comme institution socialisatrice*. 2021. Tese (Doutorado) - Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris.
- BEAUMONT, Amélie; CHALLIER, Raphaël; LEJEUNE, Guillaume. (2018). En bas à droite: Travail, visions du monde et prises de position politiques dans le quart en bas à droite de l'espace social. *Politix*, v. 2, n. 122, pp. 9-31.
- BERLATTO, Fábria; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. (2016). Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 21, pp. 77-120.
- BRASIL. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. (2012). *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Brasília, DF: CONANDA.
- BUDÓ, Marília; CAPPI Riccardo. (2018). Punir os Jovens? A centralidade do castigo nos discursos midiáticos e parlamentares sobre o ato infracional. Belo Horizonte: Letramento.
- BUTON, François; LEHINGUE, Patrick; MARIOT, Nicolas; ROZIER, Sabine. (2016). *L'ordinaire du politique: enquêtes sur les rapports profanes au politique*. Villeneuve-d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion.
- CADOREL, Louise. (2022). Une appropriation contrastée de la réforme de la justice des mineurs à Rio de Janeiro: Entre ethos du care et ethos masculiniste. *Déviance et société*, v. 46, n. 4, pp. 489-518.
- CALDEIRA, Teresa P. (1991). Direitos humanos ou 'privilegio de bandidos':. desventuras da democratização brasileira *Novos Estudos*, v. 30, pp. 162-174.

- CHAGURI, Mariana Miggiolaro; AMARAL, Oswaldo E. do. (2023). The Social Base of Bolsonaroism: An Analysis of Authoritarianism in Politics. *Latin American Perspectives*, v. 50, n° 1, pp. 32-46.
- CIFALI, Ana Claudia; CHIES-SANTOS, Mariana., ALVAREZ, Marcos César. (2020). Justiça juvenil no Brasil. Continuidades e rupturas. *Tempo Social*, v. 32, n. 3, pp. 197-228.
- DIAS, Felipe da Veiga; BUDÓ, Marília de Nardin; SILVA, Patrícia Silveira da. (2018). A redução da maioria penal: uma análise dos editoriais do jornal O Globo. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, v. 63, n°. 2, pp. 115.
- DUBOIS, Vincent. (2010). Politiques au guichet, politique du guichet. *In: Politiques publiques 2*. Paris: Presses de Sciences Po. pp. 265-286.
- ELIASOPH, Nina. (2010). *L'évitement du politique*: comment les Américains produisent l'apathie dans la vie quotidienne. Paris: Économica.
- FERRAZ, Hamilton Gonçalves. (2018). Entre “punição” e “proteção”: por um novo modelo de responsabilização penal juvenil de adolescentes autores de atos infracionais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 145, pp. 627-648.
- GAXIE, Daniel. (2002). Appréhensions du politique et mobilisations des expériences sociales: Dimensions de la socialisation politique. *Revue française de science politique*, v. 52, n. 2, pp. 145-178.
- GISI, Bruna; CHIES-SANTOS, Mariana; ALVAREZ Marcos C. (2021). O “punitivismo” no sistema de justiça juvenil brasileiro. *Sociologias*, v. 23, n. 58, pp. 18-49.
- GOIRAND, Camille. (2021). Militaires, juges et politiques de ‘l’anti-corruption’ au Brésil : configurations d’une dynamique autoritaire. *In: COLLOMBON, Maya, MATHIEU, Lillian. Dynamiques des tournants autoritaires*. Paris: Le Croquant, 2021.
- HOGGART, Richard. (1970). *La Culture du Pauvre*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- HUGUES, Everett C. (1996). *Le Regard sociologique*. Paris: L’Ehess.
- HUGRÉE, Cédric; PENISSAT, Etienne; SPIRE, Alexis. (2015). Les différences entre salariés du public et du privé après le tournant managérial des États en Europe. *Revue française de sociologie*, v. 56, n. 1, pp. 47-73.
- HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. (2019). Bolsonaro and Brazil’s illiberal backlash. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, pp. 68-82.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. (2021). Policialismo. Novo fenômeno político brasileiro? São Paulo: Instituto Sou da Paz.



- JOBARD, Fabien, GRELET, Stany, POTTE-BONNEVILLE Mathieu. (2006). Haut, bas, fragile: sociologies du populaire: Entretien avec Annie Collovald & Olivier Schwartz. *Vacarme*, v. 37, pp. 50-55.
- KERGOAT, Danièle. (2005). Rapports sociaux et division du travail entre les sexes. In: MARUANI, Margaret (org.). *Femmes, genre et sociétés*. Paris: La Découverte. pp. 94-101.
- LAZARFELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. (1965). *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press.
- LEMGRUBER, Julita. (2017). Olho por olho? O que pensam os cariocas sobre “bandido bom é bandido morto”. Rio de Janeiro: Cesec.
- LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline. (2011). Qualidade da democracia e polícias no Brasil. In: LIMA, Renato Sérgio de. *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial.
- LIMA, Renato Sergio. (2020). Eleições de Policiais no Brasil e a força do partido policial. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, v. 1, pp. 158-166.
- MARINHO, Frederico Couto; VARGAS Joana Domingues. (2015). Permanências e resistências: Legislação, gestão e tratamento da delinquência juvenil no Brasil e na França. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, n. esp. 1, pp. 267-298.
- MICHELAT, Guy; SIMON, Michel. (1977). *Classe, religion et comportement politique*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- NUNES, Rodrigo. (2020). Of What is Bolsonaro the name? *Radical Philosophy*, v. 2, n. 9, pp. 3-14.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. (1988). Crime, controle social e consolidação da cidadania. In: REIS, Fabio; O'DONNELL, Guillermo (eds.). *A democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice. pp. 168-199.
- PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lucio. (2011). Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, pp. 304-332.
- PUDAL, Romain. (2011). La politique à la caserne: approche ethnographique des rapports à la politique en milieu pompier. *Revue française de science politique*, v. 61, n. 5, pp. 917-944.
- QUADROS, Marcos P. R.; MADEIRA, Rafael Machado. (2018). Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, v. 24, n.3, pp. 486-522.

- RAMOS, Silva; PAIVA, Anabela. (2009). A blogosfera policial no Brasil: do tiro ao Twitter. Brasília, DF: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania.
- RENNÓ, Lucio. (2020). The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. *Latin American Politics and Society*, v. 62, n. 4, pp. 1-23.
- RODRIGUES, Ellen Carmo. (2017). *A justiça juvenil no Brasil e a responsabilidade penal do adolescente*: rupturas, permanências e possibilidades. Rio de Janeiro: Revan.
- SADEK, Maria Tereza. (2004). Poder Judiciário: perspectivas de reforma. *Opinião Pública*, v. 10, n. 1, pp. 01-62.
- SENTO-SÉ, João Trajano. (2003). O discurso público sobre violência e juventude no Rio de Janeiro. *Lusotopie*, v. 10, n. 1, pp. 283-297.
- SPIRE, Alexis. (2007). L'asile au guichet: La dépolitisation du droit des étrangers par le travail bureaucratique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 4, n. 169, pp. 4-21.
- VINUTO, Juliana (2019), "O outro lado da moeda": O trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.
- ZALUAR, Alba. (2007). Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, pp. 31-49.
- ZUNIGO, Xavier. (2008). L'apprentissage des possibles professionnels. Logiques et effets sociaux. *Sociétés contemporaines*, v. 70, n. 2, pp. 115-131.

## COMPREENDENDO O “PUNITIVISMO” DESDE UM ESPAÇO PROFISSIONAL: OS AGENTES DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVA NO RIO DE JANEIRO

LOUISE CADOREL

**Resumo:** Este estudo propõe explorar como o pertencimento a um grupo profissional molda a relação de agentes socioeducativos do Rio de Janeiro com a política, influenciado pelos valores e visões de mundo construídos tanto na vida pessoal quanto no trabalho. Este texto analisa o ethos profissional dos agentes, destacando sua valorização do mérito individual e crítica moral de comportamentos considerados negativos. Seu engajamento político se reflete nas suas tomadas de posições sobre adolescentes privados de liberdade e a política socioeducativa. Apesar de uma certa ascensão social, os agentes mantêm laços com suas origens, gerando sentimentos de injustiça e insegurança.

**Palavras-chave:** Visões de Mundo; Ethos Profissional; Agentes Socioeducativos; Punitivismo; Privação de Liberdade.

35

### *UNDERSTANDING PUNITIVISM FROM A PROFESSIONAL PERSPECTIVE: SOCIO-EDUCATIONAL AGENTS IN YOUTH DETENTION CENTERS OF RIO DE JANEIRO*

**Abstract:** *The study aims to explore how belonging to a professional group shapes the relationship of socio-educational agents in Rio de Janeiro with politics, influenced by values and worldviews constructed both in personal life and at work. The text analyzes the professional ethos of the agents, highlighting their valorization of individual merit and moral criticism of behaviors considered negative. Their political engagement is reflected in their positions on incarcerated adolescents and socio-educational policy. Despite some social advancement, they maintain ties to their origins, generating feelings of injustice and insecurity.*

**Keywords:** *Worldviews; Professional Ethos; Socio-Educational Agents; Punitivism; Youth Detention Centers.*

Recebido: 19/04/2024

Aprovado: 23/07/2024



# ENTRE A FÉ E A EXPRESSÃO POLÍTICA. ETNOGRAFIA DAS INTERAÇÕES ENTRE PASTORES E FIÉIS EVANGÉLICOS DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2022 NO RIO DE JANEIRO

Margaux de Barros

*Pesquisadora de pós-doutorado em Ciência Política no Centre d'Étude de la Vie Politique (CEVIPOL), da Universidade Livre de Bruxelas, Bruxelas, Bélgica.*

*Pesquisa financiada pelo Fonds National de la Recherche Scientifique (FNRS),*

*e-mail: margaux.de.barros@ulb.be*

*<https://orcid.org/0009-0000-0040-0782>*

**<http://dx.doi.org/10.1590/0102-035mb/122>**

## Introdução

As questões religiosas ocuparam um lugar central na campanha presidencial de 2022 no Brasil. Dada a importância demográfica dos evangélicos, que representam cerca de 30% da população brasileira, os candidatos se esforçaram para mobilizar essa parcela confessional do eleitorado. Em 2018 e 2022, o candidato Jair Bolsonaro pôde contar com o apoio de figuras públicas evangélicas, como o pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, e o pastor da poderosa Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo (Almeida, 2019; Burity, 2020). A encenação de seu batismo nas águas do Jordão em 16 de maio de 2016, seu slogan de campanha “Brasil acima de todos, e Deus acima de tudo”, os sermões de sua esposa Michelle Bolsonaro, bem como sua participação na Marcha para Jesus em 20 de maio de 2019, são alguns exemplos de estratégias usadas para atrair esse eleitorado cobiçado. A defesa da família e dos

valores cristãos, bem como a preservação de uma ordem moral ameaçada pela corrupção e pelo marxismo, temas que surgem de forma recorrente tanto durante seu mandato (2019-2023) quanto nas campanhas eleitorais das quais participa, constituem a pedra angular de seu discurso ultra-conservador (Camurça, 2020; Burity, 2021).

Em 2018, segundo uma pesquisa Datafolha<sup>1</sup>, cerca de 60% dos fiéis evangélicos votaram em Jair Bolsonaro, número que se manteve em 2022. A figura do pastor parece central na formação das preferências políticas dos evangélicos, uma vez que, de acordo com Carvalho Junior e Oro (2018), Bohn (2004) e Ferreira e Fuks (2021), a adesão aos valores morais e a frequência significativa aos cultos estão entre os principais fatores que explicam o voto dos fiéis.

2 No entanto, poucos pesquisadores explicaram detalhadamente, de forma processual e qualitativa, como alguns pastores desconhecidos do público em geral mobilizam as bases eleitorais e buscam influenciar a construção das representações políticas dos fiéis. A cobertura midiática das igrejas evangélicas e as declarações de vários líderes religiosos deram a impressão de um apoio maciço e afirmado de todos os representantes evangélicos às teses de Jair Bolsonaro. Contudo, esses discursos e representações midiáticas não revelam a complexidade desse fenômeno político e religioso e alimentam a ideia de uma igreja evangélica homogênea. Eles ocultam a falta de posicionamento ou a escolha explícita de neutralidade pelas quais muitos pastores optaram. Além disso, tendem a super-representar os pastores mais famosos, com discursos mais virulentos e que incentivam aberta e repetidamente a votar no candidato de sua escolha. Por fim, omitem a interação entre fiéis e pastores, esquecendo que estes últimos adaptam seus discursos à audiência que enfrentam.

---

<sup>1</sup> Uma pesquisa do Datafolha publicada em 23 de outubro de 2018, mostra que 59% dos evangélicos teriam votado em Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição presidencial de 2018.

Como veremos neste artigo, tais dinâmicas, que não são unanimemente favoráveis ao governo de Jair Bolsonaro, regulam as formas de expressão política dos pastores.

Se a ascensão da Bancada Evangélica (Quadros e Madeira, 2018) (Dip, 2018; Prandi e Santos, 2017), o apoio de figuras evangélicas famosas a Jair Bolsonaro e a crescente visibilidade de seus discursos conservadores nos últimos vinte anos (Barros Júnior, 2022; Cunha, 2016) afirmaram a existência de um forte vínculo entre religião e política no Brasil, a expressão política dentro dos locais de culto permanece pouco estudada. Alguns pesquisadores, como Fabio Lacerda (2017) e Vinicius do Valle (2019), destacaram o posicionamento de pastores evangélicos em eleições locais, ou para cargos de deputados, desde o início dos anos 2000, mas verificaram uma relativa ausência de orientações de voto em eleições presidenciais. As eleições de 2018 e 2022 representam uma virada nesse sentido, com vários pastores pedindo votos para um candidato específico. Ainda faltam pesquisas, contudo, que iluminem e apresentem as nuances na forma como as eleições presidenciais adentraram os cultos nesse período.

O objetivo deste artigo é examinar como os pastores de uma pequena igreja local introduziram o debate eleitoral presidencial nos espaços da igreja, no grupo de WhatsApp e, até mesmo, em seus sermões durante o período eleitoral de 2022. Compreender como os atores evangélicos almejavam impactar na construção social das representações políticas dos fiéis exige considerar as relações próximas e as trocas que eles têm com os fiéis, tanto dentro do local de culto quanto fora, no pátio da igreja ou mais amplamente no bairro. Os momentos de festividade ou encontros improvisados no final do culto também serão examinados para analisar o conteúdo político transmitido pelos pastores e membros da igreja. Dada a importância das pequenas igrejas no tecido social dos bairros populares dos grandes centros

urbanos, pareceu-me importante analisar os discursos produzidos pelo pastor de uma pequena e qualquer igreja evangélica de bairro. Esta pesquisa foi desenvolvida durante a campanha eleitoral, pois as opiniões políticas são mais vivas e visíveis nesse período. Assim, embora esta pesquisa leve em consideração a politização dos discursos religiosos, ela aborda superficialmente os discursos políticos produzidos a longo prazo.

4 Este artigo também não aborda em profundidade a recepção diferenciada dos discursos das autoridades religiosas ou os comportamentos políticos dos fiéis ou de uma parte dos fiéis – por exemplo as mulheres – estudados por outras pesquisadoras (Teixeira e Reis, 2023), mas destaca como as divergências e os conflitos internos na igreja são expressos e gerenciados pelas autoridades religiosas. Não estamos aqui interessados apenas nos discursos dos pastores, mas também naqueles produzidos por alguns fiéis que participam da cerimônia. Assim, optei por uma abordagem interacionista, que destaca como os indivíduos agem e interagem em uma determinada situação. Os momentos de culto são fortemente marcados pela organização ritual e cerimonial. Pareceu-me pertinente observar como as questões da campanha eleitoral se infiltram nessa ordem cerimonial e examinar até que ponto e de que maneira a organização cuidadosa da prática religiosa permite ou limita a expressão política.

Alguns debates da literatura balizaram a expectativa de como seria introduzido o debate eleitoral na igreja e nos cultos. Baseando-me nos trabalhos de Goffman (1982, 1996), observo que as interações entre fiéis e autoridades religiosas são configuradas por convenções sociais e normas, que condicionam as falas. Como demonstraram Michelat e Simon (1977), a fala pública dos pastores por longas horas constitui uma importante oportunidade para transmitir opiniões políticas. No entanto, é importante ressaltar que a expressão política é regulada pelas sensibilidades dos



fiéis. De fato, a consideração das sensibilidades plurais dos crentes é necessária para o pastor se ele deseja manter ou aumentar o número de fiéis, empreendimento que pode falhar se as opiniões políticas expressas forem muito diretas ou repetitivas, em detrimento da palavra religiosa. Além disso, como vários pesquisadores em ciências sociais observaram, reuniões públicas, religiosas (Lichterman, 2005) ou não (Eliasoph, 2010), são pouco propícias à expressão de preocupações políticas, pois essas são percebidas como conflituosas. Como enfatiza Hamidi (2006): “manter a ficção comunitária pressupõe, entre outras coisas, evitar qualquer assunto, ou qualquer tratamento de um assunto que destacaria as divisões dentro do grupo”, assim as igrejas seriam locais pouco propícios para a formulação de dissensões políticas. Além disso, a análise em termos de carreira constitui um fator presumivelmente relevante para “compreender como, em cada etapa da biografia, as atitudes e comportamentos são determinados por atitudes e comportamentos passados e, por sua vez, condicionam o campo de possibilidades futuras, reposicionando assim os períodos de engajamento no ciclo de vida como um todo” (Fillieule, 2001). O objetivo é, portanto, identificar as disposições sociais que fundamentam o engajamento religioso e os posicionamentos políticos dos pastores, integrando-os às diversas esferas da vida (conjugal, profissional) que compõem a existência do indivíduo. Os relatos biográficos dos pastores serão complementados por dados etnográficos para entender, *in situ*, como eles e os fiéis atuam dentro e fora da igreja.

Esta pesquisa baseia-se em um trabalho etnográfico de campo de três meses, desenvolvido entre agosto e novembro de 2022, durante a campanha eleitoral. Por etnografia, entendo a imersão prolongada em um grupo e um espaço definido, nos quais o pesquisador desenvolve relacionamentos pessoais. Nesse sentido, compartilho a perspectiva de Desmond de que “a etnografia consiste em tentar entender

6

as pessoas deixando que as vidas delas se misturem com a sua da forma mais completa e sincera possível” (2019, p. 414). Esse método nos oferece a oportunidade de nos familiarizarmos com os atores envolvidos e de tornar suas experiências, percepções e atitudes mais inteligíveis. Selecionei a igreja evangélica na qual conduzi meu estudo com ajuda da mulher que me acolheu, Ana Paula, mulher de 55 anos, evangélica. Ela facilitou a minha inclusão no seu grupo de fiéis sem despertar qualquer desconfiança. Tive mais facilidade em estabelecer vínculos com as mulheres do que com os homens. Devido a normas sociais e de gênero muito fortes, temia ser rotulada de sedutora se conversasse por muito tempo com os respectivos maridos. O meio religioso local é marcado por um forte “*entre soi*” e um controle social rigoroso. O pastor me fez uma série de perguntas sobre minhas origens, convicções e o objeto do meu trabalho antes de me autorizar a entrevistar os membros de sua igreja. Assim como outros fiéis, eu era repreendida quando faltava a um culto ou precisava avisar o pastor se estivesse ausente por vários dias. Fiz observações etnográficas em 35 cultos e conduzi 18 entrevistas com fiéis evangélicos da igreja local e 3 entrevistas com os pastores. Como outros etnólogos que pesquisaram em campos religiosos (Fancello, 2008; Teixeira, 2016), pareceu-me impossível contornar as normas do meio pentecostal. Portanto, aprendi e reproduzi as “maneiras de ser” evangélicas e participei dos diversos rituais que marcam as cerimônias.

### **Quadro 1: Um contexto político e eleitoral marcado por tensões**

Para entender os discursos e tensões políticas na igreja, é essencial apresentar alguns elementos do contexto local e nacional. A campanha eleitoral que se inicia em agosto de 2022 é marcada pela violência e caracterizada por tensões sociais e políticas.

As posições a favor de um ou outro candidato se materializam por exemplo no espaço urbano carioca: os bairros pró-Bolsonaro são reconhecíveis pela multidão de bandeiras brasileiras penduradas nas varandas, sendo que o candidato se apropriou das cores do símbolo nacional para representar seu partido, enquanto os bairros cuja parte dos habitantes apoia Lula exibem orgulhosamente bandeiras vermelhas. Os conflitos também se materializam no espaço público durante marchas de apoio aos candidatos ou em festas nacionais - como na celebração dos 200 anos da Independência, que dá origem a manifestações pró-Bolsonaro - e se intrometem nas relações sociais diárias dos cidadãos brasileiros. Os laços de trabalho, vizinhança e familiares às vezes são fragilizados por tensões e disputas que se agravam. Essas tensões também são visíveis nas redes sociais (Miguel, 2019), amplamente utilizadas pelos apoiadores dos dois candidatos. Esses espaços digitais contribuem para a disseminação de *fake news*, especialmente sobre questões religiosas. Essas informações são trocadas pelos fiéis e às vezes utilizadas pelas autoridades religiosas. O papel da religião na campanha eleitoral se torna particularmente saliente entre o primeiro e o segundo turno. Alvo de uma campanha difamatória nas redes sociais e de uma encenação de apoio satanista, a equipe de campanha do Partido dos Trabalhadores (PT) emite um comunicado para afirmar que Lula é um bom cristão e que não fez pacto com o Diabo. Como em 2018, as *fake news* foram usadas pelos dos campos (Almeida, 2019). Alguns apoiadores de Lula também tentaram desacreditar Bolsonaro, usando a

temática religiosa: por exemplo, eles difundem imagens do presidente participando de um encontro organizado por maçons. Enquanto Jair Bolsonaro insiste em sua apresentação cristã, Lula tenta timidamente se aproximar de uma parcela de atores evangélicos hostis a seu oponente.

## Inserção da igreja no tecido social local e trajetórias dos pastores

### *História da igreja Pão e Amor*

8 A Assembleia de Deus Pão e Amor<sup>2</sup>, na qual me envolvi, está localizada em um bairro caracterizado pela presença de numerosas igrejas evangélicas. Duas outras igrejas pentecostais estão a menos de cinquenta metros da igreja estudada, e o bairro abriga cerca de cinquenta igrejas evangélicas e duas igrejas católicas. As mega-igrejas de denominações famosas (Universal, Igreja Batista Atitude) estão localizadas no principal eixo viário que liga o bairro à área urbana luxuosa da Barra da Tijuca, no sudoeste do Rio de Janeiro, enquanto as pequenas igrejas estão situadas nas ruas adjacentes. A entrada da igreja se faz por um pequeno pátio. Localizado atrás de uma imponente grade branca, esse espaço é um local de encontro para os fiéis que se encontram antes e depois dos cultos ou em momentos de convívio. A igreja foi inaugurada em 2021, logo após a pandemia de covid-19. As paredes e o chão de concreto evidenciam essa inauguração recente. De um local de culto local modesto, reunindo entre cinco e dez pessoas, o número de fiéis cresce e a igreja ganha importância, reunindo cerca de cinquenta crentes em cada cerimônia. Para lidar com o influxo de novos membros, o pastor compra o local vizinho e se junta aos fiéis

---

<sup>2</sup> Os nomes da igreja e de todos os seus membros foram modificados para preservar o sigilo.

pioneiros em trabalho de mutirão para expandir a igreja. Agora, ela corresponde à imagem um tanto estereotipada do local de culto evangélico improvisado em uma garagem: o ambiente é escuro, dez fileiras de cadeiras plásticas estão alinhadas em frente a um palco simples onde estão dispostos os instrumentos musicais da igreja e o altar. Uma grande cruz de madeira decora a parede central atrás do palco. Ventiladores fixados nas paredes laterais acompanham os sermões e refrescam os fiéis nos dias quentes. Uma televisão suspensa acima do palco e no centro do teto permite que os fiéis acompanhem a letra das canções difundidas sobre um fundo de tela com padrões de cores vivas.

O aumento no número de fiéis também leva à implementação de uma organização hierárquica que existe na maioria das igrejas. A igreja é hierarquizada da seguinte forma: o pastor-presidente, um pastor, os diáconos responsáveis pela intercessão e os obreiros que garantem o bom andamento do culto. Cinco cultos são planejados por semana. Eles reúnem um número variável de fiéis, de dez a cinquenta pessoas. Além desses momentos cerimoniais, há atividades para-religiosas semanais: aulas de alfabetização para crianças e adultos, aulas de música e ensaios musicais. Algumas festas e atividades de lazer (cinema) pontuam a agenda dos fiéis. Ao lado da sala de culto, há uma igreja para crianças e uma para adolescentes. Eles se reúnem lá durante os cultos para receber o ensino religioso ministrado por Diana, diaconisa, que também é professora em uma escola particular confessional. A divisão do trabalho religioso por gênero é muito marcada: os homens são porteiros, enquanto as mulheres geralmente cuidam das crianças, da limpeza e dos momentos de convívio. Os fiéis geralmente se sentam em casais, enquanto os solteiros preferem as fileiras dominadas por pessoas do mesmo sexo. As autoridades religiosas, principalmente homens acompanhados de suas esposas, sentam-se na primeira fileira. Na igreja Assembleia de

Deus Pão e Amor, assim como observado por outros pesquisadores em igrejas que eles estudam (Algranti, 2007; Spyer, 2020; Boas, 2020), a participação dos fiéis nos cultos é muito mais dedicada e intensa do que a dos praticantes das confissões católica, espírita ou de matriz africana. No entanto, ao contrário das grandes igrejas, onde o pastor desempenha um papel solene e mantém laços muitas vezes mais frouxos com os fiéis, o pastor está muito próximo deles e mantém relações cordiais e às vezes amigáveis com eles. Uma análise do perfil deste último e do segundo pastor é essencial para entender os diferentes estilos de administrar os cultos e de se posicionar politicamente.

### *As autoridades religiosas da igreja*

10 Com 39 anos, sorridente e dinâmico, o pastor cultivava um certo ideal de juventude e exibe seu entusiasmo. Vestido com jeans, uma camiseta larga e um boné, sua aparência contrasta com a imagem cerimonial da autoridade religiosa. Sua aparência descontraída também tem uma função social: serve para transmitir a imagem de uma igreja moderna e aberta a todos - em oposição a outras igrejas pentecostais mais rígidas em questões de vestuário - contanto que essa atenda às normas de decência. Essa originalidade do vestuário também é uma marca assumida de seu passado como dono de um bar de rock local. A trajetória biográfica de Manuel nos esclarece sobre seu envolvimento religioso e a percepção de seu papel tanto social quanto político.

O pastor Manuel nasceu na Baixada Fluminense. Seu pai seguiu seu avô, que também era pastor. Ambos ministravam em um bairro popular da Baixada. O chamado pastoral (revelação do pastorado), que ele detalha durante a entrevista, ocorreu durante seu serviço no bar de rock que gerenciava com um colega, e que o levou à escolha radical de abandonar suas partes nesse estabelecimento para “voltar para Cristo”. Ele descreve sua vida passada, marcada por seu

gosto pelo rock e pelas noites embriagadas entre amigos, de maneira oposta à vida atual como pai de família e pastor. Após sua revelação, ele deixou o bar, e se dedicou à oração por vários meses, frequentando uma pequena igreja local. Durante um culto, enquanto os fiéis ficam impacientes com o atraso do pastor, ele pega o microfone e anima a cerimônia. Essa experiência de improvisação confirma sua vocação pastoral. Seu pai o encoraja a abrir uma igreja em seu próprio bairro. O pastor descreve o processo tortuoso para encontrar um espaço adequado às suas ambições de receber dezenas de fiéis e aos seus recursos financeiros. Ele explica as estratégias usadas para tornar a igreja visível. Assumindo a dimensão econômica e de marketing do local, ele destaca que “*o evangelismo, ele funciona como uma divulgação de uma empresa*”. Fala sobre a construção artesanal do local de culto, animando as reuniões, tocando guitarra, evangelizando, preparando as cerimônias. Ele desenvolve a rede social da igreja, instala um painel na parede onde os fiéis podem tirar fotos e manda fazer moletons com uma citação bíblica e o nome da igreja. Graças ao esforço individual, “*o apoio de alguns fiéis e a ajuda de Deus*”, cada vez mais crentes afluíram para o local de culto. Para desenvolver esse empreendimento, ele destaca a importância do papel do líder, e a necessidade de respeitar a ordem hierárquica da igreja. Ao respeito pela hierarquia dos status religiosos, adiciona-se também um respeito estrito pela hierarquia de gênero: durante a entrevista, ele mostra a autoridade que exerce sobre sua esposa ordenando-lhe que nos faça um café, e perguntando-lhe sobre a necessidade da esposa se submeter à sua autoridade. A autoridade não é entendida como uma forma de austeridade, o pastor combinando um registro sério e disciplinado com um registro cômico. Durante os cultos, ele conjuga um estilo descontraído, engraçado e sarcástico que adota no início e no final dos cultos com um estilo muito teatral, caracterizado por uma boa ocupação do espaço, uma voz forte e

grandes movimentos no palco enquanto realiza seu sermão. O humor, que ele usa frequentemente durante o culto, é usado para criar um sentimento de comunhão, para criar um ambiente agradável (“*o humor é contagioso*”) e contribui, segundo ele, para romper com o peso que pode haver na espiritualidade. No campo político e eleitoral, o pastor diz ter votado em Lula em 2002 e em 2006 “*como todo mundo*”. Fervoroso defensor de Bolsonaro desde 2018, ele participou de duas marchas em apoio ao candidato.

12 O pastor Diogo nasceu em 1958 na favela de Nova Holanda. Seus pais, espíritas, converteram-se à religião evangélica. Diogo frequenta o culto, expressa sua curiosidade pela espiritualidade, mas vive a prática religiosa com a distância e a despreocupação da infância. Seu pai é operário e sua mãe é dona de casa, eles vivem em uma pequena casa, “modesta”, mas “melhor” do que a de muitos vizinhos da favela. Ele deixou a escola aos quinze anos. Na mesma época, descobriu “os prazeres do álcool”; e aos vinte anos, a cocaína. Trabalhou como operário em uma fábrica têxtil e depois se tornou chefe de setor nesse campo. Para complementar seu salário, roubava tecidos, que ele vendia na favela. Casou-se aos 22 anos e se tornou pai de dois filhos. A morte de seu terceiro filho aos 7 meses, fez com que mergulhasse em um período de angústia e mal-estar, que o levou a intensificar seu uso de cocaína. Deixou sua esposa aos 30 anos, “*abandona a família para se juntar à boca de fumo*”, ponto de venda local de drogas nas favelas. Frequentou assiduamente o grupo de traficantes do bairro que, naquela época, “*controlava a vida cotidiana na favela: tudo era nosso*”. Entrou em conflito com seu chefe, perdeu o emprego e ficou sem teto. Vivia de sofá em sofá, não tinha mais dinheiro para pagar seu consumo de drogas e entrou em uma fase difícil de abstinência. Em 1992, enquanto planejava matar seu chefe, ligou o rádio e ouviu um programa evangélico. Diogo, então, começou uma conversa espiritual com Deus,



desistiu do assassinato e ficou prostrado por vários dias antes de se refugiar em uma igreja: “*um lugar de tranquilidade ligado à infância*”. Seu novo compromisso religioso o levou a uma mudança radical em sua vida: parou totalmente de usar drogas, saiu de um longo período de vida tumultuada (“*eu estava realmente no fundo do poço*”) e se engajou na vida religiosa do bairro. Sua reputação de “depravado” sumiu e ele recuperou o respeito dos moradores do bairro. Tornou-se pastor, e em 2020 conheceu o pastor Manuel e a igreja Pão e Amor. Ele não compartilha da visão empreendedora do pastor Manuel, e insiste mais no desenvolvimento de iniciativas sociais e nos laços de solidariedade formados na igreja. No campo político, seu trabalho na fábrica e suas origens populares o levou a aderir às ideias do PT em 2002. A revelação de escândalos de corrupção que atingiram o partido afetou seu apoio e o levou a votar em Jair Bolsonaro em 2018, o que ele mais tarde passou a lamentar amargamente.

Nas duas trajetórias analisadas anteriormente, há um contraste entre uma vida passada marcada pela depravação e a vida atual caracterizada pela devoção e pelo equilíbrio mental e espiritual; especialmente no caso do pastor Diogo, cuja afiliação a uma gangue é ainda mais surpreendente, já que este último, sempre vestido com um terno preto, exibe uma postura de austeridade. Sua aparência também visa romper totalmente com o período passado marcado por um estilo mais relaxado. Esse contraste, que os pastores gostam de lembrar aos fiéis durante os cultos, como observam outros pesquisadores (Semán, 2021), serve para realçar os efeitos transformadores e salvadores da fé sobre os indivíduos, para suscitar a empatia dos fiéis e mostrar que a igreja está aberta a todos, independentemente dos problemas sociais ou econômicos que os fiéis podem enfrentar. As trajetórias também mostram as múltiplas retribuições simbólicas (Gaxie, 2005) que os pastores sacam do seu engajamento religioso, como o reconhecimento público, o prestígio ou

13

exercício do poder. A apresentação dessas trajetórias biográficas permite entender melhor os estilos diferenciados dos dois pastores e as divergências políticas que os opõem e se cristalizaram durante a campanha eleitoral de 2022. Também, mostra os diversos interesses dos pastores na sua atuação dentro da igreja. Enquanto o pastor Manuel, presidente da igreja, busca aumentar o número de fiéis por meio de técnicas empresariais e de marketing, o pastor Diogo, com mais idade, membro externo da igreja, centra sua participação na vida espiritual.

## O pastor e o eleitor: a introdução da política nos cultos

### *Justificar a introdução das questões políticas*

14 Pão e Amor é uma pequena igreja de bairro, que a princípio não parece particularmente favorável a um candidato ou outro. Somente a imersão prolongada permite entender a formulação implícita de orientações eleitorais. No segundo dia de minha pesquisa, durante uma entrevista, o pastor-presidente me confidenciou sua vontade de abordar as questões políticas. Ele também diz ainda não ter encontrado a maneira adequada de fazê-lo, mas insiste na necessidade de comunicar sobre o assunto. Ele associa sua posição partidária a um dever e a uma responsabilidade moral e política, enquanto se apressa em acrescentar que não importa as questões políticas na igreja:

*Como evangélicos, nós temos essa responsabilidade política. Como eu falei, essa autoridade, ela veio de Deus, nós precisamos obedecer a lei da terra. Não precisa? Se você não obedecer a lei do teu país o que que vai acontecer com você? Hum? Vai ser punida. E a política, hoje, exemplo, eu tenho hoje o político a qual eu apoio, o meu candidato, mas eu não levo isso pra igreja mais próximo e nem coloco ele no altar pra poder falar de política. E a política é bíblica. Porém, eu não vou usar o altar que é santo pra pedir voto*

*pra ninguém. O que eu tenho que passar pra igreja é que eis que vai chegar essa hora, tô esperando chegar um pouco mais próximo, né? As eleições. É eles ficarem ligado na proposta de cada candidato. Principalmente aquela proposta, entendeu? Que tem a ver com o nosso lado cristão (Pastor Manuel, 25 de agosto de 2024).*

Sua recusa em mencionar os nomes dos candidatos Bolsonaro e Lula é uma forma de reforçar sua desaprovação em trazer questões eleitorais para a igreja, ao mesmo tempo em que preserva uma estatura solene que está acima dos conflitos partidários. O pastor está preso em uma tensão entre a consolidação de seu grupo de fiéis, o que envolve o fortalecimento numérico da igreja, e a “responsabilidade” de participar das questões políticas mais importantes da campanha eleitoral. Como membro da rede local de pastores (o que ele enfatizou na entrevista), ele está ciente das posições tomadas por seus colegas e sente que ele também, à sua maneira, tem um papel a desempenhar na campanha. Entretanto, ao contrário das grandes igrejas, que estão em uma situação econômica favorável, as igrejas independentes, recentes e pequenas, por exemplo a Pão e Amor, têm recursos financeiros limitados e – dependentes do dízimo – não podem correr o risco de ver diminuir o número de fiéis. Como as questões políticas são consideradas conflituosas, o pastor deve primeiro garantir o consentimento da congregação antes de fazer uma declaração política explicitamente favorável a um candidato específico. Por fim, ao expressar uma opinião no período que antecede uma eleição, é menos provável que ele provoque mal-entendidos entre os membros da igreja.

Com relação à sua posição política, o pastor usou insinuações sobre o candidato que apoia, escolha que seria evidente, devido à suposta adequação deste último aos valores cristãos. Argumentou sobre sua escolha referindo-se aos valores morais e religiosos que “seu candidato” representaria e aos perigos representados pela possível eleição de Lula:

*O que me faz escolher um candidato é que ele tem valores que se aproximam do nosso lado cristão. Então, para mim, é evidente. Eu tenho que pesquisar e buscar um pouco. Mas eu já decidi quem vou votar porque sei o que ele pode nos trazer. É a minha escolha. Quanto ao Lula, ele tem sua história. Mas os valores que ele representa hoje não são necessariamente os meus. E depois, ele se afastou um pouco da Igreja, eu ouvi dizer que ele disse algumas coisas [...] Não sei, mas ele não é necessariamente um candidato que eu... Eu estou do lado desse candidato porque eu sei que ele pode trazer coisas boas para nós (Pastor Manuel, 25 de agosto de 2022).*

16

Dessa forma, a escolha política do pastor não expressa tanto um desejo de apoiar Jair Bolsonaro quanto uma obrigação moral de votar contra o candidato que, em sua opinião, promove políticas que autorizam práticas desviantes contrárias à moral cristã, nesse caso a descriminalização das drogas e do aborto. Em vez de defender o projeto político do candidato que apoia, ele desqualifica o PT. Conforme demonstrado por Araújo (2022), essa rejeição ao PT (conhecida como antipetismo) é compartilhada por muitos pastores brasileiros e se baseia principalmente em uma crítica à agenda moral e à corrupção do PT. A corrupção política, vista como um mal absoluto, não deve ser combatida por medidas institucionais, mas pela moralidade e pelas ações cotidianas dos “cidadãos do bem” (Almeida, 2019). Eu acrescentaria que o ódio ao PT, que é encontrado em metáforas religiosas – Lula sendo associado à figura do demônio – oferece aos pastores a oportunidade de não ter que apoiar explicitamente Jair Bolsonaro, evitando assim que eles tenham que tomar uma posição pública, ao mesmo tempo em que espalham a mensagem implícita seguinte: “tudo menos o PT”. A representação de Lula veiculada nos comentários do pastor, que reproduz *fakes news* disseminadas nas redes sociais, é justificada (pelo pastor) pelos efeitos que sua eleição teria em seu cotidiano e, especialmente, naqueles que ele considera vulneráveis: viciados, mulheres e

meninas. Ao mobilizar essas figuras, legitima sua posição política, guiada pelo altruísmo (em favor do próximo) e afirma uma postura paternal: ele fica do lado dos defensores da moral cristã e das pessoas mais fracas. Se o pastor reitera sua responsabilidade de levantar questões políticas, é também porque ele está ciente do lugar central que ocupa na vida cotidiana dos fiéis e da autoridade moral e espiritual que exerce sobre eles.

Vários autores (Michelat e Simon, 1977; Déloye, 2007; Algranti, 2007) mostraram que as igrejas católicas e evangélicas difundem imagens e mensagens que implicitamente veiculam certos valores ligados a correntes políticas ou econômicas. Alguns pesquisadores, por exemplo, têm demonstrado em outros contextos latino-americanos que as igrejas evangélicas participam da legitimação do modelo econômico neoliberal (Feria e García, 2021). No entanto, ao contrário da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cuja ética está mais centrada na acumulação de capital através da teologia da prosperidade, o esforço individual e o trabalho, são mais valorizados pelas autoridades religiosas das igrejas pentecostais (Spyer, 2020), como a igreja Pão e Amor. Nesse sentido, a ética religiosa do trabalho promovida nesta igreja se assemelha mais àquela das igrejas do protestantismo histórico (Weber, 2017). Durante os cultos, os pastores dão a palavra aos fiéis que testemunham sua transformação individual e a experiência da transição de um estado repreensível (vícios, violência, roubo) para uma atitude piedosa e mais ou menos exemplar. A partir desses testemunhos, os pastores defendem o esforço individual. Durante um culto, o pastor Manuel critica a preguiça e incentiva os fiéis a “*não depender do Estado*” e a perseverar na busca por emprego. Em outro, ele exorta a não contestar a autoridade do patrão, mas a se submeter a ela. Como observado por Algranti (2007) sobre as mega-igrejas argentinas, “os esquemas de percepção da ética evangélica se orientam para uma aceitação da ordem social, com suas hierarquias e desigualdades”. Assim, os sermões não convidam

a uma transformação coletiva das estruturas que regem as desigualdades sociais, nem questionam o acesso ao trabalho ou a precariedade do emprego, mas sugerem, ao contrário, a necessidade de os fiéis realizarem uma transformação individual em suas práticas e comportamentos sociais. Além disso, discursos sobre moralidade e decência, na maneira de se comportar, agir ou se expressar verbalmente, são recorrentes. A apresentação pessoal, mais rigorosa para as mulheres, é então concebida como chave para o sucesso nos campos do trabalho ou na construção de relações sociais e familiares.

Esses discursos, delineiam diretrizes para os fiéis e os incentivam a adotar uma atitude piedosa e a aderir a uma visão de mundo dicotômica, dividida entre o bem e o mal. Como em outras igrejas (Deloye, 2007), a hierarquia religiosa articula a moralidade religiosa com visões de mundo políticas implícitas das quais tenta facilitar a aquisição por meio de figuras de oposição simplificadas: “bem ou mal”, “justo ou injusto”, “salvação ou danação”. Os discursos sobre a guerra espiritual também incentivam os crentes a estarem atentos às manifestações do mal na terra, que às vezes se sobrepõem, em alguns sermões proferidos pelo pastor, especialmente perto das eleições, a certas características negativas associadas ao PT: roubo, corrupção, preguiça. Se essas mensagens podem contribuir para moldar as opiniões políticas, oferecendo uma leitura simplificada da realidade social e política, elas não estão, pelo menos a princípio, associadas a um candidato em vez de outro.

No entanto, se o pastor não expressa claramente suas preferências políticas durante o culto, essas transparecem em algumas ocasiões. Durante uma refeição de convívio, organizada no pátio da igreja, três homens da igreja e o pastor Manuel discutiam a necessidade dos fiéis se unirem em torno da candidatura de Jair Bolsonaro. Notei que as conversas políticas ficavam limitadas ao círculo masculino, e as mulheres raramente falavam sobre esse assunto na presença dos homens. Um sentimento de incompetência ou desinteresse

político, bem como a construção social da expressão política como competência masculina (Alvarez e Parini, 2005), explicam em parte essa distância. Os debates políticos televisivos também são discutidos após o culto. Em 29 de outubro de 2022, por exemplo, quatro homens e uma mulher, Gabi, com quem me dou bem, reuniram-se para falar sobre política e me incluíram na conversa. Eles criticaram o tratamento dado a Bolsonaro pela Globo, zombando dos oponentes de Bolsonaro “Ciro, alcoólatra, bebedor de cachaça”, “Lula, ex-presidiário, bandido”, expressaram dúvidas sobre o funcionamento das urnas eletrônicas e anunciaram o caos em caso de vitória de Lula no primeiro turno. Além das conversas nos bastidores da igreja e das conversas informais, durante os cultos, outros sinais de adesão ao candidato Bolsonaro se tornaram mais visíveis à medida que as eleições se aproximavam. Uma semana antes do primeiro turno, a bandeira do Brasil foi colocada no centro da igreja, no altar, ligando de forma simbólica a espiritualidade ao nacionalismo. Em seguida, em um desses sermões, uma das diaconisas da igreja pediu a Deus para evitar que Satanás se sentasse na cadeira presidencial, alusão pouco disfarçada ao candidato Lula. Por fim, dois dias antes do primeiro turno, o pastor decidiu alertar os fiéis sobre as eleições. Ele não mencionou os nomes dos candidatos, mas usou os números que os identificam nas urnas eletrônicas: 22 para Bolsonaro e 13 para Lula.

19

*Vocês sabem que não falo de política no altar. Em nome de Jesus, pensem bem em quem vão votar amanhã. Eu repito 22 vezes, precisamos apertar 22 e conferir. Por quê, meus irmãos? É necessário lembrar: crente de verdade vota 22. Quantos discípulos Jesus tinha? 13! Então, meus irmãos, olhem bem para mim, todos vamos votar 22, em nome do Senhor Jesus. Quem vai votar 13 aqui levante a mão? Ninguém? Ok, de qualquer jeito, aquele que votar 13 vai vir aqui e vai ser disciplinado (Pastor Manuel, 30 de setembro de 2022).*

Essas declarações são feitas durante o culto da palavra, uma aula de estudo bíblico sobre um tema específico (como a família ou o amor). Se o pastor faz essas instruções de voto nesse momento, é porque esse culto é considerado menos solene e mais livre, mais parecido com um ensinamento. Além disso, o próprio formato do culto, que consiste em fornecer conselhos práticos aos fiéis para viverem de acordo com as normas religiosas e com base em versículos da Bíblia, acaba autorizando mais facilmente uma intervenção sob a forma de recomendações. Por fim, os fiéis que participam desses cultos são moradores do bairro envolvido nas obras da igreja e não visitantes a serem fidelizados, que estariam frequentando a igreja pela primeira vez. Assim, acompanhado de pessoas bem conhecidas cujas sensibilidades políticas são em parte conhecidas, ele minimiza o risco de criar uma situação embaraçosa. A formulação indireta e cômica, que arranca risos da audiência, também permite suavizar a seriedade de suas declarações e cobre um registro paternalista, marcado pelo afeto, mas também por um lembrete da autoridade que exerce “eu vou discipliná-lo”. Enquanto grande parte da plateia se alegra com seu discurso e aplaude suas palavras, observo que o pastor Diogo, sua esposa e Ana Paula, baixam a cabeça e se mostram cautelosos. Embora estejam acostumados a conversar no final de cada cerimônia, eles saem imediatamente após o culto. Mais tarde, o pastor Diogo expressará o constrangimento que sentiu durante essa intervenção do pastor-presidente.

## **Redes sociais e igreja como espaços de conflito político**

### *O Grupo Whatsapp como espaço de expressão política*

Assim como outras igrejas evangélicas (Mochel, 2023), a Igreja Pão e Amor utiliza intensamente o grupo Whatsapp da igreja. Com cerca de trinta fiéis, esse grupo é usado para compartilhar informações sobre a agenda da igreja,



mas também pode servir como meio de difundir opiniões políticas conservadoras – como é o caso de muitos grupos Whatsapp ligados a igrejas (Rodrigues, 2019) – ou de vigiar os fiéis. Assim, em junho, quando uma juíza de Santa Catarina proibiu o aborto de uma criança de 11 anos vítima de estupro, uma das fiéis manifestou sua indignação no Facebook. A resposta do pastor foi imediata e coletiva: ele enviou uma mensagem aos fiéis perguntando se um cristão pode apoiar o aborto? As respostas, todas negativas, reforçaram a autoridade do pastor e humilharam a dissidente sem identificá-la. Assim, a rede social é usada tanto para controlar a expressão política dos fiéis quanto para reprimir práticas e discursos considerados desviantes, mesmo que se insiram em um contexto privado.

O sucesso do pastor em sua abordagem política durante o culto da palavra o levou a reiterar sua orientação de voto por meio desse recurso. Assim, no dia do primeiro turno da eleição, em 29 de outubro, ele enviou para o grupo do Whatsapp da igreja uma selfie com seu título eleitoral, sob o qual estava escrito “22”. Sua mensagem desencadeou uma cascata de respostas entusiasmadas, combinando memes e imagens de Bolsonaro representado como salvador da nação, ou com imagens de Lula na cadeia. Ana Paula, obreira da igreja e fiel com quem convivo, decidiu enviar uma mensagem para mostrar sua desaprovação à introdução de assuntos políticos no grupo. Diante das múltiplas respostas desordenadas, marcadas por solicitude ou por zombaria, o pastor Diogo enviou um áudio em tom solene, expressando sua reprovação à politização das questões religiosas:

*Olá, pessoal, a Paz do senhor Jesus. Eu estou algum tempo aqui querendo falar com vocês. Eu vi algumas movimentações de vocês no grupo, algumas movimentações do nosso pastor também na igreja, de algumas pessoas nas igrejas também se pronunciando. Eu decidi falar aqui um pouco a respeito de uma situação. Eu, quando*

*criança, existia no Brasil dois partidos, ARENA e o MDB, então as pessoas na rua, eu era criança em 64 mesmo quando teve aquele movimento, aquele movimento que os militares ocuparam o governo né, nos éramos questionados na rua para saber, eu como criança né, perguntavam 'em quem que o seu pai vai votar?', se dissesse tal, que era no MDB, provavelmente a casa seria visitada, e o pai seria detido então havia uma polarização com esses dois partidos. Não havia liberdade para você expressar o que você gostaria de votar, o que você gostaria de fazer. Essa liberdade ela foi dada com a democracia, a democracia. Então hoje eu estou vendo novamente a polarização de 64, não dão o direito de a pessoa discordar daquilo que ele acha que é certo. Agora, nós somos um país democrático, eu voto em quem eu quiser [...]. Eu ouvi tantas coisas, numa das reuniões de pastores que eu participei levantou-se um pastor e falou 'crente vote em crente', eu disse 'pastor, crente vota em crente competente pastor', porque dirigir uma nação não é dirigir uma igreja, não é dirigir uma congregação, não é dirigir um ponto de pregação. Dirigir uma nação, tem que ser se é crente, um crente com consciência que ele vai dirigir uma nação de católicos, de budistas, de adventistas, espíritas, candomblecistas, umbandistas. A nação, ele vai dirigir uma nação, não é uma igreja. Igreja é para pastor. [...]. Quem quer votar em A, vote em A e glória Deus, quem quer votar em B, vote em B e glória Deus. [...] Respeita o outro que não votou e se ganhar ou perder nós vamos continuar sendo mais que vencedores porque a nossa bandeira é cristo. Nosso alvo é cristo, e ele pode governar qualquer nação, independente de quem esteja sentado na cadeira presidencial. [...] Desculpa esta pregação pela manhã mas eu precisava falar com vocês, ta bom? Que deus os abençoe em nome de Jesus (Pastor Diogo, 29 de outubro de 2022).*

Em seu discurso, o pastor mobiliza sua experiência e sua idade avançada para oferecer palavras consideradas sábias ou ponderadas. Ele não se pronuncia a favor de outro candidato, mas promove valores de respeito e tolerância em um contexto local marcado pela polarização política e uma

crescente hostilidade em relação às religiões de matriz afro-brasileira. A combinação de um registro secular e religioso, sem tomar claramente partido por um candidato, bem como sua postura solene como homem idoso, que adota certa distância em relação aos debates políticos, o expõe menos a julgamentos negativos ou a uma repreensão por parte do pastor-presidente. A reação deste último é quase imediata: ele responde com dois vídeos: o primeiro representa um jovem “satanista” que reivindica sua filiação ao PT e realiza um ritual para expressar seu apoio a Lula. O segundo, filmado à noite de dentro de um carro, mostra vários grupos de indivíduos vestidos de branco, reunidos ao redor de velas acesas e praticando rituais do candomblé. Em ambos os casos, sem entrar em um conflito aberto com o pastor Diogo, o pastor-presidente alerta sobre a necessidade de se manifestar diante da ameaça que o PT representaria, sendo associado a satanistas e a cultos do candomblé, considerados como demoníacos.

23

Após essa intervenção, o pastor-presidente, Manuel, bloqueou o acesso à conversa do WhatsApp. Ana Paula decidiu sair do grupo durante o tempo da campanha eleitoral. A esposa do pastor pediu para encontrá-la e a questionou sobre os motivos de sua saída, incentivando-a a voltar o mais rápido possível para a rede social. O pastor prefere que sua esposa converse com Ana Paula em vez de intervir diretamente. Sua escolha é provavelmente motivada pelo desejo de evitar qualquer confronto, de promover o vínculo afetivo entre as duas mulheres e, em última instância, de evitar a saída de uma membra ativa da igreja.

*A Expressão cerimonial das divergências políticas dentro da igreja*

Embora a igreja pareça preservada de conflitos no WhatsApp, os momentos informais e para-religiosos são marcados por uma certa crispação política. As questões religiosas, colocadas no centro do segundo turno, intrrometem-se

nas conversas entre praticantes e deterioram as sociabilidades locais. Os rumores mancham as reputações uns dos outros e o conflito às vezes se estendem para além dos muros da igreja. Às vezes, alguns fiéis se envolvem nas frequentes brigas entre o vendedor de legumes, fervoroso defensor de Bolsonaro, cuja barraca fica ao lado da igreja, e o vizinho do outro lado da rua, ardente apoiador de Lula.

As poucas pessoas que se opõem a uma crescente politização dos cultos tomam cuidado para não expressar sua discordância, mas decidem se afastar das conversas ou momentos de convívio. Após a votação do primeiro turno, eles continuam participando ativamente do culto e aproveitam para apelar à paz e à concórdia, enquanto dissimulam mensagens políticas em metáforas bíblicas, permitidas pelo registro religioso. Assim, no dia seguinte ao primeiro turno, Ana Paula, que organiza o culto de consagração toda segunda-feira, dirige-se aos 15 fiéis presentes diante dela. Ajoelhada, com uma voz que gradualmente ganha força e um tom exaltado, ela pronuncia a seguinte oração:

24

*Mas desperta o teu povo, meu pai, vai falando meu pai, desperta a tua igreja espiritualmente, ouça nos nesta terra, que nós possamos compreender o teu querer. A própria igreja se preparar. Desperta, aqueles que estão dormindo. [...] Que cada um de nós possa compreender que nosso socorro não vem da política, não vem de dinheiro, não vem do material, o nosso socorro vem da igreja. Que nós possamos olhar para ti senhor, o teu sacrifício, o teu sangue derramado. Tira, meu pai, tira o mau, tira, ó meu pai, vai trabalhando o pensamento, os corações. Vai jogando por terra o bezerro de ouro, trabalha em nome da tua igreja, manifesta o teu poder, a tua glória. Vai trabalhando pelo Brasil, vai abatendo, meu pai, a mentira, vai abatendo a corrupção, vai jogando por terra a mentira e o engano, vai trazendo toda a verdade, vai jogando por terra o ódio, a divisão da família, a divisão dos amigos, a divisão da igreja, vai queimando meu povo. Vai*

*despertando a igreja, meu pai, vai despertando a igreja. Abraça cada visitante. Vai comover este país, meu país, entra na tua paz, meu Deus, vai jogando por terra este espírito de guerra, vai jogando por terra estes demônios que se levantaram neste país, vai queimando, vai queimando o ódio, vai queimando. Entra no coração do povo, entra no coração da humanidade, coloca amor sobre o Brasil, joga por terra este demônio de guerra que se levantou sobre nosso país (Ana Paula, 5 de outubro de 2022).*

Essa oração está repleta de referências ao contexto político do momento e à deterioração das relações sociais causada pela campanha eleitoral. Poucos dias antes, Ana Paula havia divulgado no WhatsApp sua rejeição à interferência política nos assuntos da igreja. Em sua pregação, ela usa três argumentos principais, baseados em metáforas: a cegueira, a idolatria e o inferno. A metáfora do sono “*desperta os que estão dormindo*” se refere à desobediência dos fiéis, que, segundo ela, estão mais preocupados com a política e a economia do que com sua salvação. A segunda, a do bezerro de ouro, refere-se a um famoso episódio da Bíblia sobre idolatria. Assim, o apoio fervoroso ao candidato Bolsonaro é comparado à adoração de um ídolo, que levará a perdição dos crentes. Em seguida, a fiel usa uma metáfora que associa a situação atual do Brasil ao inferno bíblico: “*Destruam os demônios que se levantaram sobre este país, queimem [...], destruam o demônio da guerra e do ódio que se abateu sobre o Brasil*”. Finalmente, ao longo de seu discurso, o campo lexical da hipocrisia é usado para descrever o governo como “mentiroso”, “corrupto” e “enganador”.

Denunciar de forma analógica e tácita a situação política desde o altar, adotando um tom solene e exaltado e uma postura de oração, confere ao discurso político de Ana Paula uma legitimidade, e ao dotá-lo de um registro sagrado, permite-lhe escapar das acusações de politização do culto. Os fiéis, longe de se ofenderem, respeitam a ordem cerimonial do culto e fingem não compreender os subentendidos

políticos: participam na oração, fecham os olhos, levantam as mãos ao céu e entoam “*Glória a Deus*”. A intervenção da Ana Paula reflete sua posição social dentro da igreja: ao contrário dos pastores, homens que podem abertamente falar de política, ela eufemiza o conteúdo político e não se autoriza a expressar a sua opinião política. De acordo com as análises de Mahmoud e Butler (Mahmood, 2009; Butler, 2012), eu postulo que a agentividade da fiel não pode ser analisada através do prisma da resistência ou do desejo de autoafirmação, mas que continua a obedecer a normas, aqui a normas sociais e religiosas, e a uma estrutura de autoridade.

### *Etnografia dos cultos no dia dos resultados e no dia seguinte*

26 No Brasil, a realização de cultos durante os dias das eleições (ao contrário de países como a Argentina, onde os cultos são proibidos nessas datas) proporcionou a oportunidade de observar as reações dos fiéis ao anúncio dos resultados. Assim, na igreja Pão e Amor, o culto da família de domingo ocorreu ao mesmo tempo que o anúncio dos resultados do segundo turno da eleição. A tensão era palpável antes de entrarmos na igreja, e alguns homens reunidos no pátio se alegravam da vantagem temporária de Jair Bolsonaro e previam sua vitória. Enquanto alguns fiéis entoavam os primeiros cânticos, um missionário da igreja de 52 anos se aproximou de mim para expressar sua opinião sobre o segundo turno. Pensava que o primeiro turno havia sido uma fraude e considerava que uma intervenção militar seria necessária e obrigatória em caso de vitória de Lula. Os cânticos se intensificaram, encerraram a conversa e nos convidaram a nos sentar. Apenas dois fiéis vestiam a camisa do Brasil, mostrando apoio a Bolsonaro. Muitos fiéis, de olho em seus celulares, se viam distraídos pela corrida presidencial. Quando o resultado foi anunciado, largaram os telefones e intensificaram suas orações. O pastor-presidente se dirige aos crentes: “*Igreja, me deixa falar: Senhor está no controle*

*de sua vida, o Senhor está no controle de sua família, o Senhor está no controle desta tempestade, mesmo que você pense ‘o Senhor perdeu o controle’, mas é você que perdeu o controle! O Senhor não perdeu o controle. O Senhor nunca perderá o controle de sua vida’.* Suas palavras ganham força e são ritmadas pela bateria. Assim, a situação política, comparada a uma “tempestade”, não é abordada diretamente e é rapidamente evacuada, com o pastor incentivando os fiéis a se voltarem para Deus.

No dia seguinte, o pastor Manuel e Ana Paula, ausentes no dia anterior para evitar discussões políticas, participam do culto de consagração. O pastor Diogo é um dos únicos homens presentes nesse culto reunindo principalmente mulheres. O pastor-presidente estava ausente pois estava oficiando numa mega igreja da Barra da Tijuca. No final do culto, as poucas mulheres presentes aproveitaram a ausência dos homens e do pastor-presidente para tomarem a palavra e expressarem sua opinião política.

27

**Diana:** *Gente o Lula não vai ficar no poder, ele vai morrer.*

**Gabi** - *O que esta dizendo? Jesus, misericórdia.*

**Diana:** *Eu lembro que um amigo missionário falou isso e mandou para mim que alguém la de dentro falou que ia morrer. Ele sabe que ele vai morrer, entendeu?*

**Gabi:** *Ele vai morrer algum dia sim, como todos, mas não da para falar isso.*

**Diana:** *Em nome de Jesus que ele né ? se morrer.*

**Laura:** *O Bolsonaro não é convertido, mas talvez é melhor não falar porque tem gente a favor do Bolsonaro e do Lula*

**Diana:** *Para mim o Lula é o demônio.*

**Laura:** *Para mim, nenhum dos dois me representa só que um para mim, Lula é corrupto, mas o Bolsonaro também é vacilão, não é crente, mas ele se diz a favor da igreja*

**Diogo:** *Vamos orar para que siga o caminho que foi dado para o novo presidente, que prossiga no caminho. Vai dar certo, em nome de Jesus.*

**Laura:** *Agora se me chamar, eu vou para rua eu não aceito o Lula no poder*

**Diana:** *Eu também vou para rua.*

**Diogo:** *A gente tem que se ajoelhar para orar, é a melhor coisa que nós podemos fazer*

**Diana:** *Vai ter rebelião, Deus já falou comigo e vai ter rebelião. Deus esta no controle.*

**Gabi:** *O nosso sentimento, o nosso achar faz a gente falar besteira e fugir da palavra. A gente fala demais e tem que parar de falar besteira. Eu falei isso para minha filha: 'Não quero', 'não gosto', 'não aceito', cala boca, porque o cara que vai te dar a salvação esta la em cima.*

**Ana Paula:** *Exatamente*

**Diana:** *Olha o Lula não vai governar, a bancada é maioria! Ele não vai governar.*

**Ana Paula** - *A gente não teria que mexer religião com política.*

**Diogo** - *Olha como é sério o que acontece quando a gente mexe política com religião. Em vez de ter um momento de confraternização e de paz, nos já começamos a defender pontos de vista, começamos a alterar a voz. Igreja, cada um faz a sua parte, só tem que orar. Se a igreja intervir nestes assuntos políticos, acabou.*

**Diana** - *A gente está conversando.*

**Ana Paula** - *Não, você está maldiçoando, não esta conversando.*

Os comentários feitos por certos membros da igreja no dia da eleição, especialmente sobre a necessidade de intervenção militar – que é defendida principalmente pelos homens da igreja e menos pelas mulheres, como pode ser visto nos trechos mencionados acima – parecem ilustrar uma



ruptura na adesão de uma parte dos evangélicos à ordem estabelecida. Embora, como em outros contextos, os evangélicos já tenham se oposto publicamente a projetos de lei (aborto, por exemplo), eles nunca saíram na rua para desafiar um processo eleitoral conduzido democraticamente. Assim – e isso merece análises mais aprofundadas – as eleições brasileiras parecem marcar um ponto de inflexão, uma vez que a relação com a religião, longe de incentivar os fiéis conservadores a permanecerem na esfera religiosa e orarem, parece estar incentivando-os a expressar publicamente seu descontentamento (“Deus falou comigo, vai ter rebelião”). No entanto, como observamos ao longo deste artigo, a expressão política no local de culto permanece controlada pelas normas religiosas, por medo dos efeitos sociais e econômicos desta expressão e pela rejeição, por uma minoria de fiéis, da interferência política nos assuntos religiosos.

## **Considerações finais**

29

Esta pesquisa demonstrou que os pastores ajustam a formulação de questões políticas à situação econômica e numérica da igreja, marcada pela necessidade de aumentar o número de fiéis, por um lado; e pela sensibilidade dos fiéis e da equipe pastoral, por outro. No caso estudado, as orientações de voto são realizadas durante os cultos mais restritos, direcionados aos fiéis mais comprometidos. Dessa forma, o pastor-presidente evita dar orientações de voto durante os cultos maiores para manter a ordem cerimonial e favorecer o retorno dos visitantes à igreja.

Os dados etnográficos permitem compreender as reações dos fiéis às orientações políticas dadas durante os cultos, frequentemente ausentes nos numerosos vídeos que registram as tomadas de posição política dos pastores. Assim, conforme a posição ocupada pelo fiel na hierarquia da igreja e nas relações de gênero, os indivíduos que se opõem à politização do culto conseguem expressar sua opinião tanto fora quanto

dentro do local de culto, por meio de sermões que vinculam suas preferências políticas. Portanto, apesar de contribuírem a longo prazo para a socialização dos fiéis nos ideais conservadores, as igrejas pentecostais, mais participativas e menos elitistas do que as católicas (Semán, 2021), também podem representar, em certa medida, espaços onde os fiéis podem expressar divergências políticas. É certo que essas expressões de resistência à politização dos cultos são limitadas e seguem obedecendo às normas sociais e religiosas, além de uma estrutura de autoridade. Por fim, é importante ressaltar que este estudo foi desenvolvido durante um período marcado por fortes tensões políticas, e que as posições públicas dos pastores e dos fiéis não são firmes e definitivas. Três meses após a eleição de Lula, o pastor pediu desculpas por ter sentido e expressado ódio contra ele. Os conflitos experimentados em várias igrejas do país durante a campanha eleitoral, como na Pão e Amor, certamente contribuirão para uma reconfiguração da expressão política dentro dos locais de culto.

30

### **Margaux De Barros**

Doutora em ciência política da Université libre de Bruxelles e do Instituto de Estudos sociais e Políticos (IESP-UERJ). Pesquisadora do Centre d'Étude de la Vie Politique (CEVIPOL), Université libre de Bruxelles.

### **Bibliografia**

- ALGRANTI, Joaquín. (2007). La política en los márgenes: estudio sobre los espacios de participación social en el neo-pentecostalismo. *Caminhos*, v. 5, n. 2, pp. 361-380. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/419>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- ALMEIDA, Ronaldo de. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, pp. 185-213.
- ALVAREZ, Elvita, PARINI, Lorena. (2005). Engagement politique et genre : la part du sexe »: *Nouvelles Questions Féministes*, v. 24, n. 3, pp. 106-121.

- ARAÚJO, Victor. (2022). Pentecostalismo e antipetismo nas eleições presidenciais brasileiras. *Latin American Research Review*, v. 57, n. 3, pp. 517-535.
- BARROS JÚNIOR, Paulo Sérgio Ferreira. (2022). Deus acima de todos: Bolsonaro, evangélicos e o voto nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil. *Último Andar*, v. 25, n. 39, e55941. DOI: <https://doi.org/10.23925/ua.v25i39.55941>
- BOAS, Taylor C. (2020). The Electoral Representation of Evangelicals in Latin America. In: BOAS, Taylor C. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- BOHN, Simone R. (2004). Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, v. 10, n. 2, pp. 288-338.
- BURITY, Joanildo. (2020). El pueblo evangélico. Construcción hegemónica, disputas minoritarias y reaccion conservadora. *Encartes*, v. 3, n. 6, pp. 1-35. DOI: <https://doi.org/10.29340/en.v3n6.158>
- BURITY, Joanildo. (2021). The Brazilian Conservative Wave, the Bolsonaro Administration, and Religious Actors. *Brazilian Political Science Review*, v. 15, n. 3, e0005. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100030005>
- BUTLER, Judith. (2012). *Trouble dans le genre (Gender trouble): le féminisme et la subversion de l'identité*. Paris: La Découverte.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. (2020). Um poder evangélico no Estado brasileiro? mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, v. 12, n. 25, pp. 82-104.
- CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de; ORO, Ari Pedro. (2018). Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. *Debates do NER*, v. 2, n. 32, pp. 15-68. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.80062>
- CUNHA, Magali do Nascimento. (2016). Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 11, pp. 147-166.
- DÉLOYE, Yves. (2007). Pour une sociologie historique de la compétence à opiner "politiquement". Quelques hypothèses de travail à partir de l'histoire électorale française. *Revue française de science politique*, v. 57, n. 6, pp. 775-98.
- DIP, Andrea. (2018). *Em nome de quem? a bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ELIASOPH, Nina. (2010). *L'évitement du politique. Comment les Américains produisent l'apathie dans la vie quotidienne ?* Paris: Economica.

- FANCELLO, Sandra. (2008). Travailler sans affinité : l'ethnologue chez les convertis. *Journal des anthropologues*, n. 114-115, pp. 65-90.
- FERIA, Yirlean Ramos; GARCÍA, Ada Celsa Cabrera. (2021). Neopentecostales y nuevas derechas: un vínculo para la conservación del neoliberalismo en América Latina. Bajo el volcán. *Revista del Posgrado de Sociología*, v. 1, n. 3, pp. 109-134.
- FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça; FUKS, Mario. (2021). O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 34, e238866.
- FILLIEULE, Olivier. (2001). Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. Post scriptum. *Revue française de science politique*, v. 51, n. 1-2, p. 201.
- GAXIE, Daniel. (2005). Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political Science Review*, v. 11, n. 1, pp. 157-88.
- GOFFMAN, Erving. (1982). *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books.
- GOFFMAN, Erving. (1996). *La présentation de soi. La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris: Éditions de Minuit.
- HAMIDI, Camille. (2006). Éléments pour une approche interactionniste de la politisation : Engagement associatif et rapport au politique dans des associations locales issues de l'immigration. *Revue française de science politique*, v. 56, n. 1, pp. 5-25.
- LACERDA, Fábio. (2017). *Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI: 10.11606/T.8.2017.tde-02062017-103551
- LICHTERMAN, Paul. (2005). *Elusive Togetherness: Church Groups Trying to Bridge America's Divisions*. Princeton: Princeton University Press.
- MAHMOOD, Saba. (2009). *Politique de la piété: le féminisme à l'épreuve du renouveau islamique*. Textes à l'appui. Paris: Éditions la Découverte.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2019). Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 16, n. 2, pp. 46-58. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p46>Estudos
- MICHELAT, Guy; SIMON, Michel. (1977). *Classe, religion & comportement politique*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- MOCHÉL, Lorena. (2023). Ministérios no WhatsApp: gênero, sensorialidades e transformações ético-políticas no cotidiano

- de mulheres evangélicas. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 39, e22301.
- PRANDI, Reginaldo; SANTOS Renan William dos. (2017). Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, v. 29, pp. 187-214.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. (2018). Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, v. 24, n. 3, pp. 486-522.
- RODRIGUES, Nelson Lellis Ramos. (2019). Evangélicos e a sociedade em rede. As eleições de 2018 e o impacto das redes sociais no Brasil. *REFLEXUS - Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões*, v. 13, n. 21, pp. 165-83.
- SEMÁN, Pablo. (2021). *Vivir la fe: entre el Catolicismo y el Pentecostalismo, la religiosidad de los sectores populares en la Argentina*. Sociología y política. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- SPYER, Juliano. (2020). *Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam*. Rio de Janeiro: Geração.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Livia. (2023). Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. *Debates do NER*, pp. 11-66. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.130730>
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. (2016). *A mulher universal: corpo, gênero e pedagogia da prosperidade*. Tramas de ideias. Rio de Janeiro: Mar de Ideias. v. 2.
- VALLE, Vinicius do. (2019). *Entre a religião e o lulismo: um estudo com pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Recriar.
- WEBER Max. (2017). *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. 4. ed. Paris: Flammarion.

## ENTRE A FÉ E A EXPRESSÃO POLÍTICA. ETNOGRAFIA DAS INTERAÇÕES ENTRE PASTORES E FIÉIS EVANGÉLICOS DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2022 NO RIO DE JANEIRO

MARGAUX DE BARROS

**Resumo:** Este artigo examina as interações entre pastores e evangélicos durante a campanha eleitoral de 2022 na periferia do Rio de Janeiro. Por meio de entrevistas e observações etnográficas, mostra-se como o pastor de uma pequena igreja evangélica de bairro introduz questões políticas nos cultos e tenta moldar as preferências eleitorais da congregação. Observa-se que o discurso político é limitado e regulado por preocupações econômicas e normas cerimoniais. Em seguida, examina-se como os fiéis e a equipe pastoral reagem à crescente politização dos sermões e tentam transmitir suas próprias representações políticas. Por fim, analisa-se como o apoio dado ao candidato Jair Bolsonaro gera conflito e dissensão entre a congregação, levando alguns deles a se distanciarem e a se retirarem temporariamente do culto.

**Palavras-chave:** Evangélicos; Eleições Presidenciais de 2022; Rio de Janeiro; Etnografia.

### *BETWEEN FAITH AND POLITICAL EXPRESSION. ETHNOGRAPHY OF THE INTERACTIONS BETWEEN PASTORS AND EVANGELICAL FAITHFUL DURING THE 2022 ELECTIONS IN RIO DE JANEIRO*

**Abstract:** *This article explores the interactions between pastors and evangelicals during the 2022 election campaign on the outskirts of Rio de Janeiro. Through interviews and ethnographic observations, I show how the pastor of a small neighbourhood evangelical church introduces political issues into services and tries to shape the electoral preferences of the congregation. I observe that political discourse is limited and regulated by economic concerns and ceremonial norms. I then examine how the faithful and the pastoral team react to the increasing politicisation of sermons and try to convey their own political representations. Finally, I analyse how the support given to*

*candidate Jair Bolsonaro generates conflict and dissension among the congregation, leading some of them to distance themselves and temporarily withdraw from attending worship.*

**Keywords:** *Evangelicals; 2022 Presidential Elections; Rio de Janeiro; Ethnography.*

**Recebido:** 22/04/2024

**Aprovado:** 05/06/2024



# **DESENVOLVER PARA PRESERVAR: O DESENVOLVIMENTISMO CONSERVADOR DE JUAREZ TÁVORA DURANTE A REPÚBLICA DE 1946**

Helio Cannone

*Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil*

*e-mail: helio.cannone@gmail.com*

*<https://orcid.org/0000-0002-8774-4197>*

**<http://dx.doi.org/10.1590/0102-034hc/122>**

## **Introdução**

Embora seja um autor pouco explorado nas análises do pensamento político e social brasileiro, mesmo naquelas que buscam as justificações intelectuais ou teóricas do Golpe de 1964, Juarez Távora foi um ator político e intelectual conservador de relevo na história republicana do Brasil e, mais ainda, durante a República de 1946 (Lopes, 2017). Távora entrou para a vida pública no contexto das revoltas tenentistas da década de 1920, participando de levantes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o militar foi um dos fundadores do Clube 3 de Outubro, que agremiava os apoiadores tenentistas da ascensão do então presidente. Nos anos seguintes, foi Ministro da Agricultura e participou de debates da Assembleia Constituinte da Carta de 1934. Entretanto, decidiu romper com Vargas e filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) em 1945, sendo um dos articuladores de sua deposição. No ano seguinte é promovido à general, chegando a assumir a diretoria da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1952.



Após o suicídio de Vargas, Távora foi chefe de gabinete militar no governo Café Filho e candidato à presidência pela UDN nas eleições de 1955. Nessa empreitada de tentar alcançar o poder pela via democrática eleitoral, o militar saiu derrotado pela aliança do Partido Social Democrático (PSD) com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representada pela candidatura de Juscelino Kubitschek. Os textos de Juarez Távora analisados neste artigo se inserem nesse contexto político em que Távora se propunha não só como um político, mas como um intelectual. Para justificar sua visão de como deveria se processar o desenvolvimento brasileiro, ele publicou obras nos quais tentou dotar de sentido os acontecimentos em curso durante sua época, disputando a direção política do Brasil não só por meio da ação, como também a partir das ideias, produzindo uma interpretação conservadora da política e da sociedade brasileira. Boa parte desses textos provém de palestras e discursos de Távora durante sua campanha presidencial ou enquanto deputado federal, cadeira que ocupou a partir de 1962. Podemos, então, a partir desse material em análise, problematizar a separação estanque entre teóricos e atores políticos nos estudos do pensamento político brasileiro, uma separação frequentemente adotada nas investigações dessa subárea (Brandão, 2010; Lynch, 2016). Sem questionar essa divisão analítica em si — que pode ser pertinente para outros objetos.

Existem estudos recentes sobre a figura de Juarez Távora que enfatizam sua trajetória política a partir do tenentismo e como membro do exército, período em que se projetou politicamente (Lopes, 2017). Távora é com frequência situado pela bibliografia nesse lugar, ou seja, enquanto militar e formulador da doutrina de segurança nacional (Oliveira, 2010). Apesar de reconhecermos os méritos desses trabalhos e dessa abordagem sobre sua obra e atuação política, consideramos que a bibliografia não aborda de maneira suficiente as afinidades de suas ideias

e projetos com o pensamento conservador. Visamos, portanto, contribuir com a literatura já existente sobre Juarez Távora, enquadrando-o como um ator político e intelectual que, além de militar, era um conservador que durante a República de 1946 disputava a política nacional e o papel das Forças Armadas a partir de conceitos e de uma visão de mundo conectada com essa ideologia política. Logo, advogamos que seu entendimento sobre o lugar do Brasil enquanto nação, o projeto de desenvolvimento por ele defendido e a maneira como ele pensava o papel do Estado são mais bem entendidos quando Juarez Távora é analisado como um ator político e intelectual conservador.

Tentaremos, portanto, sustentar nas páginas seguintes a interpretação da obra de Juarez Távora como expressão de um pensamento conservador desenvolvimentista que se insere no contexto das disputas intelectuais e políticas da República de 1946. Como aporte teórico, mobilizaremos a abordagem de Michael Freeden (2006) sobre as ideologias políticas modernas. A partir de análise da morfologia conceitual que a compõe, Freeden entende o conservadorismo como ideologia que tem no seu núcleo o conceito de ordem, assim como as ideias a ele associadas. Também seriam padrões historicamente verificados no conservadorismo a valorização de uma tradição e cultura e o medo de ameaças a esses valores. Os conservadores partiriam de uma concepção de progresso que visaria manter as características da realidade social e que, por terem sido transmitidas pela história, seriam vistas como positivas. Dentro do mesmo argumento, eles advogariam pela manutenção de tradições de comportamento e de religião, assim como pela relação harmoniosa entre grupos ou classes sociais. Segundo Freeden (2006), os conservadores também tendem a naturalizar as construções sociais e culturais como elementos imutáveis ou que, ao serem mudados seriam descaracterizados, podendo levar à desestruturação da sociedade em questão.

Hierarquias sociais são igualmente tidas como ponto constituinte da natureza humana, entendidas como fundamentais para manter o equilíbrio entre pessoas, grupos e classes.

Partimos neste texto de uma discordância de perspectivas de análise do pensamento conservador que o concebem como avessos à modernização (Vianna, 1997) ou de que a ideologia teria uma concepção necessariamente decadentista do processo histórico (Brandão, 2010). Ao nosso ver, tal juízo não pode ser tomado como regra, além de não explicar como os autores, que foram atores políticos do Golpe de 1964, se articularam por um projeto nacional-desenvolvimentista; que, ao mesmo tempo, era conservador. Ao nosso ver, a obra de Juarez Távora é elucidativa de uma relação possível entre pensamento conservador e certa noção desenvolvimentista de progresso. Devemos, portanto, demarcar a diferença entre o pensamento político conservador e o pensamento reacionário.

4 Igualmente marcamos divergências com análises estritamente econômicas do conceito de desenvolvimento (Bielschowsky, 2004; Fonseca, 2015) que, por sua abordagem, ignoram a dimensão política e sociológica, que é a que acompanhamos (Cepêda, 2004). Esses primeiros autores enfatizam o desenvolvimentismo como expressão de um projeto econômico coerente e tecnicamente viável, vinculado à capacidade de planejamento do Estado e de seus recursos. Nesse empreendimento, acabam por desconsiderar, enquanto desenvolvimentistas, atores e autores que foram cruciais durante a ditadura militar brasileira, período em que esse tipo de política econômica teve destaque (Araújo, Lima, 2020). Olhando em retrospecto, podemos considerar os escritos de Juarez Távora durante a República de 1946 como representante desse tipo de projeto político-econômico, que seria implementado nos anos seguintes. O próprio Távora não foi bem-sucedido em tentar implementar seu projeto por via eleitoral, o que o fez reiterar uma visão

da política partidária como facciosa e desligada do interesse nacional. Ao olhar para o governo de João Goulart, o intelectual conservador enxergava o mesmo grupo do qual se tornou oposição com o fim do Estado Novo, e que derrotou Távora na campanha presidencial de 1955.

Para desenvolvermos nosso argumento, este artigo será dividido em três seções. Na primeira, analisaremos o conceito de desenvolvimento de Juarez Távora e como ele pode ser interpretado enquanto um desenvolvimentismo nacionalista e conservador. Em seguida, nos ocuparemos de como Távora entendia o papel de Estado e de que maneira isso se articula com sua crítica ao sistema democrático representativo. Por fim, nos debruçaremos sobre os temas da segurança nacional e da cooperação externa, a partir dos quais o autor relaciona o entendimento do Brasil como um país ocidental e cristão, com a necessidade de aliança com outros países dentro desse mesmo caldo cultural, tal qual os Estados Unidos da América (EUA), contra a ameaça externa comunista.

5

## **Desenvolvimentismo e nacionalismo conservador**

Segundo Andrew Vincent (2002, 2013), o nacionalismo ganhou no século XX uma diversidade inexistente em épocas anteriores. Para Vincent, enquanto conjunto de ideias, o nacionalismo teria se tornado vago e passado a depender de outras ideologias para poder apresentar soluções políticas concretas (Vincent, 2013). Nem por isso, Vincent deixa de apresentar algumas de duas características regulares no tempo. Os nacionalistas entenderiam os homens a partir de seu pertencimento a grupos, os quais têm sua própria história e tradição e/ou cultura, expressa por meio da Nação. Para os filiados a essa corrente de pensamento, as pessoas só encontrariam uma existência com significado a partir da identidade nacional. Do mesmo modo, valores como liberdade, igualdade direitos e autonomia só fariam sentido quando pensado dentro de um enquadramento nacional.

Já quando ancorado em uma ideologia conservadora, o nacionalismo tenderia a pressupor naturalmente hierarquias e a formação de elites. Uma vez que o conservadorismo enfatiza a ordem e a autoridade, seus adeptos não acreditam que indivíduos possam governar a si mesmos, o que geraria uma desconfiança da democracia como modelo político. Além disso, o nacionalismo conservador apelaria de uma maneira específica para a ideia de soberania, ligada à integridade do território.

Andrew Vincent se preocupa em esboçar as características do nacionalismo em geral, portanto, precisamos inserir as ponderações devidas ao contexto brasileiro. No período da República de 1946, o nacionalismo por vezes se associava com a ideia de desenvolvimento, que era o “centro do debate intelectual do período” (Cepêda, 1998, p. 16). Tratando das diferenças entre os governos tidos como desenvolvimentistas na República de 1946, César Guimarães considera que ela teria sido uma “democracia limitada ou relativa” (Guimarães, 2001, p. 155), sucedida de uma ditadura, o Estado Novo. A saída de Vargas teria se caracterizado por um apelo crescente aos trabalhadores (que culminou na formação do PTB) e a um “nacionalismo econômico defensivo” (2001, p. 156) de tipo muito diferente da experiência fascista europeia. Já no governo de Eurico Gaspar Dutra, a situação havia mudado. O então presidente pôs na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil (PCB) e perseguiu diversos sindicatos. Em uma conjuntura de aproximação com a política externa americana, o nacionalismo de esquerda era lido como comunismo. César Guimarães também destaca a importância do contexto da Guerra Fria e do seu ator principal na América Latina – os EUA – na condução da política nacional. Desde 1947, a potência do Norte adotara doutrina de contenção à União Soviética, apoiando países (ou grupos dentro deles) que quisessem “resistir”. Posteriormente, com Eisenhower, os EUA teriam passado a

enxergar qualquer política externa moderadamente nacionalista como comunista.

Ao mesmo tempo, Guimarães sinaliza que, dado o otimismo com as políticas econômicas de industrialização feitas com planejamento econômico estatal desde os anos 1930, o termo desenvolvimento deixou de ser apenas uma palavra que denominava genericamente adiantamento, evolução ou progresso, e se transformou numa palavra-chave da política, tendo sua polissemia disputada pelos mais diversos grupos. O conceito teria entrado para o vocabulário político e econômico, produzindo um novo horizonte de expectativas<sup>1</sup>. Nas palavras do autor:

O pós-guerra, contudo, não é apenas a Guerra Fria. Nele se explicita um conjunto de ideias-força, que anima a política de velhos e novos Estados. Assim, o termo ‘desenvolvimento’ penetra no vocabulário econômico, político e jornalístico e empolga estadistas, de particular nas novas nações.

O crescimento econômico acelerado seria a chave da redução das desigualdades intra e internacionais. É verdade que os caminhos para o desenvolvimento são diversos, há fórmulas opostas – capitalismo, socialismo –, mas uma segunda ideia-força, a de planejamento, plano programa, parece amenizar – parece... – as diferenças. Às intervenções estatais dos anos 30 e da guerra em todos os países, ao sucesso do que veio a ser conhecido como keynesianismo vem somar-se o prestígio da economia planejada da vitoriosa União Soviética – um experimento antes tido por inviável (Guimarães, 2001, p. 157).

Utilizando metodologia de definição conceitual baseada nas características comuns encontradas tanto na produção intelectual quanto nas políticas econômicas tidas como

---

<sup>1</sup> A referência ao célebre termo de Reinhart Koselleck (2006) é nossa e não de César Guimarães. Entretanto, acreditamos que o conceito se encaixa na análise feita por ele.

desenvolvimentistas, Pedro Fonseca (2015) chega a uma tipologia do termo baseada em três características necessárias. A primeira delas é definida por ele como existência de um projeto nacional, descrito como: “um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro” (2015, p. 7). As outras duas seriam: a intervenção estatal consciente e deliberada — planejamento — e a compreensão de que a industrialização seria o caminho mais adequado para superar o atraso econômico, político e social tal como percebido pelos teóricos e atores políticos. Para o autor são igualmente pressupostos fundamentais a intencionalidade na defesa desses três pontos e que ela seja feita dentro dos marcos de uma economia capitalista. Partindo dessa definição de desenvolvimentismo, podemos compreender que o sentido dessas políticas era disputado por atores políticos com filiações ideológicas diversas, desde a proposta socialdemocrata de Celso Furtado, até a “liberal-desenvolvimentista” (Chaloub, 2015, p. 152), de Roberto Campos, e as propostas nacionalistas conservadores como as de Golbery do Couto e Silva e Juarez Távara.

8

Juarez Távara se insere no debate político e intelectual sobre o conceito de desenvolvimento de um ponto de vista nacionalista e conservador, expressa por algumas das instituições militares dos quais ele fez parte, como a Escola Superior de Guerra, em que ele foi diretor entre 1952 e 1954, e o Clube Militar, o qual ele ocupou a cadeira de vice-presidente em 1954. Na leitura comparada das obras de Juarez Távara com a de outros militares conservadores (Silva, 1957, 1981; Castello Branco, 1968), percebe-se que há elementos em comum, como a defesa do interesse nacional, o entendimento da luta ideológica como uma espécie de guerra e a defesa da centralização administrativa no executivo como forma de solução para o desenvolvimento. Porém, é preciso matizar que o Exército não era uma instituição monolítica durante a República de 1946. Segundo

Cláudio Bezerra de Vasconcellos (2018), a homogeneização ideológica das Forças Armadas é um fenômeno da própria Ditadura Militar, que perseguiu quadros internos tidos como subversivos. Isso explicaria por que comunistas como Nelson Werneck Sodré faziam parte do exército. Portanto, o esforço que pretendemos fazer neste artigo não é o de interpretar a obra de Juarez Távora simplesmente como um militar, mas como um conservador que disputava o exército e o sentido do desenvolvimento nacional a partir deste enquadramento ideológico. Afinal, é isso que o reúne com outros militares atuantes pelo Golpe de 1964, não simplesmente o fato de ser militar.

Esse enquadramento nacionalista e conservador de Juarez Távora sobre o desenvolvimento nacional faz-se sentir em ao menos duas de suas obras. A primeira foi *Produção para o Brasil* (Távora, 1956), que reúne textos escritos entre 1937 e 1955<sup>2</sup>, cujos originais eram conferências dadas em clubes e associações, assim como discursos de comícios durante a sua campanha presidencial de 1955. O segundo foi *Uma política de desenvolvimento para o Brasil* (Távora, 1962), que é igualmente uma coletânea, composta de conferências dadas entre 1959 e 1961, o que demonstra a existência de uma expectativa de convencer a esfera pública de suas ideias, tendo em vista suas intenções de ser presidente da República. Em suas obras, Távora anuncia que pretendia reunir dados para uma análise objetiva das potencialidades naturais e da realidade brasileira que apoiassem a formulação de uma política de desenvolvimento, assim como o melhor método de realizá-la. Sintetizando as intenções do autor, — que ficam mais claras em seu segundo livro — Juarez Távora afirma querer fazer uma política objetiva de desenvolvimento para o Brasil, o qual ele se via como capaz de realizar.

9

---

<sup>2</sup> Apenas a introdução da coleção foi escrita a partir de texto de 1937, os demais capítulos têm datam de 1949 em diante.



De fato, a ideia não é originalmente dele, estando no título *de Problemas de política objetiva*, publicado por Francisco José de Oliveira Vianna em 1930. Intencionalmente ou não, a escolha de vocabulário de Juarez Távora auxilia em sua filiação à tradição nacionalista do pensamento político brasileiro (Santos, 2017; Lynch, 2013) de que ambos fazem parte. As semelhanças não se encerram aí: os dois consideram função do Estado produzir modernização por meio de uma ação centralizadora, mas que, ao mesmo tempo, preservasse a cultura. Apoiados por Freedon (2006) e por Vicent (2002; 2013) somos capazes de afirmar que, além de nacionalistas, ambos eram da vertente conservadora dessa corrente.

10 Já se faziam presentes na obra de Oliveira Vianna outras ideias que serão recepcionadas por Juarez Távora, tal qual a visão dos partidos brasileiros como ideal distorcido que representa o interesse de indivíduos e de grupos facciosos e não de um segmento social, classe ou ideia. A partir disso, ambos são contrários ao grau de poder e de liberdade dado ao Poder Legislativo no Brasil. Para resolver isso, eles compartilham um mesmo “remédio” institucional, expresso nos conselhos técnicos, que funcionariam como órgãos supremo moderadores de todos os poderes. Nos termos de Oliveira Vianna, uma democracia tutelada seria mais democrática do que a democracia parlamentar da Primeira República. Já para Juarez Távora, uma centralização por meio de órgãos técnicos tiraria o poder dos partidos políticos da República de 1946, tidos como facciosos e desligados dos objetivos e interesses da nação.

Outra característica comum à obra de Juarez Távora é o que nós chamamos aqui de nacionalismo ontológico. Távora fundamenta o seu nacionalismo em uma ideia do que a nação objetivamente é e, partindo dessa ontologia, derivam a normatividade sobre como deve ocorrer o desenvolvimento. O Brasil é posto como um país cristão e com riquezas naturais abundantes, cuja nação é a expressão

cultural e o Estado sua respectiva faceta política. Tal qual é comum ao pensamento político brasileiro (Lynch, 2016, Maia, 2023), Juarez Távora conecta a ideia de objetividade do nacionalismo conservador à sua visão de pertencimento de uma periferia atrasada que precisaria se modernizar. Após definir seu conceito de desenvolvimento como

[...] o grau de progresso social, medido em bem comum e em bem-estar individual, de pujança econômico-financeira, em termos de disponibilidade efetiva de bens materiais de toda a ordem e capacidade de consumi-las e exportá-las; e de aperfeiçoamento político-administrativo, expresso em termos de garantias de liberdade, de ordem e de justiça (Távora, 1962, pp. XI-XII).

O autor complementa que desenvolvimento é mais complexo do que “o simples progresso econômico” (Távora, 1962, p. XII) e que a maneira de o medir seria pelo Poder Nacional<sup>3</sup>, que seria a expressão de recursos diversos (econômicos, culturais e sociais) de que uma nação poderia dispor para alcançar seus “objetivos nacionais” (Távora, 1962, p. XII). Ou seja, para Távora, a nação é ao mesmo tempo o critério de como as coisas são e do que elas devem ser, por meio da realização do desenvolvimento nos moldes por ele almejados. Esse realismo conservador é, portanto, distinto daqueles liberais ou socialistas que eventualmente apelaram para essa ideia. Se em autores como Caio Prado Jr ([1966] 2014), ou Roberto Campos (1963), um suposto

11

---

<sup>3</sup> O uso do termo “Poder Nacional” é comum à maioria dos intelectuais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) no período. A ESG era, de fato, um *think tank* militar e conservador a partir do qual Juarez Távora pensava sua visão da política brasileira. Neste artigo, almejamos enfatizar o conteúdo propriamente conservador da obra de Távora e, por isso, sua conexão com o pensamento militar é menos enfatizada, porque já lido na chave de um pensamento conservador, nacionalista e desenvolvimentista. Para uma análise das categorias mobilizadas pelas ESG conferir: Lentz (2019).

entendimento objetivo da realidade é um pressuposto fundamental para modificá-la dentro de um horizonte político ainda não existente — fosse ele o socialismo ou a economia de mercado —, para os conservadores ela é o próprio critério com o qual esse horizonte deve se confundir. No decorrer tanto de *Uma política de desenvolvimento para o Brasil* (Távora, 1962), quanto de *Produção para o Brasil* (Távora, 1955), Juarez Távora pesa as características geográficas, sociais, políticas e culturais do Brasil que constituiriam as potencialidades nacionais com a ideia de que elas não seriam aproveitadas. É como se a nação estivesse ali, mas ainda por fazer, ou como se fosse espécie de diamante bruto a ser lapidado para aumentar seu valor pela retirada das impurezas e camadas excessivas que esconderiam sua verdadeira natureza e preciosidade. Em termos aristotélicos, Távora se preocupava menos com o Brasil em ato e mais com o Brasil potência<sup>4</sup> (Aristóteles, 2001). A maneira de reparar este desarranjo entre a realidade como ela está e a realidade como ela pode ser era superando a condição de atraso com um projeto de desenvolvimento que levasse em conta a realidade nacional pelo que ela é e, compreendida por Távora como sinônimo do que ela pode e deve ser. Em *Produção para o Brasil* (Távora, 1956), o autor sintetiza este juízo em uma frase: “Apesar de Deus nos haver propiciado recursos para que sejamos um povo rico e poderoso, ainda somos efetivamente pobres e fracos” (1956, p. 62)

Nesse livro, a ênfase objetivista, lida em chave conservadora, também é aplicada para falar do cenário mundial. Em tom crítico aos rumos que o capitalismo estaria tomando em seu tempo, Távora afirma que haveria certa inversão de valores. Ele considerava que existiria uma maneira orgânica de funcionamento da economia, dada pela natureza, cuja

---

<sup>4</sup> Não nos parece despropositado que a ideia de “Brasil potência” ganhou especial força justamente durante a Ditadura Militar. Cf. Del Vecchio (2004).

economia moderna estaria invertendo. O desarranjo estaria no fato de, em vez do comércio e das finanças cumprirem seu papel de instrumentos da atividade econômica, funcionarem contra “[...] a ordem natural dos fatores econômicos” (1956, p. 19).

Em sua visão conservadora que preza pela ideia de ordem e harmonia social, a economia se faria pela cooperação entre capital e trabalho, na transformação da natureza, pelo bem-estar mútuo. Isso ocorreria por dois eixos, a produção e o consumo, cuja razão de ser era o segundo fator. Mais uma vez, é possível estabelecer um paralelo entre Távora e outro pensador clássico do conservadorismo brasileiro. O tipo de desconforto do autor com o capitalismo é similar ao de Oliveira Viana em *Direito do trabalho e democracia social* (Vianna, 1948), ou seja, de que esse sistema não se orientaria por essa ordem natural, nem pela moral cristã de dignidade da pessoa humana. Em vez disso, reduziria o homem à mera mão de obra, cujo princípio liberal da oferta e da demanda só funcionaria para agravar a injustiça social a fim de enriquecer grupos monopolistas. Enquanto isso, o comunismo surgiria como uma alternativa nefasta que buscaria acabar com a propriedade privada e substituir o chefe particular pelo Estado. A solução igualmente conservadora advogada por Távora era a de uma “hierarquização orgânica” que disciplinasse o capitalismo (Távora, 1956, p.14), lhe fornecendo uma “solução humana e cristã” (1956, p. 16)

Em *Produção para o Brasil* (1956), Távora pretendia enfatizar o problema que dá título ao livro porque considerava a produção o maior gargalo para o desenvolvimento nacional. Ao listar as “Causas de nossa debilidade econômica” (1956, p. 40) ele enfatiza outras questões, muitas que se repetem no livro seguinte, tais quais problemas de infraestrutura e de circulação de mercadorias, ausência de maquinário e formação de pessoal técnico. No entanto, Távora aponta que todos os problemas de fundo teriam a ver com

a incapacidade nacional de produzir de modo a atender à própria demanda – fosse ela por energia, por bens manufaturados ou mesmo alimentos. Em seu juízo, bem-estar social era função do desenvolvimento (1956, p. 73), portanto o segundo era condição necessária para o primeiro. Sendo o Brasil um país subdesenvolvido, a melhoria do padrão de vida do brasileiro médio seria urgente.

Segundo economistas que se dedicaram à análise do pensamento econômico desenvolvimentista brasileiro, ele teria como uma de suas características a crítica ao modelo agroexportador e a defesa da necessidade de substituição de importações (Bielschowsky, 2004; Fonseca, 2015). No entanto, a postura não era consensual no pensamento dos atores políticos da República de 1946 que reivindicavam o conceito de desenvolvimento. Para Távora, seria um erro do presidente Juscelino Kubitschek o destaque e os subsídios dados ao capital industrial, pois o intercâmbio internacional de matéria-prima e alimentos era superavitário e, por isso, deveria receber estímulos do executivo federal. Já o setor industrial teria importação onerosa e só supriria a demanda interna em alguns setores (como na produção de cimento), sendo a maioria deficitária. No raciocínio de Távora, a política agrarista já demonstrava sucesso e, por isso, mereceria os focos da atenção do poder público, o que seria o contrário com o setor secundário.

Para Távora, a polêmica de se o Brasil deve ser agrícola ou industrial seria questão superada. O Brasil só poderia aumentar seu grau de industrialização se possuísse também um mercado interno organizado, que só o setor primário seria capaz de fornecer (Távora, 1956). A falta de atenção para o setor agrícola se deveria em parte “[...] ao receio de contrariar, frontalmente, a tese comunista[...]” (1956, pp. 82-83) de que a ênfase no setor primário era causada por conspiração imperialista dos EUA para manter o Brasil como colônia. Ideia essa que ele considera absurda e julga

“[...] lamentável, entretanto, essa subserviência política de nosso governo ao comando de slogans comunistas” (1956, p. 82). Em seu juízo, isso seria inclusive perigoso, pois o descaso com a produção agrícola baixaria a qualidade de vida de setores populares, os aproximando de “doutrinadores” (Távora, 1956, p. 82), ou mesmo os forçando ao êxodo rural, o que inflava o meio urbano, que não era capaz de absorvê-los no mercado de trabalho. Por não conseguirem empregos nas cidades, a população pauperizada ficaria ainda mais refém da “catequese comunista” (1956, p. 84).

### **O papel modernizador do Estado e a crítica ao sistema democrático representativo**

Tal como apontamos na introdução deste artigo, acompanhamos a distinção presente na análise de Michael Freedon (2006) para argumentar que o pensamento de Juarez Távora era conservador, mas não reacionário. Isso porque, diferentemente da primeira modalidade de pensamento político, a segunda é avessa ao progresso e almeja um retorno ao estado de coisas de um período eleito como ideal. Exemplo de reacionarismo seria a postura de pensadores tais quais Louis de Bonald e Joseph de Maistre frente a mudanças ocorridas na França pós-revolucionária. Para eles, o Antigo Regime teria um conjunto de relação entre as hierarquias sociais e a soberania real que, além de serem melhores, deveriam ser perenes e, portanto, restauradas (Cassimiro, 2020). Embora o pensamento político e social brasileiro possa apresentar figuras que se encaixem nesse estilo de pensamento,<sup>5</sup> a própria autoimagem do país como periférico, malformado e atrasado faz com o que os intelectuais conservadores coloquem para si o desafio da

15

---

<sup>5</sup> Naquele contexto histórico, alguns exemplos de intelectuais que podem ser interpretados como tendo um pensamento político reacionário são: Gustavo Corção, Gustavo Barroso, Octávio de Faria e Plínio Salgado.

modernização e do progresso, tornando o seu conservadorismo difícil (Ricupero, 2010).

16 É nessa chave conservadora, mas não reacionária, que se faz o pensamento sobre a ação do Estado para o desenvolvimento de Juarez Távora. Ele parte de uma visão deveras ampliada da ação do Poder Executivo, assim como dá protagonismo para as elites políticas como gestoras do processo de desenvolvimento. Conforme já apresentamos aqui ao tratar das similaridades de Távora com Oliveira Vianna, aquele considerava que um regime democrático representativo baseado em eleições encontrava percalços no Brasil, pois o sufrágio seria corrompido por fraudes e por recursos de manipulação que afastam os eleitores de suas verdadeiras preferências. Para Távora, o povo seria elemento manipulado e/ ou ignorante, cujo voto não conseguiria ser expressão de sua vontade. Tentando desenvolver uma retórica compreensiva com a suposta inércia dos setores populares, o autor responsabiliza as elites pela democracia não conseguir se desenvolver em território nacional. A classe política fraudaria e manipularia o processo enquanto “[...] o povo-massa, que apenas se submete a essas manobras, por medo, por necessidade, ou por ignorância” (Távora, 1962, p. 55) seria uma vítima. Em seus termos, o regime representativo democrático seria mais teórico do que prático, pois não haveria lisura nas eleições, tampouco capacidade verdadeira de escolha. Nesse escrito de 1962, talvez Juarez Távora estivesse expressando sua própria frustração com o sistema eleitoral brasileiro. Tendo sido candidato à presidência em 1955 pela UDN, ele perdeu por uma diferença de apenas 466.949 mil votos<sup>6</sup> e não aceitou bem a derrota, tendo participado de campanhas para questionar o resultado, o acusando de

---

<sup>6</sup> Os resultados do pleito eleitoral podem ser conferidos no site do Tribunal Superior eleitoral. Cf.: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNmM5NjM0NWUtODlmYS00MzZkLTkyNjctYWI4ZGE1MzZiYmQ2IiwidCI6ImFiNmZyZzLWVhMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBjZDhhY2RmMSJ9>.

ter sido fraudado e manipulado (Lopes, 2017). A solução quase foi o impedimento de Juscelino Kubitscheck assumir a cadeira, não fosse a atuação de militares legalistas para garantir a posse do candidato do PSD (Ferreira, 2011). A saída encontrada por Távora não foi sua retirada da vida pública, mas outra campanha, dessa vez para Deputado Federal pela Guanabara, na qual o livro em questão se inscreve.

Entretanto, seu juízo negativo sobre as elites não escusava o Poder Legislativo, o qual ele almejava compor. Távora é igualmente crítico do Congresso, que em vez de deliberar sobre o essencial para o bem comum, visaria construir leis que atendessem aos seus interesses facciosos ou pessoais. A solução, portanto, também não estaria em uma concepção de democracia deliberativa. Juarez Távora acaba por advogar por uma concepção de realização do interesse popular que a esvazia do conteúdo democrático, seja qual for a chave em que ele for compreendido. Em vez da discussão entre as partes para formar consenso por meio de representantes (Urbinati, 2006), eleições (Schumpeter, 1961) ou participação direta dos cidadãos (Finley 1988,), Távora entende que a melhor solução para o problema em questão seria “[...] um corpo de consultores capaz de, em ligação com os órgãos especializados do Executivo, orientar as Comissões legislativas sobre a normação de assuntos técnicos [...]” (1962, p. 56). Mantendo a tradição do autoritarismo instrumental herdada do despotismo esclarecido português (Santos, 2017), Távora defende que o Executivo deveria interferir diretamente no Legislativo, a fim de gerar progresso social e econômico. Para ele, o povo é tido como massa incapaz de tomar as decisões contra aquilo que lhe afeta. Já seus representantes seriam corruptos ligados a interesses privados e não nacionais. Seu corpo de técnicos, porém, seria escolhido como uma elite nacional que se coloca acima das paixões e encaminha o progresso no sentido vinculado ao interesse que por ser nacional é coletivo.



Seguindo essa linha argumentativa, Távora mais uma vez se aproxima de interpretação produzida por Oliveira Viana, quando afirma que a presença de um espírito de clã (Vianna, [1921] 1952) seria a razão de sermos um país atrasado — ou, em seus termos, subdesenvolvido — cujas elites são incapazes de fazer política pública pensando no interesse geral da nação:

Tanto quanto o Legislativo, é o nosso Executivo levado – sobretudo pela grande soma de arbítrio de que dispõe – a encaminhar ao Congresso anteprojetos de lei pouco adequados à realização do bem comum, dentro dos limitados recursos de que dispomos; ou a executar leis votadas pelo Congresso, dentro de um acanhado espírito de grei partidária, ou de clã familiar-que são um lugar-comum de todas as nações politicamente subdesenvolvidas (Távora, 1962, p. 56).

18 Apesar de defender uma centralização administrativa que controlasse as decisões políticas, Távora não é adepto de um funcionalismo inflado, nem de um regime econômico baseado em protagonismo do setor público. O problema principal levantado por ele é que, por culpa do sistema político, não seria possível fazer política de forma racional e impessoal. Uma das expressões disso seria a criação excessiva de cargos, frequentemente desnecessários, e sem controle de seu funcionamento, nem na etapa de admissão, nem na de promoção. Tal fato produziria “[...] uma das portas abertas ao eleitoralismo [...]” (Távora, 1962, p. 57) e geraria uma máquina pública corrupta e ineficiente tanto em sua ação quanto na distribuição de pessoal e de cargos.

O discurso sobre instituições políticas feito pelo autor junta características do liberalismo econômico (Rosanvallon, 2002) — pela ênfase no empreendimento individual e no entendimento da iniciativa privada como mais eficiente — com a submissão da política à técnica, que aparece na

própria definição de “política objetiva”. Nessa ideia, a política deveria ser pensada impessoalmente e racionalmente por uma elite técnica e especializada e, em etapa seguinte, aplicada pelos órgãos criados especialmente para isso. A coordenação vinda de cima deveria atuar a partir de um “[...] *órgão de natureza federativa especial* capaz de harmonizar, de um lado, dentro de cada esfera político-administrativa, a ação dos poderes Legislativo e Executivo, e de outro lado, ordenar, coordenar e até certo ponto controlar” (Távora, 1962, p. 62, grifo do autor) sua ação, que deveria, inclusive, delegar para a iniciativa privada atividades que não teriam razão de ser efetuadas pelo poder público. O projeto de reforma institucional de Távora confere um papel muito pequeno para as demais instituições no processo de elaboração das políticas públicas. O órgão de natureza especial por ele advogado parece uma espécie de híbrido entre Poder Moderador e certa recepção do despotismo esclarecido em novos arranjos institucionais de sociedade do pós-guerra, cujo fim é o desenvolvimento em marcos vistos como impossíveis dentro de um regime aberto.

19

### **Cooperação internacional com os EUA e segurança nacional como problemas econômicos, políticos e culturais**

É elemento comum aos militares que aderiram ao Golpe de 1964 a ideia de que o comunismo representaria um inimigo a ser enfrentado tanto no plano externo quanto interno. Nos anos da ditadura, os militares realizaram esse combate por meio do uso da doutrina de segurança nacional, tema já estudado pela ciência política e pela historiografia (Reznik, 2000; Fico, 2001, Oliveira, 2010). Como buscamos, na seção anterior, esclarecer por que o pensamento de Távora é conservador sem ser reacionário, tentaremos explorar aqui de que forma ele articula a dimensão da luta contra o comunismo dentro do seu nacionalismo conservador e do seu projeto de desenvolvimento. Nessa associação

discursiva não só aspectos econômicos, mas também culturais — a partir de uma visão conservadora — são levados em conta. Partindo dessa visão de mundo (Mannheim, 1981) Távora tem uma compreensão objetivista da nação, definida por um conceito estático de cultura. Assim, ele ajuíza que o Brasil é um país ocidental e cristão e, por isso, com maiores afinidades com os EUA. Paralelamente, qualquer doutrina que negasse esses princípios seria necessariamente uma ameaça a tradições que caracterizariam o Brasil — tal qual ele entende que o comunismo soviético queria fazer.

Também quando trata dos temas que compõem o potencial nacional, Juarez Távora não exclui fatores educacionais e culturais como importantes. Partindo de um conceito conservador de cultura (Freeden, 2006), para o autor, ela é um dado a ser tratado e operacionalizado politicamente para o desenvolvimento. As lideranças teriam um papel fundamental de consolidar no seu povo a confiança em um projeto nacional em direção a um futuro melhor:

20

Decorrem esses fatores do caráter do povo e de circunstâncias internas, geralmente condicionadas à ação do governo, que lhe despertem confiança em si mesmo e uma visão otimista das perspectivas que se lhe abrirão sobre o futuro. Essa confiança e esse otimismo condicionam o que se chama ‘moral nacional’ (Távora, 1962, p. 25).

Conseqüentemente, a interpretação do Brasil feita por Távora se insere também na chave da ideologia conservadora analisada por Mannheim (1981) e Freeden (2006). Távora afirma que o Brasil é “[...] um povo moral e psicologicamente unido” (1962, p. 27), e que isso seria produto de sua cultura, expressa por uma unidade linguística de religião, e de uma suposta ausência de preconceitos de raça e de casta, que segundo ele seriam características que deveriam ser preservadas. Assim como é observável desde

os clássicos dessa ideologia, o recurso à história aparece nos vários eventos que são mobilizados como exemplos da permanência desse espírito nacional e da identificação do povo com suas elites. Távora cita a continuidade de tais elementos desde a colônia, passando pela independência, pela abdicação do Imperador, pela abolição da escravidão, Proclamação da República e “a implantação e extirpação da Ditadura ‘Estadonovista’” (Távora, 1962, p. 27), à qual, como membro da UDN, não se mostrava simpático naquela conjuntura, embora tenha sido próximo do varguismo nos anos 1930.

No entanto, em seu tempo, essa moral nacional estaria ameaçada pela “[...] falta de ação estimulante (e, mesmo, preservadora) do governo, de um lado, e, de outro lado, o relaxamento moral de parte considerável de nossa elite, e a campanha sistemática de desmoralização das instituições democráticas por agentes totalitários [...]”. (Távora, 1962, p. 28). Ou seja, tanto a ação corrompida das elites da República de 1946 quanto a infiltração de ideologias totalitárias (que naquele contexto dificilmente poderia se referir a outra que não o comunismo) ameaçavam o sentimento de pertencimento do brasileiro à sua nação. Nesse plano, a solução seria a “[...] ação estimulante do governo” (Távora, 1962, p. 29), que deveria combater a infiltração dessas ideias com “[...] propaganda dissolvente dos agentes totalitários” (1962, p. 29). Távora propõe também que seja estabelecido o ensino da educação moral e cívica<sup>7</sup> nas escolas, de modo a garantir a reprodução do sentimento de pertencimento nacional no povo.

Já no plano externo, caberia o controle da questão a dois corpos de funcionários públicos, os da diplomacia e os das Forças Armadas — que deveriam agir caso a primeira viesse a falhar. Távora tem nessa questão posição diferente

---

<sup>7</sup> Essa disciplina foi de fato inserida nos currículos escolares a partir do Decreto-Lei 869/1969 de 12 de setembro de 1969.

da que aplica ao plano doméstico. Tendo em vista os movimentos de descolonização que estavam ocorrendo na África e na Ásia (Kaysel, 2018), ele defende o apoio a esses países e a postura de neutralidade na Guerra Fria, tendo como critério de decisão o interesse nacional:

Tem-nos faltado, entretanto, nestes últimos anos, um comando objetivo e firme de nossas atividades diplomáticas, visando, coerente e persistentemente, à conquista e à salvaguarda de objetivos nacionais essenciais—sem perplexidades diante das disputas ideológicas que dividem o Oriente e o Ocidente; e prestando decidido apoio aos irredentismos nacionais que sacodem os povos da Ásia e da África, longamente subjugados pelo colonialismo ocidental” (Távora, 1962, p. 58).

22

Embora na política internacional Távora advogue por uma postura aparentemente neutra na guerra fria, isso não ocorre de modo equidistante entre as duas potências. Para Távora, afinidades culturais, falta de poupança e capacidade de investimento fariam com que fosse desejável a aliança econômica com os EUA em grau muito maior do que com o bloco soviético. Em outro livro, ele chega a se dedicar longamente à questão. Durante a campanha “o Petróleo é nosso”, Juarez Távora destacou-se como figura incisivamente contrária ao monopólio estatal de sua exploração (Cohn, 2017). Em 1954, ele publicou *Petróleo para o Brasil* (Távora, 1955), no qual reunia textos seus sobre a questão, escritos desde 1947. A tônica do texto é que ao não permitir exploração estrangeira do recurso, o Brasil atrasaria o seu processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que perdia um parceiro político e econômico estratégico para o país.

Mantendo o seu pressuposto metodológico de buscar uma análise objetiva da política, Távora afirma que desse ponto de vista se perceberia que o Estado brasileiro não

teria pessoal técnico, nem capacidade de, em pouco tempo, resolver a questão da exploração e refino do petróleo. Para ele, compreender que a exploração da *commodity* não poderia ser feita apenas pelo setor público não entrava em conflito com o seu nacionalismo. Ao contrário, em *Petróleo para o Brasil*, ele se ocupa de vincular ambos os setores.

A obra se inicia com referência a Alberto Torres, que Juarez Távora julga “o mais objetivo dos nossos pensadores políticos” (Távora, 1955, p. 11). A partir desse autor, ele afirma que os povos sul-americanos teriam sido assaltados e saqueados pelo colonialismo ao longo de toda sua história econômica. Na Primeira República, “[...] a ganância dos proprietários de solo” (1955, p. 14) teria tornado a indústria brasileira insignificante<sup>8</sup>. Durante aquele regime, entregou-se ao dono de terras a propriedade conexas do subsolo e de suas riquezas, cedendo-as para esse espírito egoísta (1955, p. 18). Em crítica ao federalismo e à sua conseqüente descentralização das políticas públicas, Távora afirma que a legislação estadual sobre a matéria era confusa e não havia regulamentação nacional da questão, deixando os estados livres para gerir a questão de forma desorganizada. Tal qual apontamos na seção anterior deste artigo, para Távora, a centralização em volta de um governo executivo guiado pelo interesse nacional e conduzido por elites capazes de construí-lo era o modelo mais eficiente de resolver a questão do Brasil.

A Revolução de 1930 é posta pelo autor como uma “[...] reação contra esse deplorável estado de coisas” (Távora, 1955, p. 19) da Primeira República. Ela centralizou a legislação sobre a questão e tomou medidas de proteção para as riquezas nacionais. Com a Constituição de 1937, criou-se o

---

<sup>8</sup> Esse discurso de valorização da indústria é incoerente com seu agrarismo presente em *Uma política de desenvolvimento para o Brasil*, publicado em 1962 e escrito entre 1959 e 1961. Isso se explica pelo fato de o texto original que compõe o primeiro capítulo de *Petróleo para o Brasil* ter sido escrito em 1947. Imaginamos que a vivência política dos anos seguintes o fez mudar de posição.

Conselho Nacional do Petróleo, pelo Decreto-Lei n. 395 de 1938. O problema que se derivou daí em diante se deu pela “[...] intransigência nacionalista, e a tendência à socialização compulsória” (Távora, 1955, p. 19), cujo maior exemplo era o estabelecimento das jazidas de petróleo do Recôncavo Baiano como reserva nacional, estabelecida pelo Decreto-Lei 3701 de 1939. Para ele, o problema não estava na centralização autoritária das decisões, mas pelo fato de que o interesse nacional não fora construído por elites portadoras de um entendimento técnico da questão.

A Legislação da Constituição de 1946 teria mantido o mesmo conjunto de regras que fora estabelecido com o Código de Minas de 1934, com a diferença que dava prioridade ao proprietário do solo na exploração do subsolo. Tratando-se especificamente da questão do petróleo, seria necessário esboçar uma “solução objetiva” para o problema que harmonizasse o interesse nacional com os recursos que só o capital privado poderia fornecer. Reivindicando um viés pragmático, Távora entendia que o fundamental era garantir os objetivos nacionais para levar a cabo o processo de desenvolvimento nacional. O primeiro deles seria o de suprir necessidade de consumo interno rapidamente e com preços que atendessem à população. Atingir essa meta seria importante sobretudo para a segurança nacional, seja para conter ameaças internas seja no caso de conflito bélico internacional.

O segundo objetivo seria o de exportar petróleo a fim de suprir a demanda de países vizinhos que fossem aliados do Brasil. Nesse ponto, Távora explicita que o principal alvo seria os EUA, além de ser um aliado importante na segurança das Américas, “[...] nossos irmãos do continente [...]” (Távora, 1955, p. 83) disporiam de capital, maquinário e pessoal técnico especializado, que o Brasil não tinha disponível a tempo de fazer sua exploração do petróleo dentro dos prazos exigidos para a necessidade de desenvolvimento nacional.

O autor lamenta que “O comércio mundial de petróleo não se faz hoje, infelizmente, à base da livre competição” (Távora, 1955, pp. 63-64). No entanto, ele separa analiticamente o interesse nacional norte-americano do interesse das empresas com sede no país, sendo antagonista das segundas, a partir da crítica à depredação econômica do Sul que ele recepcionou de Alberto Torres<sup>9</sup>. Juarez Távora chega a citar a *Standard Oil* e a *Shell* como empresas que deteriam monopólio e impediriam a livre-concorrência. Para ele, os trustes seriam predadores que pressionam a política externa e a diplomacia das grandes potências, por uma “ambição desenfreada de lucro” (Távora, 1955, p. 65).

Para solucionar esse problema, Távora advoga por uma separação entre uma postura nacionalista rígida e outra de fundo racional e frio (portanto, “realista”), da qual ele faria parte. Apesar de ser comum na bibliografia especializada tratar da posição de Juarez Távora contra o monopólio estatal do petróleo como idêntica à dos liberais do período, (Cohn, 2017; Moreira, 2011; Ferreira, 2005) a nosso ver a comparação encontra uma dificuldade: a diferença fundamental entre os motivos de Távora e os dos liberais para defender essa medida. Embora de fato Távora tivesse uma posição conciliável com a de alguns liberais — como Roberto Campos (1963) e Eugênio Gudin (1965) — sobre a questão, ela era construída por outra via e outro conjunto de preocupações. Nosso autor não era um liberal cosmopolita entusiasta do mercado como os dois autores supracitados, mas um nacionalista conservador e pragmático, que tentava operacionalizar conceitos de tática militar para a política econômica. Portanto, “[...] a acomodação dos interesses nacionais e estrangeiros” seria o “ponto crucial da questão” (Távora, 1955, p. 106).

25

---

<sup>9</sup> O livro que serve de referência para Juarez Távora quando trata de Alberto Torres é certamente *O problema nacional brasileiro*, obra publicada em 1914 e originada de artigo de seu autor no *Jornal do Commercio* nos anos anteriores. Cf. Torres (2002).



Para Juarez Távora, o Brasil teria problemas estruturais, tais como dificuldades técnicas e financeiras que o impediam de em um primeiro momento gerir unicamente pelo seu Estado-nacional a exploração do seu petróleo. O país não disporia de mapa de seu subsolo bem traçado, sofreria de doenças endêmicas em locais de potencial exploração, nem disporia de uma economia desenvolvida o suficiente para investir capital na área. O funcionalismo seria igualmente ineficiente, com baixo nível médio de produção e refém de favoritismos nas promoções, sem espírito de esforço individual, (1955, p. 76). Por conta dessas questões, a iniciativa privada brasileira seria bem mais eficiente que o setor público em sua produtividade industrial (1955, p. 77). Por esse conjunto de questões e pelo fato de que os EUA também não conseguiriam produzir sozinhos para sua demanda interna de petróleo, o Brasil precisa contar inicialmente com ajuda de capital estrangeiro.

26 Em resposta às críticas de que essa postura seria entreguista, Távora chama a rejeição de cooperação com países americanos de solução “jacobinista” (1955, p. 90), entendendo pelo termo um tipo de pensamento idealista radical que seria incapaz de pensar a realidade nacional e cujos efeitos seriam desastrosos. Caberia ao Brasil aceitar o auxílio no atendimento à demanda dos países americanos (sobretudo os EUA) com os excedentes de sua produção de petróleo não absorvidos domesticamente. Em contrapartida, os EUA teriam de disponibilizar capital, equipamentos e pessoal técnico para a exploração do petróleo. Isso deveria ser feito “sem imposições imperialistas, nem espoliações monopolistas” (1955, p. 90)

Ponto fundamental que o autor não deixa de enfatizar é que o Brasil deveria se preparar “[...] técnica e financeiramente para, na primeira oportunidade, nacionalizar a indústria petrolífera do País” (1955, p. 94). Portanto, diferente de Roberto Campos e de Eugênio Gudim, Juarez Távora não

defendia a presença de capital externo estrangeiro na exploração do petróleo nacional como permanente. Ao contrário, essa política deveria ser adotada apenas como uma estratégia para garantir que o país pudesse em médio prazo ter recursos e pessoal técnico próprio para gerir sozinho esse recurso estratégico ao desenvolvimento nacional. Por conta disso, Távora (1955) inclui a ressalva de que o capital estrangeiro deveria estar obrigado a empregar um mínimo inicial e depois 2/3 de seu pessoal com técnicos e empregados brasileiros. É dessa maneira que Juarez Távora conciliava o seu nacionalismo conservador com a defesa da exploração estrangeira de recursos naturais brasileiros.

O autor era de fato contrário ao monopólio estatal do petróleo, embora considerasse que o Estado pudesse continuar operando na questão, mantendo sua estrutura de pesquisa, extração e industrialização do petróleo. Já a iniciativa privada nacional deveria participar da empreitada e com isso ter a chance de aumentar sua capacidade de investimento e inovação (Távora, 1955). Como apresentamos anteriormente, a presença de capital internacional é vista como meio para atingir um fim, que é o desenvolvimento nacional. O enriquecimento de grandes corporações, para ele, era um mal a ser evitado. Voltando a referenciar Alberto Torres, Távora afirma que o domínio de suas riquezas é condição necessária para a nação ser livre:

27

Ao encerrar estas considerações volto a citar dois conceitos de Alberto Torres sobre a nossa desorganização econômica: ‘Uma nação pode ser livre, ainda que bárbara, sem garantias jurídicas; não pode ser livre, entretanto, sem o domínio de suas fontes de riqueza, dos seus meios de nutrição, das obras vivas de sua indústria e do seu comércio’,

Toda nossa aparente vitalidade consta de extração de produtos e de limitado esforço de exploração extensiva,

com que saqueamos a terra, enquanto o comércio, o trabalho estrangeiro e o crédito de usura drenam, em capitais, para o exterior, quase tudo o que se apura dessa brutal destruição (Távora, 1955, pp. 45-46).

## Considerações finais

A partir do trajeto de compreender a sua inserção em uma tradição nacionalista de pensamento político brasileiro e em uma ideologia conservadora, pretendemos aqui uma interpretação da obra de Juarez Távora durante a República de 1946. Buscamos sinalizar no decorrer do texto que o autor e ator político compartilhava de um enquadramento nacionalista e conservador do conceito de desenvolvimento. Nessa visão, a nação é vista como ente a ser preservado contra ameaças externas que a descaracterizariam — tal como o comunismo. Ao mesmo tempo, ela seria uma potência a ser explorada para engrandecer a sua comunidade política, por isso era necessário encaminhar uma política de desenvolvimento. Essa, por sua vez, seria melhor executada se feita por uma elite ilustrada, que entendesse o que constitui sua nação — como o fato de ser ocidental e cristã — e fosse consciente de seu papel na hierarquia social. Animados por essa visão e temendo a escalada do conflito político, Távora participou do Golpe de 1964 para instaurar uma ditadura que era guiada por uma noção forte de progresso, entendido como desenvolvimento, ao mesmo tempo que não considerava a democracia representativa como melhor maneira de realizá-la.

Analisar a obra de Juarez Távora como um ator político que se reivindicava também um lugar intelectual nos permite compreender as disputas políticas existentes na República de 1946 e no seu ocaso. A nosso ver, para além de um militar, Távora era um nacionalista conservador, cujos conceitos de nação, desenvolvimento, democracia e a sua posição sobre o papel do Estado o levam para a defesa de

um projeto autoritário e tecnocrático, que viria a se consolidar com a Ditadura Militar. Ao reivindicar uma visão supostamente objetiva sobre a política, Távora advoga pelo fechamento da discussão, que deveria ser gerida por técnicos em vez de pelo povo (percebido como inerte) ou pelos partidos (tidos como facciosos). Embora o autor não fosse um reacionário avesso ao progresso, sua concepção dos caminhos necessários para a modernização é conservadora, porque hierarquiza a sociedade, naturaliza a cultura e se esforça por tirar o conflito do cerne da política. Para além de reveladora sobre a posição de atores políticos envolvidos no golpe que em 2024 completa 60 anos, a produção intelectual de Juarez Távora ilumina um estilo de pensamento e de ação política que ainda se faz presente em setores da sociedade brasileira, compreender seus padrões é, talvez, uma forma de tentar evitá-los.

29

## Helio Cannone

Doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ, onde também fez seu mestrado, e Bacharel e Licenciado em História pela PUC-Rio. Atualmente é bolsista de Pós-doutorado júnior do CNPq e Professor substituto de Ciência política, ambos na Universidade Federal da Bahia.

## Bibliografia

- AARÃO REIS, Daniel. (2000). *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. São Paulo: Zahar.
- ARAÚJO, Victor Leonardo; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (orgs.). (2020). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações*. São Paulo: Hucitec.
- ARISTÓTELES. (2001). *Metafísica*. São Paulo: Loyola.
- ABREU, Marcelo Paiva (org.). (1990). *A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- AZEVEDO AMARAL, Antônio José. (2002). *O Estado Autoritário e A Realidade Nacional*. [S. n.]: Ebooks Brasil.

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. (2004). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BURKE, Edmund. Reflexões sobre a revolução na França. (2014). Tradução de José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro.
- CANO, Wilson. (2015). “Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954”: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 3, n. 35, p. 444-460.
- CEPÊDA, Vera Alves. (1998). *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 257 f.
- CEPÊDA, Vera Alves. (2004). *Roberto Simonsen e a formação da ideologia Industrial no Brasil – limites e impasses*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COHN, Gabriel. (2017). *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Editora da Unifesp.
- CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. (2020). *A liberdade na república dos modernos: teoria e história do liberalismo político francês (1789-1848)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- CASTELLO BRANCO, Humberto. (1968). *Marechal Castello Branco: seu pensamento militar*. Organizado por Francisco Ruas Santos. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. (2015). *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FERREIRA, Jorge. (2011). Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FERREIRA, Jorge. (2005). *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FICO, Carlos. (2001). *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheihub. (1993). *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas à crise política. 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra.
- FINLEY, Moses. (1988). *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- FREEDEN, Michael. (2006). *Ideologies and political theory*. A conceptual approach. Oxford: Clarendon Press.

- FONSECA, Pedro César Dutra. (2015). Desenvolvimento: a construção do conceito. In: IPEA. *Texto para Discussão*. Brasília, DF: IPEA.
- FURTADO, Celso. (1964). *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- GUDIN, Eugênio. (1965). *Análise de problemas brasileiros: 1958-1964*. Rio de Janeiro: Agir.
- GUIMARÃES, César Augusto Coelho. (2001). Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobrás e Brasília. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República.
- KAYSEL, André. (2018). *Entre a nação e a revolução*. São Paulo: Alameda.
- KOSELLECK, Reinhart. (2006) *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio.
- KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GUNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. (2013). *O conceito de história*. Tradução de René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica.
- LOPES, Raimundo Helio. (2017). O Vice-Rei do Norte: Juarez Távora entre inimigos e aliados. *Revista Tempo*, v. 23, n. 1, p. 140-158.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. (2016). Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 75-119.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. (2013). Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. *Revista Dados*, v. 56, n. 4, p. 727-766.
- MANNHEIM, Karl. (1981). O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução à Sociologia Rural*. São Paulo.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. (2013). Além da pós-colonialidade: a sociologia periférica e a crítica ao eurocentrismo. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 5, p. 103-70.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. (2011). Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OLIVEIRA, Nilo Dias de. (2010). Os Primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: A Escola Superior de Guerra. *História*, v. 29, n. 2, p. 135-157.
- PRADO JR, Caio. (2014). *A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

- RICUPERO, Bernardo. (2010). O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. (orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- ROSANVALLON, Pierre. (2002). *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: EDUSC.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2017). *A Imaginação Política Brasileira: cinco ensaios de história intelectual*. Organização de Christian Edward Cyril Lynch. Rio de Janeiro: Revan.
- SCHUMPETER, Joseph. (1961). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- SILVA, Golbery do Couto e. (1957). *Aspectos geopolíticos do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- SILVA, Golbery do Couto e. (1981). *Conjuntura política nacional o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- REZNIK, Luís. (2000). *Democracia e Segurança Nacional: A polícia política nos pós Segunda Guerra Mundial*. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas, Rio de Janeiro.
- SCHMITT, Carl. *Dictatorship*. (2013). Cambridge: Polity Press.
- SCHMITT, Carl. (2006). *Teologia Política*. Belo Horizonte: Del Rey.
- TÁVORA, Juarez. (1955). *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- TÁVORA, Juarez. (1956). *Produção para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- TÁVORA, Juarez. (1962). *Uma política de desenvolvimento para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- TORRES, Alberto. (2002). *O problema nacional brasileiro*.
- URBINATI, Nadia. (2006). O que torna a representação democrática? Lua Nova, n. 67, p. 191-228.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. (1952). *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VIANNA, Francisco José de Oliveia. (1930). *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. (2018). *Repressão a militares na ditadura pós-1964*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- VINCENT, Andrew. (2002). *Nationalism and particularity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VINCENT, Andrew. (2013). Nationalism. In: FREEDEN, Michael; SARGENT, Lyman Tower; STEARS, Marc. *The oxford handbook of political ideologies*. Oxford: Oxford University Press.

## DESENVOLVER PARA PRESERVAR: O DESENVOLVIMENTISMO CONSERVADOR DE JUAREZ TÁVORA DURANTE A REPÚBLICA DE 1946

HELIO CANNONE

**Resumo:** Este artigo pretende tratar da percepção do conservador Juarez Távora sobre o conceito e a formulação de projetos para o desenvolvimento do Brasil na República de 1946. A partir de Freedden (2006) podemos definir o conceito de conservadorismo operacionalizado neste trabalho como ideologia política moderna que tem em seu núcleo a defesa do primado da ordem e que parte de uma concepção de progresso que visa manter as características da realidade social que teriam sido transmitidas pela história e que são vistas como positivas. Entraremos em uma análise mais detida da obra de Távora porque ele era simultaneamente figura chave da política nacional e procurou escrever interpretações da política e da sociedade brasileira. Para nós, é a partir daí que poderemos compreender qual era a visão de mundo desse ator e como ela se articulava à sua concepção de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** desenvolvimentismo; ideologias políticas; conservadorismo; militares

### *DEVELOP TO PRESERVE: JUAREZ TÁVORA'S CONSERVATIVE DEVELOPMENTALISM DURING THE 1946 REPUBLIC*

**Abstract:** *This article aims to address the perception of the conservative Juarez Távora on the concept and formulation of projects for the development of Brazil in the Republic of 1946. From Freedden (2006) we can define the concept of conservatism that we will operationalize in this work as modern political ideology which has at its core the defense of the primacy of order and which is based on a conception of progress that aims to maintain the characteristics of social reality that would have been transmitted by history and which are seen as positive. We will enter into a more detailed*



*analysis of Távora's work because he was simultaneously a key figure in national politics and sought to write interpretations of Brazilian politics and society. For us, it is from there that we can understand what this actor's worldview was and how it is linked to his conception of development.*

**Keywords:** *developmentalism, political ideologies, conservatives, militaries*

**Recebido:** 22/04/2024

**Aprovado:** 21/06/2024



# A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE IGUAIS. O PROBLEMA DA IGUALDADE NA TEORIA DEMOCRÁTICA DE PIERRE ROSANVALLON<sup>1</sup>

Diogo Cunha

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

[diogo.accunha@ufpe.br](mailto:diogo.accunha@ufpe.br)

<https://orcid.org/0000-0002-3549-7059>

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-001042dc/122>

## Introdução

A publicação de *Uma Teoria da Justiça* (1971) de John Rawls, há pouco mais de meio século, restaurou a respeitabilidade da teoria política normativa. Desde então, as “teorias da justiça” emergiram como um subcampo prolífico, vasto e diversificado da teoria política. Nosso propósito é investigar uma de suas manifestações, qual seja, o problema da igualdade na teoria democrática de Pierre Rosanvallon, por meio da análise de sua obra *La Société des égaux*, publicada em 2011<sup>2</sup>. Duas questões servirão de eixo para o desenvolvimento da nossa reflexão: (i) quais são os problemas identificados pelo teórico francês nas principais teorias normativas

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no *Encontro Comemorativo do Centenário de Rawls e do Cinquentenário de “Uma Teoria da Justiça”* intitulado “O Legado de Rawls”, realizado em 2021. Posteriormente, uma versão revisada foi apresentada no 13º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, em 2022. O autor gostaria de expressar sua gratidão a todos os participantes de ambos os eventos pelas valiosas sugestões e críticas que contribuíram significativamente para o aprimoramento deste trabalho. Em particular, um agradecimento especial a San Romanelli Assumpção pelos comentários incisivos e enriquecedores.

<sup>2</sup> Essa obra está prevista para ser publicada no Brasil em agosto de 2024 pelo Ateliê de Humanidades Editorial.

da justiça? (ii) Em que medida sua própria concepção, fundamentada na noção de “igualdade-relação”, possibilita a configuração de uma “filosofia da igualdade social” apta a contribuir para a abordagem dos desafios contemporâneos da democracia? Apesar dessa problemática na obra de Rosanvallon ter recebido escassa atenção fora da França (Moyn, 2015), pensamos que sua abordagem oferece uma contribuição valiosa e incontornável para a teoria política.

La société des égaux é o terceiro volume de uma tetralogia que compõe o que Rosanvallon chamou de sua “teoria da indeterminação democrática”. O termo “indeterminação” está ligado ao fato de o objeto e os procedimentos da democracia serem estruturalmente associados a tensões, aporias e incompletudes. À pergunta se é possível fazer a teoria de um objeto indeterminado, o próprio autor responde negativamente. Uma teoria, diz ele, “deve ser de âmbito universal e impactar todas as mentes [...], deve permitir uma reinterpretação unificada das etapas históricas precedentes da consideração do fenômeno em questão” (Rosanvallon, 2015, p. 361). Daí, no caso da democracia, a necessidade de superar essa impossibilidade elaborando uma teoria dos elementos que estruturam o seu caráter aporético. Tal teoria é desenvolvida ao longo de vários volumes publicados progressivamente durante as últimas quatro décadas, em que a ideia de democracia foi complexificada por meio do seu desdobramento em várias dimensões: a da atividade cidadã, teorizada em *Le Sacre du citoyen* (1992) e *A Contrademocracia* (2022 [2006]); a do regime político, examinada em *Le Peuple introuvable* (1998), *La Démocratie inachevée* (2000) e *A Legitimidade Democrática* (2024 [2008]); da ação executiva, estudada em *Le Bon gouvernement* (2015); e a democracia como forma de sociedade, que começou a ser apreendida desde *Le Sacre du citoyen* (1992), mas foi aprofundada em *La Société des égaux* (2011), objeto deste artigo.

Metodologicamente, Rosanvallon adota uma perspectiva por ele mesmo desenvolvida e sistematizada, que ele chamou de história conceitual do político (2003), demarcando-se dos teóricos normativos. É uma abordagem que coloca a historicidade em seu âmago —, não apenas como “pano de fundo”, mas como “laboratório em atividade” do presente. Assim, em vez de descrever preceptivamente quais deveriam ser os critérios universalmente admitidos de justiça, como faz a teoria normativa, o teórico francês parte da complexidade do real e da sua dimensão aporética, o que o leva ao âmago da “própria coisa” do político, conceito entendido como o lugar de onde procede a instituição do social (Rosanvallon, 2003b, p. 12). Ao reconstituir as tensões e aporias da ideia de igualdade, desde o século XVIII aos dias atuais por meio de uma história conceitual do político, Rosanvallon oferece uma base realista para a construção de uma filosofia da igualdade social, na qual a mesma é concebida como uma forma social e não como modo de repartição de bens divisíveis ou privatizáveis. Em nosso estudo, argumentamos que tal concepção da igualdade (i) permite abarcar um amplo leque de problemáticas colocadas por uma diversidade de teóricos da justiça — do problema da redistribuição ao reconhecimento, passando pelo da capacidade e das diferentes formas de discriminação e desigualdade, assim como dos novos desafios a serem enfrentados, tal qual a questão ecológica; (ii) secundariza o problema da redistribuição estritamente material subordinando-o ao necessário estabelecimento de uma igualdade-relação que passa prioritariamente pela redefinição dos direitos e deveres de cada um; e (iii) supera a suposta incompatibilidade entre igualdade e liberdade sem cair na cilada dworkiana, conforme veremos adiante.

Como forma de encaminhar nossa leitura, segmentamos as questões em três estágios. No primeiro, é oferecida uma visão panorâmica das três primeiras partes de La

Société des égaux, que cobre o período que vai de meados do século XVIII até a publicação de Uma teoria da justiça, de John Rawls. No segundo, examinamos os argumentos utilizados por Rosanvallon para mostrar (i) a prescrição da teoria rawlsiana a partir da noção de “dilaceramento do véu de ignorância”; (ii) a ambiguidade da teoria da igualdade radical de chances, a partir do diálogo com a obra de Ronald Dworkin; e (iii) a impossibilidade de uma concepção de justiça entre os teóricos da sociedade da concorrência generalizada. No terceiro, finalmente, propomos uma explicação para a concepção rosanvalloniana de “igualdade-relação” a partir da discussão dos seus três fundamentos: a singularidade, a reciprocidade e a comunalidade.

## **A igualdade: esperanças e patologias, do século XVIII a Rawls**

4 O ponto de partida de La Société des égaux é o presente. O livro se inicia com uma sentença tão curta quanto direta e alarmante: “A democracia afirma a sua vitalidade como regime no [mesmo] momento em que morre lentamente como forma de sociedade” (Rosanvallon, 2011, p. 9, acréscimo nosso)<sup>3</sup>. A distinção entre as diferentes dimensões da democracia é estabelecida de imediato e o objeto é circunscrito. A democracia como regime vai bem<sup>4</sup>, o cidadão soberano multiplicando suas modalidades de atuação; mas esse povo político forma cada vez menos um corpo. Esse dilaceramento é uma das maiores ameaças da contemporaneidade e pode levar ao desmoronamento da democracia como regime. As estatísticas, utilizadas para corroborar

---

<sup>3</sup> Todas as traduções da obra de Rosanvallon são nossas, salvo indicação em contrário.

<sup>4</sup> O livro foi redigido entre 2009 e 2010 e publicado em 2011. Logo, antes da década de 2010 que viu a ascensão dos populismos autoritários – e a consolidação de algumas lideranças populistas no poder –, o Brexit e a eleição de Trump. Foi também em meados dessa década – logo, depois da publicação do livro – que se observou uma tendência global de recessão democrática.

seu argumento, não deixam dúvidas a respeito da crise da igualdade: a partir da década de 1970, em todas as partes do mundo, o abismo em termos de riqueza e renda entre a ponta e a base da pirâmide social só fez aumentar a passos largos. Convém não negligenciar a dimensão dessa transformação. Trata-se de uma ruptura com relação àquilo que fez a essência do ideal democrático desde às revoluções fundadoras da modernidade política no final do século XVIII.

Com efeito, para os revolucionários franceses e americanos não havia distinção entre a democracia como regime da soberania do povo e a democracia como forma de uma sociedade de iguais. Naquele momento, os ideais de igualdade e de liberdade (junto com o de independência no caso norte-americano), hoje apresentados como antinômicos, eram indissociáveis, o primeiro sendo inclusive matricial. Era-se livre porque se era igual. Ao longo de dois séculos, as coisas mudaram consideravelmente. Não só a desigualdade social aumentou, como também pesquisas de opiniões apontaram para um dado curioso, que Rosanvallon chamou de “paradoxo de Bossuet”<sup>5</sup>: se, por um lado, as desigualdades são amplamente condenáveis, por outro se aceita a sua inevitabilidade para que uma economia seja dinâmica e desde que elas remunerem méritos individuais. É urgente, portanto, refundar a ideia de igualdade. É dessa missão ambiciosa que Rosanvallon se encarrega. Não há em *La Société des égaux* uma receita universal para a instauração de um desenho institucional justo, mas antes um esboço cujo fundamento é pensar a igualdade enquanto relação. Tal concepção é da ordem de uma qualidade democrática e não apenas uma medida de distribuição de riquezas

5

---

<sup>5</sup> A escolha dessa expressão é explicada por Rosanvallon em nota de rodapé: “Com efeito, Bossuet dizia celeberramente que ‘Deus ri dos homens que reclamam das consequências das quais eles adulam suas causas’. Esse paradoxo também pode ser compreendido no modo de um efeito de composição: os descontentamentos podem adicionar apreciações heterogêneas, ao passo que os objetos ou as razões de agir devem ser positivamente determinadas” (2011, p. 17).

(Rosanvallon, 2011). Esse trabalho de refundação, na perspectiva rosanvalloniana da história conceitual do político, exige um retorno às origens da modernidade, condição para uma reflexão informada sobre o problema da igualdade no mundo contemporâneo.

As origens são as revoluções francesa e americana. Rosanvallon retrata a maneira como a ideia de igualdade foi sendo progressivamente construída desde o século XVII, vindo a se cristalizar nos eventos revolucionários do final do século seguinte. Naquele momento, a igualdade-relação tinha se articulado em torno da similaridade, da independência e da cidadania. A primeira era da ordem de uma igualdade-equivalência: ser semelhante significava apresentar as mesmas propriedades essenciais; a segunda era uma igualdade-autonomia: ela se definia negativamente como ausência de subordinação e positivamente como equilíbrio da troca; a terceira era uma igualdade-participação: é a comunidade de pertencimento e de atividade cívica que a constitui. O projeto de uma igualdade-relação tinha, portanto, se declinado no modo de um mundo de semelhantes, de uma sociedade de indivíduos autônomos e de uma comunidade de cidadãos. A distribuição de riquezas ficou naquele momento em segundo plano, embutida nas relações de troca. É importante salientar que se estava nos estertores do mundo pré-industrial e são justamente as consequências sociais dessa revolução que vão implodir o mundo da igualdade-relação do final do século XVIII.

Entra-se então no longo século XIX, período que conhecerá o que Rosanvallon considera serem as diferentes “patologias da igualdade”: o liberalismo-conservador, o comunismo utópico, o nacional-protecionismo e, nos Estados Unidos, o racismo constituinte. O primeiro vai se esforçar em justificar as desigualdades a partir da defesa daquelas consideradas naturais e da condenação daquelas

“artificiais” que tinham caracterizado o Antigo Regime. Para isso, a ideologia liberal-conservadora vai operar uma dilatação ao extremo da interpretação das noções de virtude e talento. Isso levou à redução progressiva da dimensão propriamente social das desigualdades (Rosanvallon, 2011). Na margem oposta, o comunismo utópico vai apostar na luta por um mundo uno, homogêneo e desindividualizado. Predominava entre os arautos dessa ideologia a crença num mundo em que o governo dos homens seria substituído pela administração das coisas, onde haveria abundância e não existiria inveja e egoísmo. Ou seja, um mundo utópico fundado na tripla extinção do político, do econômico e do psicológico. A ideologia nacional-protecționista emerge no final do século XIX e vai defender uma forma de igualdade-identidade como exaltação da nação homogênea, substituindo o conflito de classes pelo que opunha os trabalhadores nacionais aos estrangeiros (Rosanvallon, 2011). Finalmente, houve uma forma ainda mais restrita de se estabelecer uma distinção entre o “nós” e o “eles”: a segregação racial nos Estados Unidos. Nesse país, a identidade racial se substituiu à igualdade social para produzir um sentimento de similaridade no universo dos brancos.

A progressiva implementação dos Estados de Bem-Estar Social na Europa, a partir no início dos anos 1900, concomitante à generalização do sufrágio universal, encerrou o período das negações e redefinições perversas da ideia de igualdade. Entrou-se então no “século da redistribuição”, quando a desigualdade é espetacularmente reduzida graças a fatores históricos e uma transformação intelectual e moral que justificou a instituição do imposto progressivo sobre a renda, a implementação de mecanismos de seguridade social e a instauração de procedimentos de representação e de regulação coletiva do trabalho (Rosanvallon, 2011). As mudanças geradas pela ampliação das taxas de imposição



foram impressionantes<sup>6</sup>, podendo ser consideradas uma verdadeira revolução, realizada num curtíssimo intervalo de tempo e que mudou profundamente a natureza das sociedades capitalistas ocidentais<sup>7</sup>.

Após as novas tentações de um ideal radicalizado de igualdade e de homogeneidade do entreguerras – o comunismo, o fascismo e o nacional-socialismo – o “Estado social-redistribuidor” se consolida (Rosanvallon, 2011, p. 271). Como ocorreu com a experiência do primeiro conflito mundial, um sentido reforçado de solidariedade e a crítica do capitalismo se impuseram novamente após a derrota do Eixo. Em alguns países, as taxas de imposição justificadas pelo necessário esforço de guerra foram mantidas após o fim do conflito e o sistema de seguridade social e as políticas de redução da desigualdade se universalizaram. Além do mais, surgiram teorias que apontavam para uma convergência entre socialismo e capitalismo, como pode se constatar nos escritos de Raymond Aron e de Peter Drucker, que indicam uma conversão do capitalismo à planificação e não do socialismo à economia de mercado (Rosanvallon, 2011, p. 279).

A virada da década de 1960 para a de 1970 assinala o limiar de uma nova revolução intelectual, política e cultural que vai colocar abaixo esse modelo de bem-estar social e o

---

<sup>6</sup> Para citar apenas alguns exemplos, o autor fornece dados que mostram como o imposto progressivo sobre a renda subiu de taxas irrisórias de 0,5 a 6% em países como Estados Unidos, França e Reino Unido, no começo do século XX, para a taxas marginais superiores de 60% na França em 1924; 77% nos Estados Unidos em 1918 e 94% no mesmo país em 1942 (Rosanvallon, 2011).

<sup>7</sup> Entre os fatores históricos ressaltam as reformas sociais profundas vindas do alto, fruto do medo da revolução socialista, mas também de baixo, com a constituição de um militantismo reformista; a reação socialista ao nacional-protecionismo do final do século XIX, que acabou por se tornar portadora de um ideal de emancipação; e a experiência da Primeira Guerra Mundial, que levou a uma nacionalização das existências por meio da constituição da nação numa comunidade de provação imediatamente sensível (Rosanvallon, 2011). A revolução intelectual e moral, por sua vez, remete a uma “desindividualização do mundo”, trabalho fundado numa ruptura com as visões precedentes da economia e da sociedade, que levou à reavaliação do lugar até então concedido às noções de responsabilidade individual ou de talento (Rosanvallon, 2011, p. 259).

imperativo de uma necessária redução da desigualdade. É nesse contexto que John Rawls publica a sua grande obra.

## **Pierre Rosanvallon e as teorias da justiça**

Vários esforços de síntese testemunham a riqueza, amplitude e diversificação do campo das teorias da justiça, ainda que tendam a ser bastante uniformes em relação às correntes e aos autores que o compõem. Will Kymlicka (2003) categoriza as teorias da justiça em correntes, retomada com pouca variação por Roberto Gargarella (2008); já Feres Júnior e Pogrebinski (2010), em seu manual de teoria política contemporânea, dedicam um capítulo às teorias da justiça focalizando seus nomes proeminentes. Em todas essas obras, os mesmos autores se sucedem, com poucas variações: John Rawls, Robert Nozick, Ronald Dworkin, Amartya Sen, Michael Walzer, Nancy Fraser, teóricas e teóricos comunistaristas, republicanos, marxistas analíticos, feministas, etc.

9

Entre esses nomes, Rosanvallon vai privilegiar o diálogo com dois deles, John Rawls e Ronald Dworkin, assim como vai dedicar uma parte da sua reflexão a uma crítica da “sociedade da concorrência generalizada”. Impõe-se explicar essa escolha, já que ela não é justificada em *La Société des égaux*. Pela leitura da obra é possível inferir que, aos olhos de Rosanvallon, os trabalhos de Rawls e Dworkin incarnaram um período histórico bem determinado. Nesse sentido, sendo a perspectiva rosanvalloniana histórico-conceitual e sua problemática a de uma refundação da ideia de igualdade adaptada ao século XXI, é essencial demonstrar as aporias e os problemas daqueles que marcaram as etapas anteriores. Esse entendimento é colocado de forma clara numa entrevista dada a Godmer e Smadja. Ele diz:

É sobretudo Dworkin que deve ser abordado, pois foi ele, mais do que Rawls, que deu um novo impulso ao liberalismo

de esquerda. Rawls representa um ponto de chegada a partir de um determinado ponto de vista, enquanto os grandes artigos de Dworkin sobre a igualdade nos anos 1980 constituem claramente um ponto de partida para uma redefinição do liberalismo. Os críticos mais eloquentes de Dworkin foram Michael Sandel, Alasdair MacIntyre e Charles Taylor. Mas em que consiste a sua crítica radical? Todos eles se opõem à visão liberal com o argumento de que é “individualista”, e que o que lhes parece decisivo gira em torno de uma visão da identidade social. E nestes três autores, de formas bastante diferentes, há tanto uma visão identitária como uma visão religiosa subjacente a sua argumentação [...] Parece-me um debate um pouco antiquado. Estou mais interessado em reformular uma perspectiva democrática que vá para além desse campo. Quero ser ao mesmo tempo pós-liberal e pós-comunitário (Godmer e Smadja, 2011, pp. 179-180, grifo nosso).

10

Nesse sentido, a superação de uma teoria da justiça por uma filosofia da igualdade social passa especialmente pelo diálogo com John Rawls, em seguida com Ronald Dworkin e, enfim, por uma crítica à “sociedade da concorrência generalizada”. Para Rosanvallon, esses sistemas de pensamento são problemáticos, não apenas intrinsecamente, em função de suas próprias implicações lógicas, como também por serem indissociáveis do modelo do Bem-Estar Social dos anos 1950-1970, no caso do primeiro; e do liberalismo progressista, no caso do segundo. Já com relação à sociedade da concorrência generalizada, constata-se o seu fracasso em estruturar qualquer ideal de justiça e igualdade.

### *Rosanvallon, leitor de Rawls: o dilaceramento do véu de ignorância*

A recepção da obra de Rawls na França foi lenta e gradual, conforme mostrou Mathieu Hauchecorne (2019). Em

La Gauche américaine en France. La réception française de John Rawls et des théories de la justice (1971-2010), o autor identificou quatro fases na recepção francesa das teorias da justiça rawlsiana e pós-rawlsiana. A primeira se estendeu de 1971, data de lançamento de *Uma Teoria da Justiça*, até 1987, data da sua publicação na França; a segunda, mais política, se iniciou em meados dos anos 1980, tendo a publicação de *Uma Teoria da Justiça* na França gerado importantes debates na esfera pública e intelectual; a terceira se inicia na década de 1990, graças a filósofos francófonos radicados no Canadá e na Bélgica, a exemplo de Philippe Van Parijs e Daniel Weinstock, que contribuíram para popularizar Rawls entre os franceses (Hauchecorne, 2019); a quarta e última se estende do final dos anos 1990 a 2010, momento em que as teorias da justiça entram nos cânones da filosofia francesa (Hauchecorne, 2019).

Foi no final da década de 1970 que Rosanvallon entrou em contato com *Uma Teoria da Justiça*, portanto, ainda na primeira fase da recepção de Rawls na França. O filósofo americano já aparece em *La Crise de l'État-Providence* (1992 [1981]), publicado pela primeira vez em 1981, e, mais tarde, em *La Nouvelle question sociale: repenser l'État-Providence* (1992). A tese defendida por Rosanvallon no primeiro trabalho é que o Estado de Bem-Estar Social é o prolongamento direto do Estado protetor moderno e ultrapassa, assim, a esfera do social para abarcar os domínios da fiscalidade, do desenvolvimento econômico e das infraestruturas. Esse Estado é reconceitualizado como um sistema político que se insere numa ideia mais ampla da democracia e do contrato social, e não unicamente no contexto do capitalismo e do socialismo do século XX (Aucante, 2015). O filósofo americano é caracterizado (e criticado) como o autor que contribuiu com a legitimação da sociedade de mercado graças à sua concepção de justiça distributiva. Segunda a leitura de Rosanvallon,

a distribuição dos “bens primários” decidida na “largada” em detrimento de sua redistribuição permanente acabava se tornando uma alternativa ao Estado de Bem-Estar Social redistributivo. Ele argumentava que o problema democrático não se resolve por meio de uma concepção puramente lógica, “supra-ética”, da justiça social. Nesse sentido, a obra de Rawls tem uma ambição intelectual que vai além da apreensão da legitimidade das intervenções econômicas e sociais do Estado, o que fazia dele o último autor da dissolução do político no econômico e no cálculo racional (Rosanvallon, 1992, p. 92 e seguintes).

12 Em *La Nouvelle Question Sociale*, Rosanvallon aprofunda suas reflexões sobre a crise do Estado de Bem-Estar Social e propõe uma refundação intelectual de alguns dos seus princípios norteadores, assim como novas formas de solidariedade. É também nesse trabalho que ele dá um lugar central à tensão entre igualdade e responsabilidade que, como afirmou Nicolas Duvoux (2015), é a chave da dinâmica política, social e cognitiva das nossas sociedades. Sobre Rawls especificamente, Rosanvallon usa pela primeira vez a expressão “dilaceramento do véu de ignorância” para argumentar que o aumento do conhecimento a respeito daquilo que afeta o futuro dos indivíduos, assim como de um crescente processo de diferenciação social, tornava a teoria rawlsiana problemática. Nessas duas obras, Rosanvallon recorre a Rawls sobretudo para pensar o funcionamento, crise e possível refundação do Estado de Bem-Estar Social. Em seguida, o filósofo americano adquire um lugar mais importante no pensamento do teórico francês, não mais para pensar o Estado, mas sim a própria elaboração da sua filosofia da igualdade social. Analisemos de forma circunstanciada o tratamento que é dado à questão em *La Société des égaux*.

Um primeiro dado a ser observado são os acontecimentos que mudaram as sociedades ocidentais a partir da década

de 1970. Rosanvallon destaca três: a crise moral das instituições de solidariedade, o advento de um novo capitalismo e as metamorfoses do individualismo (Rosanvallon, 2011). Deixaremos o primeiro desses três pontos para analisar por último, uma vez que ele é central para o diálogo com Rawls. Começando pelas mutações do capitalismo, Rosanvallon argumenta que se passou do “capitalismo de organização”, nos anos 1960, para o “capitalismo de singularidade” ou de “inovação”, nos anos 1990. Este último, ao valorizar as capacidades individuais de criação e de reatividade, conduziu a uma singularização do trabalho e à perda da identificação do trabalhador a uma “classe”, o que transformou radicalmente o sentimento de exploração e de injustiça no trabalho (Rosanvallon, 2011, p. 303).

Como o capitalismo, o individualismo, antes “universal”, também se singularizou. O individualismo de universalidade, que se consolidou na virada do século XVIII, foi substituído pelo individualismo de singularidade. Esse individualismo contemporâneo é caracterizado pelo fato de os indivíduos serem agora muito mais determinados por sua história do que por sua condição, ou pela forma como enfrentam os acontecimentos, as provações ou oportunidades da vida. A natureza da desigualdade se individualizou criando novas expectativas com relação ao regime democrático: na democracia vinculada ao individualismo de universalidade, o sufrágio universal significava que cada um detinha a mesma porção da soberania; na democracia como forma social do individualismo de singularidade, existe a aspiração e o desejo das pessoas em ser consideradas importantes e únicas.

Podemos voltar agora ao tema da crise moral das instituições de solidariedade, terceiro elemento que, aos olhos de Rosanvallon, fez caducar a teoria rawlsiana. Essa crise foi resultado da destruição do caráter universalista do paradigma da seguridade, substrato técnico e filosófico do Estado

de Bem-Estar Social, o que levou, por sua vez, ao questionamento da sua legitimidade. Essa perda do caráter universalista da seguridade se deveu à ascensão do desemprego de massa e a novas formas de insegurança social, fenômeno que teve duas consequências. A primeira foi a perda da percepção da aleatoriedade e da igual repartição dos riscos entre as pessoas, que se desfez quando a pobreza deixou de ser da ordem de situações individuais aleatórias para ser reconstituída como uma condição que afetava de forma estável e durável partes consideráveis das populações. A segunda foi o fim de uma certa opacidade do social, condição implícita do sentimento de equidade. Esse ponto é fundamental para compreender o que Rosanvallon quer dizer com a expressão “dilaceramento do véu de ignorância”. Segundo ele, houve uma progressiva difusão do conhecimento no público sobre o estado da sociedade e as condutas individuais. Cada vez mais as pessoas tomaram consciência da sua esperança de vida e dos vínculos entre os comportamentos individuais e as situações objetivas. Como sugere o Rosanvallon (2011, p. 290), “se os homens são naturalmente solidários diante de um destino que eles ignoram, ele o são menos se eles percebem as situações como ligadas à comportamentos e a escolhas individuais”. Essa situação torpedeia a concepção procedimental de justiça. Exploremos essa crítica de forma mais circunstanciada.

Para o teórico francês, a exigência do princípio da diferença está em sua capacidade de engendrar uma redistribuição, mas isso só é possível sob o véu de ignorância. Os indivíduos aderem aos princípios da justiça como equidade quando sabem que podem ser desfavorecidos. Mas a partir do momento em que o conhecimento das situações futuras é adquirido, tal concepção cai por terra, sendo a equidade de resultados preferível à equidade de procedimento. Isso levou a uma dissociação entre seguridade e solidariedade, uma vez que os “grupos de risco” passaram

a ser cada vez mais restritos e permanentes. Portanto, se o véu da ignorância tem uma função de agregação e de socialização, o acesso às informações responsáveis pelo seu “dilaceramento” leva à desolidarização. Esse elemento é crucial para compreender a associação feita entre a concepção de justiça rawlsiana com os mecanismos de solidariedade do Estado de Bem-Estar Social. Até os anos 1970, houve uma sobreposição entre regras de equidade e mecanismos de redistribuição ou, em outras palavras, entre justiça e solidariedade ou ainda entre norma de equidade e procedimento de solidariedade. Com o dilaceramento do véu de ignorância, a noção de justiça voltou a se tornar problemática. A partir daí, “o justo não foi mais passível de ser definido a priori a partir do momento que as diferenças não foram mais simplesmente derivadas do acaso” (Rosanvallon, 2011, p. 292). Rosanvallon afirma em seguida, de forma contundente:

Entramos por essa razão numa era pós-rawlsiana da reflexão sobre o social nos anos 1990. Com a sua Teoria da Justiça fundada na definição de um princípio de justiça formulado sob o véu da ignorância, Rawls havia teorizado o antigo tipo de Estado de Bem-Estar Social que se despedaçou a partir desse período (Rosanvallon, 2011, p. 282).

Se o progressivo conhecimento público das condutas individuais levou ao dilaceramento do véu de ignorância, o mundo da singularidade levou a uma atenção redobrada à relação entre a ação dos indivíduos e sua condição, a legitimidade das situações individuais sendo apreciada do ponto de vista da conduta de cada um. Ou seja, o que se viu por trás do véu da ignorância, uma vez dilacerado, foi o papel da responsabilidade individual como uma variável central a ser levada em consideração nas elaborações sobre qualquer organização de sociedade com pretensão a ser considerada



justa<sup>8</sup>. Com a cristalização da ideia de responsabilidade individual, emergem na esteira da crise do Estado de Bem-Estar Social dois modelos de sociedade democrática: a da igualdade radical de chances e a da concorrência generalizada.

*A perversão da responsabilidade individual como ideologia da meritocracia: a teoria da igualdade de chances e o diálogo com Ronald Dworkin*

16 Como é sabido, a crise da socialdemocracia foi seguida por uma “modernização” dos seus partidos, que buscaram conciliar o capitalismo de livre mercado e o socialismo democrático, num processo que Anthony Giddens (2007) chamou de “terceira via”. Emergiu assim, do interior da esquerda liberal, um novo progressismo que pretendia, por um lado, compensar o acaso da origem social e da loteria genética, ou seja, o talento – recurso “interno” que deve fazer objeto de um processo de igualização –, e, por outro lado, acentuava a responsabilidade individual – sustentando que cada um deve assumir as consequências de suas escolhas ao invés de transferir os seus custos para os outros. O ideal de uma sociedade justa passa então a ser a de uma sociedade que igualiza as circunstâncias e os contextos nos quais os indivíduos se encontram, sem deixar

---

<sup>8</sup> Essa mudança não foi devidamente levada em conta por parte dos teóricos do Estado do Bem-Estar Social, que se limitaram a denunciar problema da loteria das origens sociais e os fatores de imobilismo daí decorrentes nas posições que os indivíduos acabavam ocupando no decorrer de suas existências (Spitz, 2009; Kymlicka, 2006). A partir de um certo ponto, como sublinhou Spitz (2009), tornou-se intolerável para partes cada vez mais significativas da sociedade que alguns quisessem transferir aos outros as consequências de suas escolhas. Não obstante, a socialdemocracia não enfrentou essa questão por considerá-la condicionada à origem social. Ainda mais grave, ao denunciar a responsabilidade individual como uma invenção da direita para penalizar os pobres, a esquerda passou a ser vista por parte da sociedade como fomentadora da irresponsabilidade. Tal postura não só descreditou a socialdemocracia, como também engendrou uma forma de suspeita e de desconfiança generalizada, levando os cidadãos a afirmar de maneira agressiva normas de responsabilidade individual (Kymlicka, 2006) dando combustível para a retórica da direita, tanto liberal quanto radical.

de pedir que assumam as consequências de suas escolhas, decisões, gostos e vontades.

Autores diversos se debruçaram sobre a ideia de responsabilidade individual no final do século XX<sup>9</sup>, e as ações corretoras foram pensadas de modos diversos, seja em termos de dotação de capital humano (Gøsta Esping-Andersen), em numerário (asset-based welfare), bens primários (direitos e bens materiais em John Rawls), capacidades (Amartya Sen), meios de acesso (a instituições, redes, seguros em Gerald Cohen). Esses elementos de conceitualização constituíram o pano de fundo para vários debates e proposições, mas sem constituir, aos olhos de Rosanvallon, uma teoria da justiça propriamente dita. Para Sen (2021), isso não é um problema, uma vez que o combate pela desigualdade é sempre situado, havendo a necessidade de se analisar as reformas a serem feitas na especificidade de cada situação. Rosanvallon, embora reconheça a nobreza do pragmatismo militante de Sen, defende, diferentemente do nobel de economia, a necessidade de uma refundação teórica das políticas de redistribuição social. Quem se encarregou disso da forma mais sistemática e profunda foi Ronald Dworkin (1981a, 1981b, reflexão desdobrada em 2011 e 2014).

17

Dworkin publicou seus artigos mais conhecidos sobre o tema em plena ascensão do neoliberalismo, quando as ideias de liberdade individual e de eficácia econômica ocupavam o centro do palco. Na contramão desse novo consenso, Dworkin argumentava que era o conceito de igualdade que devia ser central na filosofia política liberal, desde que ele fosse adequadamente definido. Ele sustenta que os conceitos de igualdade e liberdade não são independentes, sendo o de liberdade interno ao de igualdade, contando que se estabeleça um sentido normativo a eles, e não meramente

---

<sup>9</sup> Ver, entre outros, G. A. Cohen (1989), John Roemer (1996) e Richard Arneson (1999).

descritivo. Para explicar a sua concepção, Dworkin propõe a ideia de igualdade de recursos e, para explicá-la, lança mão do conhecido expediente hipotético do leilão imaginário. O autor pede para imaginarmos um leilão no qual todos os membros da sociedade seriam convidados a participar, possuindo inicialmente a mesma quantidade de fichas com as quais eles podem adquirir bens. Os recursos são dispersados e a venda é reiniciada com um ajuste de preços até que repartição obtida satisfaça o que Dworkin chama de um “teste de inveja”: ninguém inveja o pacote de recursos dos outros pois, por definição, cada um também teria podido comprá-lo com os recursos iniciais que dispunha. Também os custos de oportunidade devem ser iguais para todos<sup>10</sup>. Finalmente, é necessário se assegurar que ninguém seja prejudicado por algum tipo de deficiência, má sorte ou falta de talento, fatores que são compensados graças a um mecanismo de redistribuição de recursos cujos montantes são determinados pela quantidade que os indivíduos queiram investir numa espécie de seguro (a incidência desses três fatores para si mesmo e para os outros estaria escondida atrás de um véu de ignorância). As desigualdades de recursos ligados à ação desses três fatores não seriam, portanto, eliminados, mas as que subsistiriam teriam sido escolhidas pelas próprias partes. Por outro lado, essas desigualdades se legitimariam em função das escolhas individuais. Assim, a repartição dos recursos não está dissociada das escolhas individuais determinadas por ambições, projetos e riscos assumidos por cada pessoa (Dworkin, 2014, 2019).

O que significa, para Dworkin, estabelecer uma concepção normativa exigente de igualdade e liberdade? Spitz (2005) sintetiza a argumentação de concepção dworkiana de forma esclarecedora. Há duas estratégias interpretativas

---

<sup>10</sup> Ou seja, o que custa para alguém possuir X é igual ao que custa para outra pessoa possuir Y, sendo X e Y pacotes de recursos comprados com a mesma quantidade de fichas iniciais.

possíveis. A primeira, que ele chama de “estratégia em duas etapas”, consiste em partir dos interesses dos indivíduos e definir uma distribuição que satisfaça esses interesses. Há, nesse caso, uma primeira etapa – a da igualdade – que seria seguida de uma segunda etapa que consiste em mostrar que as liberdades são os instrumentos adequados para a satisfação igual de interesses. Cronologicamente secundária, a liberdade seria um meio para a realização de uma distribuição justa. Essa concepção apresenta um problema de monta: parte de um pressuposto contestável, qual seja, que os interesses serão sempre melhor satisfeitos onde as liberdades são garantidas do que onde elas não são. Não é difícil imaginar indivíduos prontos a renunciar a algumas liberdades que não usem para favorecer a satisfação de outros interesses. No exemplo utilizado por Spitz (2005), é perfeitamente plausível que alguém prefira que o Estado gaste o máximo para lhe garantir o acesso a tratamentos de saúde de qualidade, mas, em contrapartida, essa pessoa abre mão do seu direito de manifestar, já que ela está disposta a reorientar para os hospitais os fundos que o Estado deveria ter alocado para garantir a segurança desse tipo de participação cívica. Esse exemplo mostra que as liberdades só serão defendidas e garantidas se os indivíduos tiverem efetivamente os interesses que a teoria lhes atribui. Dworkin resume a inconsistência dessa estratégia lembrando que simplesmente não faz sentido comprar recursos sem saber de que forma ele poderá ser usado.

A segunda estratégia, que ele chama de “constitutiva”, consiste em mostrar que o contexto inicial que permitirá chegar à igualdade de recursos é o que contém o conjunto das liberdades fundamentais. Tal estratégia exige a liberdade como condição da igualdade. Isso se explica pelo fato de a teoria dworkiana não conceber a igualdade na forma de uma estrutura de repartição de recursos, mas como resultado de um procedimento que teria certas características,

entre as quais a mais importante é a proteção das liberdades individuais. Partindo da constatação de que existem diferentes contextos iniciais especificando diferentes sistemas de liberdades que governam leilões distintos e cujos resultados serão diferentes, deve-se buscar um critério que permita definir o melhor sistema inicial de liberdades e compará-lo com outros. Para Dworkin, o contexto mais capaz de responder às exigências do princípio igualitarista abstrato e de tratar os indivíduos com um respeito e uma atenção iguais é aquele equivalente ao leilão uma vez que o contexto inicial do qual ele partirá compreenderá o conjunto das liberdades de base consideradas fundamentais. O apelo a exemplos concretos auxilia na compreensão do argumento. Suponha-se que um contexto de base não compreenda as liberdades fundamentais e que os cidadãos não têm a liberdade de se deslocar de um ponto a outro. A compra de recursos se efetuará no contexto dessa proibição e é perfeitamente possível que os indivíduos adquiram cada um seu pacote de bens sem invejar o do outro (assim como é provável que nenhum utilize suas fichas na compra de bilhetes de trem). Nesse caso, passa-se pelo teste da inveja, mas o custo de oportunidade será desigual. Ou seja, os amantes de viagens serão discriminados com relação aos indivíduos “caseiros”. Se o leilão tivesse ocorrido num contexto de liberdade, os “amantes de viagem” teriam podido gastar suas fichas com passagens aéreas e não teriam sido invejados pelos “caseiros”. Os exemplos poderiam ser multiplicados. É por isso que Dworkin defende o “princípio de abstração”, a liberdade de escolha a mais completa possível. Podemos agora estabelecer a diferença entre o sentido descritivo e normativo de igualdade: este último é aquele de uma sociedade que tem por propriedade respeitar o princípio segundo o qual a sociedade deve considerar todos os cidadãos com um respeito e uma atenção iguais. O expediente do leilão não só demonstra a necessidade da liberdade como garantia da igualdade, mas

coloca o papel da responsabilidade individual em seu cerne mostrando que os cidadãos devem se responsabilizar por suas escolhas e aceitar suas consequências.

O problema da teoria dworkiana, segundo Rosanvallon (2011, p. 339), por mais sedutora que seja, é que ela é portadora de um paradoxo que a torna insustentável. Ele argumenta que é impossível a tradução de compensações do acaso e das circunstâncias em políticas corretoras do que pode ser considerado desvantagens, pois isso geraria uma dinâmica ilimitada. Isso ocorre porque não existe “escolha pura”, todas elas possuindo uma dimensão social subjacente e estando necessariamente embutidas em encadeamentos e determinismos. Esse é o mesmo problema identificado por Spitz (2009), que argumenta que não há como integrar a questão da responsabilidade pessoal numa política de redistribuição e de equidade.

Mas esse não é o único problema da teoria dworkiana identificado por Rosanvallon. Há outro, com implicações perversas, que é a forma como ela apresenta uma visão idealizada do indivíduo e da sua responsabilidade. Segundo o teórico francês, na antípoda da generosidade do Estado redistribuidor se encontra a extrema insensibilidade diante das consequências de escolhas julgadas autenticamente pessoais. Rosanvallon se apoia num exemplo ilustrativo dessa dificuldade, fornecido por Roemer (1995), que é o caso dos fumantes: é justo que outros paguem pela escolha (e vício) de um fumante (como um tratamento público de qualidade para câncer de pulmão)? Muitos argumentam que não, que o Estado não deve arcar com os custos de uma pessoa que sabia que o fumo causa câncer de pulmão e que ainda assim fez a escolha de fumar. O problema, como sublinha Rosanvallon, é que fumar é de fato uma escolha, mas também um comportamento socialmente determinado. Nos Estados Unidos, por exemplo, os

operários afro-americanos constituem a maior categoria de fumantes (Rosanvallon, 2011)<sup>11</sup>.

A terceira consequência perversa da teoria da igualdade de chances se funda na distinção entre o voluntário e o involuntário: ela instaura, nas palavras de Rosanvallon, “uma máquina infernal de produzir a desconfiança” (2011, p. 341). A exacerbação da atenção ao comportamento do outro alimenta o ressentimento, a estigmatização e a desconfiança, criando uma contradição entre justiça distributiva e ética da vida comum, em que a primeira se funda naquilo que mina a segunda. A sua análise conclui, portanto, que uma teoria da igualdade de chances leva a um impasse, tornando-a impossível de fundar uma teoria política da justiça. O mundo governado pelo princípio meritocrático é um mundo profundamente hierárquico, em que a base da associação, lembrou Enfantin numa crítica aos saint-simonianos, é a própria desigualdade. Ou como colocou Michael Young, é a substituição de uma aristocracia de nascimento por uma aristocracia de talento ainda mais dominadora, pois mais facilmente legitimada (apud Rosanvallon, 2011). A crítica de Rosanvallon a seu respeito é severa, pois ele estima que, em que pese seus princípios progressistas, ela está ainda menos apta do que a sociedade da concorrência generalizada a refundar a ideia de igualdade.

22

### *A sociedade da concorrência generalizada: a impossibilidade de uma concepção de justiça*

Há hoje uma produção significativa sobre o “neoliberalismo”, assim como a sua relação com a democracia (Audier, 2012; Dardot e Laval, 2016; Brown, 2019; Slobodian, 2022). Para Rosanvallon, o termo “neoliberalismo” é problemático, dada a heterogeneidade das referências teóricas a ele

---

<sup>11</sup> Note-se que a retórica da “responsabilidade pessoal” se tornou hegemônica a partir dos anos 1980, como mostrou Sandel (2020, pp. 96-97), cobrindo todo o arco do espectro político, de Reagan a Clinton, passando por Blair e chegando a Obama.

associadas (Rosanvallon, 2011, 2018; Freller, 2023). Ele prefere o de “sociedade da concorrência generalizada”, uma forma social definidora de um modo de organização social. É necessário distingui-la tanto da sociedade de mercado quanto da ordem de mercado.

A ideia de uma sociedade de mercado nasceu no final do século XVIII, definindo uma forma de organização social, e não meramente uma técnica de regulação da atividade econômica. Acreditava-se então na possibilidade da instituição do social por meio do mercado, sem a necessidade da autoridade e do comando. Isso fazia da filosofia de Adam Smith uma alternativa àquelas do contrato social. É nesse sentido que ele era considerado por Rosanvallon (1999 [1979]) como o anti-Rousseau por excelência, o primeiro filósofo do “desaparecimento da política” [dépérissement du politique]. Segundo o autor de *A Riqueza das Nações*, o mercado teria uma capacidade organizadora ao realizar ajustes automáticos, transferências e distribuições sem a vontade dos homens, o que permitia “desdramatizar o face a face dos indivíduos, desapaixonar suas relações, desarmar a violência virtual das relações de força” (1999 [1979], p. 322). É importante lembrar que sob o absolutismo pré-capitalista, o “mercado” aparecia então como uma ideia nova.

Quando se parte de Smith, a profundidade da ruptura operada por Friedrich Hayek se torna evidente. Não encontramos, no teórico austríaco, a linguagem da ordem natural e da harmonia de interesses, e sim a necessidade de intervenção constante, condição de possibilidade da instituição permanente do mercado. Além disso, a informação é um elemento central em seu pensamento. Para o economista austríaco, ela está sempre disseminada no corpo social e, por essa razão, é só através do mercado que ela pode ser utilizada em proveito de todos. Essa foi a base da crítica da intervenção do Estado: este seria incapaz de reunir informações tão dispersas para poder agir da melhor forma.



Enfim, o mercado é um processo adaptativo e cumulativo da experiência humana, o que faz de Hayek mais tributário de Edmund Burke do que de Smith (Rosanvallon, 2011).

Para Rosanvallon, a sociedade de concorrência generalizada é uma forma radicalizada da sociedade de mercado e da ordem de mercado, aprofundando suas características de três formas: fundando-se numa filosofia e numa antropologia do risco e da autonomia; instituindo o consumidor em figura e medida do interesse geral; e fazendo da concorrência a forma social “que estabelece uma verdadeira relação entre os homens” (2011, p. 325). No que se refere à primeira, Rosanvallon mostra como filósofos como François Ewald e Denis Kessler transformaram o risco numa condição ontológica do homem e a autonomia num sinônimo de independência e emancipação. A segunda sacraliza a imagem do consumidor, “a figura, a medida e a verdade do interesse geral” (2011, p. 326), sendo a sua proteção incondicional o ideal do bem. Finalmente, a concorrência como forma genérica do vínculo social implica a ideia segundo a qual “basta ser igual para entrar no jogo e participar da competição” (2011, p. 327). Rosanvallon mostra como a ideia de uma concorrência como a verdadeira relação entre os homens foi uma ideologia que se impôs não por meio de um golpe de força, mas antes se afirmou paralelamente ao enfraquecimento da vontade política. Ou seja, a ideologia da concorrência generalizada prosperou no terreno do “vazio político”.

Rosanvallon critica a ideologia da concorrência generalizada simplesmente por ela ser “incapaz de refundar positivamente uma ordem aceitável do mundo” (2011, p. 328). Trata-se de uma crítica “interna” aos fundamentos da ideologia, pois ela não se limita a uma denúncia moral. Ou seja, ele vai mostrar como o capitalismo real está longe da imagem propagada pelos defensores da sociedade da concorrência generalizada. Em primeiro lugar, a política

continua a impor sua lei na vida econômica; em segundo lugar, não há uma justificativa plausível e razoável para os enormes abismos em termos de renda e patrimônio. Não é a competição econômica que explica as altas remunerações, e sim as relações de poder: colusão entre dirigentes e administradores, cumplicidade entre CEO e acionários ou efeitos de comunicação que levam a assimilar, para o mercado, a empresa ao seu dirigente. O exemplo das altíssimas remunerações de alguns atletas ou financistas é ilustrativo. Os salários dos atletas mais bem pagos não têm nada a ver com leis de mercado, mas antes com uma “economia dos superstars”, ligada a efeitos de polarização e de hierarquização provocados pela constituição midiática de um palco mundializado. Há um trabalho de constituição de ídolos planetários que explica que diferenças mínimas de talento acarretem diferenças vertiginosas em termos de remuneração. O mesmo ocorre com os especuladores. Não foi nenhuma lei do mercado, mas antes a capacidade dos hedge funds de concentrar a gestão global das antecipações econômicas que explica a quantidade extraordinária dos lucros por eles angariados.

25

Esses exemplos demonstram que não é nem o mérito nem o talento que determina a posição de cada um na hierarquia social. Trata-se antes, parafraseando Rosanvallon, de “ardilidade, manipulação, relação de forças, conivência, até mesmo da corrupção, que exerceram o papel essencial nesse crescimento” (2011, p. 332). E conclui, afirmando que aquilo que impede a sociedade da concorrência generalizada de se validar e se legitimar é seu fracasso total em se ligar a uma teoria da justiça.

### **Por uma filosofia da igualdade social: os fundamentos da igualdade-relação**

Estabelecidas as razões do esgotamento da concepção rawlsiana – após o “dilaceramento do véu da ignorância” –, da perversidade da ideia de igualdade de chances – que

igualiza por meio da consagração da desigualdade – e da incapacidade da sociedade da concorrência generalizada em propor qualquer concepção de justiça, Rosanvallon defende a necessidade de uma refundação da ideia de igualdade. Central em seu pensamento é a convicção que a desigualdade não tem apenas uma dimensão individual – o que as teorias da justiça tendem a ressaltar –, mas sobretudo societal. Esse é, para ele, o ponto essencial.

Deve-se, portanto, voltar a considerar a igualdade enquanto noção política, e não apenas econômica. A proposta de Rosanvallon é retomar o que ele chama de “espírito revolucionário da igualdade” do final do século XVIII e que evoluiu no século XIX assumindo a forma de uma “sociedade sem classes” cuja ilustração mais célebre foi Manifesto do Partido Comunista. Tratava-se de uma igualdade fundamentada nos ideais de emancipação e autonomia, em que o trabalho não devia ser um meio de exploração e em que a dignidade de todos deveria ser garantida. Outros autores seguiram posteriormente essa linha de raciocínio, colocando a qualidade da relação acima do cálculo da distribuição econômica, a exemplo de Richard Tawney (1979 [1952]), Anthony Crosland (2006 [1956]) e George Orwell (2012 [1938]).

Rosanvallon se inscreve na esteira desses autores para refundar a ideia de igualdade. Para isso, ele volta à segunda metade do século XVIII, quando o espírito revolucionário da igualdade tinha se articulado em torno dos princípios de similaridade, independência e cidadania. As duas primeiras devem ser ampliadas para se adequarem a uma sociedade da singularidade. Assim, se o sufrágio universal foi conquistado em toda a parte, é a cidadania que precisa agora ser enriquecida por meio da criação de uma comunalidade. Já a ideia de autonomia, num mundo de interdependência, perde sua importância em proveito da de reciprocidade. A singularidade, a reciprocidade e a comunalidade são, para

o teórico francês, os três princípios que devem fundamentar uma sociedade de iguais (Rosanvallon, 2011).

A singularidade é determinada por uma variável de relação. Ela suscita a vontade de compreender o outro, ao mesmo tempo em que supõe a manifestação de cada um naquilo que lhe é próprio. A igualdade na singularidade significa, portanto, que “cada indivíduo é igualmente único” (Rosanvallon, 2011, p. 359). Tal forma de igualdade só se realiza mediante o reconhecimento dinâmico das particularidades, distante tanto da universalização abstrata quanto do comunitarismo identitário. É ela que leva os indivíduos a quererem fazer sociedade, criando a expectativa de uma reciprocidade e de um reconhecimento mútuo.

Rosanvallon entra aqui plenamente no debate que tem animado teóricos como Axel Honneth, Iris Marion Young ou Nancy Fraser e defende que toda democracia deve ser uma democracia de reconhecimento. Dois exemplos destruidores da singularidade são ressaltados pelo autor: o problema da discriminação e da desigualdade entre os sexos. No primeiro, a causa de um tratamento desigual está ligada à assimilação negativa de uma pessoa a uma das suas características, o que faz do sujeito que sofre a discriminação um “indivíduo-categoria” (“a mulher”, “a pessoa de cor”, “o homossexual”, etc.). Isso torna a discriminação uma “patologia da singularidade” na medida em que categoriza e reduz um indivíduo numa “classe de singularidade” julgada depreciativa. Ao indivíduo discriminado se é negado tanto a similaridade quanto a singularidade, pois não só ele não é considerado alguém [quelq’un], como lhe é recusado a qualidade do indivíduo qualquer [quiconque] (Rosanvallon, 2011, p. 361, acréscimo nosso). As “discriminações positivas” podem ser um corretor dessa patologia, na medida em que possibilita transformar o fator de estigmatização em orgulho ou o sujeito discriminado em portador de direitos. Rosanvallon alerta, contudo, que a

luta contra a discriminação, se radicalizada, pode levar aos polos opostos do separatismo (por meio da constituição de comunidades de identidade) e da indistinção (abstração do social), ambos desembocando numa negação do individualismo de singularidade.

A questão da igualdade de sexos, por sua vez, se encontra numa dupla encruzilhada: o das relações entre singularidade e similaridade, por um lado, e o de singularidade e diferença, por outro lado. Para determinar a condição e os direitos da mulher, sua singularidade foi essencializada e negou-se a similaridade, estabelecendo-se entre o homem e a mulher uma diferença qualitativa. Mesmo hoje, em que pese algumas conquistas do combate feminista, se homem e mulher são plenamente reconhecidos como semelhantes, a qualificação daquilo que funda a sua igualdade permanece imprecisa (Rosanvallon, 2011), o que é testemunhado pela persistência das discriminações sofridas pelas mulheres em vários domínios.

28

Rosanvallon sublinha a necessidade de um combate político pela garantia da singularidade dos indivíduos, o que implica uma redefinição das políticas sociais. Ele reconhece que essa reflexão já foi elaborada por teóricos como Martha Nussbaum, Amartya Sen e Gøsta Esping-Andersen, que buscaram apreender as políticas sociais como dispositivos de constituição do sujeito. Tais políticas se fundam numa personalização da ação pública, o que a torna cara e preñe de consequências, na medida em que redefine a noção de direitos (Rosanvallon, 2011). A saída passa por um direito procedural pensado em termos de equidade de tratamento, que permite levar em consideração o indivíduo singular. Para Rosanvallon, essa questão não foi enfrentada. É necessário distinguir duas dimensões da ética da singularidade: a elaboração de regras justas (o polo da generalidade) e a determinação de comportamentos de atenção ao outro (polo da particularidade). Isso implica uma gestão

individualizada portadora de uma forma de judicialização do social de modo a evitar tratamentos arbitrários<sup>12</sup>.

O segundo fundamento da igualdade-relação é a reciprocidade. A fragilidade da teoria da escolha racional é hoje amplamente compartilhada (Shapiro e Green, 1996; Baert, 1997; Carvalho, 2013; Herfeld, 2022). Para Rosanvallon o homem pode ser egoísta ou altruísta, dependendo das circunstâncias e contextos; mas ele é essencialmente recíproco (2011, p. 372). A reciprocidade é definida como “igualdade de interação” e organiza como troca ou implicação. A primeira, estudada desde a Ética a Nicômaco, de Aristóteles, é uma relação que se realiza por meio de transações materiais ou bens simbólicos. Já a segunda tem por objeto a própria relação social, sendo simultaneamente produção e consumo dessa relação. Ela pode tomar a forma de uma coprodução de bens relacionais ou de uma paridade de engajamento na vida social.

A noção de bem relacional foi forjada nos anos 1980 por autoras como Martha Nussbaum (2010) e Carole Uhlaner (1989) e designa bens que só podem ser possuídos se forem compartilhados e cuja produção e consumação são simultâneas, como o amor e a amizade (Rosanvallon, 2011). Mas esses são bens eletivos que não podem ser universalizáveis, diferentemente do respeito e do reconhecimento. Estes sim são bens propriamente sociais, pois fundados no princípio de uma relação de reciprocidade. É o que permite que uma infinidade de indivíduos, permanecendo em sua singularidade, façam sociedade. Isso faz da singularidade o princípio da igualdade, e sua destruição, ao contrário, um ataque à vida comum. Daí a necessidade de promover e proteger o respeito e o reconhecimento por meio de leis que

29

---

<sup>12</sup> Em contrapartida, é importante ter cuidado para que a singularidade não se converta numa nova forma de exploração, particularmente nas relações de trabalho na iniciativa privada, em que a realização individual pode facilmente se transformar em ordens (“sejam autônomos!”, “tomem iniciativas!”) (2011, p. 370).

sancionem severamente as formas de desprezo, humilhação e assédio (Rosanvallon, 2011). Concretamente, a reciprocidade como igualdade de implicação se traduz num equilíbrio de engajamento na vida social. É ela que deve ser buscada, uma vez que a igualdade econômica-aritmética e a igualdade-independência não são possíveis numa economia complexa. Nas palavras de Rosanvallon, “ela corresponde a uma atenção a que os direitos e os deveres sejam os mesmos para todos, e, portanto, a uma aversão por tudo aquilo que rompe a igualdade das relações que os indivíduos mantêm com as instituições e as regras” (2011, p. 376). Tal igualdade é a própria negação do free-rider, dos privilégios e dos comportamentos daqueles que buscam se aproveitar do sistema.

30 O risco à igualdade de reciprocidade se coloca hoje com o aumento generalizado da desconfiança a respeito do engajamento do outro na vida cívica, tanto com relação aos direitos como aos deveres. Há a percepção que os ricos conseguem escapar facilmente aos deveres junto à coletividade – notadamente por meio de brechas para não pagar os impostos devidos; existe também uma desconfiança, por parte das classes médias, com relação à base da pirâmide social, vistos como “aproveitadores” do sistema. Esse é o cenário de uma “crise da reciprocidade”. Nesse sentido, uma política da reciprocidade deve visar o restabelecimento da confiança. A garantia da transparência na ordem fiscal e social e a punição vigorosa dos usos abusivos e fraudulentos da máquina fiscal e social seriam medidas a serem adotadas para os casos mais evidentes dessa crise.

O terceiro fundamento da igualdade-relação é a comunalidade. A cidadania é em geral concebida em sua dimensão jurídica, e remete aos direitos de cada indivíduo tanto como membro de uma coletividade protegido por leis, quanto fazendo parte da soberania. Mas a cidadania é também uma forma social. Essa segunda dimensão foi ganhando progressivamente centralidade e remete ao cidadão definido

por sua relação com os outros, ou seja, como concidadão (Rosanvallon, 2011, p. 281). O que Rosanvallon chama de comunalidade é essa cidadania como forma social.

Nesse ponto, o autor aprofunda a ideia de comunalidade negativamente, ou seja, a partir daquilo que a ameaça e que ele define como uma “desnacionalização das democracias”. A democracia se desnacionaliza quando os fundamentos sociológicos e antropológicos do *vivre-ensemble*, do conviver, são ameaçados. Uma das formas é a “secessão” dos ricos em termos fiscais, que se traduz numa retirada material da solidariedade nacional. Ao fazer isso, eles permanecem “juridicamente cidadãos, mas não fazem mais parte da comunalidade” (Rosanvallon, 2011, p. 383). Embora esse exemplo diga respeito a uma parte muito reduzida da sociedade, ela é carregada de simbolismo, e não deve levar a uma simplificação do problema reduzindo-o a uma oposição entre ricos e excluídos. O mesmo mecanismo se disseminou em todo o corpo social. Tomando a França como exemplo, Rosanvallon mostra como em todos os níveis da escala social se desenvolveu o que ele chama de “comportamentos de exclusão e de distinção” (2011, p. 384) e vive-se num “separatismo social generalizado” (2011, p. 385).

A segunda forma de desnacionalização das democracias é a despolitização. Ela reveste algo mais profundo do que deixa imaginar uma dimensão que seria meramente ideológica, qual seja, um apagamento das fronteiras entre a direita e a esquerda ou a abstenção eleitoral. Trata-se na realidade de uma “desvitalização da organização de uma vida comum entre as pessoas” (Rosanvallon, 2011, p. 386). Rosanvallon retorna à Antiguidade para mostrar como os gregos, de Clístenes a Aristóteles, tinham condicionado a realização do ideal democrático a uma homogeneização de agrupamentos humanos até então presos a lógicas familiares e governado por tradições ancestrais. Havia a percepção de que, além das leis e instituições, o regime democrático precisava se



apoiar em formas de sociabilidades que aproximassem seus membros. O que Rosanvallon busca ressaltar com o exemplo grego é que um agrupamento humano que não se pensa como coletividade/homogeneidade não só não é democrático, mas, sobretudo, não é político. O desmoronamento da cidadania democrática faz ressurgir o cidadão-proprietário, figura que no século XIX personificava a identificação entre cidadania e propriedade.

Como remédio às ameaças ao terceiro fundamento da igualdade-relação, Rosanvallon defende a necessidade de uma “produção do comum” (2011, p. 393). Contudo, ele adverte, essa produção não deve ser assimilada a uma identidade, que é sempre passiva e conservadora. O que se necessita é de criatividade, que permite complicar a noção de comum. O teórico francês declina-a em três dimensões: a participação, a intercompreensão e a circulação. O “comum-participação” é a mais evidente e se exprime no fato de viver conjuntamente os acontecimentos (desde espetáculos de música popular, passando por manifestações esportivas e carnavais, por exemplo) e de se estar submetido a um mesmo fluxo de informações a respeito da comunidade. O “comum-intercompreensão” é fundado no conhecimento recíproco (2011, p. 394), formado por imagens, enquetes, narrativas de vida, estatísticas, etc. O “comum-circulação”, enfim, se refere a um compartilhamento de espaços, locus de civildade, conhecimentos difusos, de trocas furtivas e do sentimento de se estar lado-a-lado. São os transportes, praças, calçadas. Esse comum é permanentemente ameaçado pelas formas de privatização do espaço público e pelo abandono dos serviços públicos.

O ponto de chegada da reflexão rosanvalloniana coloca dificuldades consideráveis. Ela pode ser sintetizada na pergunta: “como ser semelhante e singular, igual e diferente, igual sob certas relações e desiguais sob outras?” (Rosanvallon, 2011, p. 397). Se, no mundo pré-capitalista

das revoluções americana e francesa os ideais de similaridade, de autonomia e de cidadania tinham se acomodado sem choque, num tempo de “igualdade feliz”, as mesmas condições não estão postas no século XXI. A complexidade da economia e o individualismo de singularidade tensionam a relação entre as diferentes dimensões da igualdade, o que dificulta a definição das instituições adaptadas à sua implementação.

A primeira dificuldade a ser afrontada é a da relação entre diferença e igualdade. Os riscos de se cair numa indistinção dissolvente ou numa diferenciação ameaçadora não são negligenciáveis. A primeira foi defendida por autores como Rousseau, Emerson e Thoreau que idealizaram a vida solitária, Max Stirner com o “eu todo poderoso”, ou ainda Roland Barthes com a sua “utopia de um socialismo das distâncias”, ou a “idioritmia” (2011, p. 399). No segundo, temos a “política da amizade”, teorizada particularmente por Aristóteles (2009) e retomada contemporaneamente por Jacques Derrida (1994). Com efeito, a amizade oferece um modelo fascinante para se pensar uma sociedade de iguais, na medida em que incarna a realização dos três princípios da igualdade-relação. Além disso, o vínculo de amizade é dissociado de toda apreensão aritmética ou de normas redistributivas, podendo ser acomodada com uma certa desigualdade econômica. Contudo, se a idealização da vida solitária ou da amizade oferecem modelos para pensarmos uma sociedade de iguais, elas não podem fundar uma política propriamente dita. A articulação entre igualdade e diferença precisa ser pensada em termos políticos, jurídicos e institucionais.

A igualdade é sempre plural e faz com que os indivíduos sejam sempre iguais e desiguais. Dado o fato da pluralidade, qualquer reflexão sobre a igualdade implica delimitar quais dos seus aspectos considerar, assim como uma hierarquização das suas diferentes propriedades para determinar

aquelas socialmente mais importantes. Um trabalho de igualização pode privilegiar a redistribuição ou igual acesso à saúde e educação ou, mais subjetivamente, questões ligadas à dignidade ou estima de si. Nesse sentido, tal trabalho, se bem-sucedido, embaralha as categorias de “inferior” e “superior”, assim como as de “igual” e “desigual”<sup>13</sup>. Mas Rosanvallon alerta que há um ponto de equilíbrio que, se ultrapassado, transforma a desigualdade numa contranatureza. Aqui a sua reflexão se aproxima da “igualdade complexa” de Michael Walzer (2015). Em outras palavras, o crescimento das diferenças individuais aumenta as chances de equilíbrio, numa abordagem negativa da igualdade. Por outro lado, positivamente, a igualdade-relação declinada numa posição relativa, numa interação e num vínculo de participação permite a articulação desses elementos tendo em vista a otimização das relações, ao invés de “valores” a serem conciliados, como tentado por Nancy Fraser (2011).

34 Os tipos de relação não são concorrenciais e podem ser cumulativos. Isso faz da igualdade-relação, além de plural, absoluta, pois suscetível de realizar completamente o conceito, fazendo de uma sociedade de iguais uma “utopia realista” (Fraser, 2011, p. 405).

Pluralidade implica ordenação e, aos olhos de Rosanvallon, a ordem lexical é clara: a igualdade-relação deve vir em primeiro lugar, não só por definir o “espírito da igualdade”, mas também por ter uma dimensão universalizante. Mas, também porque tal perspectiva permite a inclusão do ideal de liberdade no de igualdade, uma vez que a liberdade também se define como uma relação na qual a autonomia e a reciprocidade são preservadas. Como coloca o autor,

---

<sup>13</sup> Os exemplos dados por Rosanvallon falam por si: alguém pode receber um salário bem menor do que seu vizinho sem se sentir “inferior”, se se acredita “superior” culturalmente; ou pode-se, ainda, desprezar a ostentação de um “novo-rico” (2011, p. 404).

igualdade e liberdade não são contrárias senão se a primeira é estruturalmente vinculada ao Estado como agente de realização ao passo que a segunda não é senão uma capacidade atribuída ao indivíduo. Quando igualdade e liberdade são compreendidas conjuntamente como qualidades sociais, como relações, elas tendem ao contrário a se sobrepor (Rosanvallon, 2011, p. 406).

Colocar em segundo plano a ideia de redistribuição significa que são admissíveis desigualdades de salários e de recursos desde que não minem a igualdade-relação em suas três dimensões. Significa também que uma eventual limitação de altos salários ou patrimônios herdados é uma forma legítima de se evitar a destruição da participação ou da comunalidade. Não é possível determinar uma mesma cifra ou uma mesma percentagem de alíquota de imposição em vista de uma redistribuição que seria universal na medida em que tal determinação quantitativa deve ser objeto de debate e deliberação em cada contexto nacional. Por essa razão, a construção e o funcionamento de uma igualdade-relação devem vir antes de uma política de redistribuição.

35

Os elementos que destroem a igualdade-relação são a reprodução social, o excesso e os separatismos. São os “limites para além dos quais”, como coloca Rosanvallon, “as desigualdades econômicas se tornam venenos destruidores” (2011, p. 407). Esse fechamento da reflexão rosanvalloniana faz um elo com o seu ponto de partida no final do século XVIII, para mostrar como esses elementos destruidores já existiam naquela época na forma do privilégio, do luxo e da corrupção do elo cívico. Mas no século XXI, suas condições de tratamento se modificam.

A reprodução social transforma as diferenças sociais existentes num dado momento em destinos inelutáveis, sendo o equivalente moderno do privilégio (2011, p. 407). O excesso, e sua limitação, não podem mais ser colocados,

como no século XVIII, em termos do elogio da frugalidade. A exigência do mundo atual é infinitamente mais urgente, pois diz respeito à preservação do meio ambiente, o que exige levar em consideração os limites ecológicos do crescimento econômico. A sobriedade se torna então uma condição de sobrevivência da espécie humana e a necessária “desmercantilização do mundo” aumenta a importância dos bens públicos e do espaço público. Enfim, o desenvolvimento das secessões e dos separatismos minam o fundamento do comum. A resposta, nesse caso, está ligada à organização e à estrutura do território. Não há política da igualdade que não comece por uma política da cidade visando multiplicar os espaços públicos e assegurar a diversidade social (Rosanvallon, 2011, p. 408).

### **Considerações finais**

36

A proposta deste texto foi fazer um mergulho na teoria democrática de Pierre Rosanvallon, especialmente a partir do seu entendimento do problema da igualdade. Partiu-se da hipótese que seu método histórico-conceitual apresentava potencialidades para uma abordagem original do problema, ao mesmo tempo em que evitava as falhas das teorias normativas da justiça. Pode-se objetar a necessidade de um retorno a meados do século XVIII para a construção de uma filosofia apropriada para o século XXI. Mas tal objeção indicaria um desconhecimento da *démarche* rosanvalloniana. Para ele, os problemas contemporâneos mais candentes e prementes não podem ser dissociados de uma meticulosa reconstrução da sua gênese (Rosanvallon, 2003b, p. 18). É isso que ele fez com o problema da igualdade: identificou-a – no caso, a sua crise – como um problema do presente, retraiu a sua genealogia até chegar novamente à contemporaneidade, enriquecido com os ensinamentos do passado. Foi esse longo caminho que deu a profundidade indispensável à análise e mostrou ao menos dois pontos que consideramos

essenciais. O primeiro é que, na origem, não havia uma antinomia entre os ideais de igualdade e de liberdade. Como vimos, eles se sobrepunham na época da Revolução Francesa e sua incompatibilidade foi uma criação do século XIX que se estende até os dias de hoje e que se trata de desconstruir. O segundo é que o resgate histórico dos problemas, apoias e inacabamentos do ideal de igualdade mostram as suas perversões, desde o comunismo utópico à experiência totalitária do século XX, passando pelo nacional-protecionismo. Tais experiências alertam para os riscos inerentes à busca por homogeneidade e identidade. Assim, no lugar de mais uma teoria da justiça pensada no modo de repartição de bens divisíveis ou privatizáveis, Rosanvallon construiu uma filosofia da igualdade social. Enquanto as primeiras definem as desigualdades legítimas entre indivíduos, a segunda define a igualdade como uma forma social. Só uma filosofia da igualdade social pode construir uma política. La Société des égaux abre assim o caminho para uma renovação dos estudos sobre a igualdade e suas condições de possibilidade na democracia contemporânea.

37

## Diogo Cunha

Professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco.

## Bibliografia

- ARISTÓTELES. (2009). *A Política*. Bauru: EDIPRO.
- ARNESON, Richard. (1999). Egalitarianism and responsibility. *Journal of Ethics*, v; 3, n. 3, pp. 225–247.
- AUCANTE, Yohann. (2015). État-providence, universalisme et citoyenneté sociale: Comparaisons franco-scandinaves. In: GUÉNARD, Florent; AL-MATARY, Sarah. (orgs). *La Démocratie à l'œuvre. Autour de Pierre Rosanvallon*. Paris: Éditions du Seuil. pp. 211–227.
- AUDIER, Serge. (2012). *Néoliberalisme(s). Une archéologie intellectuelle*. Paris: Grasset et Fasquelle.

- BAERT, Patrick. (1997). Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, p. 1-13.
- BROWN, Wendy. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- CARVALHO, Bruno Sciberras de. (2013). *A escolha racional como teoria social e política: uma interpretação crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- COHEN, Gerald Allan. (1989). On the currency of egalitarian justice. *Ethics*, v. 99, n. 4, pp. 906-944.
- CROSLAND, Anthony. (2006). *The future of socialism*. London: Constable in association with Fabian Society. (Original publicado em 1956).
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- DERRIDA, Jacques. (1994). *Politiques de l'amitié suivi de L'oreille de Heidegger*. Paris: Galilée.
- DUVOUX, Nicolas. (2015). Les métamorphoses de la responsabilité. In: GUÉNARD, Florant; AL-MATARY, Sarah. (orgs.). *La Démocratie à l'œuvre. Autour de Pierre Rosanvallon*. Paris: Éditions du Seuil. pp. 197-210.
- DWORKIN, Ronald. (1981a). What is Equality? Part 1: Equality of Welfare. *Philosophy and Public Affairs*, v. 10, n. 3, pp. 185-246.
- DWORKIN, Ronald. (1981b). "What is Equality? Part 2: Equality of Resources. *Philosophy and Public Affairs*, v. 10, n. 4, pp. 283-345.
- DWORKIN, Ronald. (2011). *A virtude soberana. A teoria e a prática da igualdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- DWORKIN, Ronald. (2014). *A Raposa e o Porco-Espinho. Justiça e Valor*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- DWORKIN, Ronald. (2019). *O império do direito*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- FERES JÚNIOR, João; POGREBINSCHI, Thamy. (2010). *Teoria Política Contemporânea. Uma introdução*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- FRASER, Nancy. (2011). *Qu'est-ce que la justice sociale ? Reconnaissance et redistribution*. Paris: La Découverte.
- FRELLER, Felipe. (2023). Pierre Rosanvallon, from the Critique of Utopian Liberalism to the Critique of the Critique of Neoliberalism. *Brazilian Political Science Review*, v. 17, n. 2, e0003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/hhC4fjW7ytQZ9nKtkPHBrDS/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

- GARGARELLA, Roberto. (2008). *As teorias da justiça depois de Rawls. Um breve manual de filosofia política*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- GIDDENS, Anthony. (2007). *O Debate Global Sobre a Terceira Via*. São Paulo: Editora Unesp.
- GODMER, Laurent; SMADJA, David. (2011). Entretien avec Pierre Rosanvallon. *Raisons politiques*, v. 4, n. 44, pp. 173–199.
- HAUCHECORNE, Mathieu. (2019). *La gauche américaine en France. La réception de John Rawls et des théories de la justice*. Paris: CNRS Éditions.
- HERFELD, Catherine. (2022). Revisiting the criticisms of rational choice theories. *Philosophy Compass*, v. 27, n. 1, pp. 1-20.
- KYMLICKA, Will. (2006). *Left-Liberalism Revisited*. In: SYPNOWICH, Christine. (ed.) *The Egalitarian Conscience. Essays in Honour of G. A. Cohen*. Oxford: Oxford University Press. pp. 9-35.
- KYMLICKA, Will. (2003). *Les théories de la justice: Une introduction: libéraux, utilitaristes, libertariens, marxistes, communautariens, féministes*. Paris: La Découverte.
- MOYN, Samuel. (2015). ‘De l’eau à la rivière’? La réception anglo-américaine de l’œuvre de P. Rosanvallon. In: GUÉNARD, Florent; AL-MATARY, Sarah. (orgs.). *La Démocratie à l’œuvre. Autour de Pierre Rosanvallon*. Paris: Éditions du Seuil. pp. 65-77.
- NUSSBAUM, Martha C. (2001). *The fragility of goodness: Luck and ethics in Greek tragedy and philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ORWELL, George. (2012). *Hommage à la Catalogne: 1936-1937*. Paris: 10-18. (Original publicado em 1938).
- RAWLS, John. (2016). *Uma Teoria da Justiça*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1971).
- ROEMER, John E. (1995). “Can egalitarians take the ideia of personal responsibility seriously? Forum Equality and Responsibility”. *Boston Review*, [s. l.], 1 abr. 1995. Disponível em: <https://www.bostonreview.net/forum/equality-and-responsibility/>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- ROSANVALLON, Pierre. (1999). *Le capitalisme utopique: Histoire de l’idée de marché*. 3. ed. Paris: Éditions du Seuil. (Original publicado em 1979).
- ROSANVALLON, Pierre. (2001). *Le sacre du citoyen: Histoire du suffrage universel en France*. Paris: Gallimard. (Original publicado em 1992).
- ROSANVALLON, Pierre. (2002). *Le peuple introuvable: Histoire de la représentation démocratique en France*. Paris: Gallimard. (Original publicado em 1998).



- ROSANVALLON, Pierre. (2003a). *La démocratie inachevée: Histoire de la souveraineté du peuple en France*. Paris: Gallimard. (Original publicado em 2000).
- ROSANVALLON, Pierre. (2003b). *Pour une histoire conceptuelle du politique: Leçon inaugurale au Collège de France faite le jeudi 28 mars 2002*. Paris: Éditions du Seuil.
- ROSANVALLON, Pierre. (2024). *A Legitimidade Democrática. Imparcialidade, reflexividade, proximidade*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial. (Original publicado em 2009).
- ROSANVALLON, Pierre. (2011). *La société des égaux*. Paris: Éditions du Seuil.
- ROSANVALLON, Pierre. (2015). *Le bon gouvernement*. Paris: Éditions du Seuil.
- ROSANVALLON, Pierre. (2022). *A contrademocracia: A política na era da desconfiança*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial. (Original publicado em 2006).
- ROSANVALLON, Pierre. (2018). *Notre histoire intellectuelle et politique (1968-2018)*. Paris: Éditions du Seuil.
- SEN, Amartya. (2021). *A ideia da justiça*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANDEL, Michael. (2021). *A tirania do mérito: O que aconteceu com o bem comum?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SHAPIRO, Ian; GREEN, Donald. (1996). *Pathologies of Rational Choice Theory. A Critique of Applications in Political Science*. Yale: Yale University Press.
- SLOBODIAN, Quinn. (2022). *Les globalistes: Une histoire intellectuelle du néolibéralisme*. Paris: Éditions du Seuil.
- SPITZ, Jean-Fabien. (2009). *Pourquoi lutter contre les inégalités?* Paris: Bayard.
- SPITZ, Jean-Fabien. (2005). *Ronald Dworkin et le faux dilemme de l'égalité et de la liberté*". *Revue Internationale de philosophie*, n. 3, pp. 413-434.
- TAWNEY, Richard Henry. (1979). *Equality*. Crows Nest: Allen & Unwin. (Original publicado em: 1952).
- UHLANER, Carole Jean. (1989). *Relational Goods' and Participation: Incorporating Sociability into a Theory of Rational Action*. *Public Choice*, v. 62, n. 3, pp. 253-285.
- WALZER, Michael. (2003). *Esferas da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes.

## **A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE IGUAIS. O PROBLEMA DA IGUALDADE NA TEORIA DEMOCRÁTICA DE PIERRE ROSANVALLON**

DIOGO CUNHA

Resumo: Este artigo apresenta um estudo do problema da igualdade na teoria democrática de Pierre Rosanvallon, a partir de uma análise circunstanciada da obra *La Société des égaux*, confrontando-a com as outras teorias da justiça. Além da introdução e da conclusão, o artigo está dividido em três segmentos. No primeiro, é oferecida uma visão panorâmica das três primeiras partes de *La Société des égaux*; no segundo, examinamos os argumentos utilizados por Rosanvallon para mostrar (i) a prescrição da teoria rawlsiana a partir da noção de “dilaceramento do véu de ignorância”; (ii) a ambiguidade da teoria da igualdade radical de chances, a partir do diálogo com a obra de Ronald Dworkin; e (iii) a impossibilidade de uma concepção de justiça entre os teóricos da sociedade da concorrência generalizada. No terceiro, explicamos a concepção rosanvalloniana de “igualdade-relação” e argumentamos que a dimensão histórico-conceitual da abordagem rosanvalloniana permite uma concepção de igualdade que evita as falhas das teorias normativas, abrindo um campo de novas possibilidades para a reflexão sobre o problema da igualdade nas democracias contemporâneas.

Palavras-chaves: Pierre Rosanvallon, Sociedade de Iguais, Igualdade-relação, John Rawls, Ronald Dworkin.

### ***BUILDING A SOCIETY OF EQUALS: THE PROBLEM OF EQUALITY IN PIERRE ROSANVALLON’S DEMOCRATIC THEORY***

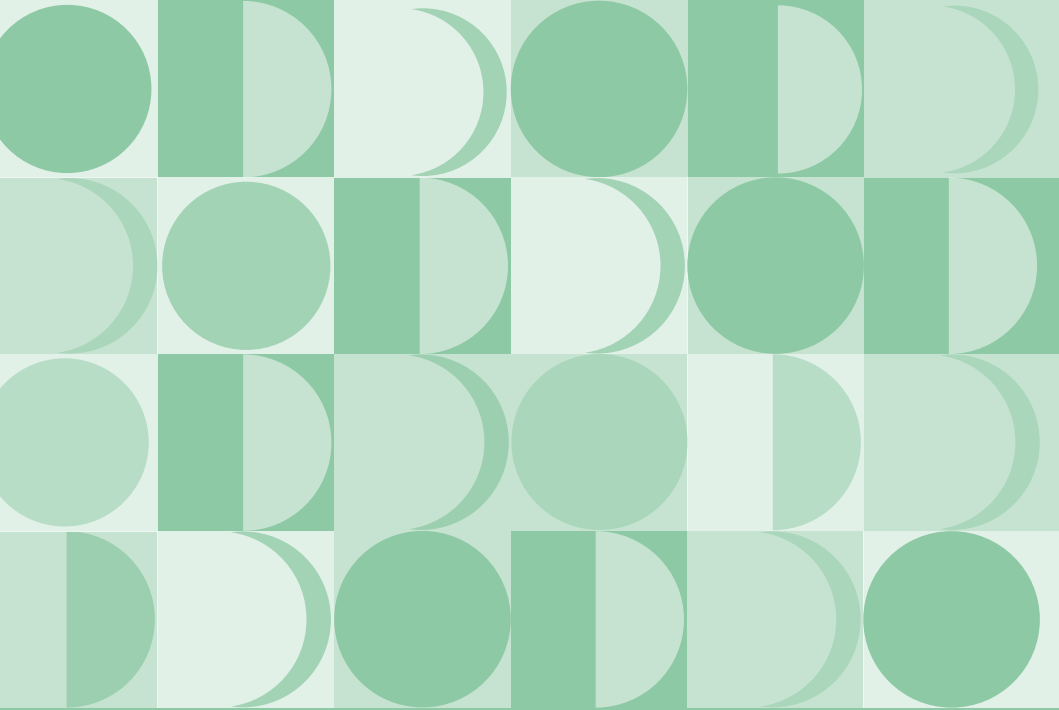
*Abstract: This article conducts an in-depth examination of the issue of equality within Pierre Rosanvallon’s democratic theory. The focus is on his work *La Société des égaux*, juxtaposed with other theories of justice. Alongside the introduction and conclusion, the*

*article is structured into three distinct sections. The initial section offers an overview of the first three segments of *La Société des égaux*. Rosanvallon's arguments to demonstrate (i) the limitations of the Rawlsian theory centered on the concept of "rending of the veil of ignorance"; (ii) the inherent complexities in the theory of radical equal opportunity, influenced by Ronald Dworkin's ideas; and (iii) the challenges of establishing a conception of justice among theorists operating within a society characterized by widespread competition. The third section elaborates on Rosanvallon's notion of "equality as relation". The article contends that Rosanvallon's historical-conceptual approach offers a unique viewpoint on equality, circumventing the limitations of normative theories, thus offering new avenues for contemplating equality in modern democracies.*

*Keywords: Pierre Rosanvallon, Society of Equals, Equality as Relation, John Rawls; Ronald Dworkin.*

**Recebido:** 29/11/2023

**Aprovado:** 26/06/2024



ISSN 0102-6445



9 770102 644006